

PUC

WWW.APROPUCSP.ORG.BR
PUBLICAÇÃO ACADÊMICA E INFORMATIVA
TRIMESTRAL DOS PROFESSORES DA PUC-SP

viva

ANO 8 - Nº 31 - JULHO A SETEMBRO DE 2007

REVISTA

ISSN 1806-3667

90 ANOS
**REVOLUÇÃO
RUSSA**



Dossiê

Voz dos Revolucionários

VIVA A REVOLUÇÃO RUSSA!

A Revolução Russa culminou no dia 25 de outubro de 1917, no calendário russo (juliano), ou 6 de novembro, no nosso (gregoriano). Vão-se, portanto, 90 anos desde que o proletariado, unido aos camponeses pobres e aos soldados, organizado em soviets (conselhos) e dirigido pelo Partido Bolchevique, tomou o poder da burguesia e instaurou o Estado operário.

A revolução emergiu em plena guerra imperialista, encabeçada pela Alemanha e pela Inglaterra, que despedaçava a Europa e impunha miséria às massas. A Rússia se distinguiu do restante do continente europeu por ter um partido marxista profundamente enraizado na classe operária. Assim, no exato momento, foi possível concretizar a orientação de Lênin de transformar a guerra imperialista em guerra civil pela tomada do poder e constituição de um governo operário e camponês, baseado nas organizações soviéticas.

Há 90 anos, o mundo capitalista estremeceu com a insurreição e a vitória do programa da revolução socialista. Confirmavam-se as premissas históricas do Manifesto do Partido Comunista, redigido por Marx e Engels. Tarefa que a insurreição proletária da Comuna de Paris, de 1871, não conseguiu cumprir, que era manter o poder e transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, devido à ausência do partido marxista, pôde fazê-lo o proletariado russo.

A revolução de Outubro foi a abertura para a revolução mundial. As condições para tal se encontravam mais avançadas na Alemanha, com seu portentoso e organizado proletariado. No entanto, a social-democracia alemã de Kautsky não tinha o programa à altura dos acontecimentos, e traiu a revolução, apoiando a guerra imperialista de seu país.

A Revolução Russa teve de se impor isoladamente ao capitalismo mundial. Foram decisivos o apoio generalizado da classe operária internacional e a constituição de partidos comunistas em boa parte dos países, que permitiram a edificação da III Internacional, em 1919. Não houve, porém, força dos jovens partidos comunistas para evitar que a União das Repúblicas Soviéticas permanecesse ilhada pela burguesia mundial.

Lênin demonstrou, em várias ocasiões, o perigo que corria a revolução devido ao isolamento e ao cerco econômico e militar impostos pelas potências. A derrocada da burguesia russa teria de ser continuada em outros países, sem o que a nova economia não teria como sobreviver. O proletariado apenas havia rompido um dos elos da cadeia mundial do capitalismo e derrotado uma das frações da burguesia internacional. Lênin previu a possibilidade de um retrocesso da revolução, uma vez que não era possível desenvolver o socialismo nos limites das fronteiras nacionais.

A constituição de duas tendências – a de Stalin e a de Trotsky – logo após a morte de Lênin, em 1924, se deu justamente sobre essa questão estratégica. O processo de restauração capitalista e desintegração da União Soviética deu razão a Trotsky.

O nacionalismo de Stalin levou a uma política internacional de traição, confirmada em 1927 na China, em 1936/37 na Espanha, em 1933/40 na Alemanha etc. E a fazer do isolamento uma vantagem, o que resultou na ficção nacionalista de que o socialismo havia percorrido um significativo caminho de construção. A teoria e orientação do “socialismo em um só país” de Stalin concluiu com a destruição da III Internacional.

As crises capitalistas, a Segunda Guerra Mundial e a luta de classe que se desencadeou no período possibilitaram êxitos da economia soviética e uma certa estabilidade interna, que alimentaram as ilusões do nacionalismo stalinista. Os regimes que surgiram dos levantes insurrecionais, como na China, Hungria (1949) e Cuba (1959), logo se colocaram sob a influência do nacionalismo soviético. A guerra fria do pós-guerra, chefiada pelos Estados Unidos, obscureceu a política anterior de coexistência pacífica de Stalin com o imperialismo, prolongando as ilusões nacionalistas travestidas de internacionalismo.

Após a morte de Stalin, em 1953, recrudescceu o antagonismo entre o mundo capitalista e os países que haviam expropriado suas burguesias. Estados Unidos e União Soviética expressavam os dois blocos.

Tratava-se de as potências imperialistas bloquearem as revoluções que haviam conquistado países do leste europeu, asiáticos e do Caribe (Cuba). A recuperação do terreno perdido pelos capitalistas se deu pela superioridade econômica. O fato de a revolução não ter ocorrido em nenhum país de economia avançada continuou a pesar em favor do capitalismo. E a favorecer o isolamento nacionalista que dividiu a União Soviética, Iugoslávia e China, por exemplo.

As pressões dos EUA na década de 1970 sobre a União Soviética indicaram a prevalência do imperialismo. As ocupações militares da Hungria, em 1956, e da Tchecoslováquia, em 1968, refletiram o esgotamento da política stalinista, conduzida pelos epígonos Kruchev e Brejnev, embora o primeiro tenha exposto os crimes de Stalin, para retomar a linha da coexistência pacífica.

Na década de 1980, as potências haviam recomposto seu poder, e indicavam novas tendências de crise capitalista. A União Soviética se mostrava em situação de bloqueio econômico, o que se manifestava no conjunto dos países de economia estatizada. A restauração capitalista na União Soviética é assumida oficialmente pelo Estado operário degenerado. Materializava-se a tendência histórica do nacionalismo stalinista de levar à restauração.

A invasão do Afeganistão pela União Soviética, em 1979, foi o palco de disputa territorial. Indiretamente, os Estados Unidos, aliados ao Irã e Paquistão, infligiram a derrota às forças militares russas, que se retiraram em 1989. Evidenciou o declínio da ditadura burocrática. Abriu definitivamente o caminho para as tendências pró-capitalistas internas à União Soviética.

A Perestroika e a Glasnost, de 1985, cuja concepção é de Gorbatchev, expressaram as tendências internas de reconstrução da propriedade privada dos meios de produção e as pressões externas do capital. É fundamental entender que o nacionalismo socialista possibilitou a reestruturação de um poder interno burguês impulsionado pela burocracia, que usou, para isso, as próprias empresas estatais.

O enfraquecimento do regime stalinista, que desfigurou completamente a ditadura do proletariado, levou a divisões internas à própria burocracia do Estado. O descontentamento das massas com os privilégios dos mandantes e a situação de crise econômica deram lugar a movimentos que foram canalizados para a restauração. O fenômeno se estendeu para o leste europeu, representado figurativamente pela queda do muro de Berlim, em 1989.

A restauração reintroduz as leis de funcionamento do capitalismo e todos seus males, como a exploração do trabalho, o desemprego e a miséria de milhões. Destroí conquistas fundamentais para o futuro da humanidade sem exploradores e sem explorados, sem o saque de um país sobre o outro, motivo das guerras.

Nesses 90 anos, vimos o quanto a Revolução Russa marcou inteiramente o século XX. Demonstrou as teses do socialismo de Marx e Engels. A restauração em curso não contraria o socialismo científico, ao contrário, o confirma. Sem o desenvolvimento da revolução internacional que atinja países altamente industrializados, não há como uma revolução sobreviver historicamente em um só país, ou em países isolados uns dos outros e dirigidos por posições nacionalistas.

Em todos esses anos, o capitalismo usou sua força econômica e militar para esmagar as conquistas da Revolução Russa. Foi necessário que, nas entranhas da própria revolução, se gerasse e desenvolvesse o germe da contra-revolução. A burocratização e a degeneração do Partido Bolchevique pela condução de Stalin, que sequer admitiu a preservação de Trotsky no exílio e que fez dos processos de Moscou (1934-1938) uma das maiores ignomínias da história, foram condições fundamentais para promover o termidor.

Os 90 anos da Revolução Russa devem ser vistos por essa trajetória e pela perspectiva que o capitalismo oferece às massas. O programa e os fundamentos da revolução de Outubro de 1917 mantêm-se intactos e atuais. O capitalismo se mostra cada vez mais violento contra a vida dos trabalhadores e potencializa suas tendências bélicas.

APRESENTAÇÃO

A comemoração dos 90 anos da Revolução Russa é uma data de interesse particular da classe operária e dos demais oprimidos. Certamente, os meios de comunicação da burguesia irão comentá-la como parte de sua luta contra o socialismo. A restauração capitalista em curso lhes dará munição para difundir as idéias de que a Revolução Russa foi uma aventura passageira e que o capitalismo é eterno. No entanto, o esgotamento histórico do regime social baseado na propriedade privada dos meios de produção e exploração do trabalho demonstra o contrário.

A burguesia não tem como resolver a contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção baseadas na grande propriedade. Aí está a fonte das crises econômicas, do desemprego crônico que se avoluma, da impossibilidade de resolver a miséria e das guerras.

A revolução de Outubro de 1917 mostrou o caminho de compatibilizar as forças produtivas com as relações de produção coletivas. A restauração não faz senão retroceder um período da história.

É certo que o capitalismo ganha fôlego com a destruição das conquistas do proletariado. Mas não dá um só passo no sentido de resolver, nem no de amenizar suas contradições. Ao contrário, visto em perspectiva, prepara crises mais profundas que as de 1914/18, 1929, 1939/45.

É preciso que se diga isso para que os 90 anos da Revolução Russa sejam um motivo de luta pelo socialismo.

A elaboração teórica de Marx e Engels constitui o ponto alto do pensamento ao lado dos grandes pensadores da história. A Revolução Russa permitiu não só que fosse posto em prática o socialismo científico, como também o avanço a teoria revolucionária, que se materializa em programa revolucionário.

Selecionar textos para a Revista PUCviva não foi nada fácil, devido à riqueza de formulações e lições deixadas principalmente por Lênin e Trotsky. Muitos outros bolcheviques contribuíram para o universo teórico e programático da revolução. Mas, nos atemos a esses dois dirigentes.

Procuramos concentrar a seleção no período da Guerra (1915 – 1918) e, particularmente, nos momentos cruciais da revolução - entre fevereiro e outubro. Foram sete meses de convulsão. Revolução burguesa de fevereiro e revolução proletária de outubro. É importante verificar a evolução programática do partido bolchevique, sob a liderança de Lênin. Temos nesses textos o testemunho da luta pela tomada do poder.

Selecionamos, também, alguns textos posteriores a esse período. Destacam-se dois textos de Trotsky. O objetivo é o de mostrar o revisionismo de Stalin das posições internacionalistas do bolchevismo. O texto de 1929 reflete o momento da repressão sofrida pela oposição de esquerda, concentrada na figura de Trotsky. O segundo é um texto de 1939, que tem o valor de expor as posições que se desenvolveram no seio do movimento revolucionário em torno da concepção da Revolução Russa.

Esperamos que essa seleção contribua para a comemoração dos 90 anos da Revolução.

EXPEDIENTE

A revista PUCviva é uma publicação acadêmica e informativa trimestral dos professores da PUC-SP, editada pela Apropuc, com tiragem de 2 mil exemplares.

DIRETORIA DA APROPUC

PRESIDENTE:

Priscilla Cornalbas

Vice-presidente:

Sandra Gagliardi Sanchez

1º SECRETÁRIO:

Erson Martins de Oliveira

2ª SECRETÁRIA:

Mario Beatriz Costa Abramides

1ª TESOUREIRA:

Victória Claire Weischtordt

2º TESOUREIRO:

Carlos Alberto Shimote Martins

SUPLENTE:

Hamilton Octavio de Souza;

Ivan Rodrigues Martin

CONSELHO EDITORIAL:

Erson Martins de Oliveira;

Hamilton Octavio de Souza;

Priscilla Cornalbas

EDITOR GERAL

Erson Martins de Oliveira

EQUIPE DA REVISTA

EDITOR:

Ricardo Melani (MTPS 26.740)

PREPARAÇÃO E REVISÃO:

Gabriel Kolyniak

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:

MAURO TELES

CAPA E ILUSTRAÇÕES:

RICARDO MELANI

ÍNDICE

6

TUDO O PODER AOS SOVIETES!

8

EM QUE SENTIDO SE PODE FALAR DA
SIGNIFICAÇÃO INTERNACIONAL DA
REVOLUÇÃO RUSSA?

13

A INTERNACIONAL E A
"DEFESA NACIONAL"

16

SOBRE A LUTA CONTRA O
SOCIAL-CHAUVINISMO

19

O CARÁTER DA REVOLUÇÃO RUSSA

25

A CATÁSTROFE QUE NOS AMEAÇA
E COMO COMBATÊ-LA

45

MATERIAIS SOBRE A REVISÃO DO
PROGRAMA DO PARTIDO

55

AS TAREFAS DO PROLETARIADO
NA NOSSA REVOLUÇÃO

70

PRIMEIRA CARTA
ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

78

SEGUNDO CONGRESSO DE TODA A RÚSSIA
DOS SOVIETES DE DEPUTADOS OPERÁRIOS E SOLDADOS

86

TRÊS CONCEPÇÕES DA REVOLUÇÃO

96

DE OUTUBRO VERMELHO
A MEU DESTERRO



TUDO O PODER

“Jogue a natureza pela porta e ela entrará pela janela.” Ao que parece, os partidos governantes, os socialistas revolucionários e mencheviques têm de aprender de uma vez por todas e por experiência própria esta simples verdade. Se tentaram ser “democratas revolucionários

e se depararam com a situação dos democratas revolucionários, agora são obrigados a tirar as conclusões que todo democrata revolucionário deve tirar.

A democracia é o governo da maioria. Enquanto a vontade da maioria não era clara, enquanto se pôde, com pelo menos uma sombra de verossimilhança, afirmar que não se conhecia essa vontade e se apresentou ao povo um governo de burgueses contra-revolucionários disfarçados de “democrático”. Mas essa demora não podia durar

muito. Durante os meses passados desde 27 de fevereiro, a vontade dos operários e camponeses, da grande maioria do país, ficou explícita, e não só de maneira geral. Sua vontade encontrou expressão nas organizações de massa, nos Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses.

Como é possível, então, se opor à entrega de todo o poder estatal aos Sovietes? Tal oposição não significa outra coisa senão renunciar à democracia! Significa, sem mais nem menos, impor ao povo um governo que não pode, evidentemente, surgir ou se manter democraticamente, ou seja, como resultado de eleições verdadeiramente livres, verdadeiramente populares.

Esse é o fato, por estranho que pareça à primeira vista: os socialistas revolucionários e os



lênin. Obras completas.
Tomo XXVI. Madri, Akal Editor, 1976.
Tradução de Júlia Souza Ayerbe

AOS SOVIETES!

mencheviques se esqueceram desta verdade, tão simples, tão evidente e tão palpável.

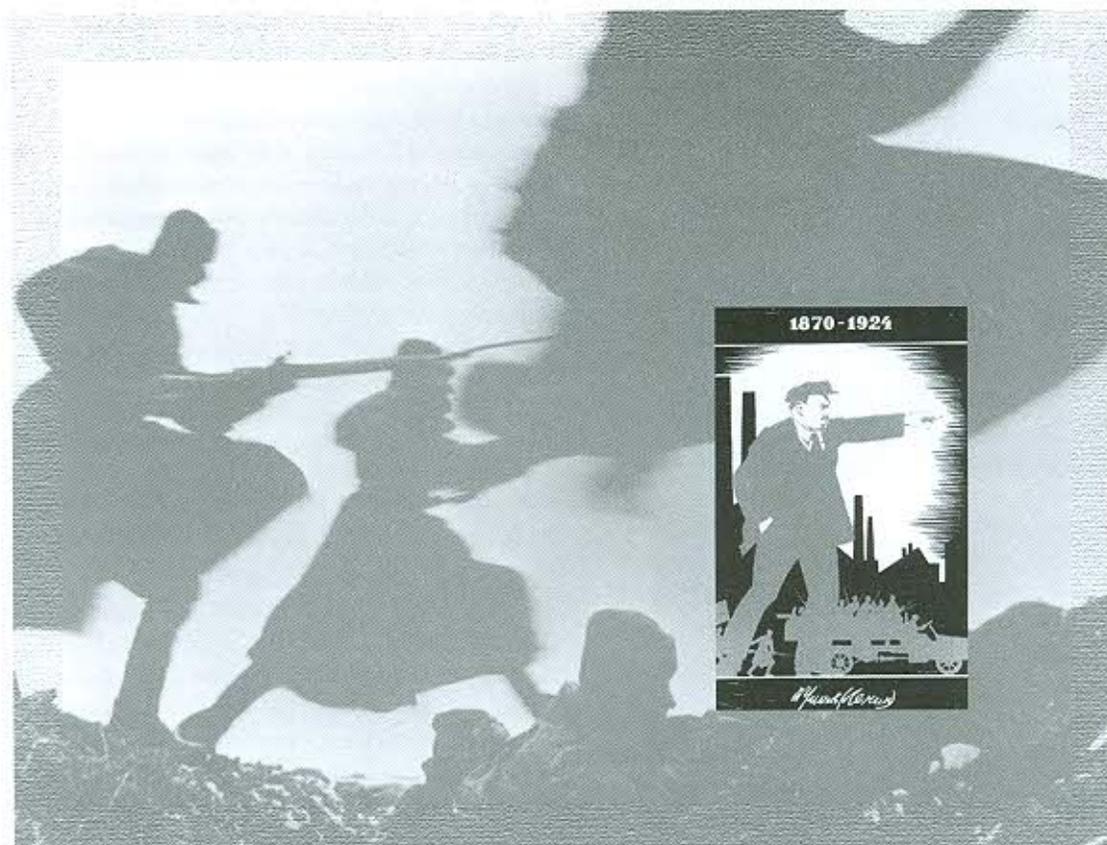
Sua posição é tão falsa, se confundiram e se enrolaram tanto, que já não estão em condições de "recobrar" esta verdade que perderam. Depois das eleições de Petrogrado e Moscou, depois da convocatória dos Sovietes de camponeses de toda Rússia, depois do Congresso dos Sovietes, as classes e os partidos se definiram por toda a Rússia, com tal clareza e precisão que a gente não pode ter nenhuma ilusão a respeito, se é que não se tornou louca ou se confundiu deliberadamente.

Tolerar aos ministros kadetes ou ao governo kadete ou à política kadete significa lançar um desafio aos democratas e à democracia. Está aí a fonte das crises políticas desde 27 de fevereiro, e

está aí também a fonte da instabilidade e das vacilações do nosso sistema governamental. A cada passo, a cada dia e a cada hora se apela, em nome das instituições governamentais e dos congressos mais autorizados, ao espírito revolucionário do povo e a sua democracia. Porém, a política do governo em geral, e sua política exterior e econômica em particular, são desvios dos princípios revolucionários e violações da democracia.

Semelhante coisa não pode continuar.

Os elementos da instabilidade, por um motivo ou outro, são inevitáveis em uma situação como a atual. E se obstinar não é exatamente uma política inteligente. Mesmo que a empurrões e a pulos, as coisas se encaminham com destino ao poder aos Sovietes, proclamado por nosso partido desde muito tempo. 



EM QUE SENTIDO SE PODE FALAR DA SIGNIFICAÇÃO INTERNACIONAL DA REVOLUÇÃO RUSSA?

Lênin. In: Esquerdismo, doença infantil do comunismo. Editora Escriba, São Paulo, 1960.

Nos primeiros meses que se seguiram à conquista do Poder político pelo proletariado na Rússia (25 de outubro/7 de novembro de 1917), poder-se-ia acreditar que, em virtude das enormes diferenças existentes entre a Rússia atrasada e os países adiantados da Europa Ocidental, a revolução proletária nesses países seria muito pouco parecida com a nossa. Atualmente, já possuímos uma experiência internacional bastante considerável, experiência que demonstra, com absoluta clareza, que alguns dos aspectos fundamentais da nossa revolução não têm apenas significação local, particularmente nacional, russa, mas revestem-se, também, de significação internacional. E não me refiro à significação internacional no sentido amplo da palavra: não são apenas alguns, mas sim todos os aspectos fundamentais — e muitos secundários — da nossa revolução que têm

significação internacional quanto à influência que exercem sobre todos os países. Refiro-me ao sentido mais estrito da palavra, isto é, entendendo por significação internacional a sua transcendência mundial ou a inevitabilidade histórica de que se repita em escala universal o que aconteceu em nosso país, significação que deve ser reconhecida em alguns dos aspectos fundamentais da nossa revolução.

Naturalmente, seria o maior dos erros exagerar o alcance dessa verdade, aplicando-a a outros aspectos da nossa revolução além de alguns dos fundamentais. Também seria errado não ter em conta que depois da vitória da revolução proletária, mesmo que seja em apenas um dos países adiantados, se produzirá, com toda certeza, uma radical transformação: a Rússia, logo depois disso, transformar-se-á não em país modelo, e sim, de novo, em país atrasado (do ponto de vista "soviético" e socialista).

No momento histórico atual, porém, trata-se exatamente de que o exemplo russo ensina algo a todos os países, algo muito substancial, a respeito de seu futuro próximo e inevitável. Os operários evoluídos de todos os países já compreenderam isso há muito tempo e, mais que compreender, já perceberam, sentiram com seu instinto de classe revolucionária. Daí a "significação" internacional (no sentido estrito da palavra) do Poder Soviético e dos fundamentos da teoria e da tática bolcheviques. Esse fato não foi compreendido pelos chefes "revolucionários" da II Internacional, como Kautsky na Alemanha e Otto Bauer e Friedrich Adler na Áustria, que, por isso, se converteram em reacionários, em defensores do pior dos oportunismos e da social-traição. Assinalemos, de passagem, que o folheto anônimo *A Revolução Mundial (Weltre-revolution)*, publicado em 1919 em Viena (*Sozialistische Bücherei, Heft II*; Ignaz Brand!), apresenta com particular clareza todo o processo de desenvolvimento do pensamento e todo o conjunto de raciocínios, ou melhor, todo esse abismo de incompreensões, pedantismo, vilania e traição aos interesses da classe operária, tudo isso mascarado sob a "defesa" da idéia da "revolução mundial".

Mas teremos de deixar para outra ocasião o exame mais pormenorizado desse folheto. Consignemos aqui apenas o seguinte: na época, já bem distante, em que Kautsky era um marxista e não um renegado, previa, ao abordar a questão como historiador, a possibilidade do surgimento de uma situação em que o revolucionarismo do proletariado russo se converteria em modelo para a Europa Ocidental. Isso foi em 1902, quando Kautsky publicou na *Iskra* revolucionária o artigo *Os eslavos e a revolução*, no qual dizia:

"Atualmente (ao contrário de 1848), pode-se acreditar que os eslavos não só se incorporaram às fileiras dos povos revolucionários, como, também, que o centro de gravidade das idéias e da obra revolucionária se desloca, dia a dia, para os eslavos. O centro revolucionário está se transferindo do Ocidente para o Oriente. Na primeira metade do século XIX, encontrava-se na França e, em alguns momentos, na Inglaterra. Em 1848, a Alemanha também se incorporou às fileiras das nações revolucionárias... O novo século inicia-se com acontecimentos que sugerem a idéia de que caminhamos para um novo deslocamento do centro revolucionário: concretamente, de sua transferência para a Rússia... É possível que a Rússia, que assimilou tanta iniciativa revolucionária do Ocidente, esteja hoje, ela própria, pronta para servir-lhe de fonte de energia revolucionária. O crescente movimento revolucionário russo será, talvez, o meio mais poderoso para eliminar esse espírito de filisteísmo flácido e de politicagem de praticismo mesquinho que começa a difundir-se em nossas fileiras e ressuscitará a chama

viva do anseio de luta e a fidelidade apaixonada aos nossos grandes ideais. Há muito tempo que a Rússia deixou de ser para a Europa Ocidental um simples reduto da reação do absolutismo. O que acontece atualmente é, talvez, exatamente o contrário. A Europa Ocidental torna-se o reduto da reação e do absolutismo russos... É possível que os revolucionários russos já tivessem derubado o czar há muito tempo se não fossem obrigados a lutar, ao mesmo tempo, contra o aliado deste, o capital europeu. Esperemos que dessa vez consigam derrotar ambos os inimigos e que a nova "santa aliança" desmorone mais rapidamente que suas predecessoras. Contudo, seja qual for o resultado da luta atual na Rússia, o sangue e o sofrimento dos mártires que essa luta cria, infelizmente em demasia, não serão inúteis, e sim pelo contrário, fecundarão os germes da revolução social em todo o mundo civilizado, fazendo-os crescer com maior esplendor e rapidez. Em 1848, os eslavos eram uma terrível geada que calcinava as flores da primavera popular. É bem possível que agora venham a representar o papel da tormenta que romperá o gelo da reação e trará consigo, irresistivelmente, uma nova e feliz primavera para os povos". (*Karl Kautsky, Os eslavos e a revolução*, artigo publicado na *Iskra*, jornal revolucionário da social-democracia russa, nº 18, 10 de março de 1902).

Como Karl Kautsky escrevia bem, há dezoito anos!

Uma das condições fundamentais do êxito dos bolcheviques

Hoje, sem dúvida, quase todo mundo já compreende que os bolcheviques não se teriam mantido no poder, não digo dois anos e meio, mas nem sequer dois meses e meio, não fosse a disciplina rigorosíssima, verdadeiramente férrea, de nosso Partido, não fosse o total e incondicional apoio da massa da classe operária, isto é, tudo que ela tem de consciente, honrado, abnegado, influente e capaz de conduzir ou trazer consigo as camadas atrasadas.

A ditadura do proletariado é a guerra mais severa e implacável da nova classe contra um inimigo *mais poderoso*, a burguesia, cuja resistência está decuplicada, em virtude de sua derrota (mesmo que em apenas um país), e cuja potência consiste não só na força do capital internacional, na força e na solidez das relações internacionais da burguesia, como também *na força do costume*, na força da *pequena produção*. Porque, infelizmente, continua a haver no mundo a pequena produção em grande escala, e ela cria capitalismo e burguesia constantemente, todo dia, a toda hora, através de um processo espontâneo e em massa. Por tudo isso, a ditadura do proletariado é necessária, e a vitória sobre a burguesia torna-se impossível sem uma guerra prolongada,

tenaz, desesperada, mortal; uma guerra que exige serenidade, disciplina, firmeza, inflexibilidade e uma vontade única.

A experiência da ditadura proletária triunfante na Rússia, repito, demonstrou, de modo palpável, a quem não sabe pensar ou a quem não teve oportunidade de refletir sobre esse problema, que a centralização incondicional e a disciplina mais severa do proletariado constituem uma das condições fundamentais da vitória sobre a burguesia.

Fala-se disso com frequência. Mas não se medita suficientemente sobre o que isso significa e sobre as condições em que isso se torna possível. Não conviria que as saudações entusiásticas ao Poder dos Sovietes e aos bolcheviques fossem acompanhadas, *mais amiúde, pela mais séria análise* das causas que permitiram aos bolcheviques forjar a disciplina de que necessita o proletariado revolucionário?

O bolchevismo existe como corrente do pensamento político e como partido político desde 1903. Somente a história do bolchevismo em todo o período de sua existência é capaz de explicar satisfatoriamente as razões pelas quais ele pôde forjar e manter, nas mais difíceis condições, a disciplina férrea, necessária à vitória do proletariado.

A primeira pergunta que surge é a seguinte: como se mantém a disciplina do partido revolucionário do proletariado? Como é ela comprovada? Como é fortalecida? Em primeiro lugar, pela consciência da vanguarda proletária e por sua fidelidade à revolução, por sua firmeza, seu espírito de sacrifício, seu heroísmo. Segundo, por sua capacidade de ligar-se, aproximar-se e, até certo ponto, se quiserem, de fundir-se com as mais amplas massas trabalhadoras, antes de tudo com as massas proletárias, mas também com as massas trabalhadoras não proletárias. Finalmente, pela justeza da linha política seguida por essa vanguarda, pela justeza de sua estratégia e de sua tática políticas, com a condição de que as mais amplas massas se convençam disso *por experiência própria*. Sem essas condições, é impossível haver disciplina num partido revolucionário realmente capaz de ser o partido da classe avançada, fadada a derrubar a burguesia e a transformar toda a sociedade. Sem essas condições, os propósitos de implantar uma disciplina convertem-se, inevitavelmente, em ficção, em frases sem significado, em gestos grotescos. Mas, por outro lado, essas condições não podem surgir de repente. Vão se formando somente através de um trabalho prolongado, de uma dura experiência; sua formação é facilitada por uma acertada teoria revolucionária que, por sua vez, não é um dogma e só se forma de modo definitivo em estreita ligação com a experiência prática de um movimento verdadeiramente de massas e verdadeiramente revolucionário.

Se o bolchevismo pôde elaborar e levar à prática com êxito, nos anos de 1917/1920, em condições de inaudita gravidade, a mais rigorosa centralização e uma disciplina férrea, deve-se simplesmente a uma série de particularidades históricas da Rússia.

De um lado, o bolchevismo surgiu em 1903, fundamentado na mais sólida base da teoria do marxismo. E a justeza dessa teoria revolucionária — e de nenhuma outra — foi demonstrada tanto pela experiência internacional de todo o século XIX como, em particular, pela experiência dos desvios, vacilações, erros e desilusões do pensamento revolucionário na Rússia. No decurso de quase meio século, aproximadamente de 1840 a 1890, o pensamento de vanguarda na Rússia, sob o jugo do terrível despotismo do czarismo selvagem e reacionário, procurava avidamente uma teoria revolucionária justa, acompanhando com zelo e atenção admiráveis cada “última palavra” da Europa e da América nesse terreno. A Rússia *tornou sua* a única teoria revolucionária justa, o marxismo, em meio século de torturas e sacrifícios extraordinários, de heroísmo revolucionário nunca visto, de incrível energia e abnegada pesquisa, de estudo, de experimentação na prática, de desilusões, de comprovação, de comparação com a experiência da Europa. Graças à emigração provocada pelo czarismo, a Rússia revolucionária da segunda metade do século XIX contava, mais que qualquer outro país, com enorme riqueza de relações internacionais e excelente conhecimento de todas as formas e teorias do movimento revolucionário mundial.

Por outro lado, o bolchevismo, surgido sobre essa granítica base teórica, teve uma história prática de quinze anos (1903/1917) sem paralelo no mundo, em virtude de sua riqueza de experiências. Nenhum país, no decurso desses quinze anos, passou, nem ao menos aproximadamente, por uma experiência revolucionária tão rica, uma rapidez e uma variedade semelhantes na sucessão das diversas formas de movimento, legal e ilegal, pacífico e tumultuoso, clandestino e declarado, de propaganda nos círculos e entre as massas, parlamentar e terrorista. Em nenhum país esteve concentrada, em tão curto espaço de tempo, semelhante variedade de formas, de matizes, de métodos de luta de todas as classes da sociedade contemporânea, luta que, além disso, em consequência do atraso do país e da opressão do jugo czarista, amadurecia com singular rapidez e assimilava com particular sofreguidão e eficiência a “última palavra” da experiência política americana e européia.

As principais etapas da história do bolchevismo

Anos de preparação da revolução (1903/1905). Prenúncio de grande tempestade em toda parte, fermentação e preparativos em todas as classes.

No estrangeiro, a imprensa dos emigrados expõe teoricamente *todas* as questões essenciais da revolução. Com uma luta encarniçada de concepções programáticas e táticas, os representantes das três classes fundamentais, das três correntes políticas principais — a liberal-burguesa, a democrático-pequeno-burguesa (encoberta pelos rótulos de "social-democrática" e "social-revolucionária") e a proletária revolucionária — prenunciam e preparam a futura luta aberta de classes. Todas as questões que motivaram a luta armada das massas em 1905/1907 e 1917/1920 podem (e devem) ser encontradas, em forma embrionária, na imprensa daquela época. Naturalmente, entre essas três tendências principais, existem todas as formações intermediárias, transitórias, híbridas que se queira. Em termos mais exatos: na luta entre os órgãos da imprensa, os partidos, as frações e os grupos, vão se cristalizando as tendências ideológicas e políticas com caráter realmente de classe; cada uma das classes forja para si uma arma ideológica e política para as batalhas futuras.

Anos de revolução (1905/1907). Todas as classes agem abertamente. Todas as concepções programáticas e táticas são comprovadas através da ação das massas. Luta grevista sem precedentes no mundo inteiro por sua amplitude e dureza. Transformação da greve econômica em greve política e da greve política em insurreição. Comprovação prática das relações existentes entre o proletariado dirigente e os camponeses dirigidos, vacilantes e instáveis. Nascimento, no processo espontâneo da luta, da forma soviética de organização. As discussões de então sobre o papel dos Sovietes são uma antecipação da grande luta de 1917/1920. A sucessão das formas de luta parlamentares e não-parlamentares, da tática de boicote do parlamento e de participação no mesmo, e das formas legais e ilegais de luta, assim como suas relações recíprocas e as ligações existentes entre elas, distinguem-se por uma assombrosa riqueza de conteúdo. Do ponto de vista do aprendizado dos fundamentos da ciência política — pelas massas e os chefes, pelas massas e os partidos —, cada mês desse período equivale a um ano de desenvolvimento "pacífico" e "constitucional". Sem o "ensaio geral" de 1905, a vitória da Revolução de Outubro de 1917 teria sido impossível.

Anos de reação (1907/1910). O czarismo triunfou. Foram esmagados todos os partidos revolucionários e de posição. Desânimo, desmoralização, cisões, dispersão, deserções, pornografia em vez de política. Fortalecimento da tendência para o idealismo filosófico, misticismo como disfarce de um estado de espírito contra-revolucionário. Todavia, ao mesmo tempo, justamente essa grande derrota dá aos partidos revolucionários e à classe revolucionária uma verdadeira lição extremamente proveitosa, uma lição de dialética histórica, de compreensão, de destreza e arte na

direção da luta política. Os amigos se manifestam na desgraça. Os exércitos derrotados passam por uma boa escola.

O czarismo vitorioso vê-se obrigado a destruir apressadamente os remanescentes do regime pré-burguês e patriarcal na Rússia. O desenvolvimento burguês do país progride com notável rapidez. As ilusões à margem e acima das classes, as ilusões sobre a possibilidade de evitar o capitalismo se dissipam. A luta de classes manifesta-se de modo absolutamente novo e com maior relevo.

Os partidos revolucionários têm de completar sua instrução. Aprenderam a desencadear a ofensiva. Agora têm de compreender que essa ciência deve ser completada pela de saber recuar ordenadamente. É preciso compreender — e a classe revolucionária aprende a compreendê-lo através de sua própria e amarga experiência — que não se pode triunfar sem saber atacar e empreender a retirada com ordem. De todos os partidos revolucionários e de oposição derrotados, foram os bolcheviques que recuaram com maior ordem, com menores perdas para seu "exército", conservando melhor seu núcleo central, com cisões menos profundas e irreparáveis, menos desmoralização e com maior capacidade para reiniciar a ação de modo mais amplo, justo e vigoroso. E se os bolcheviques conseguiram tal resultado, foi exclusivamente porque desmascararam impiedosamente e expulsaram os revolucionários de boca, obstinados em não compreender que é necessário recuar, que é preciso saber recuar, que é obrigatório aprender a atuar legalmente nos mais reacionários parlamentos e nas organizações sindicais, cooperativas, nas organizações de socorros mútuos e outras semelhantes, por mais reacionárias que sejam.

Anos de Ascenso (1910/1914). A princípio, o ascenso foi de uma lentidão incrível; em seguida, depois dos acontecimentos do Lena, em 1912, verificou-se com rapidez um pouco maior. Vencendo dificuldades inauditas, os bolcheviques eliminaram os mencheviques, cujo papel como agentes da burguesia no movimento operário foi admiravelmente compreendido depois de 1905 por toda a burguesia, e aos quais, por isso mesmo, ela apoiava de mil maneiras contra os bolcheviques. Estes nunca teriam conseguido eliminar os mencheviques, caso não houvessem aplicado uma tática justa, combinando o trabalho ilegal com a utilização obrigatória das "possibilidades legais". Na mais reacionária das Dumas, os bolcheviques conquistaram toda a bancada operária.

Primeira guerra imperialista mundial (1914/1917). O parlamentarismo legal, com um "parlamento" ultra-reacionário, presta os mais úteis serviços ao partido do proletariado revolucionário, aos bolcheviques. Os deputados bolcheviques são deportados para a Sibéria. Na imprensa dos emigrados, encontram entre nós sua mais

plena expressão todos os matizes das concepções do social-imperialismo, do social-chauvinismo, do social-patriotismo, do internacionalismo inconseqüente e do conseqüente, do pacifismo e da negação revolucionária das ilusões pacifistas. Os imbecis sabichões e as velhas comadres da II Internacional, que franziam o cenho com desdém e arrogância ante a abundância de “frações” no socialismo russo e ante a luta encarniçada que havia entre elas, foram incapazes, quando a guerra suprimiu em todos os países adiantados a tão alardeada “legalidade”, de organizar, ainda que apenas aproximadamente, um intercâmbio livre (ilegal) de idéias e uma elaboração livre (ilegal) de concepções justas, como os revolucionários russos organizaram na Suíça e em outros países. Precisamente por isso, tanto os social-patriotas declarados como os “kautskistas” de todos os países revelaram-se os piores traidores do proletariado. E se o bolchevismo foi capaz de triunfar em 1917/1920, uma das causas fundamentais dessa vitória consiste em que desmascarou impiedosamente, já desde fins de 1914, a vileza, a infâmia e a abjeção do social-chauvinismo e do “kautskismo” (ao qual correspondem o longuetismo na França, as idéias dos chefes de Partido Trabalhista Independente⁴ e dos fabianos na Inglaterra, de Turati na Itália, etc.) e em que as massas foram se convencendo cada vez mais, por experiência própria, de que as concepções dos bolcheviques eram justas.

Segunda Revolução Russa (fevereiro-outubro de 1917). O incrível grau de decrepitude e caducidade do czarismo criou contra ele (com a ajuda dos reveses e sofrimentos de uma guerra infinitamente penosa) uma tremenda força destruidora. Em poucos dias, a Rússia converteu-se numa república burguesa democrática mais livre (nas condições da guerra) que qualquer outro país. Os chefes dos partidos de oposição e revolucionários começaram a formar o governo, como nas repúblicas do mais “puro parlamentarismo”, pois o título de chefe de partido de oposição no parlamento, mesmo no mais reacionário jamais havido, sempre *facilitou* o papel ulterior desse chefe na revolução. Em poucas semanas, os mencheviques e os “social-revolucionários” assimilaram com perfeição todos os maneirismos e posições, argumentos e sofismas dos heróis europeus da II Internacional, dos ministerialistas e de toda a corja oportunista. Tudo o que hoje lemos sobre os Scheidemann e os Noske, Kautsky e Hilferding, Renner e Austerlitz, Otto Bauer e Fritz Adles, Turati e Longuet, sobre os fabianos e os chefes do Partido Trabalhista Independente da Inglaterra nos parece (e é, na realidade) uma repetição monótona de um assunto antigo e conhecido. A História os ludibriou, obrigando os oportunistas de um país

atrasado a se manifestarem antes dos oportunistas de uma série de países adiantados.

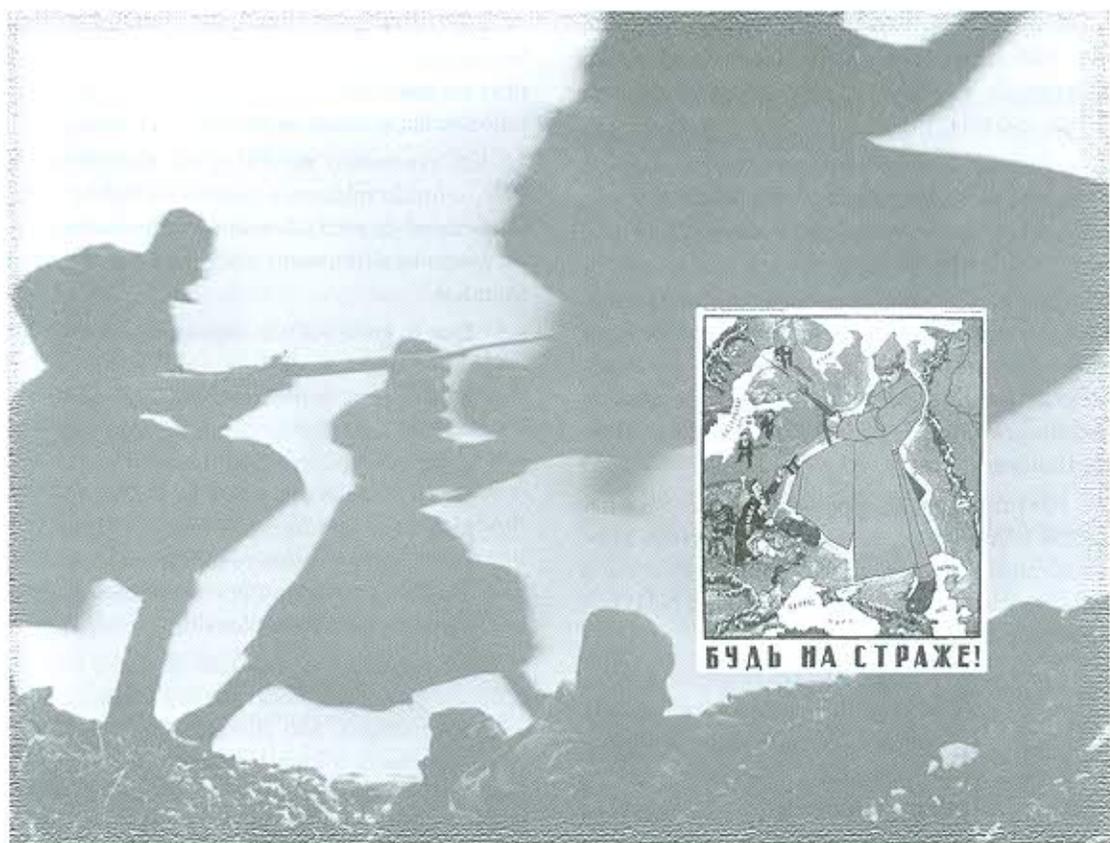
Se todos os heróis da II Internacional fracassaram e se cobriram de opróbrio na questão do papel e da importância dos Sovietes e do Poder Soviético; se eles se cobriram de ignomínia com singular “brilhantismo” e se os chefes dos três grandes partidos que se separaram agora da II Internacional (Partido Social-Democrata Independente da Alemanha, Partido Longuetista da França e Partido Trabalhista Independente da Inglaterra) se confundiram nessa questão; se todos eles se tornaram escravos dos preconceitos da democracia pequeno-burguesa (exatamente da mesma maneira que os pequeno-burgueses de 1848, que se chamavam “social-democratas”), também é verdade que *já vimos tudo isso* no exemplo dos mencheviques. A História fez esse gracejo: os Sovietes surgiram na Rússia em 1905, foram falsificados em fevereiro-outubro de 1917 pelos mencheviques — que fracassaram por não haver compreendido o papel e a importância dos Sovietes —, e hoje surgiu no mundo inteiro a idéia do Poder Soviético, idéia que se difunde com inusitada rapidez entre o proletariado de todos os países. Enquanto isso, os antigos heróis da II Internacional fracassam *em toda parte*, por não terem sabido compreender, do mesmo modo que os nossos mencheviques, o papel e a importância dos Sovietes. A experiência demonstrou que, em algumas questões essenciais da revolução proletária, todos os países passarão, inevitavelmente, por onde a Rússia passou.

Contrariamente às opiniões que não raro se expendem agora na Europa e na América, os bolcheviques começaram com muita prudência e não prepararam de modo algum com facilidade a sua vitoriosa luta contra a república burguesa parlamentar (de fato) e contra os mencheviques. No início do período citado, não conclamamos à derrubada do governo, e sim explicamos a impossibilidade de fazê-lo sem modificar previamente a composição e o estado de espírito dos Sovietes.

Não declaramos o boicote ao parlamento burguês, mas, pelo contrário, dissemos — e a partir da Conferência de nosso Partido, celebrada em abril de 1917, passamos a dizê-lo oficialmente em nome do Partido — que uma república burguesa com uma Constituinte era preferível à mesma república sem Constituinte, mas que a república “operário-camponesa” soviética é melhor que qualquer república democrático-burguesa, parlamentar. Sem essa preparação prudente, minuciosa, sensata e prolongada não teríamos podido alcançar nem manter a vitória de Outubro de 1917.¹²

Nota

1 Biblioteka Socialista, opúsculo 11; Ignaz Brand. (Nota da Redação)



A INTERNACIONAL E A "DEFESA NACIONAL"

Lênin. In: A luta contra a guerra.
Rio de Janeiro, Colvino Filho Editor, 1934.

Não é verdade que a Internacional tenha consagrado pouca atenção ao problema da guerra. Quase todos os Congressos Socialistas Internacionais se ocuparam dela. Uma análise dos fatos passados bastará para demonstrar isto. A antiga Internacional¹ consagrou a este problema duas resoluções em dois Congressos. A segunda Internacional dele se ocupou em oito Congressos e em oito resoluções. Tratou, por outro lado, a questão colonial em cinco resoluções.

É inexato que a Internacional tenha ensinado aos operários que eles não tinham senão que averiguar se uma guerra era defensiva para que a questão ficasse em seguida truncada e que não lhe restasse mais que pôr o fuzil ao ombro e ir a exterminar o "inimigo". Quem quer que se dê a pachorra de percorrer as resoluções autênticas da Primeira e da Segunda Internacional convencer-se-á de que nada de semelhante foi jamais resolvido.

Examinemos estas resoluções:

Em 1867, no Congresso Lausana, a Primeira Internacional elabora uma moção detalhada sobre a guerra. O ponto fundamental está na indicação de que "não basta suprimir os exércitos permanentes para terminar as guerras, porém uma transformação de toda ordem social é para tal fim, igualmente necessária". Uma só medida prática foi tomada: a adesão a Liga da Paz burguesa-democrática (com a qual, dizemos entre parêntesis, não tardou em romper). Em 1867, no Congresso de Bruxelas, a Internacional "recomenda muito particularmente aos operários parar o trabalho em seu país em caso de guerra".

O conselho Geral da Primeira Internacional adota em 1866, no começo da guerra austro-prussiana, uma resolução na qual recomenda aos proletários considerar este conflito como o de dois tiranos e tirar partido da situação para a sua própria emancipação.

Em um manifesto às Trade Unions, em julho de 1868, o mesmo Conselho Geral, no qual não é ignorada a influência preponderante de Karl Marx, escrevia:

As bases da sociedade devem estar na fraternidade dos trabalhadores, libertados das mesquinhas rivalidades nacionais. O trabalho não tem pátria.²

Tais são as resoluções da Primeira Internacional. Na Conferência de Londres, em 1888, os deputados social-democráticos recebem o mandato de trabalhar para a instituição de Cortes de Arbitragem para Liquidação dos Conflitos entre os Estados.

No primeiro Congresso da Segunda Internacional (Paris 1889), tomou-se uma precisa resolução antimilitarista. Reivindicação principal: a substituição dos exércitos permanentes pelas milícias populares.

Em 1891, o Congresso de Bruxelas, "considerando que a situação da Europa torna-se cada ano mais ameaçadora...; considerando as campanhas patrioteiras das classes dirigentes, convida todos trabalhadores a protestar por uma agitação incessante contra todas as tentativas de guerra e... declara que a responsabilidade das guerras recai em todos os casos... sobre as classes dirigentes".

Em 1893, o Congresso de Zurique declara:

A social-democracia revolucionária internacional deve insurgir-se com a maior energia contra as aspirações patrioteiras das classes dirigentes. Os representantes dos partidos operários tem de rechaçar todos os créditos militares e protestar contra a manutenção de exércitos permanentes.

Em 1896, o Congresso de Londres declara:

A classe operária de todos os países deve opor-se à violência provocada pelas guerras como se opõe a todas as violências das classes dirigentes a seu respeito...

Em 1900, no Congresso de Paris, a Internacional decide categoricamente que

os deputados socialistas de todos os países estão incondicionalmente obrigados a votar contra os gastos militares, navais e contra as expedições coloniais.

Em 1907, em Stuttgart, depois de haver examinado a questão sob todos os seus aspectos, a Internacional adota uma resolução circunstanciada, cuja passagem mais importante é esta:

se rebenta a guerra, apesar de tudo, os socialistas tem por dever intervir para apressar o fim e tirar de todas as maneiras partido da crise econômica e política, para sublevar o povo e precipitar por isso mesmo a queda da dominação capitalista.

Em 1910, em Copenhague, a resolução de Stuttgart é confirmada e a Internacional declara uma vez mais que é "o dever invariável dos deputados rechaçar todos os créditos de guerra".

Em novembro de 1912, no Congresso de Bale, reunido durante a guerra dos Bálcãs, a Internacional dá uma clara ameaça de revolução se os governos criminosos chegarem até a guerra mundial.

Que os governos não esqueçam – declara o Congresso de Bale – que a guerra franco-alemã provocou a erupção revolucionária da Comuna, que a guerra russo-japonesa pôs em movimento as forças revolucionárias dos povos da Rússia. Os proletários consideram como um crime fazer fogo uns contra os outros em benefício dos capitalistas, por rivalidades dinásticas e tratados diplomáticos secretos.

E comentando a resolução de Bale, não foi o único a declarar: "Não iremos à guerra contra nossos irmãos, não atiremos sobre eles; se as coisas chegarem a uma conflagração, isto será a guerra sobre outra frente, será a revolução". Vitor Adler dizia categoricamente:

aproxima-se a hora em que o proletariado se servirá das armas postas em suas mãos; o proletariado intervirá como acusador; aproxima-se a hora em que o proletário terá em suas mãos o punhal com que executará sua sentença. (Fazemos esta citação pelo Basler – Vorwaerts, nº 277).

Tal era, até o presente, a linguagem da Internacional. Procurar-se-á em vão, achar nestas moções uma aprovação da guerra, ainda que defensiva.

A Internacional dizia como combater a guerra, como fazer quando a guerra estale. Dizia:

votai contra os créditos, chamai a massas aos combates, preparai a guerra civil (A Comuna dada como exemplo); recordai que as guerras não são mais que violência das classes dirigentes contra os operários, que elas são engendradas pela ordem capitalista.

Apelava à luta contra a guerra moderna. Em suas moções sobre a política colonial, a Internacional, apesar dos revisionistas, desejosos de fazer uma política colonial "socialista", repetia muitas vezes que as guerras do período capitalista são feitas exclusivamente por mercados de milhares e milhões.

Porém, hoje!... Como desonraram a Internacional os social-patriotas de todos os países! A Internacional não disse nunca que os socialistas deviam participar da "defesa nacional" em toda guerra defensiva. Na época das guerras imperialistas, teria sido um absurdo puro. Kautsky escreveu uma vez:

Na situação política mundial dada, não se pode sequer imaginar uma guerra, na presença da qual fosse admissível o proletariado ou a democracia interessados na defesa contra a agressão. Por certo, os princípios da democracia nos põem na obrigação de defender a independência nacional e os princípios do internacionalismo, nos obriga à defesa da independência de cada nação. Nenhuma parte porém, da independência das grandes nações, nas quais temos que pensar quando se fala de guerra, acha-se ameaçada. O único perigo de guerra atual é criado pela política colonial mundial, em relação à qual o proletariado tem, desde o começo, adotado resolutamente uma atitude negativa... Nestas condições, não precisamos dizer aos governos que podem contar com o entusiasmo dos operários senão atacados por inimigos exteriores por causa de sua política exterior; e sim que temos que condenar toda guerra possível como um crime contra os interesses do povo. (Neue Zeit, 1907, p. 885).

Em 1907, Kautsky não tinha deixado ainda aviltar com o papel de sábio bonzo e de teórico anexo aos senhores Sudekun e Haase. Compreendia que a guerra atual não podia ser senão uma guerra imperialista, que a pátria alemã não arriscava de modo algum o perder a sua independência, que defender o princípio da independência das nações não equivalia a casar legalmente o Partido Social Democrata com os *junkers* prussianos.

Nas guerras imperialistas que caracterizam toda nossa época, o assaltante pode se encontrar amanhã na situação de defesa e vice-versa. Por esta razão, já não podia a Internacional aconselhar em todas as ocasiões a guerra defensiva. Não temos que confundir as perigosas declarações isoladas de alguns líderes socialistas com a opinião da Internacional. A Internacional pronunciou-se, é verdade, mais de uma vez, pelo direito das nações de disporem de si mesmas. Desde Copenhague (1910), recomendava "defender o direito de todos os povos disporem de si mesmos". A antiga Internacional, a Primeira, fez as mesmas declarações. Podem, porém, referir-se a uma guerra imperialista tão típica como a do ano de 1914?

A diferença entre uma guerra ofensiva e uma guerra defensiva é, na maioria dos casos, completamente duvidosa, escrevia Kautsky, ainda em 1905 (ver o "Patriotismo"), e em 1907, no Congresso social-democrata alemão, em Hessem, Kautsky, replicando a Bebel, disse ainda:

Na realidade, a questão não se apresentará para nós, num caso de guerra, em relação a tal ou qual nação separada, já que a guerra entre as grandes potências converter-se-á em uma guerra mundial e não se limitará a dois Estados. Acontecerá que um bom dia tentará ludibriar aos trabalhadores alemães de que França seja o agressor. O governo francês, por seu lado, fará o mesmo. E nós seremos as testemunhas de uma guerra em que os operários franceses e alemães, igualmente entusiastas e seguindo aos seus governos, estrangularem-se-ão entre si.

Não, o critério da guerra defensiva, isto é, da "defesa nacional" não vale nada para os socialistas. Nós não estamos contra *toda* a guerra. Em 1848, Marx e Engels preconizavam a *guerra revolucionária* ofensiva da Alemanha contra a Rússia. A *Nova Gazeta Renana* escrevia: "somente a guerra contra a Rússia seria uma guerra da Alemanha revolucionária, uma guerra na qual poderia resgatar seus pecados e arranjar forças, vencer aos seus próprios autocratas".

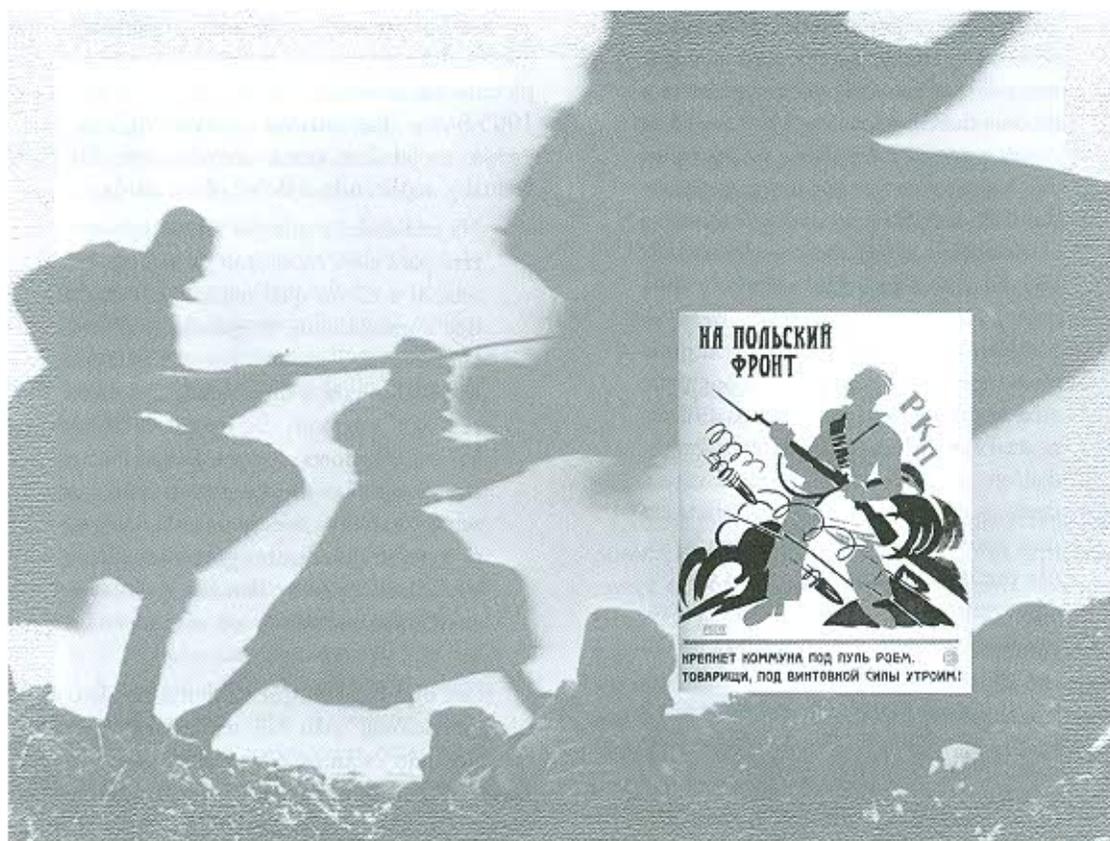
Quão longe estamos do que hoje fazem os Sudekun e os Haase que ajudam a seus "próprios autocratas" a melhor estrangular o proletariado alemão!

A Internacional não justificou nem preconizou jamais o que fizeram os social-patriotas, em Alemanha, em Áustria, em França e na Bélgica. A simples coleção das resoluções da Internacional constituiria o melhor requisito contra os oportunistas que as rasgaram, conduzindo assim a própria internacional *knach*. Os oportunistas eram *muito fortes* na Internacional, porém não o suficiente para afirmar, sob sua égide o patriotismo trombeteado hoje por Haase, Vaillant, Hervé e Sudekun. No momento em que o oportunismo e o patrioterismo triunfaram temporariamente nos maiores partidos da Europa, deixou de viver.

Outra Internacional a substituirá. 

Notas

- 1 Lénin se refere à Primeira Internacional fundada por Karl Marx. (N. do T.)
- 2 Paráfrase do famoso postulado do Manifesto Comunista: "os operários não têm pátria". Nos tempos atuais os Sudekun, os Bernestein e os Plekanov também consideram esta afirmação como "antiquada". (Nota do autor).



SOBRE A LUTA CONTRA O SOCIAL-CHAUVINISMO

Lênin. In: A luta contra a guerra.
Rio de Janeiro, Calvino Filho Editor, 1934.

A documentação mais interessante e mais recente sobre este assunto de palpitante atualidade provém da Conferência internacional das mulheres socialistas recentemente terminada em Berna. Os leitores encontrarão mais abaixo a ata da conferência e o texto das resoluções que adotou e que rechaçou. No presente artigo, temos a intenção sobre um aspecto da questão.

As delegadas das organizações femininas, aproximadas do Comitê Unitário, as holandesas do partido de Troelstra, as suíças da organização que combate energicamente a *Berner Tagwacht* por sua orientação que lhes parece demasiado esquerdista, a delegada francesa desejosa de não se separar em nenhuma questão, por pouca importância que tenha, de seu partido oficial, que se coloca, como sabemos, sobre uma plataforma social-chauvinista, as inglesas hostis a que se combata o pacifismo e contrárias à tática revolucionária do proletariado, uniram-se com as social-democratas alemãs

de esquerda, sobre uma resolução. Os delegados das organizações femininas do Comitê Central de nosso partido separaram-se dessa maioria preferindo permanecer temporariamente isoladas do que participar em tal bloco.

Qual foi a matéria do desacordo? Qual é sua significação social e de princípio?

À primeira vista, a resolução da maioria que reuniu os sufrágios dos oportunistas e de uma parte das esquerdas produz uma boa impressão e parece justa em princípio. A guerra é reconhecida como imperialista, a defesa nacional é condenada, os operários são chamados a manifestações de massas etc. Parece que nosso texto não difere deste senão em algumas expressões mais brutais, como as de "traição", "oportunismo", "retirada dos socialistas dos ministérios burgueses" etc.

É certamente sob este ponto de vista que será criticada a retirada da delegação feminina do Comitê Central de nosso partido, da conferência.

Basta porém, examinar os fatos com pouco mais de atenção, sem se conformar no reconhecimento formal de tal ou qual verdade para ver quão inconsistente é esta crítica.

Duas concepções filosóficas gerais de apreciações sobre a guerra e sobre as tarefas da Internacional, duas táticas de partidos proletários chocaram-se no Congresso. Uma opinião sustenta que não houve *krach* (desmoronamento) da Internacional, que não existem obstáculos sérios e profundos que impeçam a volta dos chauvinistas ao socialismo, que não há no movimento operário um inimigo interno e irreduzível encarnado no oportunismo e que este não traiu manifestadamente, abertamente, inegavelmente ao socialismo. Daí a conclusão: não condenemos a ninguém, anistiemos aos violadores das resoluções de Stuttgart e de Bale, contentemo-nos em aconselhar uma orientação um pouco mais esquerda e em chamar as massas a manifestar-se.

A outra opinião é – sobre todos os pontos enumerados – diametralmente oposta. Nada é mais nocivo e mais nefasto à causa proletária do que a continuação, no interior do partido, de *manobras diplomáticas* com os oportunistas e os social-chauvinistas. A resolução da maioria foi aceita pelos oportunistas e delegados agregados aos partidos oficiais atuais porque estava profundamente imbuida de um espírito diplomático. Esta diplomacia serve para jogar poeira nos olhos das massas operárias *agora* dirigidas pelos social-patriotas oficiais. Inculca-se às massas operárias a idéia indiscutivelmente errônea e perigosa de que os partidos social-democratas atuais, com suas direções *atuais* são *capazes de adotar* uma nova orientação e de fazer, em lugar de uma política falsa, uma política justa.

Não é assim. Isso é um erro, o mais profundo e o mais nefasto. Os partidos social-democratas são *incapazes* de mudar seriamente de orientação. *Na realidade*, tudo ficará como no passado. E os votos de esquerda expressados na resolução da maioria ficarão como votos inocentes, o que foi percebido pelo seguro instinto político dos delegados do partido de Troelstra e da direção atual do partido francês – que votaram essa resolução. O chamado dirigido às massas, convidando-as a manifestar, não pode adquirir uma significação séria, prática, eficaz, senão sendo ativamente sustentado pelas direções dos partidos social-democratas atuais.

Pode-se esperar que elas apóiem esse apelo? Evidentemente, não. Concebe-se que esse chamado encontrará não o apoio e sim a oposição mais encarniçada, e freqüentemente velada, das direções dos partidos.

Se se houvesse dito tudo claramente aos operários, os operários saberiam a verdade. Saberiam que para realizar os votos das esquerdas é ne-

cessária uma modificação radical na orientação dos partidos social-democratas, que é necessária a luta mais tenaz contra os oportunistas e seus amigos do centro. Em lugar disso, agora, adormeceram os operários com promessas radicais, recusando em chamar, alta e claramente, ao mal pelo seu nome, ao mal que, sem uma luta contra ele, as promessas são irrealizáveis.

Os líderes diplomáticos protagonistas da política chauvinista nos partidos social-democratas atuais tiram vantagem, a mil maravilhas, da indecisão e da falta de clareza da resolução da maioria: “Os argumentos sérios de Kaustky & Cia. não foram apreciados, estudados; retomemos o estudo num círculo ampliado”. Outros dirão: “Vede, não tínhamos nós razão de dizer que não existem desacordos profundos entre nós, posto que os delegados dos partidos de Troelstra e dos do partido de Guesde e de Sembat estiveram de acordo com os representantes da esquerda alemã?”

A conferência das mulheres devia – em lugar de ir em ajuda de Scheidemann, de Haase, de Vandervelde e de Hyndiman, de Guesde e de Sembat, de Plekanov etc., em lugar de adormecer os operários – esforçar-se por despertá-los e declarar uma guerra encarniçada ao oportunismo. Somente então a esperança de uma emenda dos citados chefes haveria sido o resultado prático, e se haveria obtido a conjunção das forças para uma ação séria e difícil.

Considerai o fato da votação das resoluções de Stuttgart e de Bale pelos oportunistas e centristas: *eis tudo*.

Recordai clara e honestamente, sem diplomacia, o que houve.

Prevendo a guerra, a Internacional se reuniu e decidiu, por unanimidade, trabalhar, em caso de guerra, para “apressar o *krach* do capitalismo”, trabalhar com o espírito da Comuna de outubro e dezembro de 1905 (termos textuais da resolução de Bale), trabalhar com tal espírito que se considerasse o fato de que “operários de um país atirassem sobre os de outro” como “um crime”.

O sentido do trabalho internacional proletário, revolucionário, está aí indicado com tão completa clareza, tão nitidamente que não se poderia dizer melhor, pelo menos observando a legalidade.

A guerra estala, justamente tal como havia previsto a resolução de Bale. Os partidos oficiais fazem justamente ao contrário do que deviam fazer, trabalhando não como internacionalistas, mas como nacionalistas, não como proletários, e sim como burgueses, não como revolucionários, e sim como ultra-oportunistas. Se dizemos aos operários: “houve uma traição aberta ao socialismo”, afastamos, com uma só palavra, todas as escapatórias, todas as sutilezas, todos os sofismas da maneira de Kautsky e de Axelrod, e indicamos claramente a profundidade e a força do mal, cha-

mando claramente a luta contra o mal, e não a reconciliação com ele.

A resolução da maioria, porém tapeia: nem uma palavra de condenação aos traidores, nem uma sílaba que se refira ao oportunismo; uma simples *repetição* das idéias das resoluções de Bale. Como se nada sério houvesse acontecido. Uma falta ocasional foi cometida. Basta *repetir* a antiga resolução; um desacordo pouco profundo, que não é de princípio, manifestou-se. Basta *disfarçá-lo*...

Isto é zombar das resoluções da Internacional, zombar dos operários! Os social-chauvinistas não querem na realidade nada mais do que as simples *repetição* das velhas resoluções, prevendo que isto em nada modifica os fatos. Isto é em verdade a *anistia* tácita, hipocritamente dissimulada, concedida aos partidários social-chauvinistas da maioria dos partidos atuais. Sabemos que "muita gente" está precisamente desejosa de seguir este caminho, contentando-se com algumas frases de esquerda. Com esta gente, não temos nada em comum. Seguimos e seguiremos *outro* caminho. Queremos ajudar o movimento operário, con-

tribuir pra a formação de partidos operários *na prática*, como o espírito de irredutibilidade a respeito do oportunismo e do social-chauvinismo.

Uma parte dos delegados alemães temia adotar uma resolução perfeitamente definida por motivos concernentes exclusivamente *à maneira* do desenvolvimento da luta contra o social-chauvinismo, num só partido, o seu. Estas considerações estavam, evidentemente, fora do lugar, eram errôneas, pois a resolução internacional não tocava e não podia tocar na maneira do desenvolvimento, nem nas condições concretas da luta contra o social-chauvinismo nos distintos países; neste domínio, a autonomia dos partidos está fora de discussão. Era necessário proclamar e apoiar do alto da tribuna da Internacional a ruptura definitiva com o social-chauvinismo em todas as direções, na totalidade do trabalho social-democrata. Em lugar disto, a resolução da maioria renovou ainda uma vez o velho erro, o erro da 2ª Internacional, consistente em cobrir diplomaticamente ao oportunismo e a diferença entre a palavra e a ação. Repitamos: nós não marcharemos por *esse* caminho. ■



O CARÁTER DA REVOLUÇÃO RUSSA

Trotsky. In: A luta pelo poder. Amadora, Fronteira, 1977.

Os escribas e políticos liberais, socialistas-revolucionários e mencheviques preocupam-se muito com a significação sociológica da Revolução Russa. Será uma revolução burguesa ou qualquer outro tipo de revolução? À primeira vista, esta teorização acadêmica pode parecer um tanto enigmática. Os liberais não têm nada a ganhar ao revelarem os interesses de classe que estão por detrás da "sua" revolução. Quanto aos "socialistas" pequeno-burgueses, em geral, eles não utilizam a análise teórica na sua atividade política, mas preferem invocar o "senso comum", ou seja, a mediocridade e a ausência de princípios. A verdade é que a opinião de Mioukov-Dan, inspirada por Plekhanov, sobre o caráter burguês da Revolução Russa, não contém uma única pitada de teoria. Nem *Yedinstvo*, nem *Rietch*, nem *Dien*, nem a *Rabotchaia Gazeta* matam a cabeça para definir bem o que entendem por revolução burguesa. O objetivo

das suas manobras é puramente prático: trata-se de demonstrar o "direito" da revolução burguesa para exercer o poder. Mesmo se os soviets representam a maioria da população politicamente formada, mesmo se em todas as eleições democráticas, na cidade e no campo, os partidos capitalistas foram ultrapassados por larga margem, "dado que a revolução tem um caráter burguês", é necessário preservar os privilégios da burguesia e dar-lhe no governo um papel que a configuração dos grupos políticos no país não lhe dá absolutamente direito. Se devemos agir de acordo com os princípios do parlamentarismo democrático, é evidente que o poder pertence aos social-revolucionários, quer estejam sozinhos ou aliados com os mencheviques. Mas, como "a nossa revolução é uma revolução burguesa", os princípios da democracia estão suspensos e os representantes da esmagadora maioria do povo recebem cinco pastas no

governo, enquanto os representantes de uma ínfima minoria obtêm duas vezes mais. Que vá para o diabo a democracia! E viva a sociologia de Plekhanov!

“Suponho que vocês queriam uma revolução burguesa sem a burguesia?”, pergunta sutilmente Plekhanov, fazendo apelo às idéias de Engels e mesmo à própria dialética.

“É exatamente isso”, interrompe Milioukov. “Nós, os cadetes, estaremos dispostos a abandonar o poder que o povo, com toda a evidência, não nos quer dar. Mas não podemos escapar-nos perante a ciência”. E ele refere-se, claro, ao “marxismo” de Plekhanov como autoridade.

Dado que a nossa revolução é uma revolução burguesa, explicam Plekhanov, Dan e Potressov, devemos definir uma aliança política entre os trabalhadores e os exploradores. E, à luz desta sociologia, a fantochada das ameaças físicas entre Boublikov e Tseretelli revela-se em toda a sua significação histórica.

Denota-se um certo dissabor, que é mesmo próprio do caráter burguês da revolução, que serve agora para justificar a coligação entre os socialistas e os capitalistas, a qual, durante um bom par de anos, foi considerada por esses mesmos mencheviques como conduzindo a conclusões diametralmente opostas. Dado que numa revolução burguesa, gostavam eles de dizer, o governo no poder não deve ter outra função que não seja a de salvaguardar a dominação da burguesia, é claro que o socialismo nada tem a ver com isso, o seu lugar não é no governo, mas no seio da oposição. Plekhanov considerava que os socialistas não podiam *sob nenhuma condição* participar num governo burguês e atacou violentamente Kautski, cuja firmeza admitia, neste ponto, certas exceções. “Tempora legesque mutantur”¹, diziam os políticos saudosos do antigo regime. E parece que será também o caso para as “leis” da sociologia de Plekhanov.

Pouco importa a contradição entre as opiniões dos mencheviques e do seu líder Plekhanov, porque, quando se comparam as suas declarações antes da revolução com as de hoje, um único pensamento domina as duas fórmulas: não se pode fazer uma revolução burguesa “sem a burguesia”. À primeira vista, isto pode parecer muito evidente, mas trata-se apenas de um grande disparate.

A história da humanidade não começou com a conferência de Moscou. Houve algumas revoluções antes. No fim do século XVIII, houve em França uma revolução, que se designa, com toda a razão, como a “Grande Revolução”, e que era uma revolução burguesa. No decurso de uma das suas fases, o poder caiu nas mãos dos jacobinos, que eram apoiados pelos “sans-culottes”, ou seja, pelos trabalhadores semiproletários das cidades e que interpuseram entre si e os girondinos o evidente

retângulo da guilhotina. Mas apenas a ditadura dos jacobinos deu à Revolução Francesa a sua importância histórica, fazendo dela a “Grande Revolução”. E, no entanto, essa ditadura foi instaurada não apenas *sem* a burguesia, mas ainda *contra* ela e contra a sua própria vontade. Robespierre, que não pôde iniciar-se nas idéias de Plekhanov, substituiu todas as leis da sociologia e, em vez de apertar a mão aos girondinos, cortou-lhes a cabeça. Isso era cruel, sem dúvida, mas essa crueldade não impediu que a Revolução Francesa se tornasse a “Grande Revolução”, dentro dos limites do seu caráter burguês. Marx, em nome de quem se cometem hoje no nosso país tantos disparates, disse que “o terrorismo francês no seu conjunto não foi mais que uma forma *plebéia* de acabar com os inimigos da burguesia”². E, como essa burguesia tinha muito medo desses métodos plebeus para acabar com os inimigos do povo, os jacobinos não privaram a burguesia apenas do poder, mas aplicaram-lhe ainda uma lei de ferro e de sangue cada vez que ela fazia qualquer tentativa para deter ou “moderar” o trabalho dos jacobinos. É claro, portanto, que os jacobinos cumpriram e realizaram uma revolução burguesa sem a burguesia.

A propósito da revolução inglesa de 1648, Engels escreveu: “Para que a burguesia pudesse recolher todos os frutos chegados à maturidade, bastava que a revolução ultrapassasse de longe os seus primeiros objetivos, como foi novamente o caso da França em 1793 e da Alemanha em 1848. Reside aí certamente *uma das leis da evolução da sociedade burguesa*”³. Vemos que a lei de Engels é diametralmente oposta à da construção engenhosa de Plekhanov, adotada pelos mencheviques e espalhada por toda parte como sendo do marxismo.

Claro, pode objetar-se que os jacobinos perenticiam eles mesmos à burguesia e à pequena burguesia. Isso é realmente verdade. Mas não será também o caso da pretensa “democracia revolucionária” dirigida pelos socialistas-revolucionários e mencheviques? Entre o partido cadete, que representava os interesses dos maiores ou menores proprietários, e os socialistas-revolucionários, não houve nenhum partido intermédio, em nenhuma eleição, fosse na cidade ou no campo. Deduziu-se daí, com uma certeza matemática, que a pequena burguesia teria encontrado a sua representação política nas fileiras dos socialistas-revolucionários.

Os mencheviques, cuja política não difere em nada dos socialistas-revolucionários, refletem os mesmos interesses de classe, mas isto não está em contradição com o fato de serem também apoiados por uma fração dos trabalhadores mais atrasados e mais conservadores e privilegiados. Por que é que os socialistas-revolucionários se mostraram incapazes de assumir o poder? Em que sentido e por que é que o caráter “burguês” da Revolução Russa (se se supõe que é esse o caso) obrigaria os socialistas-revolucionários e os mencheviques

a substituir os métodos plebeus dos jacobinos pelo processo bem elevado de um acordo com a burguesia contra-revolucionária? Claro, é preciso procurar essa razão não no caráter “burguês” da nossa revolução, mas no caráter lamentável da nossa democracia pequeno-burguesa. Em vez de utilizar o poder que tem na mão como órgão da realização das exigências essenciais da História, a nossa democracia fraudulenta tem passado respeitosa e todo o poder real para a “clique” contra-revolucionária e militar-imperialista, e Tseretelli, na conferência de Moscou, pôde mesmo vangloriar-se pelo fato de os Soviéticos não abandonarem o poder à força, após a sua derrota numa luta corajosa, mas por sua plena vontade, com prova de auto-apagamento político. Porém, não é com a docilidade do veado que estende o pescoço para o cutelo do carrasco que se podem conquistar novos mundos.

A diferença entre os terroristas da Convenção e os capitulados de Moscou é a diferença que existe entre os tigres e os veados: apenas uma diferença de coragem. Mas tal diferença não é fundamental, não faz mais que disfarçar uma outra diferença decisiva no plano da própria democracia. Os jacobinos encontravam a sua base nas classes dos pequenos proprietários ou não-proprietários, incluindo o embrião de proletariado que então já existia. No nosso caso, o proletariado industrial saiu da democracia imprecisa para ocupar na História uma posição em que exerce uma influência de primordial importância. A democracia pequeno-burguesa perdia as suas qualidades revolucionárias mais importantes à medida que essas qualidades se desenvolviam no proletariado ao libertar-se da tutela pequeno-burguesa. Este fenômeno foi, por sua vez, devido ao grau incomparavelmente mais elevado de desenvolvimento capitalista na Rússia em relação à França dos fins do século XVIII. O poder revolucionário do proletariado russo, que não pode de nenhuma forma ser avaliado segundo a sua importância numérica, fundamentou-se sobre o seu poder produtivo imenso, que aparece mais claramente que nunca em tempo de guerra. A ameaça de uma greve dos caminhos de ferro lembra-nos novamente, hoje, como todo o país depende do trabalho organizado do proletariado. O partido pequeno-burguês e camponês, logo desde o início da revolução, estava submetido ao fogo cruzado dos grupos poderosos, formados pelas classes imperialistas, de um lado, e o proletariado revolucionário e internacionalista, do outro lado. Na sua luta para exercer uma influência própria sobre os trabalhadores, a pequena burguesia não deixou de se orgulhar do seu “talento para gerir o Estado”, mesmo do seu “patriotismo”, e mergulhou assim numa dependência servil em relação aos grupos capitalistas contra-revolucionários. Ao mesmo tempo, perdeu toda a possibilidade

de liquidar a antiga barbárie que impregnava os setores da população que lhe eram ainda afeitos. A luta dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques para influenciar o proletariado cedia cada vez mais o lugar a uma luta do partido proletário para obter a direção das massas semi-proletárias das cidades e das aldeias. Dado que eles transmitiram “de plena vontade” o seu poder para as “cliques” burguesas, os socialistas-revolucionários e os mencheviques foram obrigados a transmitir integralmente a missão revolucionária para o partido do proletariado. E isso bastou logo para demonstrar que a tentativa para abordar as questões táticas fundamentais por uma simples referência ao caráter “burguês” da nossa revolução pode simplesmente conseguir espalhar a confusão no espírito dos trabalhadores atrasados e iludir os camponeses.

No decurso da Revolução de 1848, em França, o proletariado tinha feito já esforços heróicos para agir de forma independente. Mas não revelava ainda uma teoria revolucionária clara nem uma organização de classe reconhecida. A sua importância na produção é infinitamente menor que a atual função econômica do proletariado russo. De resto, antes de 1848 havia uma outra revolução, que resolveu à sua maneira a questão agrária, e daí resultou um isolamento muito nítido do proletariado, sobretudo em Paris, em relação às massas camponesas. A nossa situação a este respeito é infinitamente mais favorável. As hipotecas sobre a terra, as obrigações vexatórias de todo o gênero e a exploração agressiva da Igreja impõem-se à revolução como problemas inelutáveis, que exigem medidas corajosas e sem compromisso. O “isolamento” do nosso partido em relação aos socialistas-revolucionários e aos mencheviques não significaria de modo nenhum um isolamento do proletariado em relação às massas oprimidas das cidades e dos campos. Pelo contrário, uma oposição política resoluta do proletariado revolucionário perante a pérfida defecção dos atuais dirigentes do Soviète apenas pode provocar uma diferenciação salutar entre os milhões de camponeses, arrancar os camponeses pobres à influência esmagadora dos poderosos mujiques social-revolucionários e fazer do proletariado socialista um verdadeiro e autêntico porta-voz da revolução popular e “plebéia”.

Finalmente, uma simples referência vazia de sentido ao caráter burguês da Revolução Russa não nos diz absolutamente nada sobre o caráter *internacional* do seu próprio *meio*. E reside aí um fator de fundamental importância. A grande revolução jacobina encontrou-se confrontada com uma Europa atrasada, feudal e monárquica. O regime jacobino caiu, deixando espaço para o regime bonapartista, sob o peso do esforço sobre-humano que foi necessário fornecer para subsistir contra as forças unidas da Idade Média. A Revo-

lução Russa, pelo contrário, encontra diante de si uma Europa que a distanciou muito e alcançou o nível mais elevado do desenvolvimento capitalista. O atual massacre demonstra que a Europa atingiu o ponto de saturação capitalista, que já não pode continuar a viver e a crescer na base da propriedade privada dos meios de produção. Este caos de sangue e de ruínas é a insurreição furiosa das forças caladas e sombrias da produção, é a revolta do ferro e do aço contra a dominação do lucro, contra a escravatura assalariada, contra o miserável impasse das nossas relações humanas. O capitalismo, caído no incêndio de uma guerra que ele mesmo desencadeou, grita à Humanidade pela boca dos seus canhões: "Torna-te vitoriosa ou farei mergulhar-te sob as minhas próprias ruínas quando cair!"

Toda a evolução passada, os milhares de anos de história da Humanidade, das lutas de classes e de acumulação cultural concentraram-se agora no único problema da revolução proletária. Não existe outra resposta e não há outra saída. E é isso que faz a admirável força da Revolução Russa. Não se trata realmente de uma revolução "nacional" e burguesa. Quem assim a compreende mergulha no reino das alucinações dos séculos XVIII e XIX. A nossa pátria no tempo é o século XX. O destino futuro da Revolução Russa depende diretamente do evoluir e do resultado da guerra, ou seja, da evolução das contradições de classes na Europa, às quais esta guerra imperialista confere na verdade uma natureza catastrófica.

Os Karentski e os Kornílov começaram muito cedo a falar a linguagem dos seus ditadores rivais. Os Kaledine mostraram os dentes muito cedo. O renegado Tseretelli compreendeu muito cedo o sentido do dedo desprezível que lhe apontava a contra-revolução. Até agora, a revolução apenas disse a sua primeira palavra e dispõe ainda de reservas espantosas na Europa Ocidental. Em vez dos apertos de mão dos chefes-de-fila reacionários e dos salamaleques da pequena burguesia, chegará o momento do grande abraço do proletariado russo e de todo o proletariado da Europa.

(*Proletarii*, nº 8, 22 de Agosto de 1917.)

Questões de tática Internacional

Os agrupamentos políticos de classe apareceram na Revolução Russa com uma clareza sem precedentes, mas a confusão que reina no domínio da nossa ideologia é também um motivo que não tem precedentes. O atraso do desenvolvimento histórico da Rússia permitiu à *intelligentsia* pequeno-burguesa adornar-se com penas de pavão da mais deliciosa teoria socialista. Mas essa bela plumagem tem apenas a função de cobrir a sua nudez já manchada. Se os socialistas-revolucionários e os mencheviques não assumiram o poder em princípios de março, em 16 de maio,

ou em 16 de julho⁴, isso nada tem a ver com o caráter "burguês" da nossa revolução, nem com a impossibilidade de a levar a cabo sem a burguesia. Deve-se, sim, ao fato de os "socialistas" pequeno-burgueses, inteiramente amarrados nas malhas do imperialismo, não se mostrarem ainda capazes de realizar uma décima parte do trabalho que os jacobinos cumpriram há cento e vinte e cinco anos. Falam muito acerca da defesa da revolução e do país, mas isso não os impedirá de entregar as suas posições, uma após outra, à reação burguesa. Por isso, a luta pelo poder torna-se no primeiro e principal problema da classe operária, e nós veremos a revolução despojar-se simultânea e integralmente da sua roupagem "nacional" e burguesa.

Portanto, *ou* nós conheceremos um espantoso salto para trás, em direção a um regime imperialista forte, que acabará muito provavelmente em monarquia: os Sovietes, os comitês agrários, as organizações de soldados e muitas outras coisas ainda em preparação, e os Kerenski e Tseretelli serão colocados à margem. *Ou* o proletariado, arrastando atrás de si as massas semiproletárias e abandonando os seus dirigentes de véspera (e nesse caso também os Kerenski e os Tseretelli serão postos à margem), estabelecerá o regime da democracia operária. Os êxitos posteriores do proletariado dependerão então, acima de tudo, da revolução europeia e particularmente da revolução alemã.

Na nossa opinião, o internacionalismo não é uma noção abstrata, que apenas existe para se trair a todo o momento (o que é agradável para Tseretelli e Tchernov), mas antes um princípio diretamente dominante e profundamente prático. Alguns êxitos perduráveis e decisivos são inconcebíveis, aos nossos olhos, sem uma revolução europeia. Não podemos, pois, conseguir certos sucessos à custa de formas e de combinações suscetíveis de criar obstáculos no caminho do proletariado europeu. Se não fosse por esta razão, veríamos numa oposição sem compromisso com os social-patriotas a condição *sine qua non* de todo o nosso trabalho político.

"Camaradas de todo o Mundo", exclamou um dos oradores no congresso pan-russo dos Sovietes, "atrasem a vossa revolução social ainda por mais cinqüenta anos!" É inútil dizer que esse conselho bem intencionado foi acolhido com os aplausos satisfatórios dos mencheviques e dos socialistas-revolucionários.

É precisamente neste ponto, sobre a questão das suas relações com a revolução social, que a diferença entre as diversas formas de utopismo oportunista pequeno-burguês e o socialismo proletário se torna importante. Existe um bom número de "internacionalistas" que explicam a crise da Internacional como uma intoxicação passa-

geira devido à guerra e pensam que, mais cedo ou mais tarde, reencontrará a sua posição anterior, que os antigos partidos políticos tomarão novamente a antiga linha da luta de classes que, por momentos, perderam de vista. Esperanças infantis e irrisórias! A guerra não é uma catástrofe exterior; ela destrói o equilíbrio da sociedade capitalista pelo levantamento das forças produtivas em evolução nessa sociedade, contra os limites impostos pelas fronteiras nacionais e as formas da propriedade privada. Portanto, ou sofreremos convulsões contínuas das forças produtivas, sob a forma de repetidas guerras imperialistas, ou acabaremos por encontrar então uma organização socialista da produção: é essa de fato a questão que a História coloca diante de nós.

Ora, do mesmo modo, a crise da Internacional não é um fenômeno exterior ou devido ao simples acaso. Os partidos socialistas da Europa constituíram-se numa época de relativo equilíbrio capitalista e de adaptação reformista do proletariado ao parlamentarismo nacional e ao mercado nacional. “Mesmo no partido social-democrata”, escrevia Engels em 1877, “o socialismo pequeno-burguês encontra os seus defensores. Os próprios membros do partido social-democrata que reconhecem os conceitos fundamentais do socialismo científico e a natureza prática da palavra de ordem de socialização de todos os meios de produção declaram que a realização dessa palavra de ordem somente é possível num futuro longínquo, do qual é praticamente impossível determinar a data precisa”⁵. Graças à duração considerável do período “pacífico”, esse socialismo pequeno-burguês tornou-se realmente dominante na antiga organização do proletariado. Os seus limites e a sua falência assumiram formas bem chocantes desde que a acumulação pacífica das contradições cedeu o lugar a um espantoso cataclismo imperialista. Não foram apenas os velhos governos nacionais, mas também os partidos socialistas burocratizados que cresceram com eles, que demonstraram não estar à altura das exigências do progresso. E tudo isso se teria podido realmente mais ou menos prever.

“A tarefa do partido socialista — escrevamos nós há doze anos — consistia e consiste sempre em revolucionar a consciência da classe operária como o desenvolvimento do capitalismo revolucionou as relações sociais. Mas esse trabalho de agitação e de organização furta-se a certas dificuldades internas. Os partidos socialistas europeus (e sobretudo o mais poderoso de todos eles, o partido alemão) alcançaram já um certo conservadorismo, que é tanto mais acentuado quanto as massas mais largamente adotaram o socialismo e a organização e a disciplina dessas massas se revelam mais completas. Por isso, a social-democracia, enquanto organização que exprime a experiência política do proletariado, pode num

dado momento constituir um obstáculo imediato no caminho da luta aberta entre os trabalhadores e a reação burguesa. Por outras palavras, o conservadorismo propagandista socialista do partido proletário pode, num dado instante, impedir a luta direta do proletariado pelo poder” (*Nasha Revolutsia*, 1906, p. 285)⁶. Mas, se os marxistas revolucionários estavam longe de fetichizar os partidos da II Internacional, ninguém podia prever que a destruição dessas gigantescas organizações seria tão cruel e tão desastrosa.

Ora, para novos tempos, novas organizações. Sob o batismo do fogo, os partidos revolucionários espalham-se agora por toda parte. Os inúmeros descendentes ideológicos e políticos da II Internacional não viveram em vão. Mas passam agora por uma purificação interna: gerações inteiras de filistinos “realistas” são postas de lado e as tendências revolucionárias do marxismo são pela primeira vez reconhecidas na sua plena significação política.

Em cada país, a tarefa não é manter uma organização que sobreviveu a si mesma, mas reunir os elementos revolucionários realmente ofensivos do proletariado que são, na luta contra o imperialismo, atirados já para as primeiras filas. No plano internacional, a tarefa não é reunir e “reconciliar” os socialistas governamentais nas conferências diplomáticas (como em Estocolmo)⁷, mas assegurar a união dos internacionalistas revolucionários de todos os países e procurar uma linha de conduta comum para a revolução social em cada país.

Na verdade, os internacionalistas revolucionários que se encontram à frente da classe operária não são hoje, através da Europa, mais que uma insignificante minoria. Mas nós, os russos, deveremos ser os últimos a espantar-nos com esse estado de coisas. Sabemos com que rapidez, no decurso das crises revolucionárias, a minoria pode passar a ser uma maioria. Logo que a acumulação do descontentamento da classe operária acabe por fazer estalar a carapaça da disciplina governamental, o grupo de Liebknecht, Luxemburgo, Mehring e os seus partidários⁸ assumirá imediatamente um papel dirigente à frente da classe operária alemã. Apenas uma política revolucionária socialista pode justificar uma cisão na organização, mas ao mesmo tempo ela torna essa cisão como inevitável.

Os mencheviques internacionalistas, aqueles que se aparentam com o camarada Martov, recusam-se a reconhecer, contrariamente a nós, o caráter revolucionário-socialista da nossa tarefa política. A Rússia, declaram eles no seu programa, não está ainda preparada para o socialismo, e o nosso papel é necessariamente limitado à fundação de uma república democrática burguesa. Toda a sua atitude se fundamenta na recusa total dos problemas internacionais do proletariado. Se a Rússia estivesse

sozinha no Mundo, sim, o raciocínio de Martov seria correto. Mas nós estamos empenhados na concretização de uma revolução mundial, que inclui, pois, o proletariado russo. Em vez de explicar aos trabalhadores que os destinos da Rússia estão hoje indissolúvelmente ligados aos da Europa, que o êxito do proletariado europeu nos assegurará uma realização mais rápida da sociedade socialista e que, em contrapartida, uma derrota do proletariado europeu nos lançará para a ditadura imperialista e a monarquia, acabando por nos reduzir à condição de simples colônia da Inglaterra e dos Estados Unidos, em vez de subordinar toda a nossa tática aos objetivos gerais e aos objetivos do proletariado europeu, o camarada Martov considera a Revolução Russa de um ponto de vista nacionalista estreito e reduz a tarefa da revolução à criação de uma república democrática burguesa. Esta forma de colocar o problema é fundamentalmente falsa, porque sobre ela plana a ameaça do nacionalismo mesquinho que conduziu à queda da II Internacional.

Limitando-se na prática a uma perspectiva nacional, o camarada Martov reserva para si a possibilidade viver no mesmo campo que os social-patriotas. Juntamente com Dan e Tseretelli, espera atravessar ileso a "epidemia" de nacionalismo, porque esta acabará com a guerra, e ele tem

a intenção de regressar nessa altura, ao mesmo tempo em que os outros, aos caminhos "normais" da luta de classes. Martov está ligado aos social-patriotas não por uma simples e vazia tradição de partido, mas por uma atitude oportunista sobre a revolução social, que não deveria, na opinião deles, representar qualquer papel na formulação dos problemas de hoje. E é isso o que realmente os separa de nós.

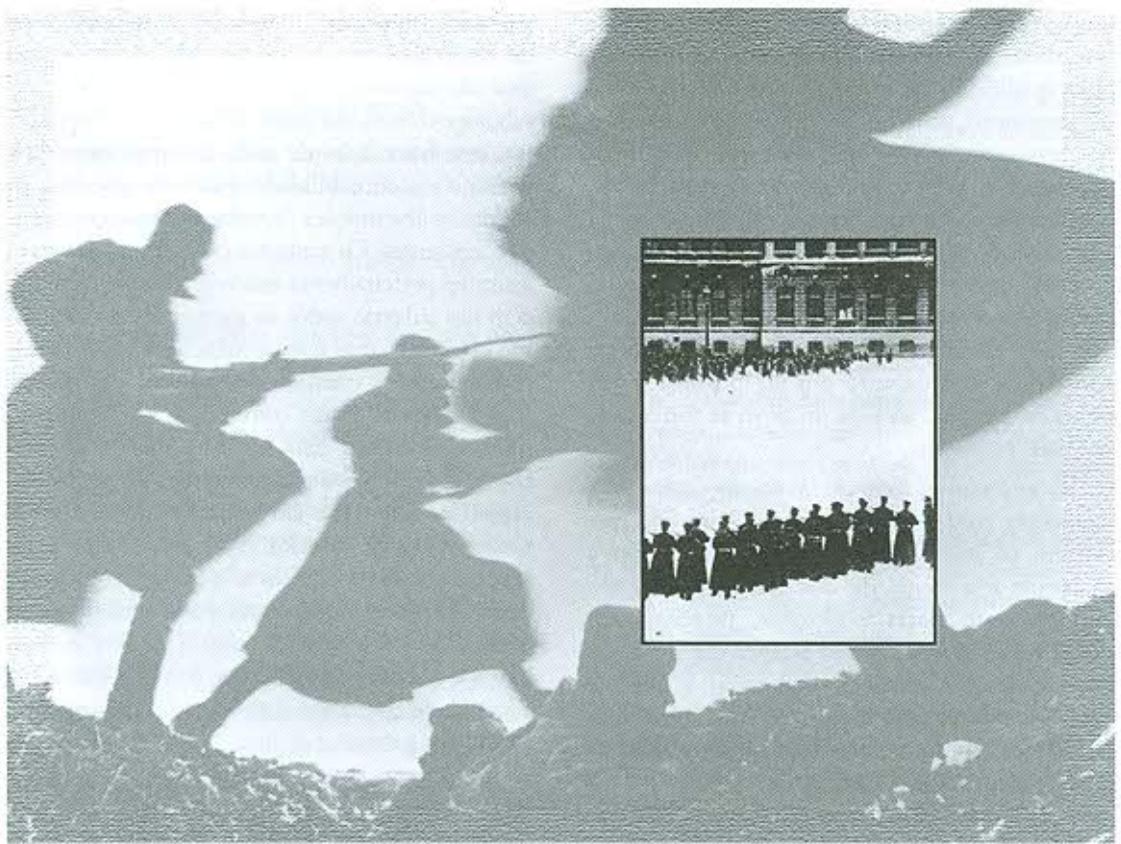
A luta para tomar o poder não constitui simplesmente, na nossa opinião, a próxima etapa de uma revolução democrática. Não, é antes o cumprimento do nosso dever internacional, a conquista de uma das posições mais importantes sobre o conjunto da frente de luta contra o imperialismo. E é este ponto de vista que determina a nossa posição sobre a pretensa questão da defesa da pátria. Uma deslocação temporária da frente de um lado ou do outro não pode deter nem desviar a nossa luta, porque ela se dirige contra os próprios fundamentos do capitalismo, que parece aplicar-se à mútua destruição imperialista dos povos de todos os países.

Revolução permanente ou massacre permanente — é essa a luta de que depende o destino da Humanidade!

(*Proletarii*, nº 10, 4 de Agosto de 1917.) 

Notas

- 1 "Os tempos e as idéias mudam" (N. do T.).
- 2 Marx, *Burguesia e contra-revolução*, artigo publicado em 1858.
- 3 Engels, *Socialismo utópico e socialismo científico*, *Estudos Filosóficos*. Edição portuguesa da Editorial Estampa, Lisboa (N. do T.).
- 4 A revolução começou em 8 de março em Petrogrado. Em 11, o soviéte de Petrogrado entrou em funções. Em 12, foi criado o comitê executivo provisório da Duma. Verificou-se em maio uma crise ministerial provocada pela demissão de Milioukov em 15 de março, e isso conduziu à formação do primeiro governo de coligação. Ocorreu depois nova crise em 16 de julho, que deu lugar ao segundo governo de coligação.
- 5 Engels, prefácio ao livro *O Problema da Habitação*, Éditions Sociales, Paris, 1957, p. 13. (N. do T.).
- 6 Trotski, *Bilan et Perspectives*, págs. 463. (N. do T.).
- 7 A conferência de Estocolmo, proposta pelos socialistas escandinavos para fazer pressão em favor da paz sobre as nações beligerantes, não se realizou. Em abril de 1917, o dinamarquês Borbjerg alargou o convite aos Sovietes de Petrogrado; os mencheviques e os socialistas-revolucionários aceitaram, mas os bolchevistas recusaram (Cf. a nota de L. C. Fraina, 1ª parte, nota 5 do cap. 1).
- 8 Os elementos de esquerda, contrários à guerra, da social-democracia alemã, sob a direção de Liebknecht, Rosa Luxemburgo e Mehring, constituíram em 1 de janeiro de 1916 o "Grupo Internacional", que em seguida se tornou conhecido sob o nome de "Liga Spartacus" e, em 1 de janeiro de 1919, se transformou no Partido Comunista alemão (Ver o livro *Revolução Socialista e Social-Democracia*, Ed. Fronteira, col. "Revolução", nº 12).



A CATÁSTROFE QUE NOS AMEAÇA E COMO COMBATÊ-LA

Lênin

Escrito entre 10 e 14 de setembro de 1917.

Publicado em folheto, em fins de outubro do mesmo ano,
pelo editorial Biblioteca do Soldado e do Camponês.

Tradução de Edison Carneiro - Editorial Vitória Ltda
Rio de Janeiro, 1947.

A fome se aproxima

Uma catástrofe inevitável paira sobre a Rússia. Os transportes ferroviários se encontram em estado de extrema desorganização, que cresce sem cessar. As linhas férreas acabarão paralisando-se. A afluência de matérias-primas e de carvão para as fábricas se interromperá. Cessará o fornecimento de trigo. Os capitalistas sabotam (estropiam, param, entavam, freiam) deliberada e tenazmente a produção, confiando em que a catástrofe inaudita determinará a bancarrota da República e da democracia, dos Sovietes e, em geral, das organizações proletárias e camponesas, facilitando desse modo a volta da monarquia e a restauração da onipotência da burguesia e dos proprietários territoriais.

Uma catástrofe de proporções sem precedentes e a fome nos ameaçam, iminentemente. Todos os jornais já falaram muitas vezes disto.

Os partidos e os Sovietes de delegados operários, soldados e camponeses votaram um grande número de resoluções em que se reconhece que a catástrofe é inevitável, que está cada vez mais próxima, que se deve manter contra ela uma luta desesperada, que é necessário que o povo faça “esforços heróicos” para evitar a ruína etc.

Todo mundo o diz. Todo mundo o reconhece. Todo mundo o aceita.

Mas, ninguém faz nada.

Transcorreu meio ano de revolução. A catástrofe se aproximou ainda mais. O desemprego forçado já afeta massas de homens. Imaginai — no país não há mercadorias, o país caminha para a ruína por falta de víveres, por falta de mão-de-obra, existindo trigo e matérias-primas em quantidade suficiente; e num país que se encontra nessas condições, e num momento tão crítico, se desenvolve um desemprego forçado que afe-

ta massas de homens! Quer-se melhor prova de que, durante esse meio ano de revolução (que alguns qualificam de grande revolução, mas que, por enquanto, creio que seria mais justo denominar revolução apodrecida), com uma República democrática, com a abundância de associações, organismos e instituições que se dão o título aparatoso de organismos "revolucionário-democráticos", não se faz absolutamente nada de sério contra a catástrofe, contra a fome? Aproximamos cada vez mais da bancarrota, pois a guerra não espera, e o desastre por ela provocado em todos os aspectos da vida do povo se torna cada vez mais profundo.

E, entretanto, bastam a menor atenção e raciocínio para que nos convençamos de que existem os meios necessários para combater a catástrofe e a fome, de que essas medidas são perfeitamente claras e simples, perfeitamente exequíveis, inteiramente ao alcance das forças do povo, e de que, se não são adotadas, é **única e exclusivamente** devido a que a sua implantação afetaria os fabulosos lucros de um punhado de proprietários rurais e capitalistas.

Com efeito. Pode-se garantir que não encontraremos um só discurso; um só artigo, seja qual for a tendência do jornal; uma só resolução, seja qual for a assembléia ou instituição que a votou, em que se não reconheçam, de maneira clara e definida, as medidas certas e fundamentais de luta que se devem tomar contra a catástrofe e contra a fome. Estas medidas são: controle, vigilância, contabilidade e regulamentação pelo Estado, estabelecimento de uma distribuição adequada da mão-de-obra na produção e repartição dos produtos, economia das forças do povo, eliminação de todo dispêndio inútil de energias. Controle, vigilância, contabilidade: eis aí o passo inicial na luta contra a catástrofe e contra a fome. Trata-se de algo indiscutível que todo mundo reconhece e que **não se faz** exatamente por medo de atentar contra a onipotência dos proprietários territoriais e capitalistas, contra os lucros desmedidos, inauditos, escandalosos; lucros obtidos graças à carestia da vida e aos fornecimentos ao Exército (hoje, direta ou indiretamente, quase todos "trabalham" para a guerra) e que todo conhece, todo mundo observa e a propósito dos quais todo mundo clama e geme.

E o Estado não faz absolutamente nada para estabelecer um controle, uma contabilidade e uma vigilância, por menos importantes que sejam.

Completa passividade do governo

Por toda parte se verifica a sabotagem sistemática e invariável de todo controle, de toda vigilância e contabilidade, de todas as tentativas feitas pelo Estado para dar andamento às suas medidas. E é preciso ser de incrível candura para não com-

prender, ou de uma grande hipocrisia para fazer de conta que se não compreende, de onde vem essa sabotagem e de que recursos se vale, pois esta sabotagem exercida pelos banqueiros e capitalistas, esta **frustração** de todo controle, de toda a vigilância e contabilidade, realizada por eles, se adapta às instituições "revolucionário-democráticas" existentes. Os senhores capitalistas souberam assimilar perfeitamente essa verdade, que reconhecem nas palavras todos os partidários do socialismo científico, mas que os mencheviques e social-revolucionários trataram de esquecer logo que os seus amigos se viram convertidos em ministros, subsecretários etc. Esta verdade consiste precisamente em que a essência econômica da exploração capitalista não varia em nada porque as formas monárquicas de governo sejam substituídas pelas republicano-democráticas e que, por conseguinte, muito ao contrário, para poder defender sob a República democrática, com a mesma eficácia que sob a monarquia absoluta, a intangibilidade e a santidade dos lucros capitalistas, basta mudar a **forma** dos processos de luta.

A sabotagem atual, novíssima, republicano-democrática, de todo controle, vigilância e contabilidade consiste em que os capitalistas reconhecem, "de todo o coração", o "princípio" do controle e sua necessidade (como o fazem também, naturalmente, todos os social-revolucionários e mencheviques), mas fazendo fincapé em que seja implantado "paulatinamente", de acordo com um plano, mediante a "regulamentação de Estado". Atrás dessas palavras aparentemente inocentes se esconde, na realidade, a **frustração** do controle, a sua redução a zero, a uma ficção; esconde-se uma comédia de controle, um adiamento de todas as medidas eficazes e de importância prática e a criação de uma série de organismos burocráticos de controle, sem vida, grávidos e indizivelmente complicados, que, tornados mediatos pelos capitalistas, não fazem nem podem fazer absolutamente nada.

Para não fazer afirmações gratuitas, recorremos ao testemunho de mencheviques e social-revolucionários, isto é, exatamente daqueles elementos que, durante o primeiro meio ano de revolução, tinham a maioria dentro dos Soviotes, daqueles que tomaram parte no "governo de coalizão" e que por isso são politicamente responsáveis, perante os operários e camponeses russos, pela tolerância manifestada ante os capitalistas e por haverem permitido que estes fizessem fracassar todas as medidas de controle.

O diário oficial de órgão supremo entre os chamados órgãos "mandatários" (não é para rir!) da democracia "revolucionária", Izvestia do C.E.C. (isto é, do Comitê Executivo Central do Congresso dos Soviotes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses de toda a Rússia), pu-

blica no seu número 164, de 7 de setembro de 1917, o acórdão de um organismo especial, fundado e dirigido por esses mesmos mencheviques e social-revolucionários, para atender aos problemas de controle. Este organismo especial é a "Seção de Economia" do Comitê Executivo Central. Nesse acordo, reconhece-se oficialmente como fato "a absoluta passividade dos órgãos centrais criados junto ao governo para a regulamentação da vida econômica".

Haverá testemunho mais eloqüente da bancarrota da política menchevique e social-revolucionária do que este, assinado de próprio punho pelos mencheviques e social-revolucionários?

A necessidade de regulamentar a vida econômica já fora reconhecida sob o czarismo, tendo-se criado diferentes organismos com esse fim. Mas, sob o czarismo, a ruína fazia progressos cada vez maiores, chegando a alcançar proporções fantásticas. Imediatamente se compreendeu que era missão do governo republicano-revolucionário adotar medidas sérias e decididas para acabar com a ruína. Ao se formar o governo de "coalizão", com a participação dos mencheviques e social-revolucionários, numa solene declaração dirigida a todo o povo, a 6 de maio, o novo governo proclamou a promessa e a obrigação de implantar um controle e uma regulamentação pelo Estado. Os Tseretelli e os Chernov, e com eles todos os líderes mencheviques e social-revolucionários juraram e perjuraram que não eram apenas responsáveis pelo governo, mas que "os órgãos mandatários da democracia revolucionária", que tinham nas mãos, de fato vigiavam e fiscalizavam a atuação do governo.

Quatro meses transcorreram desde 6 de maio, quatro longos meses em que a Rússia sacrificou centenas de milhares de soldados à absurda "ofensiva" imperialista em que a ruína e a catástrofe se aproximaram a passos de sete léguas, apesar do verão oferecer condições extraordinariamente favoráveis para fazer muitas coisas, tanto na navegação como na agricultura, nas explorações geológicas etc. – e ao cabo destes quatro meses os mencheviques e os social-revolucionários se vêem obrigados a confessar oficialmente a "absoluta passividade" dos organismos de controle criados junto ao governo!

E, hoje (escrevemos estas linhas precisamente às vésperas da reunião da Conferência democrática, convocada para 12 de setembro), estes mesmos mencheviques e social-revolucionários declamam, com empáfia de estadistas, que ainda se pode encontrar remédio para a situação, substituindo a coalizão com os cadetes por uma coalizão com os tubarões da indústria e do comércio, com os Riabushinski, Bublikov, Tereschenko & Cia.

Como se explica – perguntamo-nos – esta assombrosa cegueira dos mencheviques e social-

revolucionários? Devemos considerá-los, politicamente, como crianças de peito, que pela sua extrema candura e imprudência, não sabem o que fazem e se desorientam de boa fé? Ou será que os muitos pequenos cargos que ocupam, como ministros, sub-secretários, governadores gerais, comissários etc., têm a virtude de produzir-nos contemplados uma cegueira "política" especial?

As medidas de controle são conhecidas de todos e facilmente aplicáveis

Pode surgir a pergunta de se os meios e as medidas de controle constituem alguma coisa de extraordinariamente complicado, de difícil, de nunca experimentado, de desconhecido até. A origem das dilações não estará em que os estadistas do partido cadete da classe industrial e comercial, dos partidos social-revolucionário e menchevique, já se vêm esforçando, banhados em suor, há meio ano, em indagar, estudar, descobrir as medidas e os meios de controle, sem que tenham podido chegar ainda a uma solução do problema, por ser este extraordinariamente difícil?

Ah, mas o que se pretende, expondo as coisas desta maneira, é "pôr uma venda nos olhos" dos aldeões incultos, analfabetos e intimidados, e dos bons burgueses, que crêem em tudo e nada compreendem. A realidade é que até o czarismo, até o "antigo regime", ao criar os comitês de indústrias de guerra, **conhecia** a medida fundamental, o meio principal, o caminho para levar a cabo o controle: agrupar a população segundo as suas distintas profissões, objetivos e ramos de trabalho etc. Mas o czarismo **temia** que a população se agrupasse, e por isso lançava mão de todos os recursos para limitar e opor obstáculos artificiais a estes caminhos e recursos de controle, tão conhecidos, tão fáceis, tão aplicáveis.

Todos os Estados beligerantes que sofrem o extraordinário peso e as calamidades da guerra, que padecem, em maior ou menor grau, a ruína e a fome, focalizaram, fixaram, aplicaram e provaram há muito tempo toda uma série de medidas de controle, que se reduzem, quase todas, a agrupar a população, criar ou fomentar associações de tipos diferentes, com a intervenção de representantes do Estado, sob a vigilância deste, etc. Estas medidas de controle são conhecidas por todo mundo e foram comentadas e descritas muitas vezes; e as leis postas em vigor pelas potências beligerantes mais progressistas, relacionadas com o controle, foram traduzidas para a língua russa ou noticiadas, em todos os detalhes, pela imprensa do nosso país.

Se o nosso Estado **quisesse** realmente implantar o controle, de modo sério e eficaz, se os seus organismos não se tivessem condenado por si mesmos à "absoluta passividade", com o seu servilismo perante os capitalistas, bastaria que o Estado se servisse, a mãos cheias, do grande

depósito de medidas de controle já conhecidas e aplicadas. O único obstáculo que se levanta nesse caminho, obstáculo que os cadetes, social-revolucionários e mencheviques silenciam para o povo, era e continua sendo que o controle poria a nu os lucros fabulosos dos capitalistas e lhes roubaria a base.

Para esclarecer melhor este problema de extraordinária importância (problema que, no fundo, se identifica com o programa de todo governo realmente revolucionário, que deseje salvar a Rússia da guerra e da fome), enumeraremos e examinaremos separadamente as mais importantes medidas de controle.

E veremos que, a um governo que não se chame, por pilhéria, democrático-revolucionário, bastaria decretar, já na primeira semana, a implantação das principais medidas de controle, impor aos capitalistas que pretendessem fraudar ou burlar essas medidas castigo sério, e não irrisório, convidando a população a vigiar por si mesma os capitalistas, a observar se cumprem ou não, honradamente, as medidas de controle para que o controle estivesse implantado na Rússia há muito tempo.

Eis as medidas mais importantes:

Fusão de todos os Bancos em um Banco único e controle, pelo Estado, das suas operações, ou nacionalização dos Bancos.

Nacionalização dos consórcios, isto é, das organizações monopolistas mais importantes dos capitalistas (consórcio do açúcar, do petróleo, do carvão, consórcio metalúrgico etc.).

Abolição do sigilo comercial.

Sindicalização obrigatória (isto é, organização obrigatória em consórcios) dos industriais, comerciantes e proprietários em geral.

Organização obrigatória da população em cooperativas de consumo ou fomento e fiscalização destas organizações.

Vejamos agora a importância que teria cada uma destas medidas, quando implantadas de modo democrático-revolucionário.

A nacionalização dos Bancos

Os Bancos são, como é sabido, centros da vida econômica moderna, os gânglios nervosos mais importantes de todo o sistema capitalista da economia nacional. Falar de uma "regulamentação da vida econômica", sem levantar o problema da nacionalização dos Bancos, significa uma destas duas coisas: ou fazer praça de uma ignorância total, ou enganar os "simplórios" com frases altissonantes e promessas charlatanescas, que de antemão se sabe que não serão cumpridas.

É um absurdo querer controlar e regulamentar o fornecimento de trigo ou, em geral, a produção e distribuição dos produtos, se, ao mesmo

tempo, não se controlam e regulam as operações bancárias. É como lançar-se à caça dos **kopeks** que surgem por casualidade, sem se preocupar absolutamente com milhões de rublos. Os Bancos modernos tão estreita e indissolúvelmente estão ligados ao comércio (ao comércio de cereais e a todo o comércio em geral) e à indústria que, sem "se lhes pôr a mão", nada de sério absolutamente se pode fazer, absolutamente nada de "democrático-revolucionário".

Porventura, "pôr a mão" nos Bancos é, para o Estado, uma operação difícil e complicada? Geralmente se procura — procuram-no, naturalmente, os capitalistas e os seus advogados, que são os que se beneficiam com isso — assustar o bom burguês com a complicação e a dificuldade dessas medidas.

Na realidade, porém, a nacionalização dos Bancos, que não tira um único centavo a nenhum "proprietário", não pressupõe absolutamente nenhuma dificuldade, nem de ordem técnica, nem de ordem cultural, e se essa medida é adiada, é exclusivamente para servir à inconfessável cobiça de um insignificante punhado de ricos. A culpada por que a nacionalização dos Bancos se confunda, com tanta frequência, com o confisco dos bens particulares é a imprensa burguesa, que, interessada em enganar o público, espalha a confusão.

A propriedade sobre os capitais com que os Bancos operam, e que neles se concentram, é acreditada por meio de certificados impressos ou escritos, a que se dão os nomes de ações, obrigações, letras de câmbio, recibos etc. Com a nacionalização dos Bancos, isto é, com a fusão de todos os Bancos em um só Banco do Estado, não se perderá nem se modificará um único desses certificados. Quem possuir 15 rublos na sua caderneta de economias continuará a possuí-los depois de implantada a nacionalização dos Bancos, como quem possuir 15 milhões os continuará a possuir depois de implantada essa medida, sob a forma de ações, obrigações, letras de câmbio, saques sobre mercadorias etc.

Em que reside, pois, a importância da nacionalização dos Bancos?

Em que é possível exercer um verdadeiro controle sobre diferentes Bancos e sobre as suas operações (mesmo supondo a supressão do sigilo comercial etc.), pois é inútil tentar descobrir as manhas complicadas, impenetráveis e refinadas que os Bancos aplicam ao fazer os balanços, ao fundar empresas e sucursais fictícias, ao realizar a intervenção de figurões, etc. Para que exista a possibilidade de um controle eficaz — naturalmente, desde que se implantem as demais medidas apontadas —, não há outro caminho senão fundir todos os Bancos num Banco único, sem que isto envolva a menor modificação das

relações de propriedade, sem que, repetimos, se tire um único centavo a nenhum proprietário. Somente nacionalizando os Bancos **se poderá conseguir** que o Estado averigue para onde, como, de onde e quando se deslocam os milhões e os milhares de milhões. É somente este controle dos Bancos, centro, eixo principal e mecanismo cardinal da circulação capitalista, permitiria levar a cabo o controle eficaz, e não apenas de palavra, de toda a vida econômica, da produção e da distribuição dos produtos mais importantes; essa "regulamentação da vida econômica", de outro modo, está inevitavelmente condenada a continuar como uma frase de ministro, para enganar os simplórios. O controle das operações bancárias, mediante a fusão dos Bancos num só Banco do Estado, e à medida que, com a aplicação de outras providências facilmente implantáveis, permitirá tornar eficaz o imposto sobre a renda, evitando a sonegação de bens e de rendas. Hoje em dia, realmente, o imposto sobre a renda continua a ser, em grande parte, uma ficção.

Bastaria decretar a nacionalização dos Bancos: os seus diretores e funcionários se encarregariam de realizá-la. Para isto não é necessário nenhum aparelho especial, nem providências especiais, preparatórias, por parte do Estado; trata-se precisamente de uma medida suscetível de ser implantada por um simples decreto, "com uma penada", pois o próprio capitalismo, que no seu desenvolvimento chegou até as letras de câmbio, as ações, as obrigações etc., se encarregou de assentar a possibilidade econômica dessa medida. Isto feito, restaria apenas **unificar a contabilidade**. É bastaria que o Estado democrático-revolucionário ordenasse que em cada cidade se convocassem imediatamente, por telegrama, assembleias e, nas províncias e por todo o país, congressos de diretores e funcionários de Banco, com o fim de levar a cabo, sem tardança, a fusão de todos os Bancos num só Banco do Estado para que esta reforma se executasse no transcurso de algumas semanas. Sabemos que precisamente os diretores e os altos funcionários oporiam resistência, pretenderiam burlar o Estado, prolongar as discussões etc., pois estes cavalheiros — e aqui está o nervo do problema — perderiam postos muito tentadores e a possibilidade de operações fraudulentas muito lucrativas. Mas, não existe a menor dificuldade técnica para a fusão dos Bancos e, se o Poder do Estado é revolucionário, não apenas de palavra (isto é, se não teme romper com a inércia e a rotina), se é democrático, não somente no papel (isto é, se age no interesse da maioria do povo e não de um punhado de ricos), não terá mais do que decretar o confisco de bens e a detenção como castigo dos diretores, conselheiros e grandes acionistas que tentem a menor dilação do assunto, que tentem ocultar documentos ou saldos de contas; não terá mais do que organizar à parte,

por exemplo, os funcionários pobres e premiá-los por todas as fraudes e dilações de parte dos ricos que descubram, e a nacionalização dos Bancos irá mais veloz do que um raio e mais suavemente do que a seda.

Enormes seriam as vantagens que a nacionalização dos Bancos traria para todo o povo, e com ela seriam beneficiados, em primeiro lugar, **não** os operários (os operários pouco têm a ver com os Bancos), mas a massa de camponeses e industriais modestos. A economia de trabalho que a medida acarretaria seria gigantesca e, admitindo que o Estado conservasse o mesmo número de funcionários de Banco, ter-se-ia dado um grande passo à frente no sentido de universalizar o uso dos Bancos, multiplicar as suas sucursais, tornar mais acessíveis as suas operações, etc. Seriam precisamente os pequenos proprietários, os camponeses, que poderiam obter créditos em condições muito mais fáceis e acessíveis. E o Estado teria nas suas mãos, pela primeira vez, a possibilidade de **examinar** primeiro, e em seguida **controlar**, sem sonegações, as operações financeiras mais importantes, a possibilidade de regulamentar a vida econômica e, finalmente, a de **obter** milhões e milhares de milhões para as grandes operações do Estado, sem necessidade de abonar "comissões" fabulosas pelos seus "serviços" aos senhores capitalistas. Por isso, e somente por isso, espumam de raiva e se mostram dispostos a lutar por todos os meios contra a nacionalização dos Bancos, inventando milhares de objeções contra esta medida facilíssima e de grande urgência, todos os capitalistas, todos os professores burgueses, toda a burguesia e todos os Plekhanov, Potressov & Cia. a seu serviço, apesar de se tratar de uma medida que até do ponto de vista da "defesa" do país, isto é, do ponto de vista militar, significaria um enorme progresso e reforçaria extraordinariamente a "potência militar" do país.

Poder-se-á objetar: por que países tão adiantados como a Alemanha e os Estados Unidos praticam uma excelente "regulamentação da vida econômica", sem pensar, sequer, na nacionalização dos Bancos?

Porque estes dois Estados — respondemos — mesmo sendo um deles uma monarquia e o outro uma República, são ambos Estados não somente capitalistas, mas também imperialistas. Por isso, para implantar as reformas que necessitam, têm de usar a via reacionário-burocrática; mas o de que tratamos aqui é da via revolucionário-democrática.

Esta pequena diferença tem uma importância muito substancial. "Não é costume", geralmente, meditar sobre isto. No nosso país (e principalmente entre os social-revolucionários e mencheviques), as palavras "democracia revolucionária" se converteram quase numa frase convencional,

como a expressão "graças a Deus", empregada por muitos que não são suficientemente ignorantes para crer em Deus, ou como a de "respeitável cidadão", que por vezes se emprega mesmo para pessoas como os colaboradores do **Dien** e do **Edinstvo**, embora todo mundo saiba que estes periódicos foram fundados e são sustentados por capitalistas, para defender os interesses dos capitalistas, e que, portanto, a colaboração, neles, de pessoas que se dizem socialistas, muito pouco tem de "respeitável".

Para quem não empregue as palavras "democracia revolucionária" como uma pomposa frase estereotipada, nem como um tópico convencional, mas se detenha a pensar no que significam, ser democrata é ter presentes, na prática, os interesses da maioria, e não da minoria do povo; ser revolucionário é derrubar, do modo mais resolutivo e implacável, o prejudicial e o antiquado.

Nem nos Estados Unidos, nem na Alemanha, os governos ou as classes dominantes, que sabíamos, pretendem ostentar o título de "democracia revolucionária", que reivindicam para si (e prostituem) os nossos social-revolucionários e mencheviques.

Na Alemanha são **quatro** ao todo, os grandes Bancos particulares de importância nacional; nos Estados Unidos, **dois** somente. Para os reis financeiros destes Bancos é mais fácil, mais cômodo, mais vantajoso, associarem-se particularmente, secretamente, reacionariamente, e não por processos revolucionários, burocraticamente e não por via democrática, subornando os funcionários do Estado (pois essa é a norma geral, tanto nos Estados Unidos como na Alemanha) e mantendo o caráter privado dos Bancos precisamente para poder conservar o sigilo dos negócios, para poder continuar a sugar desse mesmo Estado milhões e mais milhões de "superlucros", para garantir as fraudulentas manipulações financeiras.

Tanto os Estados Unidos como a Alemanha "regulam a vida econômica", fazendo tudo por criar, para os operários (e em parte também para os camponeses) um **presídio militar**, e para os banqueiros e capitalistas, um **paraíso**. Toda a sua regulamentação consiste em "apertar" os operários até reduzi-los à fome, enquanto garantem aos capitalistas (por baixo do pano, pela via burocrático-reacionária) lucros **maiores** do que antes da guerra.

Também na Rússia republicano-imperialista se tenta seguir este caminho. Não é outra coisa, com efeito, o que advogam, não somente os Miliukov e Shingariov, mas também Kerensky, de braço dado com Tereschenco, Nekrassov, Bernatski, Prokopovitch & Cia., que defendem, também de modo burocrático-reacionário, a "intangibilidade" dos Bancos e o seu sagrado direito de perceber lucros fabulosos. Mas, digamos a ver-

dade: na Rússia republicana, regulamentariam de bom grado a vida econômica pelos processos burocrático-reacionários, se não tropeçassem "com frequência" com a dificuldade que para isso significa a existência dos Sovietes, esses Sovietes que o Kornilov nº 1 não pôde dissolver, mas que o Kornilov nº 2 dissolverá...

Esta é a verdade. E esta verdade simples, embora amarga, contribuirá mais para abrir os olhos do povo do que essa mentira amável da nossa "grande" democracia "revolucionária"...

★

Ao mesmo tempo, a nacionalização dos Bancos facilitaria extraordinariamente a nacionalização dos seguros, isto é, a fusão de todas as companhias de seguros numa só, a centralização das suas atividades, o seu controle pelo Estado. Os congressos de funcionários dessas companhias se encarregariam, também neste caso, de realizar rapidamente a fusão, sem nenhuma dificuldade, logo que o Estado democrático-revolucionário o resolvesse, e ordenasse aos diretores dos Conselhos de Administração e aos grandes acionistas a fusão, sem a menor dilação e sob a sua estrita responsabilidade pessoal. Os capitalistas inverteram, no negócio de seguros, centenas de milhões. Todo o trabalho está a cargo dos empregados. A fusão das companhias de seguros faria com que baixassem as taxas de seguro, traria inúmeras vantagens e facilidades para todos os segurados, e permitiria aumentar o censo destes no mesmo dispêndio de meios e de energias. Fora da inércia, da rotina e do egoísmo de um punhado de pessoas colocadas em postos lucrativos, nada absolutamente há que se oponha a esta reforma, que, além disso, viria reforçar a "capacidade defensiva" do país, economizando trabalho ao povo e abrindo, não em palavras, mas de fato, uma série de importantes possibilidades para a "regulamentação da vida econômica".

A nacionalização dos consórcios

O capitalismo se distingue dos antigos sistemas econômicos pré-capitalistas por haver criado uma íntima ligação e um regime de interdependência entre os distintos ramos da economia nacional. Se não fosse assim, seria tecnicamente impossível — diga-se de passagem — dar qualquer passo para o socialismo. Com o seu predomínio dos Bancos sobre a produção, o capitalismo moderno levou ao ponto culminante esse regime de mútua interdependência estabelecido entre os distintos ramos da economia nacional. Os Bancos se encontram indissolúvelmente ligados com os ramos mais importantes da indústria e do comércio. Isto quer dizer, de um lado, que não é possível nacionalizar somente os Bancos sem tomar medidas tendentes a implantar um mo-

nopólio de Estado para os consórcios comerciais e industriais (o consórcio do açúcar, do carvão, do ferro, do petróleo etc.), sem nacionalizar esses consórcios. E quer dizer também que, se a regulamentação da vida econômica se deve levar seriamente a cabo, esta regulamentação reclama, ao mesmo tempo, a nacionalização dos Bancos e a nacionalização dos consórcios.

Tomemos, por exemplo, o consórcio do açúcar. Este consórcio foi criado sob o czarismo e originou uma grande associação capitalista, com fábricas e indústrias magnificamente montadas; e esta associação, tomada, como é lógico, do espírito mais reacionário e burocrático, garantia aos capitalistas lucros escandalosos, enquanto que, para os operários e funcionários, significava a absoluta privação de direitos e um regime de humilhação, de opressão e de escravidão. Já então o Estado intervinha, controlando e regulamentando a produção no interesse dos magnatas, dos ricos.

Neste caso, **bastaria** transformar a regulamentação reacionário-burocrática em revolucionário-democrática, com alguns decretos em que se convocasse um congresso de empregados, engenheiros, diretores e acionistas em que se implantasse um sistema único de prestação de conta, controle dos Sindicatos operários etc. É a coisa mais simples que se pode conceber — e, entretanto, não se faz! A república democrática continua respeitando, na **realidade**, a regulamentação reacionário-burocrática da indústria do açúcar e tudo continua como dantes: desgaste das energias do povo, estagnação e rotina, enriquecimento dos Bobrinski e dos Tereschenko. Convidar a iniciativa soberana à democracia e não à burocracia, os operários e empregados, e não os “reis do açúcar”; eis o que se teria podido e devido fazer em poucos dias, de uma só penada, se os social-revolucionários e mencheviques não tivessem empanado a consciência do povo com os seus planos de “coalizão” com esses mesmos reis do açúcar, com essa coalizão com os ricos, em virtude do que a “completa passividade” do governo, quanto à regulamentação da vida econômica, é completamente inevitável!

Voltemo-nos para a indústria do petróleo. Esta indústria foi “socializada”, em grande escala, pelo desenvolvimento anterior do capitalismo. Um par de reis do petróleo maneja milhões e centenas de milhões, dedicando-se a destacar cupões e a embolsar lucros fabulosos à custa de um “negócio” que já hoje está, de fato, tecnicamente, organizado em bases sociais e em escala nacional e já dirigido por centenas e milhares de empregados, engenheiros etc. A nacionalização da indústria do petróleo pode ser implantada **imediatamente** e é, além disso, uma medida obrigatória para um Estado revolucionário-democrático, so-

bretudo se esse Estado atravessa uma crise grave, em que urge economizar a todo transe as energias do povo e fomentar a produção de combustível. É desnecessário dizer que, neste ponto, de nada serviria, nem faria mudar nada, a implantação de um controle burocrático, pois com os Tereschenko e os Kerensky, com os Avksentiev e os Skobelev, os “reis do petróleo” se acomodaram com a mesma facilidade com que se acomodaram com os ministros czaristas, e o fariam primeiro com sonegações, subterfúgios e promessas e depois com o suborno direto e indireto da imprensa burguesa (a chamada “opinião pública”, que os Kerensky e os Avksentiev “acatam muito”) e dos funcionários públicos (a quem os Kerensky e os Avksentiev deixam tranqüilamente nos seus antigos postos dentro da máquina de governo, intacta, do regime antigo).

Para poder fazer alguma coisa de sério, é preciso dar o passo da burocracia para a democracia, e é preciso dá-lo, além disso, por processos verdadeiramente revolucionários, isto é, declarando guerra aos reis do petróleo e aos acionistas, decretando o confisco de bens e penas de prisão para os que obstruam a nacionalização da indústria do petróleo, ocultem as rendas ou falseiem os balanços, sabotem a produção ou não tomem as medidas conducentes a fomentá-la. É necessário apelar para a iniciativa de operários e empregados, convocá-los, a eles, imediatamente, para conferências e congressos, e pôr nas suas mãos determinada parte dos lucros, com a condição de se encarregarem do controle em todos os seus aspectos e velarem pelo fomento da produção. Se estes passos revolucionário-democráticos se tivessem dados sem dilação, de um só golpe, em abril de 1917, a Rússia, um dos países mais ricos do mundo pelas suas reservas de combustíveis líquidos, muito teria podido fazer para abastecer o povo durante o verão, por via fluvial e marítima, com as quantidades necessárias de combustível.

Nem o governo burguês, nem o governo social-revolucionário-menchevique-cadete de coalizão fizeram absolutamente nada; limitaram-se a jogar burocraticamente com as reformas. Não se atreveram a dar um único passo revolucionário-democrático. Os mesmos reis do petróleo, a mesma estagnação, o mesmo ódio dos operários e empregados contra os exploradores, o mesmo desastre, fruto obrigatório de tudo isto, o mesmo desgaste de energias do povo — tudo continua como sob o czarismo: a única coisa que mudou foi o timbre dos papéis que entram e saem das repartições “republicanas”!

Na indústria do carvão, não menos “apta”, pela sua cultura técnica, para a nacionalização, e explorada com a mesma falta de vergonha pelos saqueadores do povo, pelos reis do carvão, temos a registrar toda uma série de fatos manifestos de

sabotagem descarada, de franca deterioração e paralisação da produção pelos industriais. Até um órgão ministerial como a "Rabochiaia Gasieta" dos mencheviques teve de confessar esses casos. E que se fez? Não se fez absolutamente nada; não se fez mais do que reunir os antigos comitês "paritários" reacionário-burocráticos — formados em partes iguais, de representantes dos operários e dos bandidos do consórcio carbonífero.

Não se deu um único passo revolucionário-democrático; não se fez nem um arremedo de tentativa para implantar o único controle real, um controle **de baixo**, através dos Sindicatos de empregados, através dos operários, aterrorizando esses industriais do carvão que levam o país à ruína e paralisam a produção! E como fazê-lo, se "todos" somos partidários da coalizão, senão com os cadetes, pelo menos com os elementos do comércio e da indústria? Que significa a coalizão, senão deixar o poder nas mãos dos capitalistas, deixá-los manobrar impunemente, deixá-los obstruir, deixá-los descarregar tudo sobre os ombros dos operários, intensificar o desastre e preparar, **deste modo**, uma nova aventura como a de Kornilov?

Abolição do sigilo comercial

Sem a supressão do sigilo comercial, o controle da produção e da distribuição seria apenas uma dessas promessas vazias com que os cadetes enganam os social-revolucionários e mencheviques e estes, por sua vez, as classes trabalhadoras, ou, em outro caso, só se poderia levar a cabo mediante recursos e processos reacionário-burocráticos. E, apesar de isto ser evidente para qualquer pessoa sem preconceitos, apesar da tenacidade com que "Pravda" vinha preconizando a necessidade de abolição do sigilo comercial (campanha que certamente, foi das que mais contribuíram para que o jornal fosse suprimido pelo governo de Kerensky, tão submisso ao capital), nem o nosso governo republicano, nem os "órgãos mandatários da democracia revolucionária" se deriveram um momento sequer sobre esta exigência elementar de todo controle verdadeiro.

Nisto está precisamente a chave de todo controle, o ponto mais sensível do capital, que saqueia o povo e sabota a produção. Assim se explica que os social-revolucionários e mencheviques não se atrevam a tocar neste ponto.

O costumado argumento dos capitalistas, que os pequeno-burgueses repetem sem pensar, consiste em dizer que a economia capitalista não admite absolutamente a supressão do sigilo comercial, pois a propriedade privada dos meios de produção e a sujeição das diversas empresas ao mercado impõem a "sacrossanta intangibilidade" dos livros e das operações comerciais, inclusive, naturalmente, as operações bancárias.

Todo aquele que repetir, sob uma forma ou outra este argumento, ou outro semelhante, se

engana a si mesmo e engana o povo, fechando os olhos ante dois fatos fundamentais, importantíssimos, e não ignorados por ninguém, da vida econômica atual. O primeiro é o grande capitalismo, isto é, a característica econômica dos Bancos, consórcios, grandes indústrias etc. O segundo é a guerra.

É precisamente o grande capitalismo moderno, que por toda a parte está se convertendo em capitalismo monopolista, que tira de toda sombra de razão o sigilo comercial e o converte numa hipocrisia, num instrumento manejado exclusivamente para ocultar as manobras financeiras e os lucros inauditos do grande capital. A grande economia capitalista é, pelo seu próprio caráter técnico, uma economia socializada, isto é, que trabalha para milhões de homens e que associa às suas operações, direta e indiretamente, centenas, milhares e dezenas de milhares de famílias. É alguma coisa de diferente da indústria do pequeno artesão ou do lavrador médio, que, em geral, não exige livros comerciais, e aos quais, portanto, em nada afeta a abolição do sigilo comercial!

Além disso, na grande economia capitalista, as operações realizadas são, de qualquer modo, conhecidas por centenas e centenas de pessoas. Aqui, a lei que garante o sigilo comercial não tende a proteger as necessidades da produção ou da circulação, mas serve à especulação e ao lucro na sua forma mais descarada, à fraude aberta que, como se sabe, tem o seu principal campo de operações nas sociedades anônimas e se encobre com grande habilidade nos relatórios e nos balanços, preparados cuidadosamente para enganar o público.

Se, na pequena produção de mercadorias, isto é, entre os lavradores humildes e os artesãos, onde a produção não está por si mesma socializada, mas se desenvolve sob formas atomizadas e dispersas, o sigilo comercial é inevitável, nas grandes empresas capitalistas, ao proteger esse sigilo, o que se faz é proteger os privilégios e lucros de um punhado, literalmente de um punhado de homens, contra todo o povo. Até as leis o reconhecem, obrigando as sociedades anônimas a publicarem os seus balanços. Mas, este controle, implantado em todos os países progressistas, e também em vigor na Rússia, é precisamente um controle reacionário-burocrático, que não abre os olhos do povo, nem lhe permite saber toda a verdade sobre as operações dessas sociedades.

Para proceder revolucionária e democraticamente, seria necessário baixar outra lei abolindo o sigilo comercial, obrigando as grandes empresas e os ricos a prestar contas e autorizando qualquer grupo de cidadãos com um contingente numérico democraticamente sólido (digamos, de 1.000 a 10.000 eleitores) a examinar toda a documentação de qualquer grande empresa. Esta medida é de fácil aplicação: basta, para implantá-la, um simples decreto. E somente ela fará com que se

A CATÁSTROFE QUE NOS AMEAÇA...

desenvolva a iniciativa do povo no controle, através dos Sindicatos de empregados e de operários e de todos os partidos políticos; somente ela dará ao controle um caráter sério e democrático.

A isto vem se juntar a guerra. A imensa maioria das empresas comerciais e industriais não trabalha hoje para o "mercado livre", mas para o Estado, para a guerra. Por isso, já tive de dizer, no "Pravda", que mentem, e que mentem deliberadamente aqueles que pretendem conter-nos com o argumento de que não é possível implantar o socialismo, pois não se trata de implantar o socialismo agora, no ato, da noite para o dia, mas de descobrir os roubos contra o fisco.

A economia capitalista organizada "para a guerra" (isto é, a economia direta ou indiretamente relacionada com os fornecimentos de guerra) se enriquece com lucros fabulosos e enriquece os senhores cadetes, e com eles os mencheviques e os social-revolucionários, que se opõem à abolição do sigilo comercial, e que não são mais do que os cúmplices e os acobertadores desses roubos contra o fisco.

A guerra custa hoje à Rússia 50 milhões de rublos diários. Na sua maior parte, estes 50 milhões diários vão parar nas mãos dos fornecedores de guerra. Destes 50 milhões, 5 milhões diários pelo menos, e provavelmente até 10 milhões, e ainda mais, formam os lucros legítimos dos capitalistas e dos funcionários que, de um modo ou de outro, se acham ligados a eles. Sobretudo as grandes empresas e os Bancos, que adiantam o dinheiro para as operações de fornecimentos de guerra, embolsam desta maneira lucros inauditos, e o fazem precisamente à custa do fisco a quem se rouba, pois não se pode qualificar de outro modo o que se faz enganando e rapeando o povo "ao som" das calamidades da guerra, "ao som" da morte de centenas de milhares e milhões de homens.

"Todo mundo" sabe desses lucros escandalosos acumulados com os fornecimentos de guerra, "todo mundo" sabe das "cartas de garantia" ocultadas pelos Bancos, "todo mundo" sabe quem se enriquece à custa da carestia cada vez maior, em "sociedade" se fala disto sorrindo, e até a imprensa burguesa, que em geral silencia os fatos "desagradáveis" e evita os problemas "espinhosos", contém não poucas alusões concretas a estes assuntos. Todo mundo o sabe e todo mundo se cala e o tolera, todo mundo transige com o governo, que pronuncia formosos discursos acerca do "controle" e da "regulamentação".

Se os democrata-revolucionários fossem revolucionários e democratas de verdade, teriam baixado imediatamente uma lei suprimindo o sigilo comercial, obrigando os fornecedores e negociantes a prestar contas, proibindo-lhes mudar de atividade sem licença das autoridades; uma lei

em que se decretasse o confisco de bens e o fuzilamento^b para castigar as sonegações e as fraudes contra o povo e organizasse o controle e a fiscalização de baixo, de modo democrático, a cargo do próprio povo, dos Sindicatos de empregados, operários, consumidores etc.

(*)

Os nossos social-revolucionários e mencheviques se fizeram de sobra credores do nome de democratas atemorizados, pois neste terreno nada mais fazem do que repetir o que dizem todos os bons burgueses atemorizados: que os capitalistas "fugiriam" se se aplicassem medidas "muito rigorosas", que "nós" nada poderíamos fazer sem os capitalistas, que provavelmente essas medidas ofenderiam também os milionários anglo-franceses que nos "apóiam", etc. Isto faz parecer que os bolcheviques propõem coisa jamais conhecida nem ensaiada na história da humanidade, algo "utópico", quando, na realidade, há mais de 125 anos, na França, uns homens que eram verdadeiros "democratas revolucionários", homens verdadeiramente convencidos da justiça e do caráter defensivo da guerra que faziam, e que realmente se apoiavam nas massas populares, que partilhavam sinceramente da mesma convicção, souberam implantar um controle revolucionário sobre os ricos e chegar a resultados que causaram assombro a todo o mundo. Além disso, nos 125 anos que transcorreram desde então, o desenvolvimento do capitalismo, com a criação de Bancos, consórcios, estradas de ferro etc., tornou cem vezes mais fáceis e mais simples as medidas de um controle verdadeiramente democrático dos operários e camponeses sobre os exploradores, os latifundiários e os capitalistas.

No fundo, todo o problema do controle se reduz a saber quem fiscaliza, isto é, qual a classe fiscalizadora e qual a classe fiscalizada. Até hoje, em nosso país, na Rússia republicana, com a cooperação dos "órgãos mandatários" de uma pretensa democracia revolucionária, continuase a reconhecer e a manter como fiscalizadores os latifundiários e os capitalistas. Conseqüência inevitável disto é o banditismo dos capitalistas, que provoca a indignação geral do povo e a ruína artificialmente mantida pelos próprios capitalistas. É preciso passar, de modo resolutivo e definitivo, sem temor de romper com o atraso, sem se assustar ante a decidida construção do novo, ao controle exercido pelos operários e camponeses sobre os latifundiários e capitalistas. É isto, precisamente, que os nossos mencheviques e social-revolucionários temem mais do que ao fgo.

A organização obrigatória em consórcios

A sindicalização obrigatória, ou seja, a organização obrigatória dos industriais, por exemplo, em consórcios, praticamente já domina na Alemanha. Esta medida nada representa de novo. É,

também neste caso, e por culpa dos social-revolucionários e dos mencheviques, notamos completa pasmaceira na Rússia republicana, que esses partidos pouco honrosos “entretêm” com uma dança em que se emparelham com os cadetes ou com os Bublikov, os Tereschenko e os Kerensky.

A sindicalização obrigatória é, por um lado, uma espécie de impulso que o Estado imprime ao desenvolvimento capitalista, o qual conduz, em toda parte, à organização da luta de classes, ao aumento do número, da variedade e da importância das organizações. Por outro lado, esta “unificação” obrigatória é a condição prévia inescusável para todo controle medianamente sério e para todo regime de economia das energias populares.

A sindicalização obrigatória é, por um lado, uma espécie de cada localidade ou de todo o país a se organizarem em consórcio, nomeando um representante do Estado para intervir como órgão de controle no Conselho de Administração. Diretamente, isto é, por si mesma, esta lei não afeta de maneira alguma as relações de propriedade, nem priva de um centavo um único proprietário; nem estabelece de antemão se o espírito, a forma e a tendência do controle serão reacionário-burocráticos ou revolucionário-democráticos.

Leis como esta poderiam e deveriam ser aplicadas em nosso país, imediatamente, sem perder nem mesmo uma semana de tempo precioso, deixando que as próprias circunstâncias sociais se encarregassem de determinar as formas mais concretas de aplicação da lei e a rapidez com que tivesse de ser levada a cabo, os processos de vigilância da sua realização etc. Para promulgar uma lei como esta, o Estado não precisa dispor de aparelhamento especial, nem iniciar investigações e averiguações prévias de nenhum gênero; bastaria que estivesse disposto a acabar com certos interesses privados dos capitalistas, que não estão “acostumados” a essas intromissões nem dispostos a perder os lucros extraordinários que lhes assegura a falta de controle e a administração à moda antiga.

Para baixar uma lei deste gênero, não se necessita de nenhum aparelhamento, nem estatísticas (com as quais Chernov pretendia suplantar a iniciativa revolucionária dos camponeses), pois a sua execução se faria pelos próprios fabricantes e industriais, pelas forças sociais já existentes, sob o controle de forças sociais (isto é, não-governamentais, não-burocráticas) também existentes, mas obrigatoriamente pertencentes às chamadas “classes baixas”, isto é, às classes oprimidas e exploradas, essas classes cuja capacidade de heroísmo, cujo espírito de sacrifício e cuja disciplina de camaradagem demonstraram sempre na história que estão indizivelmente por cima dos exploradores.

Suponhamos, que temos um governo verdadeiramente revolucionário-democrático e que

este governo resolve impor imediatamente a sindicalização por distritos e por província de todos os fabricantes e industriais de cada ramo de produção, sempre que empreguem, digamos, não menos de dois operários. A responsabilidade pela execução incondicional desta lei se impõe em primeiro lugar aos fabricantes, diretores, conselheiros e grandes acionistas (que são os verdadeiros chefes da indústria moderna, os seus verdadeiros amos). Serão considerados desertores militares, impondo-se lhes o castigo correspondente, todos os que pretendam subtrair-se ao cumprimento imediato desta lei, fazendo-os responder com todos os seus bens, em face do princípio de solidariedade — um por todos, todos por um. Do mesmo modo, fazem-se responsáveis todos os empregados, obrigando-os também a se agruparem num Sindicato único. O mesmo se fará com os operários e os seus respectivos Sindicatos. A finalidade da “unificação” é conseguir o regime mais completo, severo e preciso de prestação de contas e sobretudo unificar as operações de compra de matéria-prima e de venda dos produtos, para economizar os recursos e as energias do povo. Unificando-se num consórcio as empresas dispersas, esta economia adquirirá proporções gigantescas, como o ensina a ciência econômica e o demonstra a experiência de todos os consórcios, cartéis e trustes. Deve-se advertir, mais uma vez, que esta sindicalização em nada altera as relações de propriedade, nem priva de um único centavo nenhum proprietário. Precisamos insistir energicamente nisto, pois a imprensa burguesa “assusta” continuamente os pequenos e médios proprietários, dizendo-lhes que os socialistas em geral e os bolcheviques em particular pretendem “expropriá-los”, afirmação deliberadamente falsa, já que os socialistas, mesmo no caso de uma revolução socialista completa, não expropriarão os camponeses modestos, não desejam nem podem fazê-lo. Sem falar em que, aqui, nos temos referido sempre tão somente às medidas imediatas e mais urgentes já implantadas nos países do ocidente europeu e que uma democracia medianamente conseqüente teria adotado também na Rússia, sem demora, para combater a catástrofe imediata que nos ameaça.

A sindicalização dos menores e mais humildes proprietários tropeçaria em sérias dificuldades técnicas e culturais, dado o extraordinário fracionamento das suas empresas, o seu primitivismo técnico e o analfabetismo ou o atraso dos proprietários. Mas, estas explorações são, precisamente (como já indicamos antes, no exemplo dado), as que a lei deveria executar, e a sua exclusão — sem falar na possibilidade da sua sindicalização mais tarde — não representaria nenhum obstáculo sério, pois, dentro do volume global da produção, a importância da imensa quantidade de pequenas explorações e o que representam

para a economia nacional em conjunto são insignificantes e, além disto, estão quase sempre, de um modo ou de outro, mediatizadas pelas grandes empresas.

Somente estas têm importância decisiva, e nelas já se encontram os recursos e forças técnicas e culturais necessários para proceder à "sindicalização". Falta apenas a iniciativa de um Poder revolucionário, iniciativa firme, resoluta e implacavelmente severa para com os exploradores, a fim de pôr em movimento essas forças e esses recursos.

Quanto mais pobre é um país em forças tecnicamente formadas e em elementos intelectuais em geral, mais urgente é a necessidade de decretar, quanto antes, e o mais resolutamente possível, a sindicalização obrigatória, começando pelas empresas de maior importância, pois este agrupamento permitirá economizar forças intelectuais, aproveitá-las inteiramente e distribuí-las com mais acerto. E se até os camponeses russos, nos seus campos distantes, sob o czarismo, lutando contra os mil entraves que esse regime lhes impunha, souberam, depois de 1905, dar um gigantesco passo à frente e associar-se em organizações de todo o gênero, é evidente que, em alguns meses ou antes, se poderia levar a cabo a sindicalização da grande e da média indústria e do comércio, sempre que o impusesse um governo verdadeiramente revolucionário e democrático, apoiado na assistência, na participação, no interesse e nas vantagens das "camadas inferiores" da democracia, dos empregados e dos operários, um governo que convidasse estes elementos a se encarregarem do controle.

A regulamentação do consumo

A guerra obrigou todos os Estados beligerantes e muitos Estados neutros a estabelecer a regulamentação do consumo. Os bônus de pão surgiram em cena, tornaram-se um hábito constante, e em seguida vieram outros bônus de racionamento. A Rússia não constituiu uma exceção e também implantou os bônus de pão.

Mas é precisamente à luz deste exemplo que melhor podemos comparar os métodos reacionário-burocráticos de luta contra a catástrofe, métodos que procuram limitar-se a um mínimo de reformas, com os métodos revolucionário-democráticos, que, se desejam ser dignos desse nome, devem ter por missão direta romper violentamente com as tradições caducas e acelerar, por todos os meios possíveis, o movimento progressista.

Os bônus de pão, o exemplo mais típico da regulamentação do consumo nos Estados capitalistas modernos, têm por missão e (no melhor dos casos) conseguem isto: distribuir as existências de pão de modo que cheguem para todos.

Estabelece-se uma cota mínima para o consumo, não de todos, mas dos artigos mais importantes, os de consumo "popular". Isso é tudo. Não se preocupam com o resto. As existências de trigo são calculadas e distribuídas entre a população, estabelece-se uma cota, aplica-se essa cota, tudo isso burocraticamente, e nisto se fica. Os artigos de luxo não são atingidos, pois são tão caros que, de todo modo, não estão ao alcance do "povo".

Por isto, em todos os países beligerantes, absolutamente em todos, inclusive na Alemanha, país, creio, que pode ser considerado indiscutível modelo da regulamentação mais minuciosa, mais pedante e mais rigorosa do consumo, inclusive na Alemanha, vemos como os ricos burlam constantemente todas as cotas fixadas para a regulamentação do consumo. E também isto sabem-no "todos", todos falam disto entre sorrisos e, na imprensa socialista alemã, — e de vez em quando até na imprensa burguesa —, surgem constantemente, a despeito da severidade da censura alemã, de rigor militar, notícias e referências sobre o menu dos ricos, do pão branco de que os ricos dispõem sem cota em tal ou qual estação de águas fazendo-se de doentes, a esses balneários vão todos (os que dispõem de dinheiro), de como os ricos substituem os simples artigos correntes do povo por artigos de luxo, raros e refinados.

O reacionário Estado capitalista, que teme solapar os alicerces do capitalismo, os alicerces da escravidão assalariada, os alicerces da supremacia econômica dos ricos; que teme fomentar a iniciativa dos operários e dos trabalhadores em geral, que teme "avivar" as suas exigências, esse Estado de nada mais necessita além dos bônus de pão. Um Estado deste tipo jamais perde de vista, um único instante, em qualquer dos seus passos a sua meta reacionária: consolidar o capitalismo, impedir o seu enfraquecimento, circunscrever a regulamentação da vida econômica em geral e a do consumo em particular às medidas estritamente indispensáveis para que o povo possa subsistir, evitando cuidadosamente uma regulamentação eficaz do consumo mediante o controle sobre os ricos, mediante um sistema que, em tempo de guerra, imponha maiores encargos aos ricos, que são, em tempo de paz, as pessoas favorecidas, privilegiadas, satisfeitas e fartas.

A solução reacionário-burocrática do problema proposto aos povos pela guerra se limita ao racionamento de pão, à distribuição equitativa dos artigos de consumo "popular" absolutamente indispensáveis, sem se afastar nem um milímetro da burocracia e do espírito reacionário, cuja aspiração é: não alentar de maneira alguma a iniciativa própria dos pobres, do proletariado, da massa do povo (do **demos**); não permitir o seu controle sobre os ricos e deixar aberto o maior número possível de portas de escápula, para que estes, os ricos, possam gozar os artigos de luxo. Estas por-

tas de escápula são deixadas, em abundância, em todos os países, inclusive, repetimos, na Alemanha — e não falemos da Rússia! Em toda parte, o “povo vulgar” passa fome enquanto os ricos se instalam nos balneários, completando as parcas rações das cotas com todo o gênero de “extraordinários”, e **não** se deixam controlar.

Na Rússia, que acaba de fazer a revolução contra o czarismo em nome da liberdade e da igualdade; na Rússia, que se converteu de um golpe, se nos ativermos às suas instituições políticas efetivas, numa República democrática, a facilidade que para ninguém é segredo, com que os ricos burlam os bônus de pão fere particularmente os olhos do povo e provoca, em alto grau, o descontentamento, a irritação, a cólera e a indignação das massas. Realmente, a facilidade com que se burlam as cotas é enorme. Às escondidas, sobretudo tendo (como só têm os ricos) boas relações e pagando preços fabulosos, tem-se tudo quanto se quer, e em grande quantidade. O povo é que passa fome. A regulamentação do consumo se circunscreve nos quadros reacionário-burocráticos mais limitados. O governo não se preocupa absolutamente, nem tem a mais leve intenção de organizar essa regulamentação em bases verdadeiramente revolucionárias e democráticas.

Todo mundo sofre nas filas: todo mundo... Mas, acontece que os ricos mandam para as filas os seus criados — e até alugam criados especiais para esse serviço! Eis a “democracia”!

Uma política revolucionário-democrática não se contentaria, neste momento de calamidades insólitas por que atravessa o país, em combater a catástrofe iminente racionando o pão, mas adotaria, além desta, as seguintes providências: primeiro, estabeleceria a organização obrigatória de toda a população em cooperativas de consumo, sem o que é impossível um controle completo; segundo, imporá aos ricos o trabalho obrigatório, fazendo-os prestar serviços gratuitos como secretários das cooperativas de consumo, ou coisa semelhante; terceiro, organizaria a distribuição realmente equitativa de todos os artigos de consumo entre a população, para distribuir de modo realmente equitativo os encargos da guerra; quarto, regulamentaria o controle em condições que permitissem às classes pobres fiscalizar precisamente o consumo dos ricos.

A instauração de uma verdadeira democracia neste terreno, dando provas de um espírito verdadeiramente revolucionário, na organização do controle, pondo-o precisamente nas mãos das classes mais necessitadas do povo, seria o melhor estímulo para pôr em tensão todas as forças intelectuais existentes para desencadear as energias verdadeiramente revolucionárias de todo o povo. O que hoje se limitam a fazer os ministros da Rússia republicana e revolucionário-democráti-

ca, nem mais nem menos do que os seus colegas dos demais Estados imperialistas, é pronunciar algumas frase altissonantes sobre “o labor coletivo a serviço do povo” e “pôr em tensão todas as energias”. E é exatamente o povo quem vê, sente e apalpa toda a hipocrisia que se encerra nessas palavras.

O resultado é um movimento contínuo sem avançar um único passo, enquanto a ruína aumenta de maneira incontida e a catástrofe se avizinha, pois o nosso governo — estando ainda tão vivas como estão no povo as tradições, as recordações, as marcas, os costumes, as instituições da **revolução** — é incapaz de submeter os operários a um regime de presidio militar, à maneira de um Kornilov ou de um Hindenburg, seguindo o modelo geral dos Estados imperialistas; não pode fazer isto e o que poderia fazer, que é marchar seriamente pela senda revolucionário-democrática, não quer fazer, pois se encontra encharcado dos pés à cabeça e enredado sem remédio numa série de relações que o mediatizam à burguesia, comprometido numa “coalizão” com ela, atenuado pelo medo de atentar contra os seus privilégios efetivos.

Como o governo destrói o trabalho das organizações democráticas

Examinamos os diversos meios e processos para lutar contra a catástrofe e a fome, e vimos, em todos os momentos, quão irreduzíveis são as contradições entre a democracia, de um lado, e o governo, com o bloco de social-revolucionários e mencheviques que o apóiam, de outro. Para demonstrar que essas contradições existem na realidade, e não somente nos nossos escritos, e que a sua irreduzibilidade se patenteia na prática por conflitos de significação nacional, basta recordar, como típicos, dois resultados e dois ensinamentos deste meio ano da nossa revolução.

Um destes ensinamentos é a história do “reinado” de Palchinski. Outro, a história do “reinado” e queda de Peshekhonov.

No fundo, todas as medidas que indicávamos para lutar contra a catástrofe e a fome se reduzem a estimular por todos os meios (inclusive a coação) a sindicalização da população, e em primeiro lugar da democracia, isto é, da maioria da população, vale dizer, antes de tudo, das classes oprimidas, operários e camponeses, principalmente os mais pobres. A população mesma já se situou espontaneamente nesse caminho para lutar contra as indizíveis dificuldades, encargos e calamidades que a guerra representa.

O czarismo opunha toda espécie de obstáculos à população quando esta pretendia reunir-se em organizações, livremente e pela sua própria iniciativa. Mas, caindo a monarquia czarista, as organizações democráticas começaram a brotar e a se desenvolver rapidamente por toda a Rússia.

A luta contra a catástrofe se leva agora a cabo por meio de organizações democráticas surgidas espontaneamente, comitês de aprovisionamento de todo gênero, comitês de abastecimento, comissões de combustível etc.

Pois bem. O que é mais para notar, em todo este meio ano da nossa revolução, de referência ao problema que estudamos, é que um governo que se chama republicano e revolucionário, um governo apoiado pelos mencheviques e pelos social-revolucionários em nome dos "órgãos mandatários da democracia-revolucionária", combateu as organizações democráticas e as esmagou!

Palchinski adquiriu, nesta luta, a celebridade mais triste e maior, uma celebridade que se estende a toda a Rússia. Agiu por trás do governo, sem intervir abertamente diante do povo (que era a maneira preferida de ação dos cadetes, pondo na frente Tseretelli, "para o povo", enquanto eles faziam às escondidas todos os negócios importantes). Palchinski retardou e sabotou todas as medidas sérias das organizações democráticas espontaneamente constituídas, porque nenhuma destas medidas sérias podia ser posta em prática sem "prejudicar" os lucros excessivos e a estúpida suficiência dos grandes tubarões do comércio e da indústria, que nele tinham um fiel advogado e servidor. E tão longe foram as coisas que Palchinski — e a imprensa noticiou o fato — chegou a revogar abertamente as ordens das organizações democráticas surgidas espontaneamente!

Toda a história do "reinado" de Palchinski — e "reinou" durante muitos meses, e coincidindo, além disto, com o tempo em que foram "ministros" Tseretelli, Skobelev e Chernov — é um escândalo repugnante e ininterrupto, uma constante sabotagem da vontade do povo, das resoluções da democracia, para servir aos capitalistas e à sua suja cobiça. Os jornais só podiam publicar, naturalmente, uma ínfima parte das "façanhas" de Palchinski — e a completa averiguação do modo por que este personagem **obstruía** a realização das medidas de luta contra a fome só poderá ser levada a cabo por um governo verdadeiramente democrático do proletariado, quando este conquistar o Poder e submeter à **justiça** do povo, sem vacilações, os negócios de Palchinski e dos seus consortes.

Objetar-se-á que Palchinski, afinal de contas, era uma exceção e que, por fim, foi afastado do campo... Mas, o caso é que Palchinski não constituiu uma exceção, mas a regra, e que, afastado este personagem, as coisas não melhoraram em nada enquanto a sua vaga foi ocupada por outros Palchinski exatamente iguais a ele, embora tivessem outros nomes, e toda a influência dos capitalistas, toda a política de sabotagem da luta contra a fome, praticada para agradar a esses capitalistas, continuam de pé. Pois Kerensky & Cia. nada

mais são do que o disfarce sob o qual se esconde a defesa dos interesses dos capitalistas.

A melhor prova disto é que Peshekhonov, Ministro dos Víveres, saiu do governo. Como se sabe, Peshekhonov é um populista dos mais moderados. Não obstante, quis encarar conscientemente a organização do regime de víveres, de acordo com as organizações democráticas, apoiando-se nelas... Por isso, são tanto mais interessantes a experiência do seu trabalho e a sua saída do governo, e o fato de que este populista, tão extraordinariamente moderado, filiado ao partido "popular socialista" e sempre disposto a pactuar com a burguesia, se visse, a despeito de tudo, obrigado a sair do governo, já que, para satisfazer os capitalistas, os latifundiários e os kulaks, o governo de Kerensky teve de aumentar o preço da medida de trigo!

Eis como M. Smith relata, no jornal "Svobodnaia Zhisn", nº 1, de 2 de setembro, este "passo" e a sua importância.

Poucos dias antes de que o governo concordasse em elevar os preços da medida, desenrolou-se no Comitê Nacional de Víveres a seguinte cena:

O representante das direitas, Rolovich, tenaz defensor dos interesses do comércio privado e enraivecido inimigo do monopólio do trigo e da intervenção do Estado na vida econômica, declarou de público, com um sorriso de satisfação, que lhe constava que em breve seriam aumentados os preços da medida de trigo.

O representante do Soviete de Deputados Operários e Soldados replicou que não tinha qualquer notícia sobre isto; que, enquanto durasse na Rússia a revolução, essa medida não podia ser posta em vigor e que em todo caso, o governo não podia tomá-la antes de entrar em acordo com os órgãos mandatários da democracia, com o Conselho de Economia e o Comitê Nacional de Víveres. A estas declarações, aderiu o representante do Soviete de Deputados Camponeses.

Mas a realidade veio resolver cruelmente esta controvérsia, dando razão, não aos representantes da democracia, mas ao representante das classes abastadas. Aconteceu que este estava magnificamente bem informado do atentado que se preparava contra os direitos da democracia, apesar de os representantes desta recusarem, indignados, até mesmo a possibilidade de que semelhante atentado chegasse a se consumir.

Isto é, tanto o representante dos operários como o representante dos camponeses fizeram saber expressamente a sua opinião em nome da maioria do povo; mas o governo de Kerensky fez

exatamente o contrário, no interesse dos capitalistas!

Rolovich, o representante dos capitalistas, estava magnificamente bem informado às escondidas da democracia, do mesmo modo que, como sempre vimos e vemos agora, os jornais burgueses "Riech" e "Birzhovika" são os mais bem informados do que ocorre no governo de Kerensky.

Que quer dizer esta magnífica informação? Quer dizer, indubitavelmente, que os capitalistas têm os seus "recursos" próprios e que o Poder está de fato nas suas mãos. Kerensky não é mais do que um boneco, que os capitalistas manejam quando e como lhes convém. Os interesses de dezenas de milhões de operários e de camponeses são sacrificados aos lucros de um punhado de ricos.

E como os social-revolucionários e os mencheviques respondem a esta zombaria indigna a que se condena o povo? Dirigem-se, por acaso, aos operários e camponeses com uma proclamação em que digam que, em vista de tudo isto, Kerensky e os seus colegas só podem estar no cárcere?

Nada disto! Os social-revolucionários e os mencheviques, por meio da "Seção Econômica" que têm nas mãos, se limitaram a votar uma resolução ameaçadora; a que já fizemos referência. Nessa resolução, declaram que o aumento dos preços do trigo pelo governo Kerensky é "uma medida **funesta** que representa um golpe extraordinariamente grave para o regime de víveres e para toda a vida econômica do país", e que estas medidas funestas foram adotadas "infringindo" abertamente a lei!

Eis a que conduz a política de pactos, a política de delicadezas com Kerensky e o desejo de tratá-lo com "consideração".

Tomando, para satisfazer os ricos, os latifundiários e os capitalistas, uma medida que põe por terra todo o controle, o regime de víveres e o saneamento da Fazenda, alquebrada até não poder mais, o governo infringe a lei enquanto os social-revolucionários e os mencheviques continuam falando de um entendimento com os elementos do comércio e da indústria, continuam conferenciando com Tereschenko, tratando Kerensky com consideração e se limitam a votar uma resolução de protesto puramente formal, que o governo guarda tranqüilamente nos seus arquivos!

Aquí se revela, de maneira palpável, a verdade de que os mencheviques e os social-revolucionários traíram o povo e a revolução e de que os bolcheviques são hoje os verdadeiros dirigentes das massas, inclusive das massas social-revolucionárias e mencheviques.

Exatamente a conquista do Poder pelo proletariado, com o Partido dos bolcheviques à frente,

é a única coisa que poderia pôr cobro aos abusos de Kerensky & Cia. e restaurar a obra das organizações democráticas de víveres, abastecimentos etc., sabotada por Kerensky e o seu governo.

Os bolcheviques agem — o exemplo o demonstra bem claramente — como representantes dos interesses de **todo** o povo, lutam por garantir o regime de víveres e abastecimento, por satisfazer as necessidades mais prementes dos operários e dos camponeses, em contraposição à política vacilante, perplexa, verdadeiramente traidora, dos social-revolucionários e mencheviques, que levou o país à vergonha do aumento de preço do trigo.

A bancarrota financeira e as medidas para combatê-la

O problema do aumento de preço da medida de trigo apresenta, ainda, outro aspecto. Este aumento traz consigo um novo aumento caótico da emissão de papel-moeda, um passo mais no processo de aguçamento da carestia, um aumento da desorganização da Fazenda e um passo mais para a bancarrota financeira. Todo mundo reconhece que a emissão de papel-moeda equivale a um empréstimo forçado da pior espécie, que serve para piorar a situação, e muito principalmente a situação dos operários, a parte mais pobre da população, e que é o pior dos males do caos financeiro.

E esta é precisamente a medida de que lança mão o governo de Kerensky, apoiado pelos social-revolucionários e mencheviques!

Para combater seriamente a desorganização financeira e a catástrofe inevitável da Fazenda, não há outro caminho senão romper revolucionariamente com os interesses do capital e estabelecer um controle verdadeiramente democrático, isto é, organizado "de baixo", um controle dos operários e camponeses pobres sobre os capitalistas, que é exatamente o caminho de que vimos tratando até aqui.

A emissão ilimitada de papel-moeda estimula a especulação, facilita aos capitalistas lucros de milhões e cria enormes dificuldades ao tão necessário fomento da produção, pois os materiais, a maquinaria etc. continuam a encarecer com muita rapidez. E como remediar isto, quando se ocultam as fortunas adquiridas por todos os ricos mediante especulações?

É preciso estabelecer um imposto sobre a renda, com taxas progressivas e bem elevadas para as grandes rendas e as de primeira categoria. O nosso governo, seguindo as pegadas dos demais governos imperialistas, estabeleceu, com efeito, esse imposto. Mas a medida, em grande parte, não passa de uma ficção, de letra morta: primeiro, porque a moeda está se depreciando com crescente rapidez e, segundo, porque a sonegação das rendas aumenta à medida que a sua fonte é a

especulação e na proporção em que se protege o sigilo comercial.

Para que esse imposto fosse um imposto real, e não fictício, seria necessário proceder a um controle eficaz, e não apenas formal. O controle sobre os capitalistas é impossível, porém, enquanto não perder o seu caráter burocrático, pois a própria burocracia está atada, está ligada à burguesia por milhares de laços. Por isto, nos Estados imperialistas da Europa ocidental, monarquias ou Repúblicas, não se sabe ordenar a Fazenda senão instaurando um "trabalho obrigatório" de tal natureza que, para os operários, equivale a um **pre-sídio militar** ou a uma **escravidão militar**.

O controle reacionário-burocrático — eis aí o único recurso de que sabem lançar mão os Estados imperialistas, sem excetuar as Repúblicas democráticas da França e dos Estados Unidos, para derrubar os encargos da guerra sobre o proletariado e as massas trabalhadoras.

A contradição fundamental da política do nosso governo está exatamente em que — para não se divorciar da burguesia, para não desfazer a "coalizão" com ela — não tem outro remédio senão exercer um controle reacionário-burocrático, dando-lhe o nome de "revolucionário-democrático", enganando a cada passo o povo, exasperando e irritando as massas, que acabam de derrubar o czarismo.

Em troca, exatamente a aplicação de medidas realmente revolucionárias e democráticas, organizando nas suas agrupações justamente as classes oprimidas, os operários e os camponeses, justamente as massas, teria permitido exercer o controle mais eficaz sobre os ricos e levar a cabo a luta mais eficaz contra a sonegação das rendas.

Fazem-se esforços para fomentar a circulação do cheque como maneira de conter a emissão excessiva de papel-moeda. Para os pobres, essa medida carece de importância, pois vivem da mão à boca e, de toda maneira, o seu ciclo econômico se realiza numa semana, restituindo aos capitalistas os quatro centavos que conseguiram ganhar. Para os ricos, a circulação do cheque poderia ter uma importância extraordinária, e, posta em relação com medidas como a nacionalização dos Bancos e a abolição do sigilo comercial, permitiria ao Estado estabelecer um controle real sobre as rendas dos capitalistas, impor-lhes tributos eficazes e "democratizar" (e, ao mesmo tempo, ordenar) real e verdadeiramente o sistema financeiro.

Mas, o obstáculo com que se tropeça é exatamente o medo de atentar contra os privilégios da burguesia e de romper a "coalizão" com ela estabelecida, pois, sem medidas verdadeiramente revolucionárias, sem uma coação muito séria, os capitalistas não se submeterão a nenhum controle, não revelarão as suas contas nem porão as suas existências de papel-moeda "sob o controle" do Estado democrático.

Nacionalizando os Bancos, promulgando uma lei em que se fizesse obrigatória a circulação do cheque para os ricos suprimindo o sigilo comercial, castigando com o confisco dos bens a sonegação das rendas, etc., os operários e camponeses, reunidos nas suas organizações, poderiam, com extraordinária facilidade, dar ao controle uma existência real e universal, levar à prática um controle que reinasse concretamente sobre os ricos, um controle que **devolvesse ao Tesouro Público** o papel-moeda por ele emitido e, que o devolvesse precisamente à custa dos que o têm em seu poder, dos que o ocultam.

Para isto, porém, seria necessário instaurar uma ditadura revolucionária da democracia, dirigida pelo proletariado revolucionário, isto é, para isto, a democracia deve ser revolucionária de fato.

Este é o nervo da questão. E é isto precisamente o que não querem os nossos social-revolucionários e mencheviques que, enganando o povo com a bandeira de "democracia-revolucionária", o que na realidade fazem é apoiar a política reacionário-burocrática da burguesia política cuja norma de conduta é sempre a mesma: depois de mim, o dilúvio!

Em geral, não notamos até que ponto se enraizaram em nós os costumes e os preconceitos antidemocráticos sobre a "santidade" da propriedade burguesa. Quando um engenheiro ou um banqueiro dão à publicidade as rendas e as despesas de um operário, os dados referentes ao que um operário ganha e ao que o seu trabalho rende, tudo isto é considerado justo e arquilegal. A ninguém ocorre ver nisso um atentado contra a "vida privada" do operário, nem um ato de "denúncia" ou "espionagem" cometido pelo engenheiro. A sociedade burguesa considera o trabalho e as rendas dos operários assalariados como um livro aberto seu, que qualquer burguês, em qualquer momento, tem o direito de folhear e dar à publicidade os "luxos" que o operário se permite, a sua pretendida "madracaria" etc.

E o outro controle, o inverso? Que aconteceria se o Estado democrático convidasse os Sindicatos de empregados, do pessoal das oficinas, da servidão doméstica, a controlar as rendas e as despesas dos capitalistas, a publicar os dados correspondentes, a ajudar o governo na sua campanha contra a sonegação das rendas?

Que gritaria selvagem se levantaria no campo burguês, clamando contra essa "espionagem" e essas "denúncias"! Que os "senhores" controlem os criados, os capitalistas os operários, tem-se pela coisa mais natural do mundo, pois a vida privada dos trabalhadores e dos explorados não se considera intangível, e a burguesia tem o pleno direito de pedir contas a todo "escravo assalariado", de dar à publicidade, em qualquer momen-

to, as cifras das suas rendas e das suas despesas. Mas, que se tente controlar os exploradores pelos explorados, trazer à luz do sol as suas rendas e as suas despesas, descobrir o seu luxo, mesmo em tempo de guerra, quando este luxo provoca diretamente a fome e a morte dos Exércitos na frente... Não, a burguesia não tolerará que a "espiem" ou "denunciem"!

O problema se reduz sempre ao mesmo: o domínio da burguesia é **incompatível** com uma verdadeira democracia, autenticamente revolucionária. No século XX e num país capitalista, é impossível ser democrata revolucionário temendo marchar para o socialismo.

Pode-se avançar temendo marchar para o socialismo

Tudo o que expusemos poderia facilmente provocar, num leitor educado na maneira corrente e oportunista de pensar dos social-revolucionários e dos mencheviques, a seguinte objeção: na sua maior parte, as medidas aqui preconizadas não são no fundo, medidas democráticas, já são medidas socialistas!

Esta objeção corrente, familiar (sob uma forma ou outra) à imprensa burguesa, social-revolucionária e menchevique, constitui a defesa reacionária de um capitalismo atrasado, uma defesa à maneira de Struve. Nós, dizem eles, não estamos ainda preparados para o socialismo; é prematuro querer "implantar" o regime socialista; a nossa revolução é uma revolução burguesa — e disto se deduz que devemos nos deixar avassalar pela burguesia (sem levar em conta que, há mais de 125 anos, os grandes revolucionários burgueses da França tornaram grande a sua revolução implantando um regime de **terror** contra todos os opressores, latifundiários e capitalistas!).

Se entrarmos nos fundamentos teóricos da sua argumentação, veremos que esses malfadados marxistas, tão serviçais para com a burguesia, que julgam as coisas desse modo, e entre os quais se contam também os social-revolucionários, não levam em conta o que é o imperialismo, o que são os monopólios capitalistas, o que é o Estado, o que é a democracia revolucionária. Pois, levando-se isto em conta, não se pode deixar de reconhecer que é impossível avançar sem marchar para o socialismo.

Todo mundo fala do imperialismo. Mas o imperialismo não é mais do que o capitalismo monopolista.

Que também na Rússia o capitalismo adquiriu o caráter monopolista demonstram-no palpavelmente o Produgol, o Prodamer, o consórcio do açúcar etc. E o próprio consórcio do açúcar nos demonstra palpavelmente a transformação crescente do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado.

E que é o Estado? É a organização da classe dominante; na Alemanha, por exemplo, a organização dos Junkers e dos capitalistas. Por isso, o que os Plekhanov alemães (Scheidemann, Lentsch etc.) chamam "socialismo de guerra", na realidade não é mais do que um capitalismo monopolista de Estado em tempo de guerra ou, em termos mais simples e mais claros, um presídio militar para os operários e um regime de proteção militar para os lucros dos capitalistas.

Pois bem, substituí esse Estado de Junkers e capitalistas, esse Estado de latifundiários e capitalistas, por um Estado revolucionário-democrático, isto é, por um Estado que acabe revolucionariamente com todos os privilégios, que não tema implantar revolucionariamente a democracia mais perfeita, e vereis que o capitalismo monopolista de Estado, num Estado verdadeiramente revolucionário e democrático, representa, inevitável e inexoravelmente, a marcha para o socialismo!

Com efeito, quando uma empresa capitalista gigantesca se converte em monopólio, isto quer dizer que abastece todo o povo. Ao se converter em monopólio de Estado, vemos que é o Estado (isto é, supondo que se trate de uma democracia revolucionária, a organização armada do povo, e antes de tudo dos operários e camponeses) quem dirige toda a empresa. No interesse de quem?

Uma das duas: no interesse dos latifundiários e dos capitalistas, caso em que não estaremos diante de um Estado revolucionário-democrático, mas diante de um Estado reacionário-burocrático, isto é, diante de uma República imperialista; ou no interesse da democracia revolucionária, e então esse Estado será um passo dado para o socialismo.

O socialismo não é mais do que o primeiro passo para frente, que acompanha o monopólio capitalista de Estado. Ou, em outras palavras, o socialismo não é mais do que o monopólio capitalista de Estado **aplicado em proveito de todo o povo**, e que, por isso mesmo, deixa de ser monopólio capitalista.

Não há meio termo. O curso objetivo do desenvolvimento é tal que não há a possibilidade de dar um passo para a frente sobre os monopólios (cujo número, papel e importância a guerra veio decuplicar) sem se caminhar para o socialismo.

Ou se é democrata revolucionário verdadeiro, e neste caso não há por quê temer qualquer passo para o socialismo, ou se temem estes rumos para o socialismo, condenando-os à maneira de Plekhanov, Dan e Chernov, apelando para o argumento de que a nossa revolução é uma revolução burguesa, de que não se pode "implantar" o socialismo etc., e então é inevitável o deslize até as posições de Kerensky, Miliukov e Kornilov, isto é, até reprimir, por processos reacionário-bu-

ocráticos, todas as aspirações revolucionário-democráticas das massas operárias e camponesas.

Não há meio termo.

E nisto está a contradição fundamental da nossa revolução.

Na história, e sobretudo em épocas de guerra, não se pode parar. É preciso avançar ou retroceder. Na Rússia do século XX, que soube conquistar revolucionariamente a República e a democracia, é impossível avançar sem caminhar para o socialismo, sem fazer certos passos nessa direção (passos condicionados e determinados pelo nível técnico e cultural; na agricultura dos camponeses não é possível "introduzir" a grande exploração mecanizada; na fabricação do açúcar, seria impossível prescindir dela).

E, ter medo de avançar **significa** retroceder, que é precisamente aquilo a que se dedicam os Kerensky, para gáudio de Miliukov e Plekhanov, estupidamente ajudados por Tseretelli e Chernov.

A guerra, acelerando de modo gigantesco a transformação do capitalismo monopolista em capitalismo monopolista de Estado, pôs a humanidade, com isso, extraordinariamente perto do socialismo; tal é exatamente a dialética da história.

A guerra imperialista assinala a véspera da revolução socialista. Não somente porque a guerra engendra, com os seus horrores, a insurreição proletária — pois não há insurreição capaz de instaurar o socialismo, se as condições económicas para isso não tiverem amadurecido — mas porque o capitalismo monopolista de Estado representa a preparação **material** mais perfeita para o socialismo, porque é a sua **ante-sala**, porque na escala histórica **já não há escalões intermediários** entre esta fase e aquela a que se dá o nome de socialismo.

Os nossos social-revolucionários e mencheviques focalizam o problema do socialismo, doutrinariamente, do ponto de vista de uma doutrina aprendida de cor e mal assimilada. Apresentam o socialismo como um porvir longínquo, desconhecido, escuro.

Mas o socialismo já assoma por todas as janelas do capitalismo moderno e, em todas as medidas importantes, que representem um passo para frente sobre este capitalismo, já se desenham **praticamente** os contornos do socialismo.

Que é o trabalho geral obrigatório?

Um passo para a frente sobre o capitalismo monopolista moderno, um passo para a regulamentação da vida económica no seu conjunto, de acordo com um plano geral concreto; um passo para um regime de economia das energias do povo, com que se evita o disparatado desperdício dessas energias pelo capitalismo.

Na Alemanha, são os Junkers (latifundiários) e os capitalistas que implantam o trabalho geral

obrigatório; por isto, esta medida se converte inevitavelmente na instauração de um presidio militar para os operários.

Mas tomai a mesma instituição e detende-vos um momento a pensar na importância que teria num Estado revolucionário-democrático. O trabalho geral obrigatório, implantado, regulamentado e dirigido pelos Sovietes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses, **não é ainda** o socialismo, mas já não é o capitalismo. Representaria um passo gigantesco para o socialismo, um passo de tal envergadura que, desde que se mantivesse íntegra a democracia, seria impossível voltar ao capitalismo sem exercer uma violência indizível sobre as massas.

A guerra e a luta contra a ruína

O problema das medidas que se devem adotar para lutar contra a catástrofe que se avizinha nos leva a tratar de outro problema, de importância extraordinária: o problema das relações entre a política interna e a política exterior ou, em outros termos, o problema das relações entre uma guerra anexionista, imperialista, e uma guerra revolucionária, proletária; entre uma guerra criminosa e de rapina e uma guerra justa e democrática.

Como salientamos, todas as medidas por nós preconizadas para a luta contra a catástrofe reforçariam extraordinariamente a capacidade de defesa ou, em outras palavras, a força militar do país. Isto, por um lado. De outro lado, estas medidas não podem ser levadas à prática sem converter a guerra anexionista em uma guerra justa, sem converter a guerra travada pelos capitalistas e no interesse dos capitalistas, uma guerra travada pelo proletariado no interesse de todos os trabalhadores e explorados.

Com efeito. A nacionalização dos Bancos e dos consórcios, unida à abolição do sigilo comercial e ao controle operário sobre os capitalistas, não somente representaria uma gigantesca economia das energias do povo, não somente daria a possibilidade de economizar forças e recursos, mas, além disto, aliviaria a situação das massas trabalhadoras, isto é, da maioria da população. Nas guerras modernas, como ninguém ignora, a organização económica tem valor decisivo. Na Rússia, há pão, carvão, petróleo e ferro em quantidade suficiente; sob este aspecto, a nossa situação é melhor do que a de qualquer outro país beligerante. Combatendo a ruína pelos processos indicados, mobilizando a iniciativa própria das massas nesta luta, melhorando a sua situação, nacionalizando os Bancos e os consórcios, a Rússia poderia aproveitar a sua revolução e a sua democracia para levar o país a um nível incrivelmente mais alto de organização económica.

A CATÁSTROFE QUE NOS AMEAÇA...

Se, em abril, os social-revolucionários e mencheviques, em vez de se dedicarem a fazer uma "coalizão" com a burguesia que entorpece todas as medidas de controle e sabota a produção, tivessem entregue o Poder aos Soviéticos; se não tivessem empregado as suas forças em fazer "cabriolas ministeriais", em afundar-se burocraticamente, junto com os cadetes, nas poltronas ministeriais, nas cadeiras de sub-secretários etc., mas em dirigir os operários e camponeses no exercício do seu controle sobre os capitalistas, na sua guerra contra os capitalistas, a Rússia seria hoje um país em plena transformação econômica: a terra pertenceria aos camponeses, os Bancos estariam nacionalizados, isto é, o nosso país se teria adiantado nisso (isto é, em medidas que representam outras tantas bases econômicas importantíssimas da vida moderna) a todos os demais países capitalistas.

A capacidade defensiva, a força militar de um país com os seus Bancos nacionalizados é maior do que a de um país em que os Bancos continuam em poder dos particulares. A força militar de um país de camponeses, em que a terra está nas mãos de comitês de camponeses, é superior à de um país em que o solo se encontra nas mãos dos latifundiários.

Constantemente se invocam o heróico patriotismo e os milagres de arrojo militar dos franceses, nos anos de 1792 e 1793, mas se esquecem as condições materiais, histórico-econômicas que tornaram possíveis esses milagres. A liquidação francamente revolucionária do feudalismo caduco, o encaminhamento de todo o país, com uma celeridade, uma decisão, uma energia e um espírito de sacrifício verdadeiramente revolucionários e democráticos, para um regime de produção mais elevado, para a livre propriedade camponesa do solo: eis aí as condições materiais, econômicas que salvaram a França com uma rapidez "milagrosa", transformando e renovando a sua base econômica.

O exemplo da França nos diz unicamente uma coisa, somente uma: para pôr a Rússia em condições de defesa, para que também aqui as massas façam "milagres" de heroísmo, é preciso varrer, com implacabilidade "jacobina", tudo o que é velho e renovar, transformar economicamente o país. E para isso, em pleno século XX, não basta varrer o czarismo (há 125 anos a França não se limitou a isto). Nem basta apenas a abolição, por via revolucionária, da grande propriedade da terra (nem sequer fizemos isto, pois os social-revolucionários e mencheviques traíram os camponeses!), nem apenas a entrega da terra aos camponeses, pois vivemos no século XX, e o domínio sobre a terra, sem o domínio sobre os Bancos, é incapaz de transformar e renovar a vida do povo.

A renovação material, a renovação do regime de produção na França, nos fins do século XVIII,

esteve unida à sua renovação política e espiritual, à ditadura da democracia revolucionária e do proletariado revolucionário (de que a democracia não se separava e com que estava ainda quase fundida), a uma guerra sem quartel contra tudo o que era reacionário. No povo todo, e principalmente nas massas, isto é, nas classes oprimidas, surgira um entusiasmo revolucionário sem limites; todo mundo considerava a guerra, como na realidade o era, uma guerra justa, defensiva. A França revolucionária se defendia contra a Europa reacionária e monárquica. Não foi em 1792-93, mas muitos anos mais tarde, depois do triunfo da reação no interior do país, que a ditadura contra-revolucionária de Napoleão fez mudar o caráter das guerras sustentadas pela França, convertendo-as de guerras de defesa em guerras de conquista.

E na Rússia? Na Rússia, continuamos a manter uma guerra imperialista no interesse dos capitalistas, de braço dado com os imperialistas e na base dos tratados secretos assinados pelo czar com os capitalistas da Inglaterra etc., de tratados em que se prometem aos capitalistas russos os frutos do saque de outros países, Constantinopla, Lwow, Armênia etc.

Enquanto o nosso país não oferecer aos demais uma paz justa nem romper com o imperialismo, a guerra continuará sendo, por parte da Rússia, uma guerra injusta e reacionária, uma guerra de conquista. O caráter social da guerra, a sua verdadeira significação não dependem (como pensam os social-revolucionários e mencheviques, que descem até a vulgaridade de um camponês ignorante) do local em que pisam as tropas inimigas; não, dependem da **política** cuja continuação é a guerra ("a guerra é a continuação da política"), da **classe** que a mantém e dos **fins** que persegue.

Não é possível levar as massas a uma guerra de rapina em nome de tratados secretos e querer acender nelas o entusiasmo. A classe mais avançada da Rússia revolucionária, o proletariado, cada vez compreende melhor o caráter criminoso da guerra e a burguesia não somente não pôde tirar das massas essa convicção, mas, pelo contrário, a consciência do caráter criminoso da guerra tem somente aumentado. O proletariado de **ambas as capitais** da Rússia já abraçou definitivamente o internacionalismo!

Como é possível falar aqui de entusiasmo das massas pela guerra?

A política interna e a política exterior estão indissolúvelmente ligadas. Não é possível pôr o país em condições de defesa sem o extraordinário heroísmo do povo, que realiza, intrépida e resolutamente, grandes transformações econômicas. E não se pode acender esse heroísmo nas massas sem romper com o imperialismo, sem oferecer a

todos os povos uma paz democrática, sem transformar, desse modo, a guerra criminosa e repasse, a guerra de conquista, numa guerra justa, defensiva, revolucionária.

Somente rompendo ser reservas, conseqüentemente, com os capitalistas, tanto na política interna como na política exterior, poderemos salvar a nossa revolução e o nosso país das férreas garras do imperialismo.

A democracia revolucionária e o proletariado revolucionário

Se quer ser verdadeiramente revolucionária, a democracia da Rússia atual deve marchar estreitamente aliada ao proletariado e apoiar a sua luta, como única classe conseqüentemente revolucionária.

Esta é a conclusão a que chegamos analisando o problema dos meios com que se pode lutar contra a catástrofe inevitável, uma catástrofe de proporções inauditas.

A guerra provocou uma crise tão imensa, pôs em tensão de tal modo as forças materiais e morais do povo, desferiu tais golpes contra toda a organização da sociedade moderna, que a humanidade se vê ante um dilema: ou perecer ou entregar a sua sorte à classe mais revolucionária, para passar pela via mais rápida e mais radical a um regime de produção mais elevado.

Em conseqüência de uma série de causas históricas — o maior atraso da Rússia, as dificuldades especiais que a guerra representava para este país, a maior corrupção do regime czarista e as tradições bem vivas do ano de 1905 —, a revolução estalou na Rússia, antes de em qualquer outro país. A revolução fez com que, em alguns meses, a Rússia alcançasse, com o seu regime político, os países mais adiantados.

Mas isto é pouco. A guerra é implacável, e apresenta a questão com impiedosa agudez: perecer ou alcançar e ultrapassar os países adiantados também **no sentido econômico**.

E isto é possível, pois contamos com a experiência de grande número de países progressistas e com os resultados da técnica e da cultura desses países. No protesto crescente contra a guerra na Europa e na atmosfera da revolução operária mundial em ascensão, encontramos apoio moral. A liberdade revolucionário-democrática, extraordinariamente excepcional numa época de guerra imperialista, nos estimula e nos leva a continuar o avanço.

Perecer ou caminhar a todo vapor para diante. Assim está posta a questão pela história.

E a atitude do proletariado ante os camponeses, no momento atual, confirma — com a variação correspondente — a velha tese bolchevique: arrancar os camponeses à influência da burguesia. É a única garantia com que conta a revolução para se salvar.

Os camponeses são a representação numericamente mais forte da massa pequeno-burguesa.

Os nossos social-revolucionários e mencheviques assumiram uma missão reacionária: a de reter os camponeses sob a influência da burguesia, a de levá-los a uma coalizão com a burguesia e não com o proletariado.

A experiência da revolução ensina as massas, com grande rapidez. A política reacionária dos social-revolucionários e dos mencheviques vem abaixo: foram derrotados nos Sovietes das duas capitais. Em ambos os partidos democráticos pequeno-burgueses, cresce a oposição de "esquerda". Em Petrogrado, a Conferência local dos social-revolucionários, a 10 de setembro de 1917, deu uma maioria de dois terços aos social-revolucionários **de esquerda**, que desejam uma aliança com o proletariado e repelem a aliança (coalizão) com a burguesia.

Os social-revolucionários e mencheviques repetem a contraposição de que tanto gosta a burguesia: burguesia e democracia. Mas, no fundo, essa contraposição é tão disparatada como o seria estabelecer comparação entre uma libra e uma vara.

Há uma burguesia democrática e há uma democracia burguesa: só quem ignore totalmente a história e a economia política pode negar isto.

Os social-revolucionários e os mencheviques se valem desta falsa contraposição para **disfarçar** um fato indiscutível, a saber, que entre a burguesia e o proletariado se encontra a **pequena burguesia**. A situação econômica de classe que ocupa faz com que esta oscile irremediavelmente entre a burguesia e o proletariado.

Os social-revolucionários e mencheviques levam a pequena burguesia a se aliar com a burguesia. Nisso está a raiz de toda a sua política de "coalizão", de todo o gabinete de coalizão, de toda a política de Kerensky, esse típico semicadete. Em meio ano de revolução esta política se revelou um completo insucesso.

Os cadetes se refocilam de prazer. Para eles, a revolução foi a pique, a revolução **não** pôde fazer frente nem à guerra nem à ruína.

Não é verdade. Foram a pique os cadetes, e os social-revolucionários com os mencheviques, pois foi esse bloco (aliança) que governou a Rússia durante meio ano, o bloco que durante meio ano agravou a ruína e tornou mais difícil e atrapalhada a situação militar.

Quanto mais completa for a bancarrota da **aliança**, da burguesia com os social-revolucionários e mencheviques, mais rapidamente **aprenderá** o povo. E mais facilmente encontrará o caminho **acertado**: a aliança dos camponeses pobres, isto é, da maioria dos camponeses com o proletariado.

10-14 de setembro de 1917. ■

Notas

- 1 *Escritas estas linhas, leio na imprensa que o governo de Kerenski implantou o monopólio do açúcar. É desnecessário dizer que o implanto de medo reacionário-burocrático, sem reunir em congressos os empregados e operários, sem publicidade, sem pôr no aberto os capitalistas! (Nota de Lênin).*
- 2 Na imprensa bolchevique, já tive ocasião de assinalar que a aplicação da pena de morte pelos exploradores contra as massas trabalhadoras, no interesse da defesa da exploração, é o único argumento justo que se pode invocar contra a pena capital. Todo governo revolucionário dificilmente poderá prescindir da pena de morte contra os exploradores (isto é, contra os latifundiários e os capitalistas). (Nota de Lênin)
- 3 Produgol, consórcio do carvão, Prodamet, consórcio da indústria metalúrgica.



MATERIAIS SOBRE A REVISÃO DO PROGRAMA DO PARTIDO

Lênin, Obras completas
Tomo XXV. Madri, Akal Editor, 1977.
Tradução de Fernando Sarti Ferreira.

Prólogo:

O Comitê Central do Partido Operário Social-Democrata da Rússia (bolchevique) encarregou o autor deste texto de editar imediatamente o material sobre a revisão do programa do partido, atualmente em poder do CC.

Este material é composto pelas seguintes partes:

- O primeiro projeto de emendas à parte teórica e política do programa, que este autor submeteu a Conferência de toda a Rússia do POSDR, ocorrida de 24 a 29 de abril de 1917, e que foi examinado até agora somente pela comissão nomeada na Conferência para o estudo detalhado deste assunto.
- As observações sobre ou em relação ao projeto, feitas pela comissão ou por seus membros de forma individual.
- Minha resposta a estas observações.
- Um projeto completo de mudanças propostas do programa econômico mínimo, elaborado na conferência de 24 a 29 de abril de 1917 pela subcomissão de proteção ao trabalho.
- Um projeto completo de mudanças em pontos do programa do partido referentes à educação pública, acompanhado de breves notas explicativas. Este projeto foi redigido depois da Conferência por N. K. Krupskaja.

Anexei a este material observações breves, por considerar que o propósito primordial do partido ao publicar este material no momento atual é assegurar a participação ativa do maior número possível de camaradas na elaboração do programa do partido.

Em seu conjunto, as mudanças propostas e acima enumeradas compõem o projeto de texto completo do novo programa. Por isso, no final

deste folheto, há ambos os textos do programa, tanto o antigo quanto o novo, de modo que os leitores disponham de todo o material, na forma mais cômoda para compará-los e assim inserir emendas.

Em nome do CC, peço a todos os camaradas membros do partido, como também a todos os simpatizantes, que reproduzam este material com a maior amplitude possível nas publicações do partido, dando-o ao conhecimento de todos os membros e que enviem para a redação do Pravda (Moyka 32, Petrogrado, indicando: "Para o CC, materiais para a revisão do programa") todas as proposições e observações que fizerem do programa.

N. Lênin 20 de maio de 1917

Emendas propostas às partes teóricas, políticas e outras partes do programa

Ao final da parte em que se expõem os princípios do programa (depois das palavras "o ponto de vista do proletariado"), intercalar:

Na época atual, é dizer, no começo do século XX, o capitalismo mundial entrou em sua etapa imperialista. O imperialismo, ou época do capital financeiro, é uma etapa superior do desenvolvimento da economia capitalista, na qual as associações monopolistas de capitalistas – consórcios, cartéis, trustes – adquirem uma importância decisiva, na qual o capital bancário, enormemente concentrado, se funde com o capital industrial; na qual a exportação de capital para países estrangeiros adquire enormes proporções; na qual o mundo inteiro é dividido territorialmente entre os países mais ricos começam a repartição econômica do mundo entre os trustes internacionais.

As guerras imperialistas, ou seja, as guerras pelo domínio mundial, por mercados para o capital bancário, pela subjugação dos menores e mais débeis povos, são, nestas condições, inevitáveis. Precisamente, a primeira grande guerra imperialista, a guerra de 1914-1917, é uma guerra assim.

O excepcional grau de desenvolvimento que o capitalismo mundial alcançou em geral; a substituição da livre concorrência pelo capitalismo monopolista; o fato de que os bancos e consórcios capitalistas prepararam a maquinaria para a regulação social do processo de produção e distribuição dos produtos; o crescimento dos monopólios capitalistas que aumentam o custo de vida e incrementam a opressão da classe trabalhadora pelos consórcios; os enormes obstáculos que são colocados às lutas econômicas e políticas do proletariado; os horrores, a miséria, a ruína e a barbárie provocados pela guerra imperialista; todos estes fatores transformam a etapa atual do desenvolvimento capitalista na era da revolução socialista proletária.

Essa era já começou.

Somente uma revolução socialista proletária pode tirar a humanidade do atoleiro ao qual foi conduzida pelo imperialismo e as guerras imperialistas. Por maiores que sejam as dificuldades que a revolução encontre, quaisquer que sejam os possíveis fracassos passageiros ou os vaivens contra-revolucionários que tenham de enfrentar, o triunfo definitivo do proletariado é inevitável.

As condições objetivas apresentam como tarefa urgente do dia a preparação, de todas as formas, do proletariado, para a conquista do poder político, a fim de realizar as medidas econômicas e políticas que são a essência da revolução socialista.

O cumprimento dessa tarefa, que exige a mais absoluta confiança, a aliança fraternal mais estreita e a unidade direta das ações revolucionárias da classe operária em todos os países avançados, é irrealizável sem uma ruptura imediata e radical da degeneração burguesa do socialismo, que conseguiu o domínio sobre a direção da maioria dos partidos social-democratas oficiais. Essa degeneração é, por um lado, a tendência social-chauvinista, socialismo de palavra e chauvinismo de ação – que defende os interesses da "própria" burguesia nacional sob o disfarce da "defesa da pátria" – e, por outro lado, a tendência internacionalmente não menos disseminada do chamado "centro", que defende a unidade com os social-chauvinistas e pela conservação ou correção da II Internacional, que está em bancarrota; tendência esta que flutua entre o social-chauvinismo e a luta internacionalista do proletariado pela implementação de um regime socialista.

O programa mínimo deve ter todo o começo suprimido (desde as palavras "na trilha" até o § 1 e substituído pelo que segue:

Na Rússia, no momento atual, no qual o governo provisório, que pertence à classe capitalista e que goza da confiança – forçosamente instável – das amplas massas pequeno-burguesas da população, se comprometeu em convocar a Assembléia Constituinte. O dever imediato do partido do proletariado é lutar por um regime político que garanta o melhor desenvolvimento econômico e dos direitos do povo em geral, e, em particular, que possibilite a transição menos dolorosa possível ao socialismo.

O partido proletário não pode contentar-se com uma república democrática parlamentarista burguesa, que em todo o mundo conserva e tende a perpetuar a polícia, o exército regular e a burocracia privilegiada, ou seja, os instrumentos monárquicos de opressão das massas.

O partido luta por uma república mais democrática de operários e camponeses onde se suprimiria a polícia e o exército regular, substituídos pelo armamento geral do povo, por uma milícia popular; onde todos os funcionários públicos

não somente serão eleitos, mas também poderão ser destituídos a qualquer momento pela exigência da maioria dos eleitores; os funcionários, sem exceção, receberão um salário que não excederá o salário médio de um operário qualificado; as instituições representativas parlamentaristas serão substituídas, gradualmente, pelos Sovietes de representantes do povo (de distintas classes e profissões ou de distintas localidades), que desempenharão ao mesmo tempo funções legislativas e executivas.

A constituição da república democrática russa deve garantir:

1- A soberania do povo: todo o poder supremo do Estado deverá estar nas mãos dos representantes do povo que, eleitos pelo povo, poderão ser destituídos a qualquer momento pelo povo, e formarão uma assembleia popular única, uma câmara única.

2- Adicionar:

Representação proporcional em todas as eleições; todos os delegados e funcionários públicos eleitos, sem exceção, e que em qualquer momento poderão ser destituídos pela resolução da maioria de seus eleitores.

3-Adicionar:

Remoção de todas as autoridades locais e regionais nomeadas pelo Estado¹.

No parágrafo 8, formular a última proposição como segue:

Introdução da língua nativa em todas as instituições locais, públicas e do Estado; abolição da língua oficial obrigatória.

9- Modificar como segue:

Direito de todas as nações que fazem parte do Estado de se separar livremente e formar Estados independentes. A República do povo russo não deve incorporar outros povos e nacionalidades pela violência, senão exclusivamente por acordos voluntários na questão de constituir de um Estado comum. A união e aliança fraternal dos trabalhadores de todos os países são incompatíveis com a violência direta ou indireta contra outras nacionalidades.

11- Modificar como segue:

Eleição de juizes e outros funcionários, tanto civis como militares, pelo povo; com o direito de destituir todos eles em qualquer momento, por resolução da maioria dos seus eleitores.

12- Modificar como segue:

Substituição da polícia e do exército regular pelo armamento geral do povo; os capitalistas vão remunerar os operários e

empregados, com remuneração que corresponda ao tempo dedicado à função pública na milícia popular.

Depois do ponto do programa referente às questões financeiras (depois das palavras: "sobre os lucros e a herança"), acrescentar:

O alto grau de desenvolvimento já alcançado pelo capitalismo no sistema bancário e nos ramos industriais organizados em trustes, por um lado, e a desorganização econômica provocada pela guerra imperialista, por outro, que exigem em todas as partes o controle público e estatal da produção e da distribuição dos produtos mais importantes, induzem o partido a exigir a nacionalização dos bancos, consórcios (trustes) etc.

Formular o programa agrário como segue:

Deixar o começo (desde as palavras: "Para acabar com os restos" até as palavras "o Partido Operário Social-Democrata da Rússia exige") e modificar a continuação da seguinte forma:

1. Luta com toda sua energia pelo imediato e total confisco de todas as terras pertencentes a latifundiários na Rússia (e também da Coroa, da Igreja, etc., etc.).

2. Pronuncia-se pela entrega imediata de todas as terras ao campesinato, organizado em Sovietes de deputados camponeses ou em outros organismos de governo autônomo local, eleitos sobre bases realmente democráticas e absolutamente independentes dos latifundiários e burocratas.

3. Exige a nacionalização de todas as terras do país; nacionalização significa a entrega ao Estado do direito de propriedade sobre todas as terras, no entanto se entrega o direito de dispor da terra aos organismos democráticos locais.

4. Estimula a iniciativa daqueles comitês camponeses que em uma série de comarcas da Rússia entregam o gado e os implementos agrícolas dos latifundiários aos camponeses organizados nestes comitês, com o propósito de que sejam utilizados de forma socialmente regulada no cultivo da terra.

5. Aconselha os proletários e semiproletários do campo lutar para converter cada latifúndio em uma fazenda-modelo suficientemente grande, que será administrada com os fundos sociais pelos Sovietes de deputados operários agrícolas, sob a direção de agrônomos e com ajuda dos melhores meios técnicos.

O partido, em todos os casos e qualquer que seja a situação, etc... até o final do parágrafo ("exploração").

Por último, o final do programa agrário, desde as palavras "o partido, em todos os casos e

qualquer que seja a situação da reforma agrária democrática” até as palavras: “toda a exploração”, será mantido.

Suprimir totalmente a parte final do programa, os dois últimos parágrafos, desde as palavras “no esforço de conseguir” até o final.

Considerações sobre as observações feitas pela comissão da conferência de toda Rússia celebrada em abril

Com respeito às observações sobre a parte geral do programa, devo assinalar o seguinte:

A meu ver, não é necessária a reelaboração de toda a parte geral do programa. O plano proposto pela comissão parece-me teoricamente incorreto.

Em sua redação atual, a parte geral do programa contém uma descrição e análise das características mais importantes e fundamentais do capitalismo como regime econômico e social. Estas particularidades não foram modificadas na raiz pelo imperialismo, pela época do capital financeiro. O imperialismo é a continuação do desenvolvimento do capitalismo, sua etapa superior, em certa medida, sua etapa de transição ao socialismo.

Por isso não posso entender que se considere “mecânico” agregar, à análise das características fundamentais do capitalismo em geral, uma análise do imperialismo. O imperialismo, na realidade não reestrutura, nem pode reestruturar o capitalismo de cima para baixo. O imperialismo complica e agrava as contradições do capitalismo, entrelaça a livre concorrência com o monopólio, mas não pode suprimir a troca, o mercado, a concorrência, as crises etc.

O imperialismo é o capitalismo agonizante, mas ainda vivo; é o capitalismo moribundo, mas não morto. A característica fundamental do imperialismo, em termos gerais, não é nada mais do que monopólios, senão monopólios junto à troca, à concorrência, às crises.

Por isso é teoricamente incorreto prescindir de uma análise da troca, da produção de mercadorias, das crises etc., em geral, e “substituí-lo” por uma análise do imperialismo como um todo. Porque não existe esse todo. Existe uma transição da competição ao monopólio; por isso, o programa será muito mais exato, muito mais fiel à realidade, se conservar a análise geral da troca, da produção de mercadorias, das crises etc., com o adendo das características dos monopólios em desenvolvimento. Precisamente esta conjunção dos dois princípios contraditórios, a saber, a concorrência e o monopólio, é a essência do imperialismo, é isso o que o conduz a sua bancarrota final, é dizer, à revolução socialista.

Ainda assim, no caso da Rússia, seria errôneo apresentar o imperialismo como um todo coerente (o imperialismo, em geral, é um todo incoerente) porque na Rússia há muitos domínios

e ramos de trabalho que ainda estão em estado de transição da economia natural ou seminatural ao capitalismo. São atrasadas, são pobres, porém existem e podem, em certas condições, ser um fator que adie a bancarrota do capitalismo.

O programa parte – como deve partir – dos fenômenos mais simples do capitalismo até os mais complexos e “superiores”, da troca à produção mercantil, à substituição das pequenas empresas pelas grandes, às crises etc., até chegar ao imperialismo, a etapa superior e que recentemente vem surgindo nos países mais avançados. Assim é como sucedem as coisas na realidade. Começar equiparando a “troca” em geral com a exportação de capital é historicamente e teoricamente incorreto.

Tais são minhas objeções às observações da comissão.

Projeto de reelaboração do programas (o antigo texto e o novo do programa)

Para facilitar ao leitor a comparação entre o antigo e o novo texto do programa, colocaremos ambos os textos da seguinte forma:

Em tipografia corrente, as partes do programa antigo que não serão modificadas na nova versão.

Em itálico, as partes do programa antigo que serão eliminadas por completo em sua nova versão.

Em negrito, as partes do novo programa que não existiam no programa antigo.

Programa do partido operário social-democrata da Rússia

O desenvolvimento da troca estabeleceu uma relação tão estreita entre os povos do mundo civilizado, que o grande movimento de emancipação do proletariado deveria necessariamente converter-se, e faz muito tempo que ele se converteu, em um movimento internacional.

A social-democracia russa, que se considera como um destacamento do exército do proletariado mundial, luta para chegar à mesma meta final de todos os social-democratas do mundo. Tal meta está determinada pelo caráter da sociedade burguesa contemporânea e pelo curso de seu desenvolvimento. A principal característica específica desta sociedade é a produção mercantil baseada nas relações capitalistas de produção, segundo as quais a parte mais importante e considerável dos meios de produção e circulação de mercadorias pertencem a uma classe numericamente pequena, enquanto a grande maioria da população composta por proletários e semi-proletários está obrigada por sua situação econômica a vender permanentemente ou periodicamente sua força de trabalho, ou seja, ser empregado como assalariado dos capitalistas e, através de seu trabalho, gerar lucros para as classes mais altas da sociedade.

A zona de dominação das relações capitalistas de produção se expande cada vez mais à medida que o aperfeiçoamento constante da técnica, que ao aumentar a importância das grandes empresas, provoca o deslocamento dos pequenos produtores independentes, convertendo uma parte deles em proletários, reduzindo o papel dos demais na esfera sócio-econômica e em alguns lugares os colocando sob a dependência mais ou menos absoluta, mais ou menos manifesta, mais ou menos despótica do capital.

Este progresso técnico ainda permite aos patrões empregar no processo de produção e circulação de mercadorias, em proporções cada vez maiores, o trabalho da mulher e da criança. E como, por outro lado, esse progresso provoca uma diminuição relativa da demanda de força humana de trabalho pelos patrões, a demanda de força de trabalho fica necessariamente abaixo da oferta, com o que aumenta a dependência do trabalhador assalariado em relação ao capital e assim a exploração do trabalho alcança um nível cada vez mais alto.

Este estado de coisas nos países burgueses e o constante crescimento da competição entre eles no mercado mundial tornam cada vez mais difícil para estes países vender suas mercadorias em quantidade cada vez maior. A superprodução que se manifesta de forma mais ou menos aguda nas crises industriais, as que têm duração mais ou menos prolongadas de estagnação industrial, é uma consequência inevitável do desenvolvimento das forças produtivas na sociedade burguesa. As crises e os períodos de estagnação industrial arruinam, por sua vez, os pequenos produtores, aumentam a dependência do trabalho assalariado com o capital e aceleram a piora relativa, e às vezes absoluta, das condições de vida da classe operária.

Deste modo, o aperfeiçoamento da técnica, que significa aumento da produtividade do trabalho e maior riqueza social, na sociedade burguesa se converte em causa de uma maior desigualdade social, do aprofundamento do abismo entre possuidores e despossuídos, do aumento da insegurança em relação a subsistência, do desemprego e de toda a sorte de privações para massas de trabalhadores cada vez mais amplas.

Porém, na medida em que crescem e se desenvolvem todas essas contradições, próprias da sociedade burguesa, cresce também o descontentamento das massas trabalhadoras e exploradas ante o sistema imperante; cresce o número e a coesão dos proletários, assim como suas lutas contra os exploradores. Ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento da técnica, ao concentrar os meios de produção e circulação e socializar o processo de trabalho nas empresas capitalistas, cria com uma rapidez cada vez maior a possibilidade material

de substituir as relações capitalistas de produção pelas relações socialistas; ou seja, a possibilidade de se realizar a revolução social que é a meta final à qual se encaminham todos os esforços da social-democracia internacional, como intérprete consciente do movimento de classe.

A revolução social do proletariado, ao substituir a propriedade privada pela propriedade social dos meios de produção e circulação, e ao estabelecer a organização planificada do processo social de produção para assegurar o bem-estar e o desenvolvimento multifacetado de todos os membros da sociedade; suprimirá a divisão da sociedade em classes e, com isso, libertará toda a humanidade oprimida ao pôr fim a todo gênero de exploração de uma parte da sociedade por outra.

Condição imprescindível para esta revolução social é a ditadura do proletariado, ou seja, a conquista de um poder político pelo proletariado tal que lhe permita derrotar toda forma de resistência por parte dos exploradores. Ao se propor a capacitar o proletariado para cumprir sua grande missão histórica, a social-democracia internacional o organiza em um partido político independente oposto a todos os partidos burgueses. Dirige todas as manifestações da luta de classes, deixa claro ante o proletário o antagonismo irreconciliável entre os interesses dos exploradores e os interesses dos explorados, e explica aos trabalhadores o significado histórico da revolução social que se aproxima e as condições necessárias para que se produza. Ao mesmo tempo, este partido revela ante o resto das massas trabalhadoras e exploradas sua situação desesperadora na sociedade capitalista e a necessidade de uma revolução social para libertar-se do jugo do capital.

O partido da classe operária, a social-democracia, chama para se incorporar a suas filas todos os setores da população trabalhadora e explorada que adotem o ponto de vista do proletariado.

Na época atual, é dizer, no começo do século XX, o capitalismo mundial entrou em sua etapa imperialista. O imperialismo, ou época do capital financeiro, é uma etapa superior do desenvolvimento da economia capitalista, na qual as associações monopolistas de capitalistas — consórcios, cartéis, trustes — adquirem uma importância decisiva, na qual o capital bancário, enormemente concentrado, se funde com o capital industrial; na qual a exportação de capital para países estrangeiros adquire grandes proporções; na qual o mundo inteiro é dividido territorialmente entre os países mais ricos, e começa a repartição econômica do mundo entre trustes internacionais.

As guerras imperialistas, ou seja, as guerras pelo domínio mundial, por mercados para o capital bancário, pela subjugação dos menores e mais débeis povos, são, nestas condições,

inevitáveis. Precisamente a primeira grande guerra imperialista, a guerra de 1914-1917, é uma guerra assim.

O excepcional grau de desenvolvimento que o capitalismo mundial alcançou em geral; a substituição da livre concorrência pelo capitalismo monopolista; o fato de que os bancos e consórcios capitalistas prepararam a maquinaria para a regulação social do processo de produção e distribuição dos produtos; o crescimento dos monopólios capitalistas que aumentam o custo de vida e incrementam a opressão da classe trabalhadora pelos consórcios; os enormes obstáculos que são colocados às lutas econômicas e políticas do proletariado; os horrores, a miséria, a ruína e a barbárie provocadas pela guerra imperialista; todos estes fatores transformaram a etapa atual do desenvolvimento capitalista na era da revolução socialista proletária.

Essa era já começou.

Somente uma revolução socialista proletária pode tirar a humanidade do atoleiro ao qual foi conduzida pelo imperialismo e as guerras imperialistas. Por maiores que sejam as dificuldades que a revolução encontre, quaisquer que sejam os possíveis fracassos passageiros ou os vaivens contra-revolucionários que tenha de enfrentar, o triunfo definitivo do proletariado é inevitável.

As condições objetivas apresentam como tarefa urgente a preparação, de todas as formas, do proletariado, para a conquista do poder político, a fim de realizar as medidas econômicas e políticas que são a essência da revolução socialista.

O comprimento dessa tarefa, que exige a mais absoluta confiança, a aliança fraternal mais estreita e a unidade direta das ações revolucionárias da classe operária em todos os países avançados, é irrealizável sem uma ruptura imediata e radical com a degeneração burguesa do socialismo, que conseguiu o domínio sobre a direção da maioria dos partidos social-democratas oficiais. Essa degeneração é, por um lado, a tendência social-chauvinista, socialismo de palavra e chauvinismo de ação – que defende os interesses da “própria” burguesia nacional sob o disfarce da “defesa da pátria” – e, por outro lado, a tendência internacionalmente não menos disseminada do chamado “centro”, que advoga a unidade com os social-chauvinistas e pela conservação ou correção da II Internacional, que está em bancarrota; tendência esta que flutua entre o social-chauvinismo e a luta internacionalista do proletariado pela implementação do socialismo.

Na trilha até sua meta final comum, condicionada pelo domínio do modo de produção capitalista em todo o mundo civilizado, os social-democratas dos distintos países estão obrigados a planejar tarefas imediatas diferentes, posto que o regime capitalista não está totalmente desenvolvido em todas as partes e porque seu desenvolvimento nos diversos países tem lugar em condições sociais e políticas diferentes.

Na Rússia, onde o capitalismo já se converteu no modo dominante de produção, se conservam, todavia, numerosos vestígios da velha ordem pré-capitalista, baseado na escravização das massas trabalhadoras pelos latifundiários, pelo Estado ou pelo chefe de Estado.

Estes vestígios, que em grande medida entorpecem o progresso econômico, impedem também o desenvolvimento integral da luta de classes protagonizada pelo proletário, contribuem para a conservação e reforço das formas mais bárbaras de exploração de milhões e milhões de camponeses pelo Estado e pelas classes mais abastadas, e mantém em um estado de ignorância e submissão todo o povo.

O mais importante de todas essas relíquias do passado, o baluarte mais poderoso de toda essa barbárie, é o absolutismo czarista. Por sua natureza, é hostil a todo movimento social e está destinado a ser o inimigo mais áspero de toda aspiração de liberdade do proletariado.

Por isso, o Partido Operário Social-Democrata da Rússia se propõe como objetivo imediato a derubada do absolutismo czarista e sua substituição por uma república democrática, cuja constituição deverá garantir o seguinte:

Na Rússia, no momento atual, no qual o governo provisório, que pertence à classe capitalista e que goza da confiança – forçosamente instável – das amplas massas pequeno-burguesas da população, se comprometeu a convocar a Assembléia Constituinte. O dever imediato do partido do proletariado é lutar por um regime político que garanta o melhor desenvolvimento econômico e dos direitos do povo em geral, e, em particular, que possibilite a transição menos dolorosa possível ao socialismo.

O partido do proletariado não pode contentar-se com uma república democrática parlamentarista burguesa, que em todo o mundo conserva e tende a perpetuar a polícia, o exército regular e a burocracia privilegiada, ou seja, os instrumentos monárquicos de opressão das massas.

O partido luta por uma república mais democrática de operários e camponeses onde se suprimiriam a polícia e o exército regular, substituídos pelo armamento geral da população, por uma milícia popular; onde todos os funcionários públicos, não somente serão eleitos, mas também poderão ser destituídos a qualquer momento pela exigência da maioria

dos eleitores; os funcionários, sem exceção, receberão um salário que não excederá o salário médio de um operário qualificado; as instituições representativas parlamentaristas serão substituídas, gradualmente, pelos Sovietes de representantes do povo (de distintas classes e profissões ou de distintas localidades), que desempenharam, ao mesmo tempo, funções legislativas e executivas.

A constituição da República Russa deve garantir:

1 - A soberania do povo: todo o poder supremo do Estado deverá estar nas mãos dos representantes do povo que, eleitos pelo povo, poderão ser destituídos a qualquer momento pelo povo, e formarão uma assembléia popular única, uma câmara única.

1 - A soberania do povo, ou seja, a concentração de todo o poder supremo do Estado nas mãos de uma Assembléia Legislativa, formada por representantes do povo e constituída em uma câmara única.

2 - Sufrágio universal, igual e direto, tanto para as eleições da Assembléia Legislativa como para as eleições dos diversos organismos de governo autônomo local, e para todos os cidadãos e cidadãs maiores de vinte anos; votação secreta; direito de todo eleitor ser eleito para qualquer organismo representativo; parlamentos bienais; remuneração aos representantes do povo; **representação proporcional em todas as eleições; todos os delegados e funcionários públicos eleitos, sem exceção, e que em qualquer momento poderão ser destituídos pela resolução da maioria de seus eleitores.**

3 - Amplo governo autônomo local; governo autônomo regional para aqueles lugares que se distinguem por condições peculiares de meio ambiente e composição da população; **remoção de todas as autoridades locais e regionais nomeadas pelo Estado.**

4 - Inviolabilidade da pessoa e do domicílio.

5 - Liberdade ilimitada de consciência, de palavra, de imprensa, de reunião de greve e de associação.

6 - Liberdade de trânsito e de profissão.

7 - Abolição dos estamentos e igualdade de direitos para todos os cidadãos, independentemente de seu sexo, religião, raça ou nacionalidade.

8 - Direito da população a receber instrução em sua língua nativa, garantida mediante a criação, sob responsabilidade do Estado e dos organismos de governo autônomo local, de escolas necessárias para isso;

direito de todo o cidadão utilizar em reuniões sua língua nativa, introdução da língua nativa, equiparada a língua oficial, em todas as instituições locais, públicas e do Estado, **abolição da língua oficial obrigatória.**

9 - *Direitos de auto-determinação de todas as nações membros do Estado.*

9 - **Direito de todas as nações que fazem parte do Estado de se separar livremente e formar Estados independentes. A República do povo russo não deve incorporar outros povos e nacionalidades pela violência, senão exclusivamente por acordos voluntários na questão de constituir um Estado comum. A união e aliança fraternal dos trabalhadores de todos os países são incompatíveis com a violência direta ou indireta contra outras nacionalidades.**

10 - Direito de toda pessoa acusar, na forma jurídica corrente, ante o tribunal do júri, qualquer funcionário público.

11 - Elegibilidade dos juízes pelo povo.

11 - Eleição de juízes e outros funcionários, tanto civis como militares, pelo povo; com o direito de destituir qualquer um deles em qualquer momento, por resolução da maioria de seus eleitores.

12 - Substituição do exército regular por todo o povo em armas.

12 - Substituição da polícia e do exército regular pelo armamento geral da população; os capitalistas vão remunerar os operários e empregados, com remuneração que corresponda ao tempo dedicado à função pública na milícia popular.

13 - Separação da Igreja e do Estado e da escola da Igreja; escola totalmente laica.

14 - Ensino geral e profissional, gratuito e obrigatório, para todas as crianças de ambos os sexos até os dezesseis anos; fornecimento de alimentos, vestimentas e manuais de estudo para crianças pobres a cargo do Estado.

14 - Ensino geral e politécnico que familiarize os estudantes com os aspectos teóricos e práticos dos mais importantes ramos da produção. Ensino gratuito e obrigatório para todas as crianças de ambos os sexos até os dezesseis anos; relação estreita da instrução das crianças com o trabalho socialmente produtivo.

15 - Entrega, a todos os alunos, de alimentos, vestimentas e manuais de estudo a cargo do Estado.

16 - Administração da instrução pública pelos organismos de governo autô-

nomo local, eleitos democraticamente; ao governo central, não se permitirá intervir na redação dos programas escolares e na seleção dos profissionais de ensino; eleição direta dos professores pela população, e direito desta de remover os professores indesejáveis.

Como condição fundamental para a democratização de nossa economia nacional, o Partido Operário Social-Democrata da Rússia exige a derrogação de todos os impostos indiretos e o estabelecimento de um imposto progressivo sobre os lucros e a herança.

O alto grau de desenvolvimento já alcançado pelo capitalismo no sistema bancário e nos ramos industriais organizados em trustes, por um lado, e a desorganização econômica provocada pela guerra imperialista, por outro, que exigem em todas as partes o controle público e estatal da produção e da distribuição de todos os produtos mais importantes, induzem o partido a exigir a nacionalização dos bancos, consórcios (trustes) etc.

Para proteger a classe operária contra sua deterioração física e moral, assim como para capacitá-la para a luta emancipadora, o partido exige:

- 1 - Jornada de trabalho de 8 horas para todos os operários assalariados.
 - 1 - Jornada de trabalho de 8 horas para todos os operários assalariados, incluindo nelas, quando o trabalho for contínuo, e ao menos uma hora de intervalo para alimentação. Nas indústrias perigosas ou insalubres, a jornada deve ser reduzida a 4 ou 6 horas diárias.
 - 2 - Estabelecimento por lei de um descanso semanal e ininterrupto, não inferior a quarenta e duas horas para todos os operários assalariados de ambos os sexos, em todos os ramos da economia nacional.
 - 3 - Proibição absoluta de horas extras.
 - 4 - Proibição do trabalho noturno (desde das nove da noite até as seis da manhã) em todos os ramos da economia nacional, exceto naqueles em que seja absolutamente indispensável por razões técnicas e com prévio consentimento das organizações operárias.
 - 4 - Proibição do trabalho noturno (desde das oito da noite até as seis da manhã) em todos os ramos da economia nacional, exceto naqueles em que seja absolutamente indispensável por razões técnicas, com prévio consentimento das organizações operárias, nunca ultrapassando quatro horas.
 - 5 - Proibição de empregar crianças em idade escolar (menores de dezesseis anos) e limitação da jornada de trabalho dos
- adolescentes (dos dezesseis aos dezoito anos) em seis horas.
 - 5- Proibição do emprego de crianças em idade escolar (menores de dezesseis anos), limitação da jornada de trabalho dos adolescentes (dos dezesseis aos dezoito anos) a 4 horas e proibição do emprego de adolescentes trabalhos noturnos, em indústrias insalubres e nas minas.
 - 6- *Proibição do trabalho feminino em todos os ramos da produção nocivos à saúde da mulher: dispensar a mulher de seu trabalho durante quatro semanas antes e seis semanas depois do parto, sem perda salarial.*
 - 6 - Proibição do trabalho feminino em todos os ramos da produção nocivos à saúde da mulher; proibição do trabalho noturno; dispensar a mulher de seu trabalho durante quatro semanas antes e seis semanas depois do parto, sem perda salarial e com assistência médica e medicamentos gratuitos.
 - 7 - *Instalação de creches para crianças em idade de amamentação, para crianças de pouca idade e de salas para amamentar em todas as fábricas e empresas que empreguem mulheres; as mães, durante o período de amamentação, estarão autorizadas a suspender o trabalho durante meia hora em intervalos não maiores de três horas.*
 - 7 - Instalação de creches para crianças em idade de amamentação, para crianças de pouca idade e de salas para amamentar em todas as fábricas e empresas em que trabalhem mulheres; as mães, durante o período de amamentação, estarão autorizadas a suspender o trabalho durante meia hora em intervalos não maiores de três horas; concessão de subsídios para a amamentação a estas mães e redução da jornada de trabalho para seis horas.
 - 8 - *Implantação pelo Estado do seguro operário para a velhice e para os trabalhadores inválidos, total ou parcialmente, para o trabalho, custeado por um fundo especial formado mediante um imposto especial cobrado aos capitalistas.*
 - 8 - Seguro social integral dos operários:
 - a) para toda classe de trabalho assalariado;
 - b) para todas as formas de incapacidade, sejam elas enfermidade, acidente, invalidez, velhice, enfermidades profissionais, maternidade, viuvez, orfandade e também desemprego etc.
 - c) administração total pelos assegurados de todas as instituições de seguro;

- d) os gastos do seguro custeado pelos capitalistas;
- e) assistência médica e medicamentos gratuitos sob o controle das sociedades de assistência médica autônomas; a direção destes organismos será eleita pelos trabalhadores.
- 9 - *Proibição de pagamento de salários em mercadorias; estabelecimento do pagamento semanal de todos os salários, em todos os convênios, sem exceção, e pagamentos a vista e durante as horas de trabalho.*
- 10 - *Proibição para os empresários de fazer descontos de salários, sejam quais forem os motivos e os fins (multas, mercadorias estragadas etc.).*
- 11 - *Nomeação de inspetores de fábrica em número suficiente em todos os ramos da economia nacional. Extensão da inspeção de fábricas a todas as empresas que utilizem trabalho assalariado, incluindo as empresas do governamentais (o serviço doméstico também estará sujeito a inspeção); nomeação de inspetores nas indústrias que empreguem o trabalho feminino; participação de representantes eleitos pelos trabalhadores e pagos pelo Estado, no controle do cumprimento das leis de fábrica, preço, recepção e descarte de matérias-primas e dos produtos manufaturados.*
- 9 - **Estabelecimento de uma inspetoria de trabalho eleita pelas organizações operárias e extensiva a todas as indústrias que utilizem trabalho assalariado, sem excluir o trabalho doméstico; nomeação de inspetores nas empresas em que se empregue o trabalho feminino.**
- 12 - *Organismos de governo autônomo local, com participação de representantes eleitos pelos operários, fiscalizarão o estado sanitário das habitações designadas aos operários por seus patrões, assim como o regulamento interno vigente nestas habitações e as condições de aluguel, a fim de proteger os trabalhadores assalariados da intromissão de seus patrões em sua vida e em suas atividades como cidadãos particulares.*
- 13 - *Implementação de um controle sanitário corretamente organizado em todas as empresas que utilizem trabalho assalariado; absoluta independência de todo o sistema de assistência médica e de inspeção sanitária dos patrões; assistência médica gratuita para os trabalhadores custeada pelos empresários e conservação integral do salário enquanto dure a enfermidade.*
- 14 - *Sanções penais aos patrões, em caso de violação das leis que protegem o trabalho.*
- 10 - **Promulgação de uma legislação sanitária destinada a melhorar as condições higiênicas do trabalho e proteger a vida e a saúde dos operários em todas as empresas que utilizem trabalho assalariado; controle dos problemas de higiene pela inspetoria sanitária eleita pelas organizações operárias.**
- 11 - **Promulgação de uma legislação da habitação e criação de uma inspetoria da habitação eleita pelas organizações operárias, para fiscalizar as condições sanitárias das habitações; todavia, o problema da habitação, somente será solucionado com a abolição da propriedade privada da terra e construindo habitações higiênicas e baratas.**
- 12 - **Criação de tribunais do trabalho em todos os ramos da economia nacional.**
- 15 - *Criação de tribunais do trabalho em todos os ramos da economia nacional com representantes, em igual número, das organizações patronais e operárias.*
- 16 - *Os organismos de governo autônomo local criarão bolsas de trabalho para empregar os operários locais e forasteiros em todas as indústrias; em sua administração, participarão representantes operários e patronais.*
- 13 - Para organizar convenientemente a busca de trabalho pelos desempregados, se criarão bolsas de trabalho. Estas bolsas de trabalho devem ser organizações da classe proletária (de modo algum organismos paritários), e devem estar em contato direto com os sindicatos e demais organizações da classe operária; deverão ser financiadas pelos organismos de auto-administração comunais.
- Para acabar com os restos de servidão que oprimem duramente os camponeses e permitir o livre desenvolvimento da luta de classes no campo, o Partido Operário Social-Democrata da Rússia exige:
- 1- *Abolição de todos os entraves que pesam sobre as pessoas e bens dos camponeses, consequência do sistema feudal.*
 - 2- *Abolição de todos os pagamentos e obrigações que derivam dos vínculos feudais e anulação de todas as dívidas que tenham caráter de contratos leoninos.*
 - 3- *Confisco das terras da Igreja, das ordens monásticas, da nobreza e da coroa, e a entrega (o mesmo que para as terras fiscais) para seu controle aos organismos superiores de governo autônomo que englobam os distritos urbanos e rurais; entrega ao Estado*

democrático das terras para colonização, assim como os bosques e águas de importância nacional.

- 4- *Confisco das terras de propriedade privada, com exceção da pequena propriedade, e entrega das mesmas ao controle dos organismos superiores do governo autônomo local, eleitos sobre bases democráticas. A extensão mínima das terras sujeitas ao confisco será determinada pelos organismos superiores do governo autônomo local.*

O Partido Operário Social-Democrata da Rússia, que apóia a ação revolucionária dos camponeses, incluindo o confisco das terras dos latifundiários, se oporá sempre a toda tentativa de perturbar a marcha do desenvolvimento econômico. O Partido Operário Social-Democrata da Rússia, apesar de estar apoiando a entrega das terras confiscadas aos organismos democráticos de governo autônomo local, caso a revolução triunfe, e caso não sejam propícias as condições para essa entrega, o partido se pronunciará a favor da divisão, entre os camponeses, daquelas propriedades em que se desenvolva a agricultura em pequena escala, ou que sejam necessárias para completar as terras dessas parcelas.

1. Luta com toda sua energia pelo imediato e total confisco de todas as terras pertencentes a latifundiários na Rússia (e também da Coroa, da Igreja, etc., etc.).
2. Pronuncia-se pela entrega imediata de todas as terras ao campesinato, organizado em Sovietes de deputados camponeses ou em outros organismos de governo autônomo local, eleitos sobre bases realmente democráticas e absolutamente independentes dos latifundiários e burocratas.
3. Exige a nacionalização de todas as terras do país; nacionalização significa a entrega ao Estado do direito de propriedade sobre todas as terras, no entanto se entrega o direito de dispor da terra aos organismos democráticos locais.

4. Estimula a iniciativa daqueles comitês camponeses que, em uma série de comarcas da Rússia, entregam o gado e os implementos agrícolas dos latifundiários aos camponeses organizados nestes comitês, com o propósito de que sejam utilizados de forma socialmente regulada no cultivo da terra.
5. *Aconselha os proletários e semiproletários do campo lutar para converter cada latifúndio em uma fazenda-modelo suficientemente grande, que será administrada com os fundos sociais pelos Sovietes de deputados operários agrícolas, sob a direção de agrônomos e com ajuda dos melhores meios técnicos.*

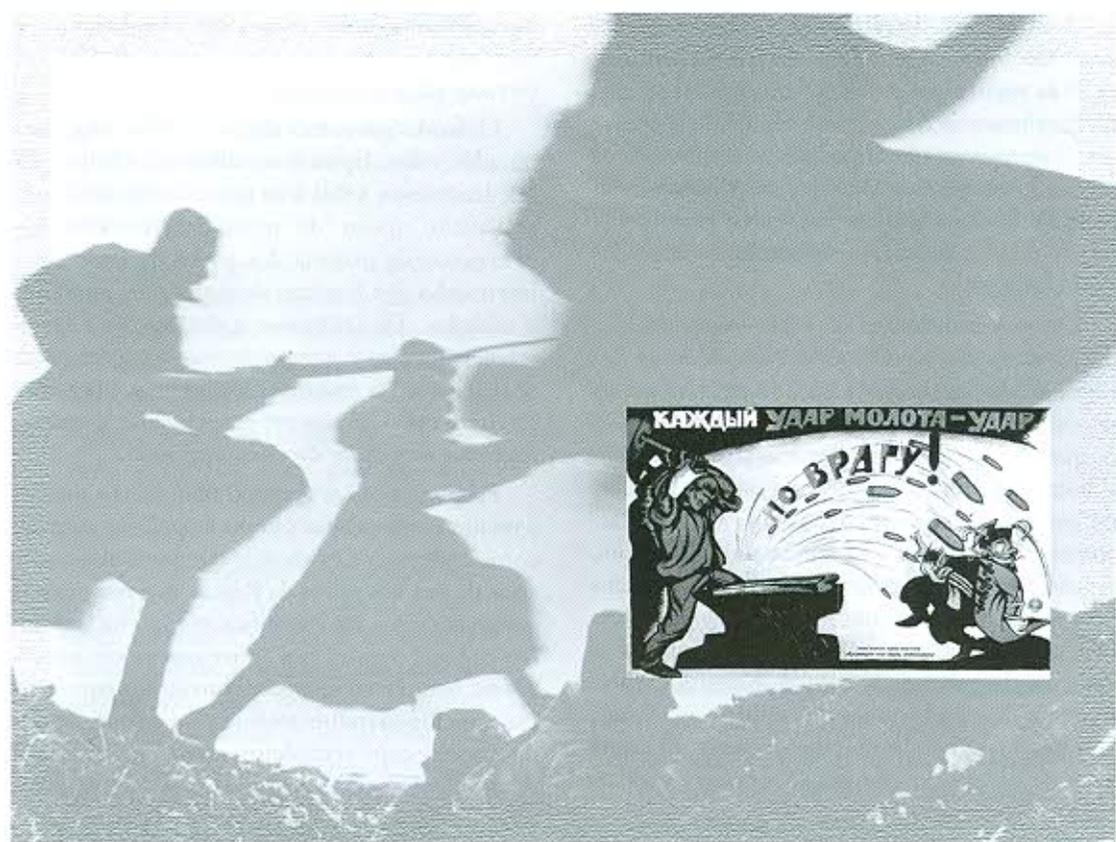
Além disso, o partido, em todos os casos e qualquer que seja o estado da reforma agrária democrática, trabalhará sem desvios pela organização classista independente do proletariado rural, explicando-lhe o antagonismo irreconciliável que existe entre este e a burguesia camponesa, prevenindo-os contra a falsa tentação do sistema das pequenas propriedades, que jamais, enquanto exista a produção de mercadorias, estará em condições de terminar com a miséria das massas e, finalmente, alertando-os da necessidade de uma completa revolução socialista como único meio de destruir a miséria e a exploração.

O Partido Operário Social-Democrata da Rússia, que luta pela obtenção de seus objetivos imediatos, apóia todo movimento revolucionário e de oposição dirigido contra a ordem social e política existente na Rússia, e, ao mesmo tempo, repudia resolutamente todos os projetos reformistas que tendem a ampliar ou consolidar a tutela da polícia e da burocracia sobre as classes trabalhadoras.

Por sua parte, o Partido Operário Social-Democrata da Rússia está firmemente convencido de que a realização total, conseqüente e sólida de todas estas reformas políticas e sociais, somente poderá se alcançar mediante a derrocada do absolutismo e a convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita por todo o povo. 

Nota

1 Ver no Pravda, número 68 (28 de maio de 1917), a exposição de Engels do ponto de vista marxista – e do ponto de vista de toda a democracia conseqüente – sobre a nomeação e confirmação dos funcionários eleitos pela população local.



AS TAREFAS DO PROLETARIADO NA NOSSA REVOLUÇÃO

Lênin. Obras escolhidas.
Volume II, São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

O momento histórico que a Rússia atravessa caracteriza-se pelos seguintes traços fundamentais:

O caráter de classe da revolução realizada

O velho poder czarista, que representava apenas um punhado de latifundiários feudais, que comandava toda a máquina de Estado (exército, polícia, funcionalismo), foi derrotado, afastado, mas não recebeu o golpe de misericórdia. A monarquia não está formalmente abolida. A corja dos Románov prossegue as intrigas monárquicas. A posse de gigantescas propriedades pelos latifundiários feudais não foi liquidada.

O poder de Estado passou na Rússia para as mãos de uma nova classe, a saber: da burguesia e dos latifundiários aburguesados. Nesta medida a revolução democrático-burguesa na Rússia está terminada.

A burguesia instalada no poder formou um bloco (uma aliança) com elementos claramente monárquicos, que se distinguiram pelo apoio extremamente zeloso a Nicolau, o Sanguinário, e a Stolípine, o Enforcador, em 1906-1914 (Gutchkov e outros políticos situados à direita dos democratas-constitucionalistas). O novo governo burguês de Lvov e Cia. tentou e iniciou conversações com os Románov para restaurar a monarquia na Rússia. Encobrindo-se com uma fraseologia revolucionária, este governo nomeia para os postos de comando partidários do antigo regime. Este governo esforça-se para reformar o menos possível todo o aparelho da máquina de Estado (exército, polícia, burocracia), pondo-o nas mãos da burguesia. O novo governo começou já a pôr toda a espécie de obstáculos à iniciativa revolucionária das ações de massas e à conquista do poder pelo povo a partir de baixo - única garantia de êxitos reais da revolução.

Até hoje, este governo não marcou sequer o prazo de convocação da Assembléa Constituinte. Não toca na propriedade latifundiária da terra, base material do czarismo feudal. Este governo não pensa sequer em começar a investigar as atividades, em tornar públicas as atividades, em controlar as organizações financeiras monopolistas, os grandes bancos, os consórcios e cartéis dos capitalistas etc.

Os postos ministeriais mais importantes e decisivos do novo governo (o Ministério do Interior, o Ministério da Guerra, isto é, o *comando* do exército, da polícia e da burocracia, de todo o aparelho de opressão das massas) pertencem a notórios monárquicos e partidários da grande propriedade latifundiária. Aos democratas-constitucionalistas, republicanos de última hora, republicanos a contragosto, foram concedidos postos secundários, que não têm relação direta nem com o comando sobre o povo nem com o aparelho do poder de Estado. A. Kérenski, representante dos trudoviques e "também-socialista", não desempenha absolutamente nenhum papel além de adormecer com frases sonoras a vigilância e a atenção do povo.

Por todas estas razões, o novo governo burguês não merece, nem mesmo no campo da política interna, nenhuma confiança do proletariado, e é inadmissível que este lhe preste qualquer apoio.

A política externa do novo governo

No campo da política externa, que as circunstâncias objetivas colocaram hoje em primeiro plano, o novo governo é um governo de continuação da guerra imperialista, de uma guerra em aliança com as potências imperialistas, a Inglaterra, a França etc., pela partilha do saque capitalista e pelo estrangulamento dos povos pequenos e fracos.

Apesar dos desejos expressos do modo mais claro, por intermédio do Soviete de deputados operários e soldados, pela maioria indubitável dos povos da Rússia, o novo governo, subordinado aos interesses do capital russo e aos do seu poderoso protetor e senhor, o capital imperialista anglo-francês, o mais rico de todo o mundo, não deu nenhum passo real para acabar com o massacre dos povos, organizado no interesse dos capitalistas. Nem sequer tornou públicos os tratados secretos, de conteúdo notoriamente espoliador (sobre a partilha da Pérsia, sobre o saque da China, sobre o saque da Turquia, sobre a partilha da Áustria, sobre a anexação da Prússia Oriental, sobre a anexação das colônias alemãs etc.), que amarram notoriamente a Rússia ao rapace capital imperialista anglo-francês. Ele *confirmou* estes tratados concluídos pelo czarismo, que no decorrer de séculos espoliou e oprimiu mais povos que os outros tiranos e déspotas, pelo czarismo

que não só oprimia mas também desonrava e corrompia o povo grão-russo, convertendo-o em carrasco de outros povos.

O novo governo, tendo confirmado esses tratados vergonhosos e espoliadores, não propôs imediatamente a todos os povos beligerantes um armistício, apesar da reivindicação claramente expressa da maioria dos povos da Rússia por intermédio dos Sovietes de deputados operários e soldados. Ele limitou-se a declarações e frases solenes, sonoras e pomposas, mas completamente ocas, que na boca dos diplomatas burgueses serviram e servem sempre para enganar as massas ingênuas e crédulas do povo oprimido.

Por isso, o novo governo não só não merece a menor confiança no campo da política externa, como continuar a exigir dele que proclame os desejos de paz dos povos da Rússia, que renuncie às anexações, etc., etc., significa apenas, na realidade, enganar o povo, fazê-lo ter esperanças irrealizáveis, retardar o esclarecimento da sua consciência, conciliá-lo indiretamente com a continuação da guerra, cujo verdadeiro caráter social não é determinado pelos votos piedosos, mas pelo caráter de classe do governo que faz a guerra, pelas ligações da classe representada por esse governo com o capital financeiro imperialista da Rússia, da Inglaterra, da França, etc., pela *política efetiva real* seguida por essa classe.

A original dualidade de poderes e o seu significado de classe

A peculiaridade essencial da nossa revolução, peculiaridade que mais imperiosamente requer uma atenção refletida, é a *dualidade de poderes*, surgida logo nos primeiros dias que se seguiram ao triunfo da revolução.

Esta dualidade de poderes manifesta-se na existência de *dois* governos: o governo principal, autêntico e efetivo da burguesia, o "Governo Provisório" de Lvov e Cia., que tem nas suas mãos todos os órgãos do poder, e um governo suplementar, secundário, de "controle", personificado pelo Soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado, que não tem nas suas mãos os órgãos do poder de Estado, mas se apóia diretamente na indubitável maioria absoluta do povo, nos operários armados e nos soldados.

A origem e o significado de classe desta dualidade de poderes consistem em que a Revolução Russa de março de 1917, não só varreu toda a monarquia czarista, não só entregou o poder à burguesia, mas também *se aproximou de perto* da ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato. Precisamente tal ditadura (isto é, um poder que não se baseie na lei, mas na força direta das massas armadas da população), e precisamente das classes mencionadas, são os Sovietes de

deputados operários e soldados de Petrogrado e outros locais.

Outra peculiaridade extremamente importante da Revolução Russa consiste em que o Soviete de deputados soldados e operários de Petrogrado, que goza, segundo todos os indícios, da confiança da maioria dos Sovietes locais, entrega *voluntariamente* o poder de Estado à burguesia e ao seu Governo Provisório, *cede-lhe* voluntariamente a primazia, concluindo com ele um acordo para o apoiar, e contenta-se com o papel de observador, de fiscalizador da convocação da Assembléia Constituinte (até hoje o Governo Provisório não anunciou sequer a data da sua convocação).

Esta circunstância extraordinariamente original, que a História não tinha ainda conhecido sob tal forma, conduziu ao *entrelaçamento monoto único de duas ditaduras*: a ditadura da burguesia (pois o governo de Lvov e Cia. é uma ditadura, isto é, um poder que não se apóia na lei nem na vontade previamente expressa pelo povo, mas na conquista do poder pela força, além disso a conquista por esta classe bem determinada, a saber: a burguesia) e a ditadura do proletariado e do campesinato (o Soviete de deputados operários e soldados).

Não há a menor dúvida de que esse "entrelaçamento" *não está em condições* de se agüentar muito tempo. Num Estado *não podem existir dois poderes*. Um deles tem de ser reduzido a nada, e toda a burguesia da Rússia trabalha já com todas as suas forças, em todos os lugares e por todos os meios para afastar, enfraquecer e reduzir a nada os Sovietes de deputados soldados e operários, para criar o poder único da burguesia.

A dualidade de poderes não exprime senão um momento de transição no desenvolvimento da revolução, quando ela já foi além dos limites da revolução democrático-burguesa comum, *mas não chegou ainda* a uma ditadura "pura" do proletariado e do campesinato.

O significado de classe (e a explicação de classe) desta situação transitória e instável consiste no seguinte: a nossa revolução, como todas as revoluções, exigiu das massas o maior heroísmo e sacrifício na luta contra o czarismo, mas também *arrastou para o movimento*, bruscamente, um número imenso de pequenos burgueses.

Um dos principais indícios científicos e políticos práticos de *qualquer* verdadeira revolução consiste no aumento extraordinariamente rápido, brusco, súbito, do número dos "pequenos burgueses" que começam a tomar parte ativa, independente e efetiva na vida política, na *organização do Estado*.

Assim também na Rússia. A Rússia neste momento ferve. Milhões e dezenas de milhões de

homens politicamente adormecidos durante dez anos, politicamente sufocados pelo terrível jugo do czarismo e os trabalhos forçados a favor dos latifundiários e dos fabricantes, *despertaram e integram-se* na política. E quem são esses milhões e dezenas de milhões de homens? A maior parte são pequenos patrões, pequenos burgueses, pessoas que estão a meio caminho entre os capitalistas e os operários assalariados. A Rússia é o país mais pequeno-burguês de todos os países europeus.

Uma gigantesca onda pequeno-burguesa inundou tudo, dominou o proletariado consciente, não só pelo seu número, mas também ideologicamente, isto é, contaminou e arrastou com as suas concepções políticas pequeno-burguesas círculos muito amplos de operários.

Na vida real a pequena burguesia depende da burguesia, a sua vida (no sentido do *lugar* na *produção social*) é de patrão e não de proletário, e na forma de pensar segue a burguesia.

Uma atitude de confiança inconsciente nos capitalistas, os piores inimigos da paz e do socialismo - eis o que caracteriza a política atual das *massas* na Rússia, eis o que *creceu* com rapidez revolucionária no terreno econômico-social do mais pequeno-burguês de todos os países europeus. Eis a base de classe do "acordo" (sublinho que tenho em vista não tanto um acordo formal como o apoio *de fato*, o acordo tácito, a entrega confiadamente inconsciente do poder) entre o Governo Provisório e o Soviete de deputados operários e soldados - acordo que deu aos Gutchkov o melhor bocado, o verdadeiro poder, e ao Soviete promessas, honras (provisoriamente), adulações, frases, garantias e reverências dos Kérenski.

A insuficiência numérica do proletariado na Rússia, a insuficiência da sua consciência e organização - eis o reverso da mesma medalha.

Todos os partidos populistas, incluindo os socialistas-revolucionários, sempre foram pequeno-burgueses, e também o partido do CO (Tchkhéidze, Tseretelli etc.); os revolucionários sem partido (Steklov e outros) igualmente foram dominados pela onda pequeno-burguesa ou não se impuseram a ela, não tiveram tempo de se impor.

Peculiaridade da tática decorrente do que precede

Da peculiaridade atrás apontada da situação real decorre obrigatoriamente para o marxista - que deve ter em conta os fatos objetivos, as massas e as classes, e não os indivíduos etc. — a peculiaridade da tática do momento *presente*.

Esta peculiaridade coloca no primeiro plano a necessidade de "misturar vinagre e fel na água açucarada da frase democrático-revolucionária" (como se exprimiu — com notável acerto — o meu camarada do CC do nosso partido, Teodoróvitch, na sessão de ontem do Congresso de toda a Rússia de

empregados e operários ferroviários em Petrogrado). Trabalho de crítica, *esclarecimento* dos erros dos partidos pequeno-burgueses socialista-revolucionário e social-democrata, trabalho de preparação e coesão dos elementos do partido *conscientemente* proletário, comunista, *libertação* do proletariado da embriaguez pequeno-burguesa "geral".

Este trabalho *parece* ser "apenas" um trabalho de propaganda. Mas, na realidade, é o trabalho *revolucionário* mais *prático*, pois é impossível impulsionar uma revolução que se deteve, que se está afogando com frases e "marca passo" *não por causa* de obstáculos externos, *não por causa da violência* por parte da burguesia (de momento Gutchkov só ameaça empregar a violência contra a massa dos soldados), mas por causa da inconsciência confiante das massas.

Somente lutando contra esta inconsciência confiante (e pode-se e deve-se lutar contra ela apenas ideologicamente, pela persuasão fraternal, apontando para a *experiência da vida*) podemos libertar-nos do *desencadeamento de frases revolucionárias* reinante e impulsionar verdadeiramente tanto a consciência do proletariado como a consciência das massas, como a sua iniciativa audaz e resoluta *à escala local*, a realização espontânea, o desenvolvimento e a consolidação das liberdades, da democracia, do princípio de propriedade de toda a terra pela totalidade do povo.

A experiência mundial dos governos burgueses e latifundiários criou *dois* métodos para manter o povo na opressão. O primeiro é a violência. Nicolau Románov I (Nicolau Garrote) e Nicolau II (o Sanguinário) mostraram ao povo russo o máximo do possível e do impossível quanto a tais métodos de carrasco. Mas há outro método, que as burguesias inglesa e francesa, "educadas" por uma série de grandes revoluções e movimentos revolucionários, de massas, elaboraram melhor que ninguém. É o método do engano, da adulação, das frases, dos milhões de promessas, das esmolas miseráveis, das concessões nas coisas insignificantes para conservar o essencial.

A peculiaridade do momento na Rússia consiste na transição vertiginosamente rápida do primeiro método para o segundo, da violência contra o povo para as adulações ao povo, para o seu engano com promessas. O gato Vaska ouve e continua a comer. Miliukov e Gutchkov detêm o poder, protegem os lucros do capital, fazem a guerra imperialista no interesse do capital russo e anglo-francês — e limitam-se a promessas, declamações, declarações de efeito em resposta aos discursos de "cozinheiros" como Tchkhéidze, Tseretelli e Stéckov, que ameaçam, apelam para a consciência, suplicam, imploram, exigem, proclamam ... O gato Vaska ouve e continua a comer.

Mas cada dia que passa, a inconsciência confiante e a confiança inconsciente irão desapare-

cendo, sobretudo por parte dos proletários e dos camponeses *pobres*, a quem a vida (a sua situação econômico-social) ensina a não confiar nos capitalistas.

Os chefes da pequena burguesia "devem" ensinar o povo a confiar na burguesia. Os proletários devem ensiná-lo a desconfiar.

O defensismo revolucionário e o seu significado de classe

O *defensismo revolucionário* deve ser considerado a manifestação mais importante e saliente da onda pequeno-burguesa que inundou "quase tudo". É precisamente ele o pior inimigo do desenvolvimento e do triunfo da Revolução Russa.

Quem tenha cedido neste ponto e não tenha sabido libertar-se está perdido para a revolução. Mas as massas cedem *de modo diferente* dos chefes e libertam-se de modo diferente, por outra via de desenvolvimento, por outro método.

O defensismo revolucionário é, por um lado, fruto do engano das massas pela burguesia, fruto da confiante inconsciência dos camponeses e de uma parte dos operários, e, por outro, expressão dos interesses e pontos de vista do pequeno patrão interessado até um certo grau nas anexações e nos lucros bancários e que conserva "sagradamente" as tradições do czarismo, que corrompia os grão-russos convertendo-os em carrascos de outros povos.

A burguesia engana o povo especulando com o nobre orgulho deste pela revolução e apresentando as coisas como se o caráter *político-social* da guerra tivesse mudado, no que se refere à Rússia, em consequência desta etapa da revolução, da substituição da monarquia dos czares pela quase república de Gutchkov e Miliukov. E o povo acreditou — temporariamente — graças, em grau significativo, aos velhos preconceitos que lhe faziam ver em outros povos da Rússia que não o grão-russo uma espécie de propriedade ou feudo dos grão-russos. A infame corrupção do povo grão-russo pelo czarismo, que o ensinou a ver os outros povos como algo inferior, algo que pertencia "de direito" à Grã-Rússia não pôde ser apagada de *um só golpe*.

Exige-se de nós *habilidade* para explicar às massas que o caráter político-social da guerra não é determinado pela "boa vontade" de pessoas e grupos, nem mesmo de povos, mas pela situação da *classe* que faz a guerra, pela *política* de classe de que a guerra é a continuação, pelos *laços* do capital, como força econômica dominante da sociedade moderna, pelo *caráter imperialista* do capital internacional, pela dependência - financeira, bancária, diplomática - da Rússia em relação à Inglaterra e à França etc. *Não é fácil* expor habilmente tudo isto, de maneira que as massas o entendam. Nenhum de nós seria capaz de fazê-lo de golpe sem erros.

Mas a orientação, ou, melhor, o conteúdo da nossa propaganda deve ser esse e só esse. A mais insignificante concessão ao defensismo revolucionário é uma *traição ao socialismo*, uma renúncia total ao *internacionalismo*, por muito bonitas que sejam as frases e muito “práticas” as considerações com que sejam justificadas.

A palavra de ordem de “Abaixo a guerra!” é, naturalmente, justa, mas não tem em conta a peculiaridade das tarefas do momento, a necessidade de chegar às grandes massas por *um caminho diferente*. É semelhante, parece-me, à palavra de ordem “Abaixo o czar!”, com que os inexperientes agitadores dos “bons velhos tempos” se dirigiam direta e abertamente ao campo - e levavam pancada. Os representantes de massas do defensismo revolucionário estão de *boa fé* - não num sentido pessoal, mas de classe, isto é, pertencem a classes (operários e camponeses pobres) que realmente não têm nada a ganhar com as anexações nem com o estrangulamento de outros povos. Coisa muito diversa acontece com os burgueses e os senhores “intelectuais”, que sabem muito bem que é *impossível* renunciar às anexações sem renunciar ao domínio do capital e que enganam sem escrúpulos as massas com belas frases, com promessas desmedidas e inúmeras obrigações.

Os representantes de massas do defensismo vêem as coisas com simplicidade, como o homem comum: “Não quero anexações, mas os alemães ‘lançam-se’ contra *mim* e, portanto, defendo uma causa justa e não de modo algum interesses imperialistas”. A homens deste tipo é preciso explicar e explicar que não se trata dos seus desejos pessoais, mas das relações e condições de massas, *de classe*, políticas, da ligação da guerra com os interesses do capital e com a rede internacional de bancos etc. Tal é a única luta séria contra o defensismo, a única que promete êxito, lento talvez, mas seguro e duradouro.

Como se pode pôr fim à guerra?

Não se pode pôr fim à guerra por “desejo próprio”. Não se lhe pode pôr fim por decisão de uma das partes. Não se lhe pode pôr fim “esperando a baioneta na terra”, segundo a expressão de um soldado defensista.

Não se pode pôr fim à guerra mediante um “acordo” entre os socialistas de diferentes países, por meio de uma “ação” dos proletários de todos os países, pela “vontade” dos povos etc. — todas as frases deste gênero, que enchem os artigos dos jornais defensistas, semidefensistas e semi-internacionalistas, assim como as inúmeras resoluções, proclamações, manifestos, resoluções do Soviete de deputados operários e soldados, todas estas frases não são senão vazios, inocentes, bons desejos de pequenos burgueses. Nada existe de mais nocivo do que tais frases sobre a “manifestação da vontade de paz dos povos”, sobre a *seqü-*

ência que deverão seguir as ações revolucionárias do proletariado (depois do russo, “é a vez” do alemão), etc. Tudo isso é lousblanquismo³, doces sonhos, é brincar às “campanhas políticas”, é, na realidade, a repetição da fábula do gato Vaska.

A guerra não foi gerada pela má vontade dos capitalistas rapaces, embora seja indubitável que só se faz no interesse deles e só a eles enriquece. A guerra é o produto de meio século de desenvolvimento do capital mundial, dos seus milhares de milhões de fios e laços. É *impossível* sair da guerra imperialista, é *impossível* conseguir uma paz democrática, não imposta pela violência, sem derrubar o poder do capital, sem a passagem do poder de Estado para *outra classe*, para o proletariado.

A Revolução Russa de fevereiro-março de 1917 foi o começo da transformação da guerra imperialista em guerra civil. Esta revolução deu o *primeiro* passo para a cessação da guerra. Apenas um *segundo* passo pode *garantir* a sua cessação, a saber: a passagem do poder de Estado para o proletariado. Isto será o começo da “ruptura da frente” em todo o mundo — da frente dos interesses do capital; e só tendo rompido *esta* frente o proletariado *pode* libertar a humanidade dos horrores da guerra, dar-lhe os benefícios de uma paz duradoura.

E a Revolução Russa, ao criar os Sovietes de deputados operários, levou *já* o proletariado da Rússia bem perto dessa “ruptura da frente” do capital.

O novo tipo de estado que surge na nossa revolução

Os Sovietes de deputados operários, soldados, camponeses etc. são incompreendidos não só no sentido de que a maioria não vê com clareza o seu significado de classe, o seu papel na Revolução Russa. São incompreendidos também no sentido de que representam em si uma nova forma ou, mais exatamente, um *novo tipo de Estado*.

O tipo mais perfeito, mais avançado dos Estados burgueses é a *república democrática parlamentar*: o poder pertence ao parlamento; a máquina de Estado, o aparelho e os órgãos de administração são os habituais: exército permanente, polícia, burocracia de fato inamovível, privilegiada, situada *acima* do povo.

Mas desde os fins do século XIX, as épocas revolucionárias apresentam um tipo *superior* de Estado democrático, um Estado que, em certos aspectos, já deixa de ser, segundo a expressão de Engels, um Estado, “não é já um Estado no verdadeiro sentido da palavra”. É o Estado do tipo da Comuna de Paris, que *substitui* o exército e a polícia, separados do povo, pelo armamento imediato e direto do próprio povo. *Nisto* consiste a *essência* da Comuna, caluniada e denegrida

pelos escritores burgueses e à qual atribuíam erroneamente, entre outras coisas, a intenção de "implantar" imediatamente o socialismo.

A Revolução Russa *começou* a criar, em 1905 e em 1917, um Estado precisamente deste tipo. A República dos Sovietes de deputados operários, soldados, camponeses etc., unidos numa Assembléia Constituinte de toda a Rússia dos representantes do povo ou num Conselho dos Sovietes etc. — eis o que entre nós *surge já na vida* hoje, atualmente, por iniciativa de um povo de muitos milhões de homens, que cria por iniciativa própria a democracia *à sua maneira*, sem esperar nem que os senhores professores democratas-constitucionalistas escrevam os seus projetos de lei de uma república parlamentar burguesa, nem que os pedantes e rotineiros da "social—democracia" pequeno-burguesa, como o Sr. Plekhánov ou Kautsky, renunciem às suas deturpações da teoria do marxismo quanto à questão do Estado.

O marxismo distingue-se do anarquismo pelo fato de que reconhece a *necessidade* do Estado e do poder estatal no período revolucionário, em geral, na época da transição do capitalismo para o socialismo, em particular.

O marxismo distingue-se do "social-democratismo" oportunista pequeno-burguês do Sr. Plekhánov, Kautsky e Cia. pelo fato de que reconhece a necessidade para os períodos indicados *não* de um Estado como a república burguesa parlamentar habitual, mas de um como a Comuna de Paris.

As diferenças fundamentais entre este último tipo de Estado e o antigo são as seguintes:

Regressar da república burguesa parlamentar à monarquia é muito fácil (como a história o demonstra), porque permanece intacta toda a máquina de opressão:

o exército, a polícia, o funcionalismo. A Comuna e os Sovietes de deputados operários, soldados, camponeses etc., *quebram* e eliminam esta máquina.

A república burguesa parlamentar dificulta e asfixia a vida política independente das *massas*, a sua participação direta na edificação *democrática* de toda a vida do Estado, de baixo para cima. Com os Sovietes de deputados operários e soldados, dá-se o contrário.

Estes últimos reproduzem o tipo de Estado elaborado pela Comuna de Paris e que Marx qualificou de "forma política por fim descoberta, na qual *pode* ser realizada a emancipação econômica dos trabalhadores".

Costuma objectar-se: o povo russo não está ainda preparado para a "introdução" da Comuna. É o argumento empregado pelos feudais, quando diziam que os camponeses não estavam preparados para a liberdade. A Comuna, isto é, os So-

vietes de deputados operários e camponeses, não "introduz", não se propõe "introduzir" nem deve introduzir *nenhumas* transformações que não estejam já absolutamente maduras na realidade econômica e na consciência da imensa maioria do povo. Quanto mais fortes forem a bancarrota econômica e a crise gerada pela guerra, tanto mais urgente é a necessidade de uma forma política, a mais perfeita possível, que *facilite* a cura das terríveis feridas causadas à humanidade pela guerra. E quanto menos experiência de organização o povo russo tiver, tanto mais resolutamente será preciso *lançar-se* à atividade organizativa do *próprio* povo, e não exclusivamente dos politiquês burgueses e funcionários com "lugarzinhos rendosos".

Quanto mais rapidamente nos desembaraçarmos dos velhos preconceitos do pseudomarxismo, do marxismo deturpado pelo Sr. Plekhánov, Kautsky e Cia., quanto mais zelosamente ajudarmos o povo a construir sem demora e por toda a parte Sovietes de deputados operários e camponeses, a tomar nas suas mãos *toda* a vida, quanto mais tempo os Srs. Lvov e Cia. adiarem a convocação da Assembléia Constituinte, tanto mais fácil será ao povo fazer a escolha a favor da República dos Sovietes de deputados operários e camponeses (por meio da Assembléia Constituinte ou sem ela, se Lvov demorar muito a convocá-la). Nesta nova atividade organizativa do próprio povo, a princípio serão inevitáveis erros, mas é melhor errar e ir avante do que *esperar* que os professores juristas convocados pelo Sr. Lvov escrevam as leis sobre a convocação da Assembléia Constituinte e sobre a perpetuação da república burguesa parlamentar, sobre o estrangulamento dos Sovietes de deputados operários e camponeses.

Se nos organizarmos e conduzirmos com habilidade a nossa propaganda, não só os proletários, mas também nove décimos do campesinato estarão contra a restauração da polícia, contra o funcionalismo inamovível e privilegiado, contra o exército separado do povo. E é apenas nisto que consiste o novo tipo de Estado.

A substituição da polícia por uma milícia popular é uma transformação que deriva de todo o curso da revolução e que atualmente está a realizar-se na vida na maioria dos lugares da Rússia. Devemos explicar às massas que, na maioria das revoluções burguesas de tipo comum, tal transformação foi muito efêmera e que a burguesia, mesmo a mais democrática e republicana, restabeleceu a velha polícia, de tipo czarista, separada do povo, colocada sob o comando de burgueses e capaz de oprimir o povo por todos os meios.

Só há um meio de *impedir* a restauração da polícia: criar uma milícia de todo o povo, fundi-la com o exército (substituir o exército permanente pelo armamento geral do povo). Desta milícia deverão fazer parte todos os cidadãos e cidadãs sem exceção, desde os 15 até os 65 anos,

idades que só tomamos a título de exemplo para indicar a participação dos adolescentes e velhos. Os capitalistas deverão pagar aos operários assalariados, criados etc., os dias dedicados ao serviço social na milícia. Sem chamar a mulher à participação independente não só na vida política em geral como também ao serviço social em geral, permanente, nem sequer se pode falar não só de socialismo, mas mesmo de uma democracia duradoura e completa. E funções de "polícia" tais como o cuidado dos doentes e das crianças abandonadas, a inspeção da alimentação etc., não podem absolutamente ser satisfatoriamente realizadas sem a igualdade de direitos da mulher, de fato e não apenas no papel.

Impedir o restabelecimento da polícia, chamar as forças organizadoras de todo o povo à construção de uma milícia geral - tais são as tarefas que o proletariado tem de levar às massas no interesse da segurança, consolidação e desenvolvimento da revolução.

Os programas agrários e nacional

No momento atual, não podemos saber com precisão se se desenvolverá num futuro próximo uma poderosa revolução agrária no campo russo. Não podemos saber precisamente quão profunda é a divisão de classe do campesinato, acentuada, indubitavelmente, nos últimos tempos, em operários assalariados permanentes e temporários e camponeses pobres (semiproletários), por um lado, e camponeses ricos e médios (capitalistas e pequenos capitalistas), por outro lado. Só a experiência dá e pode dar a resposta a esta pergunta.

Mas, como partido do proletariado, temos a obrigação absoluta não só de apresentar sem demora um programa agrário (sobre a terra), mas também de defender medidas práticas de realização imediata *no interesse* da revolução agrária camponesa na Rússia.

Devemos exigir a nacionalização de *todas* as terras, isto é, a passagem das terras existentes no país para a propriedade do poder central do Estado. Este poder deverá determinar as proporções etc., do fundo de colonização, promulgar as leis para a proteção florestal, melhoramento do solo etc., e proibir em absoluto toda a mediação entre o proprietário da terra, o Estado, e o seu arrendatário, o agricultor (proibir todo o subarrendamento da terra). Mas toda a *disposição* da terra, toda a determinação das *condições locais* da sua posse e usufruto não deve encontrar-se de modo algum nas mãos da burocracia, dos funcionários, mas plena e exclusivamente nas mãos dos Sovietes de *deputados camponeses* regionais e locais.

Para melhorar a técnica da produção de cereais e aumentar a produção e também para desenvolver as grandes explorações agrícolas racionais e efetuar o controle social sobre elas,

devemos procurar, dentro dos comitês de camponeses, transformar cada herdade latifundiária confiscada numa grande exploração modelo, sob o controle dos *Sovietes de deputados assalariados agrícolas*.

Em contraposição às frases e à política pequeno-burguesa imperantes entre os socialistas-revolucionários, principalmente nas ocas conversas sobre a norma de "consumo" ou de "trabalho", sobre a "socialização da terra" etc., o partido do proletariado deve explicar que o sistema da pequena exploração, no regime de produção mercantil, *não está em condições* de libertar a humanidade da miséria das massas e da sua opressão.

Sem cindir imediata e obrigatoriamente os Sovietes de deputados camponeses, o partido do proletariado deve explicar a necessidade de Sovietes especiais de deputados assalariados agrícolas e Sovietes especiais de deputados camponeses pobres (semiproletários), ou, pelo menos, conferências especiais permanentes dos deputados *destes setores de classe*, como frações ou partidos especiais dentro dos Sovietes gerais de deputados camponeses. De outro modo, todas as melífluas frases pequeno-burguesas dos populistas sobre os camponeses em geral servirão para encobrir o engano das massas sem terra pelos camponeses ricos, que representam apenas uma variedade de *capitalistas*.

Em contraposição às prédicas liberais burguesas ou puramente burocráticas de muitos socialistas-revolucionários e Sovietes de deputados operários e soldados, que aconselham os camponeses a não se apoderarem das terras dos latifundiários e a não começarem as transformações agrárias até a convocação da Assembléia Constituinte, o partido do proletariado deve exortar os camponeses a efetuar sem demora e por iniciativa própria as transformações agrárias e a confiscação imediata das terras dos latifundiários por decisão dos deputados camponeses das localidades.

Tem singular importância a este respeito insistir na necessidade de *aumentar* a produção de alimentos para os soldados na frente e para as cidades, em que é absolutamente inadmissível destruir ou causar danos ao gado, alfaías, máquinas, edifícios, etc., etc.

Na questão nacional, o partido proletário deve defender, em primeiro lugar, a proclamação e a realização imediata da plena liberdade de separação da Rússia de todas as nações e povos oprimidos pelo czarismo, que foram incorporados pela força ou mantidos pela força dentro das fronteiras do Estado, isto é, anexados.

Todas as expressões, declarações e manifestos renunciando às anexações que não sejam acompanhados da liberdade efetiva de separação não são senão um engano burguês do povo ou ingênuos votos pequeno-burgueses.

O partido proletário aspira a criar um Estado o maior possível, porque isto é vantajoso para os trabalhadores, aspira à *aproximação e posterior fusão* das nações, mas quer alcançar este objetivo não pela violência mas exclusivamente por meio de uma união livre e fraternal dos operários e das massas trabalhadoras de todas as nações.

Quanto mais democrática for a república da Rússia, quanto melhor conseguir organizar-se em república dos Sovietes de deputados operários e camponeses, tanto mais poderosa será a força de atração *voluntária* para uma tal república para as massas trabalhadoras de *todas as nações*.

Plena liberdade de separação, a mais ampla autonomia local (e nacional), garantias pormenorizadamente elaboradas dos direitos das minorias nacionais — tal é o programa do proletariado revolucionário.

Nacionalização dos bancos e dos consórcios capitalistas

O partido do proletariado não pode propor-se, de modo algum, “introduzir” o socialismo num país de pequeno campesinato enquanto a imensa maioria da população não tiver tomado consciência da necessidade da revolução socialista.

Mas só sofistas burgueses que se escondem atrás de palavrinhas “quase marxistas” podem deduzir desta verdade a justificação duma política que adiará medidas revolucionárias imediatas plenamente maduras do ponto de vista prático, *realizadas* não poucas vezes, no *decorrer da guerra*, por uma série de Estados burgueses e absolutamente necessárias para lutar contra a total desorganização econômica e a fome iminentes.

Medidas como a nacionalização da terra e de todos os bancos e consórcios capitalistas, ou pelo menos o estabelecimento do *controle imediato* dos mesmos pelos Sovietes de deputados operários, etc., que não significam de modo algum a “introdução” do socialismo, devem ser defendidas incondicionalmente e aplicadas, dentro do possível, por via revolucionária. Sem estas medidas, que não são senão passos para o socialismo, e perfeitamente realizáveis do ponto de vista econômico, será impossível curar as feridas causadas pela guerra e impedir a bancarrota que nos ameaça, e o partido do proletariado revolucionário jamais vacilará em atentar contra os lucros inauditos dos capitalistas e banqueiros, que enriquecem precisamente “com a guerra” de modo particularmente escandaloso.

A situação da internacional socialista

Os deveres internacionais da classe operária da Rússia passam precisamente agora para primeiro plano com particular força.

Nos nossos dias, só os preguiçosos não juram ser internacionalistas, até os defensistas chau-

vinistas, até os Srs. Plekhánov e Potréssov, até Kérenski, se dizem internacionalistas. Por isso é tanto mais urgente a obrigação de que o partido do proletariado, cumprindo o seu dever, oponha com toda a clareza, com toda a precisão e com toda a nitidez, ao internacionalismo em palavras o internacionalismo de fato.

Vazios apelos aos operários de todos os países, garantias ocas de fidelidade ao internacionalismo, tentativas de estabelecer, direta ou indiretamente, “turnos” nas ações do proletariado revolucionário dos vários países beligerantes, esforços para chegar a um “acordo” entre os socialistas dos países beligerantes *a respeito da* luta revolucionária, a agitação para organizar congressos socialistas *para* desenvolver uma campanha em favor da paz, etc., etc., - tudo isso não é, pela sua significação *objetiva*, por mais sinceros que sejam os autores dessas idéias, dessas tentativas e desses planos, senão palavrório, e no *melhor* dos casos a expressão de votos inocentes e piedosos, que só servem para encobrir o engano das massas pelos chauvinistas. Os social-chauvinistas *franceses*, os mais hábeis e mais acabados em todos os métodos da fraude parlamentar, há muito já bateram o recorde de frases pacifistas e internacionalistas inauditamente sonoras e pomposas, *unidas* a uma traição inauditamente descarada do socialismo e da Internacional, à participação nos ministérios que fazem a guerra imperialista, à votação de créditos ou *de empréstimos* (como na Rússia, ultimamente, Tchkhéidze, Skóbelev, Tseretelli e Steklov), à oposição à luta revolucionária no seu *próprio país*, etc., etc.

As boas pessoas esquecem com freqüência a dura e cruel realidade da guerra imperialista mundial. Esta realidade não admite frases, zombaria de todos os votos inocentes e piedosos.

Há um e só um internacionalismo de fato: o trabalho abnegado pelo desenvolvimento do movimento revolucionário e da luta revolucionária *no seu próprio país*, o apoio (pela propaganda, a simpatia e a ajuda material) *a esta luta*, a esta linha, e *só a esta*, em todos os países sem exceção.

Tudo o mais é engano e manilovismo.

O movimento socialista e operário internacional produziu durante os mais de dois anos de guerra, em *todos* os países, três tendências; e quem abandonar o terreno *real* do reconhecimento destas três tendências, da sua análise e da luta conseqüente pela tendência verdadeiramente internacionalista, condenar-se-á a si mesmo à impotência, à incapacidade e a erros.

As três tendências são as seguintes:

Os social-chauvinistas, isto é, os socialistas em palavras e chauvinistas de fato — estas pessoas reconhecem a “defesa da pátria” na guerra imperialista (e, sobretudo, na guerra imperialista atual).

Estas pessoas são nossos adversários de *classe*. Passaram-se para o lado da burguesia.

Assim acontece com a maioria dos chefes oficiais da social-democracia oficial de *todos* os países. Os Srs. Plekhánov e Cia. na Rússia, os Scheidemann na Alemanha, Renaudel, Guesde, Sembat na França, Bissolati e C. na Itália, Hyndman, os fabianos e os "labouristas" (dirigentes do partido trabalhista) na Inglaterra, Branting e Cia. na Suécia, Troelstra e o seu partido na Holanda, Stauning e o seu partido na Dinamarca, Victor Berger e outros "defensores da pátria" na América, etc.

A segunda tendência — o chamado "centro" — é formada pelos que vacilam entre os social-chauvinistas e os verdadeiros internacionalistas.

Todos os do "centro" juram e trejuram que são marxistas internacionalistas, que são pela paz, que estão dispostos a "fazer pressão" por todos os meios sobre os governos, dispostos a "exigir" por todas as maneiras ao seu próprio governo que "exprima a vontade de paz do povo", são por toda a espécie de campanhas a favor da paz, são pela paz sem anexações, etc. — e pela paz com os social-chauvinistas. O "centro" é pela "unidade", o centro é inimigo da cisão.

O "centro" é o reino das lindas frases pequeno-burguesas, do internacionalismo em palavras, do oportunismo pusilânime e da complacência para com os social-chauvinistas de fato.

A essência da questão reside em que o "centro" não está convencido da necessidade de uma revolução contra o seu próprio governo, não a prega, não sustenta uma luta revolucionária abnegada, mas encontra sempre os mais vulgares *subterfúgios* — de uma sonoridade "arquimarkista" — para não o fazer.

Os social-chauvinistas são nossos *adversários de classe*, são *burgueses* dentro do movimento operário. Representam uma camada, os grupos, os estratos dos operários *objetivamente* subordinados pela burguesia (melhores salários, cargos honoríficos etc.) e que ajudam a *sua própria* burguesia a saquear e oprimir os povos pequenos e fracos e a lutar *pela* partilha do saque capitalista.

O "centro" é formado pelos elementos rotineiros, corroídos pela legalidade apodrecida, corrompidos pela atmosfera do parlamentarismo, etc., são funcionários habituados aos cargos confortáveis e ao trabalho "tranquilo". Considerados histórica e economicamente, não representam nenhuma camada social *específica*, representam apenas a transição do período superado do movimento operário de 1871 a 1914, que deu muitas coisas de valor, sobretudo na arte imprescindível para o proletariado do trabalho lento, consequente e sistemático de organização em grande e muito grande escala, para um novo período que se tornou *objetivamente* necessário desde que re-

bentou a primeira guerra imperialista mundial, que abriu a *era da revolução social*.

O chefe e representante principal do "centro" é Karl Kautsky, a mais destacada autoridade da II Internacional (1889-1914), modelo de total bancarrota do marxismo e um exemplo de inaudita falta de caráter, das mais lamentáveis vacilações e traições desde agosto de 1914. A tendência do "centro" é representada por Kautsky, Haase, Ledebour, a chamada "Associação Operária ou do Trabalho"¹ no Reichstag; na França são Longuet, Pressemane e todos os chamados "minoritários" (minoritários) em geral; na Inglaterra, Philip Snowden, Ramsay MacDonald e muitos outros dirigentes do "Partido Trabalhista Independente" e alguns do Partido Socialista Britânico; Morris Hillquit e muitos outros na América; Turati, Trèves, Modigliani, etc., na Itália; Robert Grimm e outros na Suíça; Viktor Adler e Cia. na Áustria; o partido do Comitê de Organização, Axelrod, Márto, Tchkhéidze, Tseretelli e outros na Rússia, etc.

Compreende-se que existam certas pessoas que, sem se darem conta, passem da posição do social-chauvinismo para a posição do "centro" e vice-versa. Qualquer marxista sabe que as classes diferem umas das outras, ainda que as pessoas mudem livremente de classe; do mesmo modo, as *tendências* na vida política diferem umas das outras, apesar de as pessoas passarem livremente de uma tendência para a outra, apesar dos esforços e tentativas que se fazem para *fundir* as tendências.

A terceira tendência são os verdadeiros internacionalistas, cuja expressão mais fiel é a "esquerda de Zimmerwald". (Em apêndice, inserimos o seu manifesto de setembro de 1915, para que o leitor possa conhecer em primeira mão a origem desta tendência.)

O seu principal traço distintivo é: a ruptura mais completa tanto com o social-chauvinismo como com o "centro". A abnegada luta revolucionária contra o *seu próprio* governo imperialista e contra a *sua própria* burguesia imperialista. O seu princípio é: "o inimigo principal está no nosso próprio país". Luta sem descanso contra as melifluas frases social-pacifistas (o social-pacifista é socialista em palavras e pacifista burguês de fato; os pacifistas burgueses sonham com a paz perpétua sem derrubar o jugo e o domínio do capital) e contra todos os *subterfúgios* com que se pretende negar a possibilidade, ou a oportunidade ou a necessidade da luta revolucionária do proletariado e da revolução proletária, socialista, em *ligação* com a guerra atual.

Os representantes mais destacados desta tendência são: na Alemanha, o "Grupo Spartakus" ou "Grupo da Internacional", do qual faz parte Karl Liebknecht. Karl Liebknecht é o representante mais famoso desta corrente e da *nova*, da verdadeira Internacional proletária.

Karl Liebknecht apelou para os operários e soldados da Alemanha para que *voltassem as armas* contra o seu próprio governo. Karl Liebknecht fez, isto abertamente, da tribuna do Parlamento (*Reichstag*). E depois, levando consigo proclamações impressas clandestinamente, dirigiu-se para a Praça de Potsdam, uma das maiores praças de Berlim, para participar numa manifestação sob a palavra de ordem de "Abaixo o governo!". Foi detido e condenado a *trabalhos forçados*. Está atualmente num presídio na Alemanha, tal como centenas se não milhares de *verdadeiros* socialistas da Alemanha estão nas prisões por lutarem contra a guerra.

Karl Liebknecht lutou implacavelmente nos seus discursos e nas suas cartas não só contra os seus próprios Plekhánov e Potréssov (os Scheidemann, Legien, David e Cia.), mas também contra os seus próprios *elementos do centro*, contra os seus próprios Tchkhéidze e Tseretelli (Kautsky, Haase, Ledebour e Cia).

Karl Liebknecht e o seu amigo Otto Rühle, só dois entre os 110 deputados, romperam a disciplina, destruíram a "unidade" com o "centro" e com os chauvinistas, *se ergueram contra todos*. Liebknecht é o *único* que representa o socialismo, a causa do proletariado, a revolução proletária. *Todo o resto* da social-democracia alemã não é mais, para usar a frase feliz de Rosa Luxemburgo (também membro e um dos dirigentes do "Grupo Spartakus"), do que um *cadáver malcheiroso*.

Outro grupo de verdadeiros internacionalistas na Alemanha é o jornal de Bremen *Política Operária*.

Em França, os elementos mais próximos dos verdadeiros internacionalistas são Loriot e os seus amigos (Bourderon e Merrheim deslizaram para o social-pacifismo) e também o francês Henri Guilbeaux, que publica em Genebra a revista *Amanhá*; na Inglaterra, o jornal *Trade-Unionista* e uma parte dos membros do Partido Socialista Britânico e do Partido Trabalhista Independente (por exemplo, Williams Russel, que proclamou abertamente a necessidade de romper com os chefes *traidores* ao socialismo), o professor primário e socialista escocês MacLean, condenado a *trabalhos forçados* pelo governo burguês da Inglaterra pela sua luta revolucionária contra a guerra; centenas de socialistas da Inglaterra estão nas prisões pelo mesmo crime. Eles, e só eles, *são verdadeiros* internacionalistas *de fato*; na América, o "Partido Socialista Operário" e os elementos dentro do oportunista "Partido Socialista" que publicam desde janeiro de 1917 o jornal *O Internacionalista*; na Holanda, o partido dos "tribunistas", que publicam o jornal *A Tribuna* (Pannekoek, Herman Gorter, Wijnkoop, Henriette Roland-Holst, que em Zimmerwald era do centro, mas que agora passou para o nosso

lado, na Suécia, o partido dos jovens ou dos esquerdas, com dirigentes como Lindhagen, Ture Nerman, Carleson, Ström e Z. Höglund, que em Zimmerwald participou pessoalmente na fundação da "Esquerda de Zimmerwald" e se encontra hoje na prisão condenado pela sua luta revolucionária contra a guerra; na Dinamarca, Trier e os seus amigos, abandonaram o Partido "Social-Democrata" da Dinamarca, que se tornou completamente *burguês*, com o *ministro* Stauning à cabeça; na Bulgária, os *tesniaki*; na Itália, os mais próximos são Constantino Lazzari, secretário do partido, e Serrati, redactor do *Avante*²⁵, seu órgão central; na Polónia, Rádek, Hanecki e outros dirigentes da social-democracia unificada na "Direção Territorial"; Rosa Luxemburgo, Tyszka e outros dirigentes da social-democracia unificada na "Direção Principal"²⁶; na Suíça, os elementos de esquerda que redigiram os considerandos de um "referendo" (janeiro de 1917) para lutar contra os social-chauvinistas e contra o "centro" *do seu próprio país* e que no congresso socialista do cantão de Zurique, realizado em Töss em 11 de fevereiro de 1917, apresentaram uma resolução revolucionária e de princípios contra a guerra, na Áustria, os jovens amigos de esquerda de Friedrich Adler, que atuavam, em parte, no clube "Karl Marx" de Viena, fechado agora pelo reacionaríssimo governo austríaco, que quer liquidar Friedrich Adler pelo seu tiro heróico, embora pouco refletido, contra um dos seus ministros, etc., etc.

A questão não está nos matizes, que existem também entre os elementos de esquerda. A questão está na *tendência*. O fato é que, numa época de terrível guerra imperialista, não é fácil ser um verdadeiro internacionalista. Esses elementos são poucos, mas *apenas* neles está todo o futuro do socialismo, *apenas* eles são os *chefes das massas*, e não os corruptores das massas.

Era objetivamente necessário que a distinção entre reformistas e revolucionários no seio dos social-democratas, no seio dos socialistas em geral, sofresse transformações nas condições da guerra imperialista. Quem se contenta com "exigir" aos governos burgueses que concluam a paz ou que "exprimam a vontade de paz do povo", etc., desliza *de fato* para as reformas. *Porque a questão da guerra*, objetivamente, só se apresenta de modo revolucionário.

Não há saída da guerra no sentido de uma paz democrática, e não imposta pela violência, no sentido da libertação dos povos da escravidão de *milhares de milhões* de juro pagos aos senhores capitalistas enriquecidos na "guerra", não há saída senão a revolução do proletariado.

Pode-se e deve-se exigir dos governos burgueses as mais diversas reformas, mas não se pode, sem cair no manilovismo, no reformismo, exigir a esses homens e classes ligados por milhares de

fiões ao capital imperialista que *rompam* esses fiões, e sem os romper todo o falatório sobre a guerra contra a guerra não será senão frases vazias e enganosas.

Os "kautskianos", o "centro", são revolucionários em palavras e reformistas de fato, internacionalistas em palavras, cúmplices do social-chauvinismo de fato.

A bancarrota da Internacional de Zimmerwald.

Necessidade de fundar a III Internacional

A Internacional de Zimmerwald adotou desde o primeiro momento uma posição vacilante, "kautskiana", "centrista", o que obrigou a *Esquerda de Zimmerwald* a separar-se imediatamente dela, a tornar-se independente e a lançar um manifesto *próprio* (impresso na Suíça em russo, alemão e francês).

O principal defeito da Internacional de Zimmerwald — causa da sua *bancarrota* (pois está já em bancarrota, tanto no terreno ideológico como no político) — são as suas vacilações, é a sua irresolução na questão principal, que praticamente *condiciona todas as outras*: a questão da completa ruptura com o social-chauvinismo e com a velha Internacional social-chauvinista, dirigida por Vandervelde e Huysmans em Haia (Holanda), etc.

No nosso país ignora-se ainda que a maioria de Zimmerwald é formada *precisamente por kautskianos*. Entretanto, este é um fato fundamental, que não se pode deixar de ter em conta e que é agora geralmente conhecido na Europa Ocidental. Até o chauvinista, o ultrachauvinista alemão Heilmann, diretor da arquichauvinista *Gazeta de Chemnitz* e colaborador da também arquichauvinista *O Sino*, de Parvus, até Heilmann (que é, naturalmente, "social-democrata" e zeloso defensor da "unidade" da social-democracia), teve de reconhecer na imprensa que o centro, ou "kautskianismo" e a *maioria de Zimmerwald* são uma e a mesma coisa.

E nos fins de 1916 e em princípios de 1917, confirmou-se definitivamente este fato. Embora no manifesto de Kienthal²⁹ se condene o social-pacifismo, toda a direita de Zimmerwald, toda a maioria de Zimmerwald se passou para o social-pacifismo: Kautsky e Cia., numa série de declarações em janeiro e fevereiro de 1917; Bourderon e Merrheim, em França, ao votarem em unanimidade com os social-chauvinistas a favor das resoluções pacifistas do Partido Socialista (dezembro de 1916)³⁰ e da "Confederação Geral do Trabalho" (isto é, a organização nacional dos sindicatos franceses, também em dezembro de 1916); Turati e Cia., em Itália, onde todo o partido adotou uma atitude social-pacifista, e o próprio Turati (e não por casualidade, natural-

mente) "escorregou", no seu discurso de 17 de dezembro de 1916, para frases *nacionalistas* que embelezavam a guerra imperialista.

O presidente da Conferência de Zimmerwald e de Kienthal, Robert Grimm, estabeleceu, em janeiro de 1917, uma aliança com os social-chauvinistas do seu *próprio* partido (Greulich, Pflüger, Gustav Müller e outros) *contra* os verdadeiros internacionalistas.

Em duas reuniões de *zimmerwaldianos* de diversos países, realizadas em janeiro e fevereiro de 1917, essa atitude equívoca e hipócrita da maioria de Zimmerwald foi formalmente estigmatizada pelos internacionalistas de esquerda de vários países: por Münzenberg, secretário da organização internacional dos jovens e diretor do magnífico jornal internacionalista *Internacional da Juventude*; por Zinóviev, representante do Comité Central do nosso Partido; por K. Rádek, do Partido Social-Democrata Polaco ("Direção Territorial") e por Hartstein, social-democrata alemão, membro do "Grupo Spartakus".

Foi dado muito ao proletariado russo; em nenhuma parte do mundo houve uma classe operária que tenha conseguido desenvolver tanta energia revolucionária como na Rússia. Mas a quem se deu muito, muito se exigirá.

Não se pode tolerar por mais tempo o pântano zimmerwaldiano. Não podemos permitir que por culpa dos "kautskianos" de Zimmerwald continuemos semialiados à Internacional chauvinista dos Plekhánov e dos Scheidemann. É preciso romper imediatamente com esta Internacional. É preciso continuar em Zimmerwald *apenas* para fins de informação.

Somos precisamente nós que temos de fundar, precisamente agora, sem perda de tempo, uma *nova* Internacional revolucionária, proletária, ou melhor, devemos reconhecer sem temor, publicamente, que essa Internacional *já foi fundada* e atua.

Esta é a Internacional dos "verdadeiros internacionalistas" que enumerei minuciosamente acima. Eles, e só eles, são os representantes das massas revolucionárias internacionalistas, e não os corruptores das massas.

Se são poucos *esses* socialistas, que cada operário russo pergunte a si mesmo se havia na Rússia muitos revolucionários conscientes *em vésperas* da revolução de fevereiro e março de 1917.

A questão não está no número, mas na exposição correta das idéias e da política do proletariado verdadeiramente revolucionário. O essencial não consiste em "proclamar" o internacionalismo, mas em saber-se ser, inclusive nos momentos mais difíceis, verdadeiros internacionalistas.

Não nos enganemos com esperanças nos acordos e congressos internacionais. Enquanto

durar a guerra imperialista, as relações internacionais estarão comprimidas no torno de ferro da ditadura militar imperialista burguesa. Se até o “republicano” Miliukov, que se vê obrigado a tolerar o governo paralelo do Soviete de deputados operários, não deixou entrar em abril de 1917 na Rússia o socialista suíço Fritz Platten, secretário do partido, internacionalista e participante das conferências de Zimmerwald e Kienthal, apesar de ser casado com uma russa e ir visitar parentes dela, e apesar de ter tomado parte em Riga na revolução de 1905, pelo que foi encarcerado numa prisão russa e teve de pagar uma fiança ao governo czarista para conseguir a sua liberdade, fiança que agora pretendia recuperar; se até o “republicano” Miliukov pôde fazer isso na Rússia em abril de 1917, julgue-se que valor terão as promessas e os votos, as frases e as declarações da burguesia sobre a paz sem anexações, etc.

É a prisão de Trótski pelo governo inglês? E a retenção de Mártoov na Suíça e a esperança de atrair Mártoov à Inglaterra, onde o espera a sorte de Trótski?

Não tenhamos ilusões. Não devemos enganar-nos a nós mesmos.

“Esperar” congressos ou conferências internacionais significa *atraíçoar* o internacionalismo, uma vez provado que mesmo de Estocolmo não deixam sair para a Rússia nem socialistas fiéis ao internacionalismo, nem sequer as suas cartas, apesar de todas as possibilidades e de toda a ferocidade da censura militar.

Não “esperar”, mas fundar a III Internacional, eis o que deve fazer imediatamente o nosso partido; — e centenas de socialistas nas prisões da Alemanha e da Inglaterra respirarão com alívio; — milhares e milhares de operários alemães que hoje organizam greves e manifestações que intimidam Guilherme, esse miserável e bandido, lerão em panfletos *clandestinos* a nossa decisão, a nossa confiança fraternal em Karl Liebknecht e só nele, a *nossa* decisão de lutar também *agora* contra o “defensismo revolucionário”; — lerão isto e reforçar-se-á neles o internacionalismo revolucionário.

A quem muito se deu, muito se exigirá. Não há no mundo país onde exista, *atualmente*, tanta liberdade como na Rússia. Aproveitemos esta liberdade, não para pregar o apoio à burguesia ou ao “defensismo revolucionário” burguês, mas para, de modo audacioso e honrado, proletário, à maneira de Liebknecht, *fundar a III Internacional*, uma Internacional que seja irredutivelmente hostil tanto aos traidores social-chauvinistas como aos elementos vacilantes do “centro”.

Depois do que dissemos, não é necessário gastar muitas palavras para demonstrar que nem se pode falar de uma unificação dos social-democratas da Rússia.

Antes ficarmos só dois, como Liebknecht — e isto significa ficar com o proletariado revolucionário — que abrigar sequer por um minuto a idéia de uma união com o partido do Comitê de Organização, com Tchkhéidze e Tseretelli, que toleram um bloco com Potrêssov no *Rabótchaia Gazeta*, que votam no Comitê Executivo do Soviete de deputados operários a favor do empréstimo³³, que caíram até ao “defensismo”.

Que os mortos enterrem os seus mortos.

Quem quiser *ajudar* os vacilantes deve começar por deixar ele próprio de vacilar.

Como deve ser o nome do nosso partido para ser cientificamente exato e contribuir politicamente para esclarecer a consciência do proletariado?

Passo à questão final, ao nome do nosso partido. Devemos chamar-nos *Partido Comunista*, como se chamavam Marx e Engels.

Devemos repetir que somos marxistas e que nos baseamos no *Manifesto Comunista*, deturpado e traído pela social-democracia em dois pontos principais: 1. Os operários não têm pátria: a “defesa da pátria” na guerra imperialista é uma traição ao socialismo; 2. A teoria marxista do Estado foi deturpada pela II Internacional.

O nome “social-democracia” é *cientificamente* inexato, como, aliás, Marx demonstrou repetidas vezes nomeadamente na *Crítica do Programa de Gotha*, em 1875, e como Engels repetiu, em linguagem mais popular, em 1894. Do capitalismo a humanidade só pode passar diretamente ao socialismo, isto é, à propriedade social dos meios de produção e à distribuição dos produtos segundo o trabalho de cada um. O nosso partido vê mais longe: o socialismo deverá inevitavelmente transformar-se de modo gradual em comunismo, em cuja bandeira figura este lema: “De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades”.

Tal é o meu primeiro argumento.

O segundo: a segunda parte da denominação do nosso partido (*social-democrata*) também é cientificamente inexata. A democracia é uma das formas do Estado. Entretanto nós, marxistas, somos inimigos de *qualquer* Estado.

Os dirigentes da II Internacional (1889-1914), o Sr. Plekhánov, Kautsky e quejandos aviltaram e adulteraram o marxismo.

O marxismo distingue-se do anarquismo por reconhecer a *necessidade do Estado* para a passagem ao socialismo, mas (e isto é o que o distingue de Kautsky e Cia.) não de um Estado como a república democrática burguesa parlamentar corrente, mas de um Estado como a Comuna de Paris de 1871, como os Sovietes de deputados operários de 1905 e 1917.

O meu terceiro argumento: A *vida* criou, a revolução criou *já de fato* no nosso país, ainda que em forma precária, embrionária, precisamente este novo "Estado", que não é um Estado no sentido próprio da palavra.

Isto *já* é uma questão da prática das massas, e não apenas uma teoria dos chefes.

O Estado, no sentido próprio da palavra, é o comando sobre as massas, exercido por destacamentos de homens armados separados do povo.

O nosso novo Estado *nascente* é também um Estado, pois necessitamos de destacamentos de homens armados, necessitamos da ordem *mais severa*, necessitamos de reprimir *impiedosamente* pela violência todas as tentativas da contra-revolução, tanto czarista como burguesa gutchkovista.

Mas o nosso novo Estado *nascente* não é já um Estado no sentido próprio da palavra, pois numa série de lugares da Rússia estes destacamentos de homens armados são a *própria massa*, todo o povo, e não alguém colocado acima dele, separado dele, dotado de privilégios e praticamente inamovível.

Não se deve olhar para trás, mas para a frente, não para a democracia de tipo burguês corrente, que consolidava a dominação da burguesia por meio dos velhos órgãos de administração *monárquicos*, da polícia, do exército e do funcionalismo.

É preciso olhar para a frente, para a nova democracia nascente, que deixa já de ser uma democracia, pois democracia significa dominação do povo, e o próprio povo armado não pode exercer uma dominação sobre si próprio.

A palavra democracia, aplicada ao partido comunista, não é só cientificamente inexacta. Agora, depois de março de 1917, significa uns *antolhos* postos nos olhos do povo revolucionário, e que o *impedem* de construir livremente, corajosamente e por sua própria iniciativa o novo: os Sovietes de deputados operários, camponeses e outros como *único poder* dentro do "Estado", como precursor da "extinção" de *qualquer* Estado.

O meu quarto argumento: é preciso ter em conta a situação objetiva do socialismo no mundo inteiro.

Ela não é a que existia de 1871 a 1914, quando Marx e Engels conscientemente se resignaram ao termo inexacto e oportunista: "social-democracia". Porque *então*, depois de derrotada a Comuna de Paris, a história tinha colocado na ordem do dia um trabalho lento de organização e educação. Não havia outro. Os anarquistas não só estavam (e estão) totalmente errados teoricamente, mas também econômica e politicamente. Os anarquistas apreciavam erradamente o momento, não compreendendo a situação internacional: o operário da Inglaterra corrompido pelos lucros imperialistas, a Comuna de Paris esmagada, o

movimento nacional-burguês que acabava de triunfar (1871) na Alemanha, a Rússia semifeudal dormindo um sono secular...

Marx e Engels tiveram em conta corretamente o momento, compreenderam a situação internacional, compreenderam as tarefas da aproximação *lenta* do começo da revolução social.

Compreendamos também nós as tarefas e peculiaridades da nova época. Não imitemos aqueles marxistas de meia-tigela dos quais Marx dizia: "semeei dragões, mas a colheita deu-me pulgas".

A necessidade objetiva do capitalismo, que ao crescer se converteu em imperialismo, gerou a guerra imperialista. A guerra levou toda a humanidade *à beira do abismo*, da destruição de toda a cultura, do embrutecimento e da destruição de novos milhões de homens, de inúmeros milhões.

Não há outra saída senão a revolução do proletariado.

E em tal momento, em que esta revolução começa, em que dá os seus primeiros passos, tímidos, inseguros, inconscientes, demasiado confiados na burguesia; em tal momento, a maioria (isto é verdade, isto é um fato) dos chefes "social-democratas", dos parlamentares "social-democratas", dos jornais "social-democratas" - e são precisamente tais *órgãos* que influenciam as massas -, a maioria deles *traiu* o socialismo, *atraçou* o socialismo e passou para o lado da "sua" burguesia nacional.

As massas estão confundidas, desorientadas e enganadas por *estes* chefes.

E nós iremos encorajar este engano, iremos facilitá-lo, agarrando-nos a este velho e caduco nome, tão podre já como está podre a II Internacional!

Não importa que "muitos" operários *interpretem* honestamente a social-democracia. Já é tempo de aprenderem a distinguir o subjetivo do objetivo.

Subjetivamente, estes operários social-democratas são chefes *fidelíssimos* das massas proletárias.

Mas a situação internacional objetiva é tal que o velho nome do nosso partido *facilita* o engano das massas, entrava o movimento para a frente, pois a cada passo, em cada jornal, em cada fração parlamentar, a massa *vê chefes*, isto é, homens cujas palavras têm mais ressonância e cujos atos se em de mais longe, e todos eles são "também-social-democratas", todos são "pela unidade" com os traidores do socialismo, com os social-chauvinistas, todos eles apresentam à cobrança as velhas letras assinadas pela "social-democracia"...

É os argumentos contra? "... Confundir-nos com os anarquistas-comunistas..."

É por que não tememos que nos confundam com os social-nacionais e social-liberais, com os radicais-socialistas, o partido burguês da re-

pública francesa mais avançado e mais hábil no engano burguês das massas? "... As massas habituaram-se, os operários 'apaixonaram-se' pelo seu partido social-democrata..."

Eis o único argumento, mas este é um argumento que põe de lado tanto a ciência marxista como as tarefas de amanhã na revolução, como a situação objetiva do socialismo mundial, como a bancarrota ignominiosa da II Internacional, como o prejuízo que causam ao trabalho prático os bandos de "também-social-democratas" que rodeiam os proletários.

Este é um argumento de rotina, de entorpecimento, de inércia.

Mas nós queremos reconstruir o mundo. Queremos pôr fim à guerra imperialista mundial, na qual estão envolvidos centenas de milhões de homens, à qual estão ligados os interesses de centenas e centenas de milhares de milhões de capital e à qual não se poderá pôr fim com uma paz verdadeiramente democrática sem a revolução proletária, a mais grandiosa na história da humanidade.

E temos medo de nós mesmos. Agarramos-nos à camisa suja a que estamos "habituaados" e à qual já tomamos "apego"...

Já é tempo de tirar a camisa suja, já é tempo de vestir roupa limpa.

Petrogrado, 10 de abril de 1917.

Posfácio

A minha brochura envelheceu em consequência da ruína econômica e da falta de capacidade de trabalho das tipografias de Petersburgo. A brochura foi escrita a 10 de abril de 1917, hoje estamos a 28 de maio, e ainda não saiu!

A brochura foi escrita como *projeto* de plataforma para a propaganda dos meus pontos de vista *antes* da Conferência de Toda a Rússia do nosso partido, o partido operário social-democrata da Rússia bolchevique. Copiada à máquina e distribuída em vários exemplares entre os membros do partido antes da conferência e na conferência, cumpriu, contudo, uma parte do seu trabalho. Mas, agora a conferência já se realizou de 24 a 29 de abril de 1917, as suas resoluções foram publicadas (ver o suplemento ao n.º 13 do *Soldátskaia Pravda*), e o leitor atento notará com facilidade que a minha brochura é, em muitos casos, o projeto inicial destas resoluções.

Resta-me só exprimir a esperança de que, apesar de tudo, a brochura trará algum benefício em relação a estas resoluções, à sua explicação, e depois deter-me em dois pontos.

Na p. 27, proponho que continuemos em Zimmerwald só com fins de informação. A conferência não esteve de acordo comigo neste ponto, e tive de votar contra a resolução sobre

a Internacional. Agora já se vê claramente que a conferência cometeu um erro e que o curso dos acontecimentos o emendará rapidamente. Continuando em Zimmerwald, participamos (ainda que seja contra a nossa vontade) no adiamento da criação da III Internacional; entravamos indiretamente a sua criação, por estarmos ligados ao peso morto de Zimmerwald, já ideológica e politicamente morto.

A situação do nosso partido em relação a todos os partidos operários do mundo inteiro é agora precisamente tal que *somos obrigados a fundar* imediatamente a III Internacional. Além de nós, ninguém poderá fazê-lo *agora*, e as demoras são prejudiciais. Continuando em Zimmerwald só para fins de informação, teríamos tido imediatamente as mãos livres para tal criação (e, ao mesmo tempo, poderíamos *utilizar* Zimmerwald, se as circunstâncias tornassem tal utilização possível).

Agora, pelo contrário, por causa do erro cometido pela conferência, vemo-nos obrigados a esperar passivamente pelo menos até 5 de julho de 1917 (data da convocação da conferência de Zimmerwald; e será bem bom se não for adiada *mais uma vez!* Já foi adiada uma vez...).

Mas a decisão adotada unanimemente pelo CC do nosso partido, depois da conferência e publicado no n.º 55 do *Pravda*³⁹ de 12 de maio, semicorrigiu o erro: estabeleceu que abandonaremos Zimmerwald se esta for conferenciada com ministros. Permito-me exprimir a esperança de que a segunda metade do erro será corrigida em breve, quando convocarmos a primeira conferência internacional dos "esquerdas" (da "terceira tendência", dos "internacionalistas de fato"; ver mais acima, pp. 23-25).

O segundo ponto no qual é preciso determos-nos é a formação do "ministério de coligação" em 6 de maio de 1917. A brochura *parece* neste ponto particularmente envelhecida.

De fato, precisamente neste ponto ela não envelheceu absolutamente nada. Ela baseia *tudo* na análise de classe, que temem como o fogo os mencheviques e os populistas, os quais deram 6 ministros como reféns aos 10 ministros capitalistas. E precisamente porque a brochura baseia tudo na análise de classe é que ela não envelheceu, pois a entrada de Tseretelli, Tchernov e Cia. no ministério modificou em grau *insignificante* apenas a *forma* do acordo do Soviete de Petrogrado com o governo dos capitalistas, e eu acentuei intencionalmente na brochura, na p. 8, que, "tenho em vista não tanto um acordo formal como o apoio de fato".

Cada dia está mais claro que Tseretelli, Tchernov e Cia. são precisamente apenas reféns dos capitalistas, que o governo "renovado" não quer nem pode cumprir absolutamente nenhu-

ma das suas pomposas promessas nem na política externa nem na interna. Tchernov, Tseretelli e Cia. mataram-se politicamente, revelaram-se auxiliares dos capitalistas, que de fato estrangulam a revolução, Kérenski chegou ao extremo de empregar a violência contra as massas (cf. p. 9 da brochura: "de momento, Gutchkov só ameaça empregar a violência contra a massa", enquanto Kérenski *teve* de cumprir estas ameaças...). Tchernov, Tseretelli e Cia. mataram-se politicamente a si e aos seus partidos, o menchevique e o socialista-revolucionário. O povo verá isto cada dia com maior clareza.

O ministério de coligação é apenas um momento de transição no desenvolvimento das contradições de classe fundamentais da nossa revolução, brevemente analisadas na minha brochura. As coisas não podem continuar assim muito tempo. Ou para trás, para a contra-revolução em toda a linha, ou para a frente, para a passagem do poder para as mãos de outras classes. Em tempo de revolução, em plena guerra imperialista mundial, é impossível ficar parado.

Lênin

Petersburgo, 28 de maio de 1917. 



PRIMEIRA CARTA ANÁLISE DA SITUAÇÃO ATUAL

Trotsky. In: A luta pelo poder.
Amadora, Fronteira, 1977.

O marxismo requer da nossa parte uma análise rigorosamente exata e objetivamente verificável das relações de classe e dos traços concretos característicos de cada situação histórica. Nós, bolcheviques, sempre tentamos atingir este requisito, que é absolutamente essencial para dar um fundamento científico à política.

A nossa teoria não é um dogma, mas um guia para a ação, sempre afirmara Marx e Engels, ridicularizando justamente a mera memorização e repetição de fórmulas, que, quando muito, servem apenas para traçar tarefas *gerais*, que são necessariamente modificáveis pelas condições económicas e políticas *concretas* de cada *período* particular do processo histórico.

Quais são, então, os fatos objetivos claramente verificados pelos quais o partido do proletariado revolucionário se deve agora

guiar definindo as tarefas de formas da sua atividade?

Tanto na minha primeira *Carta de Longe* (Primeiro Estádio da Primeira Revolução), publicada nos nºs 14 e 15 do *Pravda*, de 21 e 22 de março de 1917, como nas minhas teses, defino a característica específica da situação atual na Rússia como um período de *transição* do primeiro estágio da revolução para o segundo. Considerei, portanto que as palavras de ordem básica, tarefa do dia, *neste* momento deviam ser: "Operário, haveis realizado milagres de heroísmo proletário, o heroísmo do povo, na guerra civil contra o czarismo. Deveis realizar milagres de organização, organização do proletário e de todo o povo, preparar o caminho para a vossa vitória no segundo estágio da revolução" (*Pravda* nº 15)¹.

Qual é, então, o primeiro estágio?

É a passagem do poder de Estado para a burguesia.

Antes da revolução de fevereiro-março de 1917, o poder de Estado na Rússia estava nas mãos de uma classe velha: a nobreza latifundiária feudal, encabeçada por Nicholas Romanov.

Desde a revolução, o poder está nas mãos de uma classe *diferente*, uma classe nova, isto é, a *burguesia*.

A passagem do poder de Estado de uma *classe* para outra é o primeiro, o principal, sinal básico de uma *revolução*, tanto no sentido estritamente científico como político e prático do termo.

A este nível, a revolução burguesa, ou democrático-burguesa, na Rússia, está concluída.

Mas, neste ponto, ouvimos um clamor de protesto de pessoas que facilmente se autodenominam "velhos bolcheviques". Não defendemos sempre, dizem eles, que a revolução democrático-burguesa só está concluída com a "ditadura revolucionária e democrática do proletariado e campesinato"? Está a revolução agrária, que é também uma revolução democrático-burguesa, concluída? Não é um fato, pelo contrário, que *ainda nem começou*?

A minha resposta é: as palavras de ordem e idéias bolchevistas, no *seu todo*, têm sido confirmadas pela História; mas *concretamente* as coisas resultam de forma *diferente*; são mais originais, mais peculiares, mais variadas do que se podia ter esperado.

Ignorar ou subestimar este fato significaria parecer-mo-nos com esses "velhos bolcheviques", que por mais de uma vez já desempenharam tão lamentavelmente um papel na história do nosso Partido ao repetirem disparatadamente fórmulas *aprendidas de cor*, em vez de *estudarem* as características específicas da nova e viva realidade.

"A ditadura revolucionária e democrática do proletariado e campesino" já se tornou uma realidade² na Revolução Russa, uma vez que esta "fórmula" apenas considera uma *relação de classes*, e não uma *instituição* política concreta que dê seguimento a esta relação, a esta cooperação. "O Soviete de Deputados Operários e Soldados" – aí tendes a "ditadura revolucionária e democrática do proletariado e campesinato" já consumada na realidade.

Esta fórmula está já ultrapassada. Os acontecimentos transferiram-na no domínio das fórmulas para o domínio da realidade, revestiram-na de carne e osso e concretizaram-na e, *desse modo*, modificaram-na.

Temos agora pela frente uma tarefa nova e diferente: conseguir uma ruptura *no interior* desta ditadura entre os elementos proletários (os elementos antidefensistas, internacionalistas e "comunistas" que representam uma transição para a comuna) e os *pequenos proprietários* ou elementos *pequeno-burgueses* (Chkheidze, Tseretelli, Steklöv,

os Socialistas Revolucionários e outros revolucionários defensistas, que se opõem ao movimento em direção à comuna e são a favor do "suporte" da burguesia e do governo burguês).

Quem agora fala apenas de uma "ditadura revolucionária e democrática do proletariado e campesinato" está antiquado, conseqüentemente, passou-se com efeito para pequena-burguesia contra a lura da classe proletária; esses deviam ser entregues ao arquivo das antiguidades "bolcheviques" pré-revolucionárias (podemos chamar-lhe o arquivo de "velhos bolcheviques").

A ditadura revolucionária e democrática do proletariado e campesinato já se transformou em realidade, mas de uma maneira altamente original, e com um número de modificações extremamente importantes. Tratarei deles separadamente numa das minhas próximas cartas. No momento presente, é essencial apreender a incontestável verdade de que um marxista deve tomar conhecimento da vida real, dos verdadeiros fatos da realidade, e não agarrar-se a uma teoria de ontem, a qual, como todas as teorias, quando muito apenas traça o principal e o geral, apenas constitui uma aproximação para abraçar a vida em toda a sua complexidade.

A teoria, meu amigo, é cinzenta, mas verde é a árvore eterna da vida.

Tratar da questão da "realização" da revolução burguesa *à maneira antiga* é fazer do marxismo letra morta.

De acordo com a velha maneira de pensar, a regra da burguesia poderia e deveria ser *seguida* pela regra do proletariado e campesinato, pela sua ditadura.

Na vida real, contudo, as coisas *já se tornaram diferentes*; houve um extremante original *entrelaçamento mútuo*, singular e sem precedentes. Temos lado a lado coexistindo simultaneamente, a regra da burguesia (o governo de Lvov e Guchkov) e uma ditadura revolucionária e democrática do proletariado e campesinato que vai cedendo *voluntariamente* poder à burguesia, tornando-se voluntariamente um apêndice da burguesia.

Por isso, não deve ser esquecido que atualmente, em Petrogrado, o poder está nas mãos dos operários e soldados; o novo governo *não* usa e não pode usar a violência contra eles, porque *não existe* polícia, *nem* exército separado do povo, *nem* burocracia todo-poderosa *acima* do povo. Isto é um fato, o gênero de fato característico de um estado do tipo da Comuna de Paris. Este fato não se enquadra nos velhos esquemas. Devemos saber como adaptar esquemas a fatos, em vez de reiterarmos as novas palavras sem conteúdo sobre "uma ditadura do proletariado e campesinato" *em geral*.

Para lançarmos mais luz sobre esta questão, abordemo-la de outro ângulo.

Um marxista não deve abandonar o terreno da análise cuidadosa das relações de classes. A burguesia está no poder. Mas não é a massa dos camponeses *também* uma burguesia, embora de um estrato social diferente, de um gênero diferente, de um caráter diferente? De onde se conclui que *este estrato não pode* atingir o poder, “completando” assim a revolução democrático-burguesa? Porque havia de ser isto impossível?

É assim que os velhos bolcheviques muitas vezes argumentam.

A minha resposta consiste em que isso é inteiramente possível. No entanto, ao analisar uma dada situação, um marxista *não* deve partir do que é possível, mas do que é real.

E a realidade revela o *fato* de que deputados soldados e camponeses livremente eleitos se juntam livremente ao segundo, paralelo, governo, e livremente o aumentam, desenvolvem e completam. E, também livremente, *entregam* poder à burguesia – fato que de modo nenhum “contradiz” a teoria do Marxismo, porque sempre soubemos e repetidamente assinalamos, que a burguesia se mantém a si própria no poder *não* só pela força, mas também em virtude da falta de consciência de classe e de organização, pelo rotineirismo e estado oprimido das massas.

Tendo em vista esta realidade presente, é simplesmente ridículo virarmos as costas ao fato e falarmos de “possibilidades”.

É possível que o campesinato se possa apoderar de toda a terra e de todo o poder. Longe de esquecer esta possibilidade, longe de me confinar ao presente, definitiva e claramente formulo o programa agrário, tendo em conta o *novo* fenômeno, isto é, a clivagem mais profunda entre os trabalhadores rurais e os camponeses pobres por um lado, e os pequenos proprietários rurais por outro.

Mas há ainda outra possibilidade; é possível que os camponeses sigam o conselho do partido pequeno-burguês dos Socialistas Revolucionários, que cedeu à influência da burguesia, adotando uma posição defensiva, e defende que se espere pela Assembléia Constituinte, se bem que nem a data da sua convocação tenha sequer sido fixada³.

É possível que os camponeses venham a *manter* e prolongar o seu acordo com a burguesia, um acordo que agora concluíram através dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados não só formalmente, mas de fato.

Muitas coisas são possíveis. Seria um grande erro esquecer o movimento e programa agrário. Mas não seria menos errado esquecer a *realidade*, o que revela o *fato* de que um *acordo*, ou – para

usar um termo mais exato, menos legal, mas mais próprio de economia – uma *colaboração de classes* existe entre a burguesia e o campesinato.

Quando este fato deixar de o ser, quando o campesinato se separar da burguesia, se apoderar da terra e do poder sem a burguesia, isso constituirá um novo estágio da revolução democrático-burguesa, e o assunto será tratado separadamente.

Um marxista que, face à possibilidade de um tal futuro estágio, esquecesse os seus deveres no *presente*, quando o campesinato está *de acordo* com a burguesia, tornar-se-ia um pequeno-burguês, porque, na prática, estaria a pregar ao proletariado a *confiança* na pequena burguesia (“esta pequena burguesia, este campesinato, devem se separar da burguesia enquanto a revolução democrático-burguesa ainda se mantém”). Devido à “possibilidade” de um futuro tão agradável e doce, no qual o campesinato *não* seria a cauda da burguesia e os Socialistas Revolucionários, os Chkheidze, Tseretelli e Stoklov *não* seriam um apêndice do governo burguês – devido à “possibilidade” de um futuro tão agradável, estar-se-ia a esquecer do *presente desagradável*, no qual o campesinato ainda forma a cauda da burguesia e os Socialistas Revolucionários e Sociais-Democratas ainda não desistiram do seu papel de apêndice do governo burguês, com “Sua Majestade” a Oposição de Lvov.

Esta pessoa hipotética assemelhar-se-ia a um Louis Blanc adocicado ou a um kautskista açucarado, mas não seguramente a um marxista revolucionário.

Mas não estamos nós em perigo de cair no subjetivismo, de querer chegar à revolução socialista “saltando” sobre a revolução democrático-burguesa – que ainda não está concluída, nem não esgotou o movimento camponês?

Eu poderia incorrer neste erro se dissesse: “Não ao *czar*, sim a um governo *operário*.” Mas eu *não* disse isso, disse algo mais. Afirmei que *não pode haver outro* governo (exceto um governo burguês) na Rússia *que não seja* o dos Sovietes de Deputados Operários, Trabalhadores Rurais, Soldados de Camponeses. Afirmei que o poder na Rússia, agora, pode passar de Guchkov e Lvov *apenas* para estes Sovietes. E nestes Sovietes, por acaso, são os camponeses, os soldados, isto é, a pequena burguesia, quem tem preponderância, para usar um termo científico, marxista, uma caracterização classista, e não uma caracterização profissional, comum, do homem da rua.

Nas minhas teses, precavi-me seguramente a fim de não saltar sobre o movimento camponês, que não sobreviveu, ou sobre o movimento pequeno-burguês em geral contra qualquer *brincadeira* à “tomada do poder” por um governo operário, contra qualquer tipo de aventureirismo

blanquista (8); por isso referi-me concretamente à experiência da Comuna de Paris. É esta experiência, como sabemos, e como Marx provou finalmente em 1871 e Engels em 1891, exclui de todo o Blanquismo, assegura em absoluto a regra direta, imediata e inquestionável da *maioria* e da atividade das massas só até ao ponto em que a própria maioria age *conscientemente*.

Nas teses, reduzi claramente a questão a uma *luta pela influência entre os Sovietes de Deputados Operários, Trabalhadores Agrícolas, Camponeses e Soldados*. Para não deixar sombra de dúvida neste campo, por *duas vezes* salientei nas teses a necessidade de um trabalho "explicativo" paciente e persistente "adaptado às necessidades *práticas das massas*".

Ignorantes ou renegados do Marxismo, como o Sr. Plekhanov, podem gritar acerca de anarquismo, Blanquismo etc. Mas os que querem pensar e aprender não podem deixar de compreender que Blanquismo significa a tomada do poder por uma minoria, visto que os Sovietes são *reconhecidamente* a organização direta e imediata da *maioria* do povo. O trabalho confinado a uma luta pela influência *entre* estes Sovietes não pode, *não pode* mesmo, afundar-se no pântano do Blanquismo. Nem pode afundar-se no pântano do anarquismo, porque o anarquismo recusa a *necessidade de um Estado e o poder de Estado* no período de *transição* do governo da burguesia para o governo do proletariado, ao passo que eu, com uma precisão que exclui qualquer possibilidade de interpretação errada, advogo a necessidade de um Estado neste período, se bem que, em concordância com Marx e as lições da Comuna de Paris, não advogue o habitual Estado parlamentar burguês, mas um Estado *sem* um exército permanente, *sem* uma polícia oposta ao povo, *sem* uma burocracia colocada acima do povo.

Quando o Sr. Plekhanov, no seu novo jornal *Yedinstvo*, grita com todas as forças que isto é anarquismo, está apenas a dar mais uma prova da sua ruptura com o Marxismo. Desafiado por mim no *Pravda* (nº 26) a dizer-nos o que Marx e Engels ensinaram sobre o assunto em 1871, 1872 e 1875¹, o Sr. Plekhanov pode apenas manter silêncio sobre a questão em discussão e alargar insultos à maneira da burguesia enraivecida.

O Sr. Plekhanov, o ex-marxista, não conseguiu *de modo algum* compreender a doutrina marxista do Estado. A propósito, os germes desta falta de compreensão podem também ser encontrados no seu panfleto alemão sobre o anarquismo.

Vejamos agora como o camarada Y. Kamenev, no *Pravda* nº 27, formula os seus "desacordos" com as minhas teses e com os pontos de vista expressos atrás. Isto ajudar-nos-á a atingir mais claramente o seu significado.

"Quanto ao esquema geral do camarada Lênin - escreve o camarada Kamenev

-, parece-nos inaceitável, porquanto procede da suposição de que a revolução democrático-burguesa está *concluída*, e arquiteta a transformação imediata desta revolução numa revolução socialista."

Há aqui dois grandes erros.

Primeiro. A questão do "acabamento" da revolução democrático-burguesa está *apresentada* de forma errada. A questão acha-se posta de uma maneira abstrata, simples, por assim dizer, de uma só cor, que *não* corresponde à realidade objetiva. Colocar a questão *desta maneira*, perguntar *agora* "se a revolução democrático-burguesa está concluída" e *não dizer mais nada*, é impedir-se a si próprio de ver a muito complexa realidade, que tem pelo menos duas cores. Isto é na teoria. Na prática, significa render-se desamparadamente ao *revolucionarismo pequeno-burguês*.

Na verdade, a realidade mostra-nos *tanto* a passagem do poder para as mãos da burguesia (uma revolução democrático-burguesa "concluída" do tipo usual) *como*, lado a lado com o governo real, a existência de um governo paralelo que representa a "ditadura revolucionária e democrática do proletariado e campesinato". Este "segundo governo" cedeu *ele próprio* o poder à burguesia, acorrentou-se *ele próprio* ao governo burguês.

Esta realidade é coberta pela velha fórmula bolchevista do camarada Kamenev, que diz que "a revolução democrático-burguesa não está concluída"?

Não. A fórmula é obsoleta. Não serve para nada. Está morta. E é inútil tentar revivê-la.

Segundo. Uma questão prática. Quem sabe se ainda é possível, no momento presente, uma "ditadura revolucionária e democrática *especial* do proletariado e campesinato", *separada* do governo burguês, emergir na Rússia? A tática marxista não pode basear-se no desconhecido.

Mas *se* isto é ainda possível, então há um, e só um caminho para lá: uma separação imediata, resoluta e irrevogável dos elementos comunistas proletários e dos elementos pequeno-burgueses.

Por quê?

Porque toda a pequena burguesia se voltou, não por acaso, mas por necessidade, para o chauvinismo (= defensivo), para o "apoio" à burguesia, para a sua dependência, para o *medo* de ter de se governar sem ela, etc., etc.

Como pode a pequena burguesia ser "empurrada" para o poder, se agora mesmo pode tomá-lo mas *não quer*?

Isto só pode ser feito com a separação do partido proletário, Comunista, promovendo uma luta da classe proletária *livre* da timidez desses pequeno-burgueses. Só a consolidação dos proletários que estão livres da influência da peque-

na burguesia, de fato e não apenas nas palavras, pode aquecer de tal modo o chão sob os pés da pequena burguesia que esta será *obrigada*, em determinadas circunstâncias, a tomar o poder; é ainda no campo das possibilidades que Guchkov e Milykov – ainda em determinadas circunstâncias – darão pleno e único poder a Chkheidze, Tseretelli, SR e Steklov, uma vez que, no fim de contas, estes são “defensistas”.

Separar os elementos proletários dos Sovietes (isto é, o partido proletário, Comunista) dos elementos pequeno-burgueses já, imediata e irrevogavelmente, é dar uma expressão correta aos interesses do movimento em *um* de dois acontecimentos possíveis: no caso de a Rússia experimentar já uma “ditadura especial do proletariado e campesinato” independente da burguesia, e no caso de a pequena burguesia não ser capaz de romper com a burguesia e oscilar eternamente (ou seja, até o socialismo estar instalado) entre nós e ela.

Guiarmo-nos numa atividade apenas pela simples fórmula “a revolução democrático-burguesa não está concluída”, equivale a dedicarmos a garantir que a pequena burguesia é nitidamente capaz de ser independente da burguesia. Proceder assim é colocarmo-nos, em dado momento, à mercê da pequena burguesia.

A propósito, em relação à “fórmula” da ditadura do proletariado e campesinato, vale a pena referir que, em *Duas Táticas* (julho de 1905), considere importante realçar (*Doze Anos*, p. 435) o seguinte:

Como tudo o mais neste mundo, a ditadura revolucionária e democrática do proletariado e campesinato tem um passado e um futuro. O seu passado é autocracia, servidão, monarquia e privilégio... O seu futuro é a luta contra a propriedade privada, a luta do trabalhador assalariado contra o patrão, a luta pelo socialismo...

O erro do camarada Kamenev é que, mesmo em 1917, só vê o *passado* da ditadura revolucionária e democrática do proletariado e campesinato. Com efeito, o seu *futuro* já começou, uma vez que os interesses e políticas do assalariado e do pequeno proprietário já são *na realidade* divergentes, mesmo numa questão tão importante com a do “defensismo”, da atitude face à guerra imperialista.

Isto conduz-se ao segundo erro do argumento do camarada Kamenev atrás citado. Ele critica-me dizendo que o meu esquema “arquiteta a transformação imediata desta revolução (democrático-burguesa) numa revolução socialista”.

Isto é incorreto. Não só não “arquiteto” a “transformação imediata” da nossa revolução numa *socialista*, como de fato vos ponho de sobreaviso face a isso, quando na Tese n. 8 decla-

ro: “*Não é nossa tarefa imediata “apresentar” o socialismo...*”⁵

Não é claro que ninguém que advogue a transformação imediata da nossa revolução numa revolução socialista se poderia opor à tarefa imediata de introdução do socialismo?

Além disso, mesmo um “estado comunal” (isto é, um Estado organizado segundo as linhas da Comuna de Paris) *não pode* ser introduzido na Rússia “de imediato”, porque para fazê-lo seria necessário que a *maioria* dos deputados de todos (ou da maior parte) os Sovietes reconhecessem claramente toda a falsidade e prejuízo da tática e política seguida pelos SR, Chkheidze, Tseretelli, Steklov etc. Quanto a mim, declarei inequivocamente que a este respeito “baseio-me” num esclarecimento “paciente” (teremos de ser pacientes para provocar uma mudança que pode ser efetuada “de imediato”?)

O camarada Kamenev excedeu-se um tanto na sua impaciência e repetiu o preconceito burgueses acerca da Comuna de Paris ao querer introduzir o socialismo “de imediato”. Isto não é assim. A Comuna, lamentavelmente, foi muito lenta na introdução do socialismo. A verdadeira essência da Comuna não está para onde a burguesia olha habitualmente, mas na criação de um *estado* de um tipo especial. Um tal Estado *já* surgiu na Rússia, são os Sovietes de Deputados Operários e Soldados?

O camarada Kamenev não ponderou o fato, o significado dos Sovietes *existentes*, a sua identidade, no que diz respeito a tipo e caráter sociopolítico, com o Estado comunal, e em vez de estudar o fato, começou a falar sobre algo que julgo ser “construir” para o futuro “imediato”. O resultado é, lamentavelmente, uma repetição do método utilizado por muitos burgueses: desde a questão de *o que são* os Sovietes, se pertencem a um tipo *mais elevado* que uma república parlamentar, se são *mais úteis* para o povo, *mais democráticos*, *mais convenientes* para a luta, para combater, por exemplo, a escassez de cereais etc. – desta questão real, urgente e vital, a atenção é desviada para a questão vazia, pretensamente científica, mas na realidade oca e professoralmente morta de “construir uma transformação imediata”.

Uma falsa questão apresentada falsamente. “Baseio-me” *só* nisto, *exclusivamente* nisto – os operários, soldados e camponeses tratarão melhor que os funcionários administrativos, melhor que a polícia, dos difíceis problemas *práticos* de produzir mais cereais, distribuindo-os melhor e deixando os soldados mais bem abastecidos etc.,

Estou profundamente convencido de que os Sovietes farão da atividade independente das *massas* uma realidade mais depressa e efetivamente que uma república parlamentar o fará (compararei os dois tipos de Estado com maior rigor noutra carta).

Decidirão mais eferiva, prática e corretamente que *passos* podem ser dados em direção ao socialismo e como devem esses passos ser dados. O controle sobre a banca, a fusão de todos os bancos num só, *não é ainda* socialismo, mas *um passo rumo* ao socialismo. Passos como este estão hoje a ser dados na Alemanha pelos Junkers e pela burguesia contra o povo. Amanhã, o Soviete será capaz de dar estes passos com mais eficiência em benefício do povo, se todo o poder de Estado estiver nas suas mãos.

O que *obriga* a estes passos?

A fome. A desorganização econômica. O colapso iminente. Os horrores da guerra. Os horrores das feridas infligidas à Humanidade pela guerra.

O camarada Kamenev conclui o seu artigo afirmando que,

numa discussão ampla espera fazer vingar o seu ponto de vista, que é o único possível para a Social-Democracia revolucionária se deseja, e deve, conduzir até o fim o partido das massas revolucionárias do proletariado e não se tornar num grupo de propagandistas comunistas.

Parece-me que estas palavras revelam uma avaliação completamente errada da situação. O camarada Kamenev contrapõe a um "partido das massas" um "grupo de propagandistas", mas as massas sucumbiram à mania do defensismo "revolucionário". Para os internacionalistas, não está este momento a tornar-se propício para mostrarem resistir à intoxicação das "massas"; em vez de "desejarem permanecer" com as massas, isto é, sucumbirem à epidemia geral? Não vimos como em todos os países beligerantes da Europa os chauvinistas tentaram justificar-se a propósito de desejarem "permanecer com massas"? Não devemos ser capazes de permanecer durante um período na minoria contra a intoxicação das "massas"? Não é o trabalho dos propagandistas que constitui, no momento presente, o ponto-chave para desembaraçar a linha proletária da intoxicação das "massas" defensiva e pequeno-burguesa? Foi esta fusão das massas, proletárias e não proletárias, desatenta às diferenças de classe entre as massas, que constituiu uma das condições para a epidemia defensiva. Falar com desdém de um "grupo de propagandistas" reivindicando uma linha *proletária* não me parece muito apropriado.

Escrita entre 8 e 13 (21 e 26) de abril de 1917
Obras Escolhidas, vol. 24, pp. 42-54

Publicada sob a forma de panfleto em abril de 1917 por Edições Priboi, Petrogrado.

De "o colapso da segunda Internacinal"

Mas talvez os socialistas sinceros apoiassem a resolução de Basiléia ao preverem que a guerra poderia criar uma situação revolucionária, no entanto os acontecimentos contrariaram-nos, visto que a revolução se demonstrou impossível.

É por meio de sofismas como este que Cunow (no panfleto "Colapso do Partido?" e numa série de artigos) tentou justificar a sua deserção para o campo da burguesia. Os escritos de quase todos os outros sociais-chauvinistas, liderados por Kautsky, insinuam um "argumento" semelhante. As esperanças numa revolução provaram-se ilusórias, e não é objetivo de um marxista lutar por ilusões, argumenta Cunow. Este struvista, contudo, não diz uma palavra a respeito das "ilusões" que foram compartilhadas por todos os signatários do Manifesto de Basiléia. Como um homem muito justo, atribui as responsabilidades aos esquerdistas, tais como Pannekoek e Radek!

Consideremos o conteúdo do argumento de que os autores do Manifesto de Basiléia esperavam de fato o advento de uma revolução, mas foram contrariados pelos acontecimentos. O Manifesto de Basiléia afirma que: 1) a guerra criará uma crise econômica e política; 2) os operários considerarão a sua participação na guerra como um crime e criminoso qualquer "abatimento mútuo em proveito dos capitalistas, para salvar a honra das dinastias e dos tratados diplomáticos secretos", e que a guerra suscita "indignação e revolta" nos operários; 3) é dever dos socialistas tirarem proveito desta crise e do temperamento dos operários de modo a "levantar o povo e acelerar a queda do capitalismo"; 4) todos os "governos" sem exceção só podem dar início a uma guerra por "sua conta e risco"; 5) os governos "receiam a revolução proletária"; 6) os governos "deviam recordar" a Comuna de Paris (isto é, a guerra civil), a Revolução de 1905 na Rússia etc. Tudo isto são idéias perfeitamente claras; não *garantem* que a revolução venha a ocorrer, mas realçam uma caracterização precisa de *fatos e tendências*. Quem quer que declare, com respeito a estas idéias e argumentos, que a revolução antecipada se provou ilusória, revela uma atitude não marxista, mas struvista e renegada perante a revolução.

Para o marxista é incontestável que uma revolução se torna impossível sem uma situação revolucionária; mais ainda, não é qualquer situação revolucionária que conduz à revolução. Quais, falando em termos gerais, são os sintomas de uma situação revolucionária? Por certo não estaremos enganados se indicarmos os seguintes três sintomas principais: 1) Quando é impossível para as classes dominantes manterem o seu domínio sem qualquer mudança; quando há uma crise, de uma forma ou de outra, entre as "classes mais elevadas", uma crise na política da classe dominante que conduza a uma fenda por onde o descontentamento e indignação das classes oprimidas possa irromper. Para que uma revolução tenha lugar, habitualmente é insuficiente que "as classes mais baixas não queiram" viver à maneira antiga. 2) Quando o sofrimento e o querer das classes oprimidas tiverem atingido um estado

mais agudo que o habitual. 3) Quando, em consequência das causas anteriores, se regista um considerável aumento na atividade das massas, que em "tempo de paz" se deixam roubar sem se queixarem, mas, nos tempos conturbados, são arrastados por todas as circunstâncias da crise e pelas próprias "classes mais elevadas" para a ação histórica independente.

Sem estas mudanças objetivas, que são independentes da vontade, não só de grupos de indivíduos e partidos mas também de classes, uma revolução, regra geral, é impossível.

À totalidade destas mudanças objetivas damos o nome de situação revolucionária. Uma situação desta existiu em 1905 na Rússia e em todos os períodos revolucionários no Ocidente; mas também existiu na Alemanha nos anos 60 do século passado e na Rússia e em 1858-61 e 1879-80, embora nenhuma revolução se tenha verificado nestes exemplos. Por quê? Porque não é qualquer situação revolucionária que dá origem à revolução; esta só resulta de uma situação em que as mudanças objetivas atrás referidas sejam acompanhadas por uma mudança subjetiva, nomeadamente, a habilidade da classe revolucionária para tomar uma ação revolucionária de massas suficientemente forte para despedaçar (ou desorganizar) o antigo governo, o qual nunca, mesmo num período de crise, "cai", se não for derrubado.

Estas são as óticas marxistas sobre a revolução, óticas que se desenvolveram muitas, muitas vezes, que foram aceitas como indiscutíveis por todos os marxistas, e para nós, russos, corroboradas de uma maneira admirável pela experiência de 1905. Que conclui, então, o Manifesto de Basileia a este respeito em 1912, e o que aconteceu em 1913-15?

Concluiu que uma situação revolucionária, que rapidamente descreveu como "uma crise económica e política", surgiria. Surgiu uma tal situação? Sem dúvida que sim. O social-chauvinista Lensch, que defende o chauvinismo com mais ingenuidade, mais pública e honestidade que os hipócritas Cunow, Kautsky, Plekhanov & Cia., foi suficientemente longe para dizer: "Aquilo por que estamos a passar é uma espécie de revolução" (p. 6 do seu panfleto *A Social-Democracia Alemã e a Guerra*, Berlim, 1915). Existe uma crise política; nenhum governo sabe o que o espera no dia seguinte, nenhum se sente seguro contra o perigo de colapso financeiro, perda de território ou expulsão do seu país (como aconteceu ao governo belga). Todos os governos descansam sobre um vulcão; eles próprios exigem às massas que mostrem a iniciativa e heroísmo. Todo o regime político da Europa foi abalado, e dificilmente alguém negará que entramos (e estamos a entrar cada vez mais profundamente – estou a escrever isto no dia da declaração de guerra da Itália) num período de grandes convulsões políticas. Quando,

dois meses após a declaração de guerra, Kautsky escreveu [2 de Outubro de 1914, em *Die Neue Zeit*] que "que nunca um governo é tão forte e nunca os partidos são tão fracos como na eclosão de uma guerra", tínhamos uma amostra da falsificação da ciência histórica que ele perpetrou para agradar aos Sudekums e outros oportunistas. Em primeiro lugar, nunca os governos têm tanta necessidade de acordo com todos os partidos das classes dominantes, ou da submissão "pacífica" das classes oprimidas a esse domínio, como em tempo de guerra. Em segundo, ainda que "no começo de uma guerra", e particularmente num país que aguarda uma vitória rápida, o governo pareça todo-poderoso, ninguém se prendeu a esperanças de uma situação revolucionária exclusivamente com o "começo" de uma guerra, e muito menos nunca ninguém identificou o "aparente" com o real.

Era geralmente sabido, verificado e admitido que uma guerra europeia seria mais dura que qualquer guerra do passado. Isto está a ser demonstrado, mais que nunca, pela experiência da guerra. A conflagração aumenta; os alicerces políticos da Europa estão a ser abalados cada vez mais; o sofrimento das massas é terrível, os esforços dos governos, da burguesia e dos oportunistas para abafar este sofrimento provam-se cada vez mais fúteis. Os proveitos da guerra obtidos por determinados grupos de capitalistas são monstruosamente elevados, e as contradições estão a tornar-se extremamente agudas. A indignação latente das massas, o vago desejo dos oprimidos da sociedade e das camadas ignorantes de uma paz bondosa ("democrática"), começo do descontentamento entre as "classes mais baixas" – tudo isto são fatos. Quanto mais a guerra se arrasta e mais aguda se torna, mais os próprios governos incentivam – e devem incentivar – a atividade das massas, a quem invocam para fazer um extraordinário esforço e sacrifício. A experiência da guerra, como a experiência de qualquer crise histórica, de qualquer grande calamidade e mudança repentina na vida humana, atordoia e faz vergar algumas pessoas, mas ilumina e prepara outras.

Em termos gerais, e considerando a história do mundo como um todo, o número e força do segundo gênero de pessoas demonstrou-se maior – com exceção dos casos individuais de declínio e queda de um Estado ou outro – que o das do gênero anterior.

Longe de pôr termo a todo este sofrimento e a todo este realce de contradições, a conclusão da paz, em muitos casos, tornará esse sofrimento mais profunda e imediatamente sentido pela maioria das massas mais atrasadas da população.

Numa palavra, uma situação revolucionária prevalece na maior parte dos países avançados e nas grandes potências da Europa. A este respeito,

a profecia do Manifesto de Basileia foi confirmada *por inteiro*. Negar esta verdade, direta ou indiretamente, ou ignorá-la, como fizeram Cunow, Plekhanov, Kautsky & Cia., significa dizer uma grande mentira, enganar a classe operária e servir à burguesia. No *Sotsial-Demokrat* (nº 34, 40 e 41), apontamos fatos que provam que os que *temem* a revolução – sacerdotes cristãos pequeno-burgueses, os Estados-maiores e os jornais dos milionários – são obrigados a admitir que existem sintomas de uma situação revolucionária na Europa.

Irá esta situação durar muito tempo? Irá tornar-se mais aguda? Conduzirá à revolução? É algo que não sabemos e que ninguém pode saber. A resposta só pode ser fornecida pela *experiência* conseguida durante o desenvolvimento do sentimento revolucionário e a passagem para a ação revolucionária pela classe avançada, o proletariado. Não se poderá falar a este respeito de “ilusões” no seu repúdio, desde que nenhum socialista tenha garantido que esta guerra (e não a próxima), que a presente situação revolucionária (e não a de amanhã) produzirá uma revolução. O que estamos a discutir é o dever incontestável e fundamental de todos os socialistas – o de

revelarem às massas a existência de uma situação revolucionária, explicar o seu alcance e profundidade, despertar a consciência e determinação revolucionárias do proletariado, ajudá-lo a passar à ação revolucionária e formar, para esse fim, organizações ajustadas à situação revolucionária.

Nunca qualquer socialista influente ou responsável se atreveu a duvidar de que este é o dever dos partidos socialistas. Sem espalhar e acalentar as menores “ilusões”, o Manifesto de Basileia falou especificamente deste dever dos socialistas – levantar e preparar o povo (e não embalá-lo com chauvinismo, como fizeram Plekhanov, Axelrod e Kautsky), tirar proveito da crise para *acelerar* a queda do capitalismo, e guiar-se pelos *exemplos* da Comuna e de outubro-dezembro de 1905. A atual incapacidade dos partidos para desempenharem esse dever significa a sua traição, morte política, renúncia ao seu papel e deserção para o lado da burguesia.

Publicada em setembro de 1915 no jornal *Kommunist*, nº 1-2, Genebra Assinado: *N. Lênini* Escrita na segunda metade de maio e primeira metade de junho de 1915. *Obras Escolhidas*, vol. 21, pp. 212-217. 

Notas

- 1 Ver Lênin, *Obras Escolhidas*, vol. 23, pp. 306-07. – (Ed.).
- 2 Numa certa forma e até certo ponto.
- 3 Para que as minhas palavras não sejam mal interpretadas, direi de imediato que sou terminantemente a favor de os Sovietes de Trabalhadores Rurais e Camponeses se apoderarem imediatamente de toda a terra; mas eles próprios devem observar a mais rigorosa ordem e disciplina, não permitir o mínimo dano nas máquinas, estruturas ou gado, e em caso algum desorganizar as produções agrícola e cerealífera, mas antes desenvolvê-las, porque os soldados necessitam do *dobro* de comida, e o povo não pode passar fome.
- 4 Ver Lênin, *Obras Escolhidas*, vol. 24, “As Tarefas do Proletariado na Revolução Atual”, p. 26. – (Ed.).
- 5 Ver Lênin, *Obras Escolhidas*, vol. 9, pp. 84-85. – (Ed.)



SEGUNDO CONGRESSO DE TODA A RÚSSIA DOS SOVIETES DE DEPUTADOS OPERÁRIOS E SOLDADOS

Lênin. Obras completas
Tomo XXVII. Madri, Akal Editor, 1977.
Tradução de Júlia Souza Ayerbe.

Publicado: o chamado "Aos operários, aos soldados e aos camponeses" na *Rabochi i Soldat*, número 9 do dia 26 de outubro (8 de novembro) de 1917; os informes sobre a paz e sobre a terra e as palavras finais do informe sobre a paz em *Pravda*, número 171 e *Izvestia do CEC*, número 209 do dia 10 de novembro (28 de outubro) de 1917; o decreto sobre a paz em *Pravda*, número 208 do dia 9 de novembro (27 de outubro) de 1917; o decreto sobre a terra em *Pravda*, número 171 e *Izvestia do CEC*, número 209 do dia 10 de novembro (28 de outubro) de 1917; o decreto sobre a formação do governo operário e camponês em *Rabochi i Soldat*, número 10 do dia 27 de outubro (9 de novembro) de 1917.

Publica-se: o chamado e o decreto de acordo com o texto *Rabochi i Soldat*; o informe sobre a paz e sobre a terra e as palavras finais do informe sobre a paz, de acordo com o texto de *Pravda*;

os decretos sobre a paz e sobre a terra de acordo com o texto de *Izvestia do CEC*.

Aos operários, aos soldados e aos camponeses!

Inaugurou-se o Segundo Congresso de toda a Rússia dos Sovietes e deputados camponeses. Nele, está representada a imensa maioria dos Sovietes. Também estão presentes muitos delegados dos Sovietes camponeses. A plenipotência do CEC conciliador¹ terminou. Respalçado pela vontade da imensa maioria dos operários, dos soldados e dos camponeses, respaldado pela insurreição vitoriosa dos operários e da guarnição de Petrogrado, o Congresso toma em suas mãos o poder.

O governo provisório foi derrubado, e a maioria dos seus membros já foi detida.

O poder dos soviets irá propor a todas as nações uma imediata paz democrática e um armistício imediato em todas as frentes. O traspasso será ga-

rantido sem indenização da terra dos latifundiários, da coroa e dos monastérios aos comitês camponeses, defenderá os direitos dos soldados implantando a democracia total no exército. Implantará o controle operário sobre a produção; assegurará a convocação da Assembléia Constituinte na data estabelecida; preocupar-se-á em abastecer as cidades de pão, e as aldeias, de artigos de primeira necessidade; garantirá a todas as nações que povoam a Rússia o verdadeiro direito à autodeterminação.

O congresso decreta: todo o poder local deve ser passar ao Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses, que devem garantir a ordem verdadeiramente revolucionária.

O congresso convoca os soldados das trincheiras a serem vigilantes e firmes. O Congresso dos Sovietes está convencido de que o exército revolucionário saberá defender a revolução contra todos os ataques do imperialismo, até que o novo governo consiga obter uma paz democrática, que será proposta diretamente a todos os povos. O novo governo tomará todas as medidas necessárias para abastecer ao Exército revolucionário, mediante uma enérgica política de confiscos e impostos às classes proprietárias; melhorará também a situação das famílias dos soldados.

Os kornilovistas - Kérenski, Kledin e outros - tentam enviar tropas contra Petrogrado. Vários destacamentos que Kérenski havia deslocado de maneira equívoca passaram ao povo insurreccionado.

Soldados, oponham resistência ativa ao kornilovista Kérenski! Em guarda!

Ferrovários, detenham todos os trens com tropas enviadas por Kérenski contra Petrogrado!

Soldados, operários, empregados, a sorte da revolução e a sorte da paz democrática está na mão de vocês!

Viva a revolução!

O congresso russo dos Sovietes de deputados operários e soldados.

Delegados dos Sovietes camponeses.

Escrito dia 25 de outubro (7 de novembro) de 1917.

Informe sobre a paz 26 de outubro (8 de novembro)

O problema da paz é um problema candente - o grande problema do momento. Muito se falou e se escreveu sobre o tema, e todos vocês, sem dúvida, já o discutiram muitas vezes. Permitam-me ler uma declaração que fará público o governo por vocês eleito.

Decreto sobre a paz

O governo operário e camponês, surgido da revolução de 24 e 25 de outubro e que se apóia nos Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses, convoca a todos os povos beligerantes e seus governos a iniciar negociações imediatas para uma paz justa e democrática.

Por uma paz justa e democrática, pela qual suspira a esmagadora maioria da classe operária e dos trabalhadores de todos os países beligerantes², esgotados, atormentados e sufocados pela guerra, uma paz que os operários e camponeses russos vêm reclamando categórica e insistentemente desde o desmoronamento da monarquia czarista. Por uma tal paz, o governo entende uma paz imediata, sem anexações (ou seja, sem conquistas de territórios alheios, sem a incorporação violenta de nações estrangeiras) e sem indenizações.

O governo da Rússia propõe que uma paz deste tipo seja aceita imediatamente por todas as nações beligerantes, e declara-se disposto a tomar agora, sem demoras, todas as medidas necessárias, até a ratificação definitiva de todas as condições para uma paz semelhante, por assembléias autorizadas dos representantes do povo de todos os países e de todas as nações.

De acordo com o sentido de justiça dos democratas em geral e das classes trabalhadoras em particular, o governo entende por anexação ou conquista de territórios alheios toda a incorporação de um Estado grande e poderoso - de uma nação pequena ou fraca - sem seu desejo ou seu consentimento, clara e livremente expressado por essa nação, com independência da época em que haja tido lugar essa incorporação violenta, com independência do grau de civilização ou de atraso da nação anexada pela força de um dado Estado, ou mantida à força dentro de seus limites; e independentemente, em último lugar, de tal nação se encontrar na Europa ou em longínquos países ultramarinos.

Se uma nação qualquer é mantida à força dentro dos limites de um Estado, se, mesmo com seu expreso desejo - não importa se expressado na imprensa, em reuniões públicas, nas resoluções dos partidos ou em protestos e insurreições contra a opressão nacional -, não se lhe concede o direito de decidir as formas de seu regime estatal por votação livre. Realizada após a total retirada das tropas da nação conquistadora ou, em geral, mais poderosa e sem exercer a menor pressão, semelhante incorporação é uma anexação, ou seja, conquista e violência.

O governo considera que continuar esta guerra pela divisão entre as nações fortes e ricas das nações fracas por elas conquistadas é o maior crime contra a humanidade, e proclama solenemente sua resolução de assinar imediatamente as condições de paz que ponham fim a essa guerra,

nas condições indicadas, que são justas por igual para todas as nacionalidades sem exceção.

O governo declara, ao mesmo tempo, que de nenhum modo considera como um ultimato as condições de paz antes mencionadas; em outras palavras, que está disposto a considerar quaisquer outras condições de paz, e insiste apenas em que sejam apresentadas o mais rapidamente possível por qualquer país beligerante, e que nas proposições de paz, deve haver absoluta claridade e total ausência de ambigüidades e segredos.

O governo suprime a diplomacia secreta e manifesta sua firme intenção de levar a cabo todas as negociações abertamente, à vista de todo o povo; imediatamente, procederá a publicar de forma completa os tratados secretos, apoiados ou concertados pelo governo de latifundiários e capitalistas desde fevereiro até 25 de outubro de 1917. O governo proclama a anulação incondicional e imediata de todas as cláusulas destes tratados secretos que tendam, como acontece na maioria dos casos, a proporcionar vantagens e privilégios aos latifundiários e aos capitalistas russos, e à retenção ou ampliação das anexações realizadas pelos grandes russos.

Ao propor aos governos e aos povos de todos os países iniciar imediatamente negociações públicas de paz, o governo, por sua parte, manifesta sua disposição a realizar estas negociações por escrito, por telégrafo ou mediante negociação entre os representantes dos diferentes países, ou em uma conferência destes representantes. Com o objetivo de facilitar essas negociações, o governo designa seu representante plenipotenciário frente aos países neutros.

O governo propõe a todos os governos e povos de todos os países beligerantes, um armistício imediato e, por sua parte, considera conveniente que este armistício seja acordado em um período de até três meses, ou seja, um período suficientemente longo para permitir o término das negociações de paz com a participação dos representantes de todos os povos e nações, sem exceção, comprometidos na guerra ou obrigados a nela participar, e a convocação de assembleias autorizadas de representantes de povos de todos os países para a ratificação definitiva das condições de paz.

Ao dirigir esta proposição de paz aos governos e aos povos de todos os países beligerantes, o governo provisório operário e camponês da Rússia dirige-se, em particular, também aos operários com consciência de classe das três nações mais adiantadas da humanidade, dos três Estados mais importantes que participam na guerra atual: Inglaterra, França e Alemanha. Os operários destes três países prestaram os maiores serviços à causa do progresso e do socialismo; proporcionaram os magníficos exemplos do movimento cartista³ na

Inglaterra, de uma série de revoluções de importância histórica realizada pelo proletariado francês e por último, da luta heróica contra a lei de exceção na Alemanha, e o trabalho prolongado, tenaz e disciplinado de criar organizações proletárias de massas na Alemanha, trabalho que serve de exemplo para os operários de todo o mundo. Todos esses exemplos de heroísmo proletário e de atividade criadora histórica são uma garantia de que os operários dos países mencionados compreenderão o dever que hoje enfrentam de liberar a humanidade dos horrores da guerra e de suas conseqüências, de que estes operários, com sua atividade múltipla, decidida, abnegada e enérgica, nos ajudarão a concertar a paz com êxito, e ao mesmo tempo, a liberar as massas trabalhadoras e exploradas de toda forma de escravidão e de toda forma de exploração.

O governo operário e camponês, criado pela revolução de 24 e 25 de outubro, e que se apóia nos Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses, deve iniciar imediatas negociações de paz. Nosso chamado deve ser dirigido aos governos e aos povos. Não podemos ignorar os governos, porque ele postergaria a possibilidade de concertar a paz, e um governo popular não pode se atrever a fazê-lo. Mas não temos o direito de não nos dirigir, ao mesmo tempo, aos povos. Em todas as partes, existem desacordos entre governo e povo, e por isso devemos ajudar aos povos a intervir nos problemas da guerra e da paz. Insistiremos, naturalmente, em todo nosso programa de paz, sem anexações ou indenizações. Não nós afastaremos dele, mas não devemos dar aos nossos inimigos a possibilidade de dizer que suas condições diferem das nossas e que, por conseguinte, seria inútil começar uma negociação conosco. Sim, devemos privar-lhes dessa posição vantajosa e não apresentar nossas condições em forma de ultimato. Por isso, inclui-se um ponto que sinaliza que estamos dispostos a considerar todas as condições de paz, todas as proposições. Consideremo-as, mas isso não significa necessariamente que as aceitaremos. Vamos submetê-las à consideração da Assembléia Constituinte, que terá plenos poderes para decidir quais concessões se podem fazer e quais não. Combatemos o engano dos governos que, de palavra, falam de paz e de justiça, mas que na realidade, livram guerras de conquista e de roubo. Nenhum governo dirá tudo o que pensa. Estamos, sem dúvida, contra a diplomacia secreta e atuaremos abertamente, à vista de todo o povo. Não fecharemos os olhos diante das dificuldades e nunca o fizemos. A guerra não pode terminar renunciando a si mesma; não pode terminar unilateralmente. Propomos um armistício de três meses, mas não recusaremos um período mais breve, a fim de que, mesmo que seja por pouco tempo, o exército exausto possa respirar livremente; ademais, em todos os

países civilizados, devem-se convocar assembléias populares para a discussão das condições da paz.

Ao propor um armistício imediato nos dirigimos aos operários com consciência de classe dos países que tanto têm feito pelo desenvolvimento do movimento proletário. Dirigimo-nos aos operários da Inglaterra, onde existiu o movimento cartista; aos operários da França, que se demonstraram, em repetidas insurreições, todo o vigor de sua consciência de classe; aos operários da Alemanha, que lutaram contra a lei anti-socialista e criaram poderosas organizações.

No manifesto do dia 14 de março, chamávamos a derrocar os banqueiros⁴; mas não os nossos próprios banqueiros, nos aliamos a eles. Agora derrocamos o governo dos banqueiros.

Os governos e a burguesia farão todos os esforços possíveis para unir suas forças e afogar em sangue a revolução operária e camponesa. Mas três anos de guerra são um bom ensinamento para as massas: o envolvimento dos soviets em outros países, a revolta da frota alemã, que foi esmagada pelos *junkers* do verdugo Guilherme II. Devemos lembrar, por último, que não vivemos no centro da África, senão na Europa, onde as notícias se difundem com rapidez.

O movimento operário triunfará, e preparará o terreno para a paz e o socialismo. (Aplausos prolongados e clamorosos.)

Palavras finais após o debate do informe sobre a paz 26 de outubro (8 de novembro)

Não me deterei no caráter geral da declaração. O governo que este congresso estabelecerá poderá modificar pontos substanciais.

Opor-me-ei resolutamente a dar à nossa proposição de paz o caráter de ultimato. O ultimato poderia resultar funesto para toda a nossa causa. Não podemos exigir tal coisa, porque a mais insignificante divergência com nossas exigências por parte dos governos imperialistas, brindar-lhes-ia a oportunidade de dizer que não foi possível estabelecer negociações de paz devido à nossa intransigência.

Enviaremos nosso chamado a todas as partes e o faremos conhecer a todo o mundo. Será impossível ocultar as condições propostas pelo nosso governo operário e camponês.

Será impossível ocultar nossa revolução operária e camponesa, que derrocou o governo dos banqueiros e dos latifundiários.

Os governos poderiam negar-se a responder ao ultimato; eles deverão contestar o texto tal como o formulamos. Que todos saibam o que pensam seus governos. Não queremos segredos. Queremos que o governo esteja sempre submetido ao controle da opinião pública do seu país.

Que diria o camponês de alguma remota cidade do interior se, devido a nossa insistência

em apresentar um ultimato, não toma conhecimento do que quer outro governo qualquer? "Camaradas - nos dirá -, por que excluíram toda possibilidade de que se proponham outras condições de paz? Eu as haveria examinado, as haveria estudado e depois haveria dado um mandato aos meus representantes na Assembléia Constituinte sobre como proceder. Estou disposto a lutar com métodos revolucionários para conseguir condições justas, se os governos não estão de acordo; mas pode ocorrer que, em alguns países, sejam apresentadas condições tais que estou disposto a propor aos seus governos que continuem lutando. A total realização de nossas aspirações dependem unicamente da derrocada de todo o sistema capitalista." Isso é o que nos poderia dizer o camponês, e nos acusaria de intransigência em questões insignificantes, quando o essencial para nós é descobrir toda a infâmia, toda a ignomínia da burguesia e de seus verdugos coroados ou não coroados que encabeçam aos governos.

Não podemos e nem devemos dar aos governos a possibilidade de se esconder por detrás de nossa atitude intransigente e de ocultar aos povos por que os mandam ao matadouro. Isto não é mais que uma gota d'água, mas não podemos, nem devemos renunciar a essa gota, que perfurará a rocha da política burguesa de conquistas. Um ultimato faria com que a situação de nossos adversários fosse mais fácil. Mas nós faremos o povo conhecer todas as condições. Enfrentaremos a todos os governos com nossas condições, e que respondam ante seus próprios povos. Submeteremos todas as proposições de paz à decisão da Assembléia Constituinte.

Existe outro ponto, camaradas, ao que devem prestar a maior atenção. Os tratados secretos devem ser publicados. As cláusulas referentes às anexações e às indenizações devem ser anuladas. Existem diversas cláusulas, camaradas, porque os governos rapinantes não se punham de acordo só sobre os saques; em seus tratados, figuravam também tratados econômicos e diversas cláusulas sobre as relações de boa vizinhança.

Não nos deixaremos enredar pelos tratados. Recusaremos todas as cláusulas referentes a saques e violência, mas aceitaremos, com satisfação, todas as que contenham disposições para o estabelecimento de relações de boa vizinhança e todos os tratados econômicos - isso não podemos rejeitar. Propomos um armistício de três meses; fixamos um longo prazo, porque os povos estão esgotados, os povos anseiam descansar desta carnificina que já dura mais de três anos. Devemos compreender que se deve dar aos povos a possibilidade de discutir as condições de paz, de manifestar sua vontade por meio de seus parlamentos, e que tudo isso leva tempo. Exigimos um longo armistício, para que os soldados que estejam nas trincheiras saiam do pesadelo de constantes as-

sassinatos, mas não rejeitaremos proposições de um armistício mais curto; iremos discuti-las e estamos incumbidos de aceitá-las, mesmo que nos seja proposto um armistício de um mês e meio. Tampouco a nossa proposição de armistício deve ter o caráter de ultimato, pois não devemos dar aos nossos inimigos a possibilidade de ocultar toda a verdade aos povos com o pretexto de nossa intransigência. Não deve ter caráter de ultimato, porque o governo que não quer um armistício é um governo criminoso. Se damos à nossa proposição de armistício o caráter de ultimato, com isso demonstraremos aos povos que os governos são criminosos, e os povos não terão cerimônias com semelhantes criminosos. Parece-nos que, se não apresentamos um ultimato, daremos mostras de debilidade, mas já é hora de deixar de lado toda a hipocrisia burguesa ao falar da força do povo. Segundo a concepção burguesa, existe força quando os povos vão cegamente à carnificina, obedecendo às ordens dos governos imperialistas. A burguesia não reconhece um Estado como forte, senão quando esse pode, fazendo uso de todo o poder do aparelho governamental, lançar o povo aonde desejam lança-lo seus governantes burgueses. Nossa concepção de força é diferente. Nós acreditamos que um Estado é forte quando o povo tem consciência política. É forte quando as massas se interam de tudo, podem formar opinião e fazer tudo conscientemente. Não devemos ter medo de dizer a verdade sobre nosso cansaço, pois, que Estado não está hoje cansado, que povo não fala disso abertamente? Tomemos a Itália onde o cansaço produziu um prolongado movimento revolucionário, que exigia o término da matança. Não vemos na Alemanha manifestações operárias de massa que exigem o término da guerra? Não foi o cansaço o que provocou a sublevação da frota alemã, brutalmente reprimida pelo verdugo Guilherme e por seus lacaios? Se podem ocorrer tais feitos em um país tão disciplinado como Alemanha, onde já começam a falar de cansaço e de pôr fim à guerra, nós não temos por que temer falar disso abertamente, porque é verdade, é tão verdade para nós como para todos os países beligerantes, e inclusive para os não beligerantes.

Informe sobre a terra 26 de outubro (8 de novembro)

Sustentamos que a revolução provou e demonstrou quão importante é tratar com clareza o problema da terra. O estopim da revolução armada, da segunda revolução, a de Outubro, prova claramente que há de se entregar a terra aos camponeses. O governo que foi derrubado e os partidos conciliadores dos mencheviques e socialistas revolucionários cometeram um crime ao adiar, sob diversos pretextos, a solução do problema da terra, e com eles levaram o país ao caos econômico e a um levantamento camponês. Suas palavras sobre progroms e anarquia no cam-

po soam falsas, covardes e enganosas. Quando e onde os progroms e a anarquia foram provocados por medidas sensatas? Se o governo tivesse atuado de maneira sensata e se suas medidas tivessem respondido às necessidades dos camponeses pobres, existiria inquietude entre as massas camponesas? Mas todas as medidas do governo, aprovadas pelos soviets de Avxéntiev e Dan, eram dirigidas contra os interesses dos camponeses e os obrigou ao levante.

Depois de provocar o levante, o governo começou uma gritaria sobre progroms e anarquia, do qual era o único responsável. Queria reprimir a sangue e fogo, mas o mesmo foi varrido pela insurreição armada dos soldados, dos marinheiros e dos operários revolucionários. O governo da revolução operária e camponesa deve resolver, em primeiro lugar, o problema da terra que levará à tranqüilidade e dará satisfação às grandes massas de camponeses pobres. Lerei a vocês os artigos do decreto que deve promulgar nosso governo dos soviets. Num dos artigos deste decreto, foi incorporado o mandato aos comitês agrários, elaborado sobre a base dos 242 mandatos dos soviets locais de deputados camponeses.

Decreto sobre a terra

1) Fica abolida no ato, sem nenhuma indenização, a propriedade do latifundiário sobre a terra.

2) As propriedades, assim como todas as terras da coroa, dos monastérios e da Igreja, como todo seu gado, ferramentas de cultivo, construções e todos seus pertences serão postos à disposição dos comitês agrários comerciais e dos soviets de deputados camponeses de distrito, até que se reúna a Assembléia Constituinte.

3) Qualquer dano inferido aos bens confiscados, que desde esse momento pertencem a todo o povo, será considerado um grave delito, que será castigado pelos tribunais revolucionários. Os soviets de deputados camponeses de distrito adotarão as medidas necessárias para assegurar a ordem mais rigorosa durante o confisco das propriedades dos latifundiários, para determinar a extensão das propriedades e estabelecer quais devem ser confiscadas, para realizar um inventário exato de todos os bens confiscados e para proteger com maior rigor revolucionário todas as explorações agrícolas transferidas ao povo, com todas as construções, ferramentas de cultivo, gado, previsões etc.

4) Para a realização das grandes transformações agrárias, até que a Assembléia Constituinte tome uma resolução definitiva, deve servir de guia em todas as partes o seguinte mandato camponês, preparado pela redação de *Izvestia do Soviet de deputados camponeses de toda a Rússia* sobre a base dos 242 mandatos camponeses local,

e publicado no número 88 do dito periódico (Petrogrado, num. 88, 19 de agosto de 1917).

Mandato camponês sobre a terra

O problema da terra, em toda sua extensão, só pode ser resolvido pela Assembléia Constituinte Nacional.

A solução mais justa para o problema da terra deve ser a seguinte:

1) Será abolido para sempre o direito à propriedade privada sobre a terra; a terra não poderá ser vendida, comprada, arrendada, hipotecada ou transferida de forma alguma.

Todas as terras do Estado, da coroa, de instituições oficiais, dos monastérios, da igreja, terras de possessão⁶ dos primogênitos, da propriedade privada, pública e dos camponeses etc., serão confiscadas sem indenização, e se converterão em propriedade do povo e passarão a ser usufruídas por aqueles que nela trabalham.

Das pessoas prejudicadas por esta transformação do regime de propriedade, será reconhecido o direito de socorro público só durante o tempo necessário para a adaptação às novas condições de vida.

2) Todas as riquezas - minerais, petróleo, carvão, sal, etc. -, assim como os bosques e as águas de importância nacional, serão de usufruto exclusivo do Estado. Todos os pequenos rios, lagos, bosques etc. serão de usufruto das comunidades rurais e serão administrados pelos organismos de governo local autônomo.

3) As terras onde se pratica agricultura de alto nível técnico: hortas, plantações, sementeiros, viveiros, estufas etc., não serão divididos, senão convertidos em fazendas-modelo e entregues, para usufruto exclusivo, ao Estado ou às comunidades rurais, segundo a extensão ou a importância das mencionadas terras.

Os terrenos que rodeiam as casas, nas cidades e nas aldeias, com seus jardins e hortas, ficarão reservados ao uso de seus atuais proprietários, devendo ser estabelecido por lei a extensão dos prédios e o imposto a ser pago por seu usufruto.

4) Os criadores de cavalos, gado, aves de curral de raça, do governo ou privados, serão confiscados, converter-se-ão em propriedade de todo o povo, e passarão ao usufruto exclusivo do Estado ou das comunidades rurais, segundo sua extensão e importância.

O problema da indenização será examinado pela Assembléia Constituinte.

5) Todo o gado e as ferramentas de cultivo dos fundos confiscados passarão, sem indenização, ao uso exclusivo do Estado ou das comunidades rurais, segundo sua extensão ou importância.

As ferramentas de cultivo dos camponeses com pouca terra não serão confiscadas.

6) O direito ao usufruto da terra será acordado com todos os cidadãos (sem distinção de sexo) do Estado Russo que a desejem cultivar com suas próprias mãos, com a ajuda de seus familiares ou em sociedade com outros, mas só enquanto estiverem em condições de cultivá-la. Não será permitido o trabalho assalariado.

Em caso de incapacidade física ocasional de qualquer membro da comunidade rural que se prolongue durante dois anos, a comunidade rural deverá ajudar-lhe durante esse período, cultivando coletivamente em sua terra, até que possa voltar a trabalhar.

Os camponeses que, por sua avançada idade ou sua saúde debilitada, estiverem permanentemente incapacitados e não puderem cultivar a terra pessoalmente, perderão o direito a usufruí-la, mas receberão em troca uma pensão do Estado.

7) O usufruto da terra deve ser igualitário, ou seja, a terra será repartida entre os trabalhadores a partir de uma norma de trabalho ou de uma norma de consumo, de acordo com as condições locais.

Não haverá absolutamente nenhuma restrição nas formas de usufruto da terra: familiar, fazenda, comunal ou cooperativa, segundo a decisão das diferentes aldeias e povos.

8) Ao ser transferida, toda terra passará a formar parte do fundo agrário nacional. Sua distribuição entre os trabalhadores ocorrerá por conta dos organismos do governo autônomo local e central, desde as comunidades rurais e urbanas, democraticamente organizadas - nas quais não existem diferenças de estamento - até as instituições regionais centrais.

O fundo agrário terá redistribuições periódicas, de acordo com o crescimento da população e com a elevação da produtividade e o nível técnico da agricultura,

No caso de modificação dos limites das parcelas, o núcleo original ficará intacto.

A terra abandonada pelos membros da comunidade voltará para o fundo agrário. Será dado direito preferencial sobre essas terras aos parentes mais próximos dos membros que a abandonam ou a pessoas designadas por esses últimos.

O custo dos abonos e das melhoras (melhoras radicais) introduzidas na terra, na medida em que não tenham sido totalmente aproveitados, ao ser devolvida a parcela ao fundo agrário, será compensado.

Se o fundo de terras disponível, em um distrito determinado não for o suficiente para cobrir as necessidades da população local, se adjudicarão as terras em outro lugar ao excedente de população.

O Estado tomará conta da organização desta realocação; assim como dos gastos que originem

e dos gastos da provisão de ferramentas de cultivo etc.

A realocação se fará na seguinte ordem: camponeses sem terra que o desejem seguidos dos membros indesejados, os desertores etc., e, finalmente, por sorteio ou acordo.

É declarada lei provisória o conteúdo integral deste mandato, que expressa a vontade absoluta da imensa maioria dos camponeses com consciência de classe de toda a Rússia. Esta lei será aplicada na ata a reunião da Assembléia Constituinte, o mais rápido possível, e, em algumas das suas partes, com o caráter gradual que imponham as circunstâncias, coisa que deverão determinar os soviets de deputados camponeses do distrito.

5) Não se confiscam as terras dos camponeses e cossacos comuns.

São escutadas aqui vozes na sala, que dizem que o decreto e o mandato foram redigidos pelos socialistas revolucionários. Que importa? Não interessa quem os redigiu; como governo democrático, não podemos ignorar a decisão das massas populares, mesmo não podendo estar de acordo com ela. No jogo da vida, ao aplicar um decreto na prática, ao colocá-lo em execução em cada localidade, os próprios camponeses verão onde está a verdade. É mesmo se os camponeses continuam seguindo os socialistas revolucionários, mesmo se dão a esse partido a maioria da Assembléia Constituinte, continuaremos dizendo: que importa? Não existe melhor professor que a experiência e ela demonstrará quem tem razão. Que os camponeses resolvam este problema por um extremo, nós o resolveremos pelo outro. A experiência nos obrigará a nos juntarmos na torrente comum de atividade criadora revolucionária, na elaboração de novas formas de Estado. Devemos nos guiar pela experiência; devemos conceder plena liberdade ao gênio criador das massas populares. O antigo governo, derrubado pela insurreição armada, pretendia resolver o problema da terra com o concurso da velha e invariável burocracia czarista. Mas no lugar de resolver o problema, a burocracia não fez mais que combater aos camponeses. Os camponeses aprenderam algo nesses oito meses de nossa revolução e querem resolver por si mesmos todos os problemas da terra. Por isso nos pronunciamos contra toda emenda deste projeto de lei. Não queremos entrar em detalhes, porque estamos elaborando um decreto, e não um programa de ação. A Rússia é grande e as condições locais são diversas. Confiamos em que o próprio camponês saberá, melhor que nós, resolver de maneira acertada o problema, como se deve. Não é essencial que o façam de acordo com nosso programa ou com o dos socialistas revolucionários. O essencial é que o camponês tenha a segurança de que não existem

mais latifundiários no campo; que os camponeses resolvam eles mesmo todos os problemas e organizem eles mesmos sua própria vida! (clamorosos aplausos.)

Resolução sobre a criação de um governo operário e camponês

O Congresso Russo dos Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses resolve:

Constituir um governo provisório operário e camponês, que se denominará Conselho de Comissários do Povo, que governará o país até que se reúna a Assembléia Constituinte. A direção dos diversos ramos da atividade do Estado se confia a comissões cujos membros devem assegurar a realização do programa proclamado pelo Congresso, e deverão atuar no contato direto com as organizações de massas de operários e operárias, marinheiros, soldados, camponeses e empregados. O poder governamental pertence a um corpo colegiado formado pelos presidentes dessas comissões, ou seja, o Conselho de Comissários do Povo.

O controle sobre as atividades dos comissários do povo, com direito a substituí-los, pertence ao Congresso Russo dos Sovietes de deputados operários, soldados, camponeses e ao seu Comitê Executivo Central.

Neste momento, o Conselho de Comissários do Povo está constituído pelas seguintes pessoas:

Presidente do Conselho: *Vladimir Uliánov (Lénin)*;

Comissário do Povo do Interior: *A. I. Ríkov*;

Agricultura: *V. P. Miliutin*;

Trabalho: *A. G. Sbliápnikov*;

Guerra; um comitê composto por *V. A. Ovséienko (Antónov)*;

N. V. Krilenko e P. E. Dibenko;

Comércio e Indústria: *V. P. Noguín*;

Instrução Pública: *A. V. Lunacharski*;

Relações Exteriores: *L. D. Bronstein (Trotsky)*;

Justiça: *G. I. Oppokov (Lómov)*;

Abastecimento: *I. A. Teodórovich*;

Correios e Telégrafos: *N. P. Avílov (Glebov)*;

Presidente para assuntos das nacionalidades: *I. V. Dzhusgabili (Stalin)*.

O cargo de Comissário do Povo de ferrovias fica momentaneamente vago.

Escrito no dia 26 de outubro (8 de novembro) de 1917.

Projeto de regras de controle operário

1. Em todas as empresas industriais, comerciais, bancárias, agrícolas etc, em que se empreguem não mais do que cinco operários e empregados (em con-

junto), ou cujo giro anual não seja inferior a 10.000 rublos, será estabelecido o **controle operário** sobre a produção, armazenamento, compra e venda de todos os produtos e matérias-primas.

2. O controle operário será exercido por todos os operários e empregados de uma empresa, seja diretamente, se a empresa é pequena o bastante para permiti-lo, seja por meio de seus representantes, que deverão ser eleitos **imediatamente** nas assembléias gerais, nas quais se levantarão atas de eleições, e os nomes dos designados serão comunicados ao governo e aos sovietes locais de deputados operários, soldados e camponeses.

3. Fica estritamente proibida a suspensão do trabalho em uma empresa ou estabelecimento industrial de importância nacional (veja-se § 7), assim como toda a modificação no seu funcionamento, sem autorização dos representantes eleitos pelos operários e empregados.

4. Os representantes eleitos devem ter acesso a *todos* os livros de contabilidade e documentos, e a *todos* os armazéns e depósitos de materiais, ferramentas e produtos sem exceção.

5. As resoluções dos representantes dos operários e empregados são obrigatórias para os pro-

prietários das empresas e só poderão ser anuladas pelos sindicatos e pelos congressos.

6. Em todas as empresas de importância nacional, **todos** os proprietários e **todos** os representantes dos operários e empregados eleitos para exercer o controle operário, serão responsáveis, perante o Estado, pela manutenção da ordem, da disciplina mais rigorosa e da preservação dos bens. Os culpados de negligência ou de ocultar reservas, balanços etc., serão castigados com o confisco de todos seus bens e encarceramento por um período de até cinco anos.

7. São consideradas empresas de importância nacional todas as empresas que trabalham para a defesa ou estão de alguma maneira relacionadas com a produção de artigos necessários para a subsistência da massa da população.

8. Os sovietes locais de deputados operários e as conferências dos comitês de fábrica, assim como os comitês de empregados, elaborarão, em assembléias gerais de seus representantes, normas mais detalhadas sobre o controle operário.

Publicado pela primeira vez nas 2ª e 3ª ed. das Obras de V. I. Lênin, t. XXII. **P**

Notas

- 1 Refere-se ao CEC eleito pelo I Congresso de toda a Rússia dos Sovietes celebrado em Petrogrado entre o dia 3 e o dia 24 de junho (16 de junho - 7 de julho) de 1917. A maioria no CEC da primeira legislatura estava integrada por socialistas revolucionários de direita e menchevíques, que apoiavam o governo provisório burguês (Ed.).
- 2 Refere-se aos países que participaram na primeira guerra imperialista mundial: por um lado, o bloco dos países da Entente (França, Inglaterra, Rússia, Itália e Estados Unidos que se aderiu), além da Bélgica, Sérvia, Romênia, Japão e China, e por outro, a chamada Quádrupla-Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria, Turquia e Bulgária). (Ed.)
- 3 Veja V. I. Lênin ob. Cit. T. XIX, nota 18. (Ed.)
- 4 Lênin se refere ao manifesto do Soviete de deputados operários e soldados de Petrogrado "Aos povos de todo o mundo", publicado no jornal *Izvestia del Soviet de deputados operários e soldados de Petrogrado*, num. 15 de 15 de março de 1917. (Ed.)
- 5 *Izvestia do Soviet de Deputados Camponeses de toda a Rússia*, jornal oficial do Soviet de deputados camponeses de toda a Rússia; foi publicado em Petrogrado desde o dia 9 (22) de maio a dezembro de 1917; expressava os pontos de vista da ala direita do partido dos socialistas revolucionários. Este jornal adotou uma atitude hostil para com a revolução socialista de Outubro; foi enclausurado pela sua orientação contra-revolucionária (Ed.).
- 6 Direito de propriedade sobre as terras fiscais, seus subsolos e a mão-de-obra integrada pelos camponeses do Estado; todo ele foi propriedade dos empresários feudais na Rússia, desde o século XVII, e assegurava a todas as empresas força de trabalho, matéria-prima e combustível. Teve vigência até 1917 e foi um dos vestígios do feudalismo na Rússia czarista. (Ed.)
- 7 Comitê Central da Frota do Báltico. (Ed.)



TRÊS CONCEPÇÕES DA REVOLUÇÃO

Trotsky. In: A Revolução Permanente na Rússia.
Lisboa, Antídoto, 1977.

Três concepções da Revolução

A Revolução de 1905 foi não só o “ensaio geral para 1917” mas também o laboratório donde surgiram todos os grupos fundamentais do pensamento político russo e onde todas as tendências e cambiantes do marxismo russo se esboçaram, ou tomaram forma. No centro das divergências e das controvérsias encontrava-se naturalmente a questão do caráter histórico da Revolução Russa e das suas futuras vias de desenvolvimento. Esta luta de concepções e de prognósticos não tem em si ligação direta com a biografia de Stalin, que não teve posição independente nestes debates. Os poucos artigos de propaganda que escreveu sobre este assunto são desprovidos do mínimo interesse teórico. Dezenas de bolcheviques divulgaram, de caneta em punho, estas mesmas idéias e fizeram-no de maneira mais perfeita. Uma exposição crítica de concepção revolucionária do bolchevismo deveria,

pela própria natureza dos assuntos tratados, ter o seu lugar numa biografia de Lênin.

Contudo, as teorias têm um destino que lhes é próprio. Se durante o período da primeira revolução e mais tarde até 1923, enquanto as doutrinas revolucionárias eram elaboradas e aplicadas, Stalin não teve posição independente, a partir de 1924 a situação muda bruscamente. É a partir deste momento que começa a época da reação burocrática e da revisão enérgica do passado. A trama da revolução desenrola-se às avessas. As antigas doutrinas são submetidas a novas avaliações ou a novas interpretações. De maneira inesperada, à primeira vista, a atenção concentra-se sobre a concepção da “revolução permanente” enquanto fonte de todos os equívocos do trotskismo. Doravante, e durante alguns anos, a crítica desta concepção constituiu o conteúdo principal da obra teórica — **sit venio verbo** — de Stalin e dos seus colaboradores. Pode-se

mesmo dizer, que todo o stalinismo, no plano teórico, se desenvolveu através da crítica da teoria da revolução permanente tal como foi formulada em 1905. Por conseqüência, a exposição desta teoria, distinta da dos mencheviques e bolcheviques, não pode deixar de fazer parte deste livro, mesmo que em apêndice.

★

O desenvolvimento da Rússia é, acima de tudo, caracterizado pelo seu estado atrasado. No entanto, um estado historicamente atrasado não implica uma simples reprodução do desenvolvimento dos países avançados com um atraso de um ou dois séculos. Dá origem a uma formação social "combinada", inteiramente nova, na qual as últimas conquistas da técnica e da estrutura capitalista se implantam nas relações de barbárie feudal e pré-feudais, transformando-as e dominando-as, criando assim uma situação particular de relações recíprocas de classe. Acontece o mesmo na esfera das idéias. Devido precisamente ao seu estado atrasado, a Rússia foi o único país em que o marxismo, enquanto doutrina, e a social-democracia, enquanto partido, atingiram um desenvolvimento poderoso mesmo antes da revolução burguesa. Não é de estranhar que o problema da correlação entre a luta pela democracia e a luta pelo socialismo, fosse precisamente na Rússia, submetido a uma análise teoricamente profunda. Principalmente os *narodniks*, idealista-democratas, recusaram-se supersticiosamente a reconhecer a revolução em curso como burguesa. Qualificaram-na de "democrática", procurando, por meio de uma forma politicamente neutra, mascarar o seu conteúdo social, não só para os outros, mas também para si próprios. Plekhanov, na sua luta contra o *narodnikismo*, o fundador do marxismo russo, decretou, por volta de 1880, que a Rússia não tinha nenhuma razão para esperar uma via de desenvolvimento privilegiada, e que tal como as outras nações "profanas", teria de passar através do purgatório do capitalismo e que, seguindo esta via, iria adquirir a liberdade política indispensável para a futura luta do proletariado pelo socialismo, Plekhanov não só separava a revolução burguesa enquanto tarefa da revolução socialista — que reenviava para um futuro indefinido — como atribuía a cada uma delas combinações de forças inteiramente diferentes. A liberdade política devia ser realizada pelo proletariado aliado à burguesia liberal; depois de várias décadas e tendo atingido um nível mais elevado de desenvolvimento capitalista, o proletariado, em luta direta contra a burguesia, levava a cabo a revolução socialista.

Lênin, por seu lado, escrevia no fim de 1904:

Parece sempre ao intelectual russo que reconhecer a nossa revolução como burguesa é descolori-la, degradá-la, minimizá-la... Para o proletariado, a luta pela

liberdade política e pela república democrática no seio da sociedade burguesa é simplesmente uma fase necessária na sua luta pela revolução socialista."

Os marxistas estão absolutamente convencidos, escrevia Lênin em 1905, do caráter burguês da Revolução Russa. Que significa isso? Significa que estas transformações democráticas... que se tornam indispensáveis para a Rússia, não significam em si mesmas uma tentativa de minar o capitalismo, de minar a revolução burguesa, mas pelo contrário, abrem a via, pela primeira vez e de uma maneira válida a um desenvolvimento do capitalismo amplo e rápido, europeu e não asiático. Tornarão possível, pela primeira vez, a dominação da burguesia enquanto classe...

Não podemos saltar por cima do quadro democrático burguês da Revolução Russa, insistia ele, mas podemos alargar este quadro em proporções colossais". Isto é, podemos criar, no seio da sociedade burguesa, condições muito mais favoráveis para a luta futura do proletariado. Nestes limites, Lenine seguia Plekhanov. O caráter burguês da revolução servia como ponto de partida às duas frações da social-democracia russa.

É absolutamente natural que, nestas condições, Koba (Stalin) não superasse, na sua propaganda, estas fórmulas correntes que constituem a propriedade comum dos bolcheviques e dos mencheviques.

A Assembléia Constituinte, escrevia ele em janeiro de 1905, eleita por sufrágio universal, igual, direto e secreto, é o objetivo para o qual devemos agora lutar! Só esta Assembléia nos trará a república democrática da qual temos uma tão urgente necessidade na nossa luta pelo socialismo.

A perspectiva era a república burguesa como arena de uma luta de classes de longa duração para o fim socialista.

Em 1907, isto é, depois de inúmeras discussões na imprensa de Petrogrado e no estrangeiro e depois de uma séria experimentação de previsões teóricas nas experiências da primeira revolução, Stalin escrevia:

Que a nossa revolução é burguesa, que deve terminar pela destruição da ordem feudal e não da ordem capitalista, que só pode ser coroada pela república democrática, sobre estes pontos, parece que todos estão acordado no nosso partido.

Stalin não falava aonde começa a revolução, mas ao que ela conduz, limitando-a desde logo e, de uma maneira bastante categórica, "a uma república democrática". Procurávamos em vão, nos seus escritos, uma simples alusão à perspectiva de uma revolução socialista em íntima relação com a queda da democracia. Tal foi a sua posição, mesmo no princípio da revolução de fevereiro de 1917, até a chegada de Lênin a Petrogrado.

Para Plekhanov, Axelrod e os dirigentes do menchevismo, a caracterização sociológica da revolução como burguesa era antes de mais politicamente válida porque evitava de antemão assustar a burguesia com o espectro vermelho do socialismo e "afastava-a" assim do campo da reação. "As relações sociais na Rússia amadureceram unicamente para a revolução burguesa", declarava o dirigente da tática do menchevismo, Axelrod, no Congresso de Unidade em Abril de 1906. "Perante a falta absoluta de direitos políticos no nosso país, não se pode pôr a questão de uma luta direta entre o proletariado e as outras classes, pelo poder político... O proletariado luta para obter condições de desenvolvimento burguês. As condições históricas objetivas levam a que o destino do nosso proletariado seja o de colaborar irremediavelmente com a burguesia na sua luta contra o inimigo comum." O caráter da Revolução Russa era assim limitado, desde logo, a estas transformações compatíveis com os interesses e os pontos de vista da burguesia liberal.

É precisamente neste ponto que começa o desacordo fundamental entre as duas frações. O bolchevismo recusava-se de modo absoluto a reconhecer que a burguesia russa fosse capaz de dirigir até o fim a sua própria revolução. Com mais força e consistência do que Plekhanov, Lênin considerava a questão agrária como o problema central da insurreição democrática na Rússia. "O ponto crucial da Revolução Russa, repetia, é a questão agrária (da terra). Conclusões respeitantes à derrota ou à vitória da revolução devem ser fundamentadas... no estudo da condição das massas na luta pela terra. Tal como Plekhanov, Lênin considerava o campesinato como uma classe pequeno-burguesa; o programa agrário dos camponeses, um programa burguês-progressista. A "nacionalização é uma medida burguesa", insistia ele no Congresso da Unidade. "Dará um impulso ao desenvolvimento do capitalismo; aumentará a acuidade da luta de classe; reforçará a mobilização da terra; causará um afluxo de capitais na agricultura; fará baixar o preço do grão". Apesar do caráter burguês indiscutível da revolução agrária, a burguesia russa permanecia, contudo, hostil à expropriação dos grandes domínios e, precisamente por esta razão, era favorável a um compromisso com a monarquia, baseada numa constituição segundo o modelo prussiano. À posição de Plekhanov preconizando uma

aliança entre o proletariado e a burguesia, Lênin opôs a idéia de uma aliança entre o proletariado e o campesinato. Afirmou que a tarefa da colaboração revolucionária destas duas classes era o estabelecimento de uma "ditadura democrática", como único meio de limpar radicalmente a Rússia de todos os resíduos feudais, de criar um sistema de camponeses livres e de abrir a via ao desenvolvimento do capitalismo segundo o modelo americano, e não prussiano.

A vitória da revolução, escrevia,

só pode ser consagrada por uma ditadura, pois a realização de transformações, das quais o proletariado e o campesinato têm necessidade urgente e imediata, provocará a resistência desesperada dos grandes capitalistas e do czarismo. Sem uma ditadura será impossível quebrar esta resistência e repelir as tentativas contra-revolucionárias. Mas será, evidentemente, não uma ditadura socialista, mas democrática. Não poderá tocar (durante toda uma série de etapas transitórias do desenvolvimento revolucionário), nas bases do capitalismo. Só será possível, no melhor dos casos, realizar uma repartição radical da propriedade fundiária em favor do campesinato; introduzir um regime democrático consistente e total indo até a instituição da república; extirpar todas as características asiáticas e feudais não só da vida quotidiana da aldeia, mas também da fábrica; inaugurar profundos melhoramentos na situação dos trabalhadores, elevando o seu nível de vida e, acima de tudo, conduzir a bom termo a conflagração revolucionária na Europa.

A crítica das concepções de Lênin

A concepção de Lênin constituía um enorme passo em frente na medida em que preconizava, não reformas constitucionais, mas a reforma agrária como tarefa principal da revolução e indicava a única combinação realista de forças sociais para a sua realização. Contudo, o ponto fraco da concepção de Lênin era a contradição interna implícita na idéia "da ditadura democrática do proletariado e do campesinato". O próprio Lênin não escondia a limitação fundamental desta "ditadura" quando a denominava abertamente burguesa. Com isto, queria dizer que, para preservar a sua aliança com o campesinato, o proletário seria obrigado, ao longo da revolução futura, a renunciar, de um modo direto, ao empreendimento das tarefas socialistas. Mas, isto significava que o proletariado renunciaria à sua própria ditadura. Por consequência, a situação implicaria a ditadura do campesinato, mesmo que fosse realizada com a participação dos operários.

Era justamente o que dizia Lênin em algumas ocasiões. Por exemplo, na Conferência de Estocolmo (Abril de 1906), recusando os argumentos de Plekhanov, que se erguia contra "a utopia" da tomada no poder, Lênin declarava:

Que programa estamos em vias de discutir? O programa agrário. Quem assumirá a tomada do poder segundo este programa? O campesinato revolucionário." Confundirá Lênin o poder do proletariado com o do campesinato? Não, responde, referindo-se às suas próprias palavras. Lênin diferencia completamente o poder socialista do proletariado, do poder democrático-burguês do campesinato. "Mas vejamos, exclamava ele ainda, **será possível uma revolução camponesa sem a tomada do poder pelo campesinato revolucionário?**"

Nesta fórmula polêmica, Lênin revela com uma clareza especial a vulnerabilidade da sua posição.

O campesinato está disperso na superfície de um vasto país cujo ponto de união são as cidades. O próprio campesinato é incapaz de formular os seus próprios interesses porque, em cada distrito, os seus interesses têm um aspecto diferente. A ligação econômica entre as províncias foi criada pelo comércio e os caminhos de ferro, mas uns e outros estão nas mãos das cidades. Procurando libertar-se das limitações da aldeia e generalizar os seus próprios interesses, o campesinato cai inevitavelmente sob a dependência da cidade. Enfim, o campesinato é igualmente heterogêneo nas suas relações sociais: a camada dos *kulaks* procura naturalmente arrastá-lo para uma aliança com a burguesia das cidades, enquanto que as camadas dos camponeses pobres dirigem-se para os trabalhadores urbanos. Nestas condições, o campesinato como tal, é completamente incapaz de conquistar o poder.

É verdade que na antiga China o campesinato foi levado ao poder por revoluções, ou para ser mais preciso, outorgaram o poder aos chefes militares dos levantamentos camponeses. Isto conduziu, por sua vez, a uma nova partilha da terra e à instauração de uma nova dinastia camponesa; neste ponto, a história recomeçava de novo. Uma nova concentração da terra, uma nova aristocracia, um novo sistema de usura provocavam um novo levantamento. Enquanto a revolução conservar o seu caráter puramente camponês, a sociedade é incapaz de sair deste círculo vicioso. Eis a base da história antiga da Ásia, e mesmo da história antiga da Rússia. Na Europa, desde o início do declínio da Idade Média, cada levantamento camponês vitorioso levava ao poder, não um governo camponês, mas um partido urbano de esquerda. Para ser mais rigoroso, um levanta-

tamento camponês só era vitorioso na medida em que fosse capaz de reforçar a posição do setor revolucionário da população urbana. Na Rússia burguesa do século XX, não se poderia pôr a questão da tomada do poder pelo campesinato revolucionário.

A opinião de Lênin sobre o liberalismo

A atitude em relação à burguesia liberal era, como foi dito mais acima, a pedra de toque da diferenciação entre os revolucionários e os oportunistas nas fileiras dos social-democratas.

Até onde poderia ir a Revolução Russa?

Qual será o caráter do futuro Governo Provisório revolucionário? Em face de que rarefas será colocado? De que ordem?

Estas importantes questões só podiam ser postas corretamente, baseadas no caráter fundamental da política do proletariado, e o caráter desta política era, por sua vez, determinado primeiramente pela sua atitude face à burguesia liberal.

De uma forma clara, Plekhanov fechava obstinadamente os olhos diante da conclusão fundamental da história política do século XIX. Sempre que o proletariado surge como força independente, a burguesia refugia-se no campo da contra-revolução. Quanto maior for a audácia das massas na sua luta, tanto mais rápida será a degenerescência reacionária do liberalismo. Ninguém conseguiu ainda inventar um meio apropriado para paralisar os efeitos da lei da luta de classes.

"Devemos procurar o apoio dos partidos não-proletários", repetia Plekhanov, durante os anos da primeira revolução, "e não repeli-los por atos desprovidos de tato".

Através de prédicas monótonas deste gênero, o filósofo do marxismo mostrava-se inacessível ao dinamismo vivo da sociedade.

As "faltas de tato" podem afastar um intelectual enquanto indivíduo. As classes e os partidos são afastados ou atraídos por interesses sociais.

"Pode dizer-se, com certeza", respondia Lênin a Plekhanov, "que os liberais e os proprietários das terras vos perdoarão milhões de "faltas de tato" mas não vos perdoarão uma tentativa de lhes tomar as terras".

E não só os proprietários das terras. As camadas superiores da burguesia estão ligadas aos proprietários pela unidade de interesses de propriedade e mais estreitamente pelo sistema bancário. As camadas superiores da pequena-burguesia e da *intelligentsia* dependem material e moralmente dos grandes e médios proprietários. Têm o movimento independente das massas.

Contudo, para derrubar o czarismo, era necessário conduzir dezenas de milhões de oprimidos a um assalto revolucionário, heróico, cheio de abnegação, e que não parasse diante de nada.

As massas só podem ser sublevadas com vista à insurreição, unicamente sob a bandeira dos seus próprios interesses, e por conseqüência, num espírito de hostilidade irreconciliável para com as classes exploradoras, começando pelos proprietários das terras. O "afastamento" da burguesia opositora em relação aos operários e camponeses revolucionários era, pois, uma lei imanente à própria revolução, e não podia ser evitada por meios diplomáticos ou de "tato".

Cada mês que passava confirmava a apreciação leninista do liberalismo. Contrariamente às esperanças dos mencheviques, os cadetes não só não estavam prontos a tomar o seu lugar à cabeça da revolução "burguesa" como, pelo contrário, denunciavam mais abertamente a sua missão histórica na luta contra ela.

Depois do esmagamento da insurreição de Dezembro, os liberais, que ocupavam o primeiro lugar na cena política, efêmera Duma, procuraram, com toda a força, justificar-se aos olhos da monarquia e desculpar-se da falta de firmeza da sua conduta contra-revolucionária durante o outono de 1905 quando o perigo ameaçava os sustentáculos mais sagrados da "cultura".

O chefe dos liberais, Milioukov, que dirigia as negociações secretas com o Palácio de Inverno, provou muito corretamente na imprensa, que no fim de 1905, os cadetes não podiam mostrar-se diante das massas.

Aqueles que agora censuram o partido (dos cadetes) escrevia ele, porque não protestaram, na altura, organizando *meetings* contra as ilusões revolucionárias do trotskismo... não compreendem simplesmente ou já não se recordam da atmosfera que reinava naquele tempo, nas reuniões democráticas públicas durante os *meetings*.

Por "ilusões do trotskismo" o chefe liberal entendia a política independentemente do proletariado que atraíu para os "soviets" as simpatias das camadas mais baixas das cidades, dos soldados, dos camponeses e de todos os oprimidos, e que, por esta razão, provocaram o ódio da "sociedade culta".

O itinerário dos mencheviques percorreu uma trajetória paralela. Tinham cada vez mais que se justificar perante os liberais por terem formado um bloco com Trotsky em 1905. As explicações de Martov, a publicidade talentosa dos mencheviques resumia-se nisto: era necessário fazer concessões às "ilusões revolucionárias" das massas.

Em Tiflis, como em Petrogrado, os agrupamentos políticos tinham a mesma base de princípios. "Destruir a reação", escrevia o chefe menchevique do Cáucaso, Zhordanya, "para obter e consolidar a Constituição — dependendo tudo isto da unificação consciente e dos esforços das forças do proletariado e da burguesia dirigidos a

um único fim... É certo que o campesinato será arrastado pelo movimento, ao qual dará um caráter elementar, mas o papel decisivo será, contudo, desempenhado por estas duas classes, enquanto que o movimento agrário levará a água ao seu moinho".

Lênin ria-se dos temores de Zhordanya ao recear que uma política irreconciliável para com a burguesia condenasse os operários à impotência. "Zhordanya discute a questão do isolamento possível do proletariado durante um levantamento democrático e esquece... o campesinato. De todos os aliados possíveis do proletariado só conhece e só se aproxima dos proprietários fundiários liberais, ignora simplesmente os camponeses! E isto no Cáucaso!".

As refutações de Lênin, se bem que corretas em princípio, simplificam o problema num ponto. Zhordanya não "esquecera" o campesinato. Estava, naquele tempo, em vias de se sublevar com a impetuosidade de um furacão sob a bandeira dos mencheviques. Zhordanya considerava, no entanto, o campesinato não como um aliado político, mas como um carneiro estóico que podia e devia ser utilizado pela burguesia aliada ao proletariado. Não acreditava que o campesinato fosse capaz de se tornar uma força dirigente ou mesmo independente da revolução, e nisto não estava errado; mas também não acreditava que o proletariado fosse capaz de conduzir o levantamento agrário à vitória — eis o seu erro fatal!

A teoria menchevique da aliança do proletariado e da burguesia significava, na realidade, uma sujeição dos operários e camponeses aos liberais. O utopismo reacionário deste programa era determinado pelo fato de o desmembramento avançado das classes paralisar, desde logo, a burguesia enquanto fator revolucionário. Nesta questão fundamental, os bolcheviques tinham razão: depois de uma aliança com a burguesia liberal, os social-democratas seriam inevitavelmente conduzidos a opor-se ao movimento revolucionário dos operários e camponeses. Em 1905, os mencheviques não tinham ainda coragem suficiente para tirar todas as conclusões necessárias da sua teoria da revolução "burguesa". Em 1917, levaram as suas idéias até as últimas conseqüências e partiram a cabeça.

Acerca da questão da atitude para com os liberais, Stalin, durante os anos da primeira revolução, estava ao lado de Lênin. Deve-se dizer que durante este período mesmo a maioria dos mencheviques de base estavam mais próximos de Lênin que de Plekhanov nas questões relativas à burguesia opositora. Uma atitude de desprezo para com os liberais fazia parte da tradição literária do radicalismo intelectual. Mas, seria um esforço inútil tentar encontrar uma contribuição independente de Koba (pseudônimo de Stalin, no período czarista) sobre esta questão,

TRÊS CONCEPÇÕES DA REVOLUÇÃO

uma análise das relações sociais no Cáucaso, novos argumentos ou mesmo uma nova maneira de formular os antigos. Zhordanya, o líder dos mencheviques do Cáucaso, era muito mais independente em relação a Plekhanov do que Stalin em relação a Lênin. “É em vão que os senhores liberais procuram”, escrevia Koba depois de 9 de janeiro, “salvar o trono vacilante do Czar. É em vão que estendam a mão ao Czar!... As massas populares que se sublevaram preparam-se para a revolução e não para a reconciliação com o Czar... Sim, senhores, os vossos esforços são inúteis. A revolução russa é inevitável e é tão inevitável como o nascer do sol. Podeis impedir o sol de nascer? Eis a questão!” E assim por diante. Koba era incapaz de atingir um nível mais elevado. Dois anos e meio mais tarde imitando Lênin quase literalmente escrevia: “A burguesia liberal russa é contra-revolucionária; não poderia ser a força motora, e muito menos ainda o líder da revolução. É a inimiga fidalga da revolução e deve-se travar uma luta pertinaz contra ela”. Contudo, é precisamente sobre esta questão fundamental que Stalin iria sofrer uma metamorfose completa ao longo dos dez anos seguintes e mostrar-se, na revolução de fevereiro de 1917, partidário de um bloco com a burguesia liberal, e, por consequência, campeão da união dos mencheviques e bolcheviques num único partido. Só a chegada de Lênin do estrangeiro pôs, bruscamente, fim à política independente de Stalin, que Lênin qualificava de escárnio do marxismo.

O campesinato e o socialismo

Os *narodniki* consideravam os operários e os camponeses simplesmente como “trabalhadores” e “explorados” igualmente interessados no socialismo. Os marxistas consideravam o camponês como um pequeno-burguês capaz de se tornar um socialista somente na medida em que deixa de ser material ou espiritualmente um camponês. Com o sentimentalismo que lhes era próprio, os *narodniki* viam nesta caracterização sociológica uma difamação moral do campesinato.

Foi sobre esta linha que se conduziu durante duas gerações a luta principal das tendências revolucionárias da Rússia. Para compreender as divergências futuras entre o stalinismo e o trotskismo, é necessário uma vez mais sublinhar que, em conformidade com toda a tradição marxista, Lênin jamais considerou o campesinato como um aliado socialista do proletariado. Pelo contrário, a impossibilidade da revolução socialista na Rússia era deduzida por ele, precisamente, devido à preponderância colossal do campesinato. Esta concepção encontra-se em todos os seus artigos que, direta ou indiretamente, tratam da questão agrária. “Apoiamos o movimento camponês”, escrevia Lênin em setembro de 1905, “na medida em que é um movimento democrático revolucio-

nário. Estamos prontos (agora, imediatamente) a entrar em luta contra ele quando se mostrar reacionário, antiproletário. Toda a substância do marxismo está nesta dupla tarefa...” Lênin via o aliado socialista no proletariado do Ocidente e, em parte, nos elementos semiproletários das aldeias russas, mas nunca no campesinato como tal. “Apoiamos até ao fim, por todos os meios, até à confiscação”, repetia ele com a insistência que lhe era peculiar, “o camponês em geral contra o proletário fundiário, e mais tarde (e não só mais tarde, mas ao mesmo tempo) apoiamos o proletariado contra o camponês em geral”.

“O campesinato vencerá durante a revolução democrático-burguesa”, escrevia em março de 1906, “esgotando assim completamente o seu entusiasmo revolucionário enquanto campesinato. O proletariado vencerá o decurso da revolução democrático-burguesa e com isso apenas demonstrará o seu verdadeiro ardor socialista revolucionário”. “O movimento camponês”, repetia em maio do mesmo ano, “é o movimento de uma classe diferente, é uma luta não contra as bases do capitalismo, mas para varrer todos os resíduos do sistema feudal”.

Este ponto de vista encontra-se em Lênin, artigo após artigo, ano após ano, volume após volume. A linguagem e os exemplos variam, o pensamento fundamental permanece o mesmo. Não podia ser de outro modo. Se Lênin tivesse visto no campesinato um aliado socialista, não teria tido a menor razão em insistir no caráter burguês da revolução e em circunscrever “a ditadura do proletariado e do campesinato” aos estreitos limites das tarefas puramente democratas. Nos casos em que Lênin acusava o autor destas linhas de “subestimar” o campesinato, não tinha de modo nenhum em vista a minha recusa em reconhecer as tendências socialistas do campesinato, mas pelo contrário, o meu reconhecimento inadequado — segundo o ponto de vista de Lênin — da independência democrático-burguesa do campesinato, da sua capacidade em criar o **seu próprio** poder e por isso impedir a instauração da ditadura socialista do proletariado.

A reavaliação dos valores sobre esta questão só foi posta em discussão no decurso dos anos da reação termidoriana, cujo começo coincidiu aproximadamente com a doença e a morte de Lênin. Desde então, a aliança dos operários e dos camponeses russos foi proclamada como sendo uma garantia suficiente contra os perigos da restauração e uma prova imutável da realização do socialismo nos limites da União Soviética. Substituindo a teoria da revolução internacional pela teoria do socialismo num só país, Stalin começou a designar a apreciação marxista do papel do campesinato pelo termo de “trotskismo”, e isto não só em relação ao presente, mas também em relação a todo o passado.

Naturalmente, é possível levantar a questão de saber se o ponto de vista marxista clássico sobre o papel do campesinato se mostrou ou não verdadeiro. Este assunto conduzir-nos-ia muito mais longe, para além dos limites do presente estudo. Basta-nos constatar aqui que nunca o marxismo deu à sua apreciação do campesinato, enquanto classe não socialista, um caráter absoluto e estático. O próprio Marx dizia que o camponês não tem só superstições, mas que é também capaz de raciocinar. O regime da ditadura do proletariado abriu enormes possibilidades de influenciar o campesinato e de o reeducar. Os limites destas possibilidades não foram ainda esgotados pela história.

Contudo, é claro que o papel crescente da coerção estatal na URSS não refutou, mas antes confirmou, de um modo fundamental, a posição para com o campesinato, que distinguia os marxistas dos *narodniki*. Contudo, qualquer que seja a situação atual neste domínio, após vinte anos de novo regime, é indubitável que até a Revolução de Outubro ou, mais corretamente, até 1924, ninguém no campo marxista — Lênin ainda menos — via no campesinato um fator socialista de desenvolvimento. Sem a ajuda da revolução proletária no Ocidente, repetia Lênin, a restauração capitalista é inevitável. Não se enganava: a burocracia stalinista não é mais do que a primeira fase da restauração burguesa.

A concepção trotskista

Analisamos atrás os pontos de partida das duas facções fundamentais da social-democracia russa. Mas, desde a aurora da primeira revolução, fôra formulada uma terceira posição. Somos obrigados a expô-la aqui com a amplitude necessária, não somente porque encontrou a sua significação durante os acontecimentos de 1917, mas sobretudo porque, sete anos após a revolução de outubro, esta concepção, depois de ter sido deformada, começou a desempenhar um papel totalmente imprevisível na evolução política de Stalin e da burocracia soviética no seu conjunto.

No começo de 1905, apareceu em Genebra uma brochura de Trotsky. Esta brochura continha uma análise da situação política tal como se apresentava durante o inverno de 1904. O autor chegava à conclusão de que a campanha independente das petições e dos festins dos liberais tinha esgotado todas as suas possibilidades; que a *intelligentsia* radical, que tinha posto neles todas as suas esperanças, estava, assim como os liberais, num impasse; que o movimento camponês estava em vias de criar condições propícias para uma vitória, mas era incapaz de assegurá-la; que só se podia chegar a uma solução decisiva pelo levantamento armado do proletariado e que a fase seguinte neste processo seria a greve geral.

A brochura intitulava-se *Antes do 9 de Janeiro*, porque tinha sido escrita antes do domingo sangrento de Petrogrado. A poderosa vaga de greves que deflagrou depois desta data, com os conflitos armados iniciais que a acompanharam, era uma confirmação inegável do prognóstico estratégico da brochura.

O prefácio da minha obra foi escrito por Parvus, um emigrado russo que conseguira tornar-se, naquele tempo, um eminente escritor alemão. Parvus era uma personalidade dotada de um dom criador excepcional, capaz de ser influenciado pelas idéias dos outros, mas também de enriquecer os outros com as suas idéias. Faltava-lhe equilíbrio interno e um amor suficiente pelo trabalho para oferecer ao movimento operário uma contribuição digna dos seus talentos como pensador e como escritor. Exerceu uma influência indubitável sobre o meu desenvolvimento pessoal, e particularmente no que respeita à compreensão social-revolucionária da nossa época. Alguns anos antes do nosso primeiro encontro, Parvus defendera apaixonadamente a idéia de uma greve geral na Alemanha. Mas o país atravessava uma crise industrial prolongada; a social-democracia tinha se adaptado ao regime dos Hohenzollern; a propaganda revolucionária de um estrangeiro apenas encontrava indiferença irônica. Quando tomou conhecimento, dois dias após os acontecimentos sangrentos de Petrogrado, da minha brochura, então sob a forma de manuscrito, Parvus foi assaltado pela idéia do papel excepcional que o proletariado da Rússia atrasada estava destinado a desempenhar.

Alguns dos dias que passamos juntos em Munique foram preenchidos por conversas que serviram a ambos para clarificar muitas coisas e que pessoalmente nos aproximaram um do outro. O prefácio da minha brochura, que Parvus escreveu nessa época, entrou na história da Revolução Russa. Em algumas páginas, põe a claro estas particularidades sociais da Rússia atrasada que, na verdade, eram já conhecidas anteriormente, mas de que ninguém tinha tirado as conclusões necessárias.

“O radicalismo político da Europa Ocidental”, escrevia Parvus, “era — é um fato bem conhecido — baseado na pequena burguesia, isto é, nos artesãos e, em geral, na pequena burguesia que fora atingida pelo desenvolvimento industrial mas que, ao mesmo tempo, era excluída pela classe capitalista.

Na Rússia, durante o período pré-capitalista, as cidades desenvolveram-se muito mais a partir dos modelos chineses que dos modelos europeus. Eram centros de funcionários de caráter puramente administrativo, sem a menor significação política, e no que respeita às relações econômicas, serviam de centros de tran-

sações, de bazares, aos proprietários fundiários e camponeses dos arredores. O seu desenvolvimento era ainda insignificante quando foi parado pelo progresso capitalista que começou a criar grandes cidades à sua própria imagem, isto é, cidades industriais e centros de transação mundial...

A mesma razão que entravou o desenvolvimento da democracia pequeno-burguesa serviu para aumentar a consciência de classe do proletariado na Rússia, isto é, o fraco desenvolvimento da produção artesanal. O proletariado concentrou-se imediatamente nas fábricas...

As massas camponesas serão arrastadas no movimento em proporções crescentes. Mas são unicamente capazes de aumentar a anarquia política do país e desta maneira enfraquecer o governo; não poderiam constituir um exército revolucionário solidamente unido. Por isso, com o desenvolvimento da revolução, caberá ao proletariado uma parte cada vez maior do trabalho político. E ao mesmo tempo, ir-se-á amplificando a sua consciência e energia políticas...

A social-democracia será posta perante o dilema: assumir a responsabilidade do Governo Provisório ou manter-se afastada do movimento operário. Os trabalhadores considerarão este governo como seu, independentemente da maneira pela qual a social-democracia se conduzirá... A transformação revolucionária não pode ser, na Rússia, senão obra do proletariado. O governo provisório na Rússia será o governo de uma **democracia operária**. Se a social-democracia tomar a cabeça do movimento revolucionário Russo, então este governo será social-democrata...

O governo Provisório social-democrata não será capaz de realizar uma transformação socialista na Rússia, mas o próprio processo da liquidação da autocracia e da instauração de uma república democrática fornecer-lhe-á um campo favorável ao trabalho político.

No calor dos acontecimentos revolucionários do outono de 1905, encontrei uma vez mais Parvus, desta vez em Petrogrado. Conservando uma independência organizacional em relação às duas facções, publicamos, em conjunto, um jornal operário de massa, o "Russkoye Slovo", e, em coligação com os mencheviques, um grande jornal político, o "Natchalo". A teoria da revolução permanente foi habitualmente associada aos nomes de "Parvus e Trotsky". Isto é só parcialmente correto. O período do apogeu revolucionário de Parvus pertence ao fim do último século, quando se encontrava à

cabeça da luta contra o "revisonismo", isto é, do desvio oportunista da teoria de Marx.

Os desaires das tentativas com vista a impelir a social-democracia alemã na via de uma política mais resoluta minaram o seu otimismo. Diante da perspectiva da revolução socialista no Ocidente, Parvus começou a reagir pondo-lhe cada vez maiores reservas. Considerava, nesta época, que o "Governo Provisório social-democrata não seria capaz de realizar uma transformação socialista na Rússia". Os seus prognósticos indicavam, por conseguinte, não a transformação da revolução democrática numa revolução socialista, mas somente a instauração na Rússia, de um regime de democracia operária do tipo australiano, onde na base de um sistema de economia agrícola, se estabelecera, pela primeira vez, um governo operário que não ultrapassava os quadros de um regime burguês.

Não partilhava as suas opiniões quanto a esta conclusão. A democracia australiana, que se desenvolvera organicamente no solo virgem do novo continente, tomou imediatamente uma feição conservadora e subordinou-se a um proletariado jovem, mas em todo o caso privilegiado. A democracia russa, pelo contrário, só podia desenvolver-se na seqüência de uma grandiosa transformação revolucionária, cuja dinâmica não permitiria em caso algum ao governo operário permanecer nos limites da democracia burguesa. As nossas divergências, que começaram pouco depois da revolução de 1905, conduziram ao corte das nossas relações, no início da guerra, quando Parvus, no qual o ceticismo liquidara completamente o revolucionário, se pôs ao lado do imperialismo alemão e se tornou, mais tarde, o conselheiro do primeiro presidente da República alemã, Erbert.

A teoria da revolução permanente

Tendo começado com a brochura *Antes do 9 de Janeiro*, voltei mais uma vez a este assunto desenvolvendo e justificando a teoria da revolução permanente. Dada a importância que esta teoria adquiriu mais tarde para a evolução ideológica do herói desta biografia, é necessário expô-la aqui sob a forma de citações exatas das minhas obras de 1905 a 1906.

"A maioria da população de uma cidade moderna, pelo menos nas cidades que têm uma importância econômica e política, é constituída por uma classe essencialmente diferenciada de trabalhadores assalariados. É precisamente esta classe, essencialmente desconhecida durante a Grande Revolução Francesa, que está destinada a desempenhar o papel decisivo na nossa revolução... Num país economicamente atrasado, o proletariado pode tomar o poder mais cedo do que num país capitalista avançado. Querer estabelecer uma espécie de dependência automática da ditadura do proletariado em

relação às forças técnicas e aos recursos de um país é um erro resultante de um materialista "economicista" simplificado ao extremo. Tal ponto de vista nada tem de comum com o marxismo. Se bem que as forças de produção industriais sejam dez vezes mais desenvolvidas nos Estados Unidos, do que nosso país, o papel político do proletariado russo, a sua influência política no país, a sua influência futura na política mundial, são incomparavelmente maiores que o papel e a importância do proletariado americano...

A revolução russa vai, quanto a nós, criar condições nas quais o poder poderá (e com a vitória da revolução deverá) passar para as mãos do proletariado antes que os políticos do liberalismo burguês tenham oportunidade de desenvolver plenamente o seu gênio de homens de Estado... A burguesia russa está em vias de ceder ao proletariado todas as posições revolucionárias. Terá mesmo que ceder-lhe a direção revolucionária do campesinato. O proletariado no poder aparecerá ao campesinato como uma classe emancipadora... O proletariado, apoiando-se no campesinato, esforçar-se-á por todos os meios ao seu alcance, por elevar o nível cultural do campo e desenvolver a consciência política do campesinato... Poderá o campesinato submergir o proletariado e ocupar o seu lugar? É impossível. A experiência histórica afirma o contrário. Mostra que o campesinato é completamente incapaz de desempenhar um papel político independente... Do que se acaba de dizer, é fácil concluir qual a nossa posição frente à "ditadura do proletariado e do campesinato". O fulcro da questão não é saber se a consideramos como admissível em princípio, mas se consideramos esta fórmula desejável ou indesejável. Consideramo-la irrealizável — pelo menos num sentido direto e imediato.

Esta citação mostra quão errônea é a asserção, mais tarde repetida até a saciedade, segundo a qual a concepção apresentada aqui "salta por cima da revolução burguesa". "A luta pela revolução democrática da Rússia", escrevia eu nesta época, "atingiu o seu máximo desenvolvimento e é conduzida por forças que se desenvolvem do capitalismo. É dirigida diretamente e antes de tudo contra os obstáculos feudais que obstruem a via do desenvolvimento da sociedade capitalista".

No entanto, a questão é: Que forças e que métodos serão justamente capazes de eliminar estes obstáculos? Podemos responder a todas as questões da revolução afirmando que a nossa revolução é

burguesa nos seus objetivos e, por conseguinte, nos seus resultados inevitáveis, e assim fechamos os olhos perante o fato de que o agente principal desta revolução burguesa é o proletariado, e que o proletariado será levado ao poder pelo próprio processo da revolução... Podeis acalentar ilusões de que as condições na Rússia não estão ainda maduras para uma economia socialista — e por conseqüência podeis recusar-vos a admitir um fato: o proletariado, quando conquistar o poder, vai ser inevitavelmente constringido pela própria lógica da sua situação a introduzir uma economia estatizada...

Entretanto no governo, não como reféns impotentes, mas como força dirigente, os representantes do proletariado vão por este ato fazer desaparecer a distinção entre o programa mínimo e o programa máximo, isto é, "pôr o coletivismo na ordem do dia. Será devido à relação de forças que dependerá o ponto onde o proletariado parará nesta direção e não devido às intenções iniciais do partido do proletariado..."

Não será cedo demais para pôr a questão: Esta ditadura do proletariado deve ultrapassar os limites da revolução burguesa? Ou melhor, não poderá, dadas as bases históricas mundiais, abrir-se diante dela a perspectiva da vitória que será obtida ultrapassando estes limites? Uma coisa pode ser declarada com certeza: sem a ajuda direta do proletariado europeu, a classe operária russa não poderá manter o seu poder e transformar o seu poder temporário numa ditadura socialista de grande duração... Disto, contudo, não decorre um prognóstico pessimista. "A emancipação política da classe operária russa eleva-a ao lugar de dirigente e iniciadora da liquidação mundial do capitalismo, para a qual a história criou todas as condições objetivas necessárias..."

No que concerne ao modo como a social-democracia internacional se mostrará capaz de cumprir a sua tarefa revolucionária, escrevia eu em 1906:

"Os partidos socialistas europeus — e acima de tudo o mais poderoso dentre eles, o partido alemão — foram atingidos pelo conservadorismo. À medida que as massas, cada vez mais numerosas, aderem ao socialismo e que a organização e a disciplina destas massas aumenta, este conservadorismo aumenta igualmente.

É por esta razão que a social-democracia, enquanto organização encarnando a experiência política, pode tornar-se, num dado momento, um obstáculo direto na via do conflito aberto entre os operários e a reação burguesa..." Na conclusão

da minha análise, entretanto, exprimia a certeza de que "A Revolução no Leste da Europa vai dotar o proletariado do Ocidente de idealismo revolucionário e desencadear nele o desejo de falar "russo" ao seu inimigo...

Resumindo: O narodnikismo, seguindo o exemplo dos eslavófilos, nasceu das ilusões sobre as vias absolutamente originais do desenvolvimento da Rússia, e exerceu a sua ação à margem do capitalismo e da república burguesa. O marxismo de Plekhanov consagrou os seus esforços a provar a identidade de princípio das vias históricas da Rússia e do Ocidente. O seu programa, que derivou daí, ignorou as particularidades perfeitamente reais e de modo nenhum místicas da estrutura social da Rússia e do seu desenvolvimento revolucionário. A atitude dos mencheviques face à revolução, despojada das incrustações episódicas e dos desvios individuais, pode ser resumida assim: a vitória da revolução burguesa russa é unicamente concebível sob a direção da burguesia liberal e deve pôr o poder nas mãos destas. O regime democrático permitirá ao proletariado russo alcançar os seus irmãos mais velhos do Ocidente no caminho da luta para o socialismo com possibilidades de sucesso incomparavelmente maiores do que anteriormente.

A perspectiva da Lênin pode ser resumidamente exposta como se segue: a burguesia retardatária russa é incapaz de terminar a sua própria revolução. A vitória completa da revolução através da "ditadura democrática do proletariado e do campesinato" expurgará o país dos restos medievais, imprimirá ao desenvolvimento do capitalismo russo o ritmo do capitalismo americano, reforçará o proletariado das cidades e dos campos, e abrirá grandes possibilidades à luta para o socialismo. Por outro lado, a vitória da Revolução Russa dará um impulso poderoso à revolução socialista do Ocidente, e esta última não protegerá somente a Rússia dos perigos de uma restauração, mas permitirá igualmente ao proletariado russo conseguir a tomada do poder num prazo histórico relativamente curto.

A perspectiva da revolução permanente pode ser resumida do seguinte modo: a vitória completa da revolução democrática na Rússia é inconcebível de outro modo que sob a forma de uma ditadura do proletariado apoiado pelo campesinato. A ditadura do proletariado porá inevitavelmente na ordem do dia não só as tarefas democráticas, mas também as tarefas socialistas, dando, ao mesmo tempo, um vigoroso impulso à revolução socialista internacional. Só a vitória do proletariado no Ocidente preservará a Rússia duma restauração

burguesa e assegurar-lhe-á a possibilidade de conduzir a bom termo a edificação socialista.

Estas fórmulas concisas revelam com uma clareza igual a homogeneidade das duas últimas concepções na sua contradição irreconciliável com a perspectiva liberal — menchevique — e a diferença em todo o caso essencial entre si na questão do caráter social e das tarefas da "ditadura" que nascerá da revolução. A objeção muitas vezes repetida pelos teóricos atuais de Moscou, afirmando que o programa da ditadura e do proletariado era "premature" em 1905, não tem qualquer justificação. Num sentido empírico o programa da ditadura do proletariado e do campesinato foi igualmente "premature". A relação de forças, desfavorável na época da primeira revolução, tornava impossível, não a ditadura do proletariado como tal, mas, de uma maneira geral, a própria vitória da revolução. Contudo, todas as tendências revolucionárias confiavam numa vitória completa; sem uma tal confiança, a luta revolucionária seria impossível. As diferenças referiam-se às perspectivas gerais da revolução e à estratégia que delas resultava. A perspectiva dos mencheviques era completamente falsa. Dirigia o proletariado para uma via inteiramente diferente. A perspectiva dos bolcheviques era incompleta: indicava corretamente a direção geral da luta, mas caracteriza incorretamente as suas fases. A insuficiência da perspectiva dos bolcheviques não se revelou, em 1905, pelo fato de a própria revolução não conhecer mais amplo desenvolvimento. Mas no princípio de 1917, Lênin, em luta direta com os mais antigos quadros do partido, foi obrigado a mudar de perspectiva.

Não se pode exigir a um prognóstico político a mesma exatidão que a um prognóstico astronômico. É satisfatório se der uma indicação correta da linha geral do desenvolvimento e se permitir a orientação para o processo real dos acontecimentos cuja linha fundamental é levada inevitavelmente a desviar-se para a esquerda ou para a direita. Neste sentido, é impossível não reconhecer que a concepção da revolução permanente sofreu vitoriosamente a prova da história. Ao longo dos primeiros anos do regime soviético, ninguém a contestava. Pelo contrário, o fato era reconhecido num grande número de publicações oficiais. Mas quando, nas cúpulas tranquilas e fossilizadas da sociedade soviética, a reação burocrática contra Outubro estalou, dirigiu-se desde o início contra esta teoria que, de forma mais completa que qualquer outra, refletia a primeira revolução proletária da história e, ao mesmo tempo, revelava claramente o seu caráter parcial, incompleto e limitado. Foi assim que nasceu a teoria do socialismo num só país, o dogma fundamental do stalinismo. ■



DE OUTUBRO VERMELHO A MEU DESTERRO

Trotsky. In: De octubre rojo a mi destierro.
Buenos Aires, Distribuidora Baires F. R. L.
Tradução : Fernando Sarti Ferreira e
John Lionel O. Rodrigues

O Confinamento

Respondi, pois, à exigência de cessar toda atividade política, declarando que somente uma burocracia depravada em absoluto podia formular tamanha exigência, e que só uns renegados poderão acatá-la. Provavelmente, nem os próprios stalinistas esperavam outra resposta.

Passou-se um mês sem variações. Nossa comunicação com o mundo exterior se interrompeu por completo, até mesmo a comunicação ilegal organizada por alguns companheiros jovens, os quais, enfrentando imensas dificuldades, tinham me enviado com regularidade, para Alma Ata, abundantes relatórios procedentes de Moscou e de outros centros. Durante o mês de janeiro, recebemos apenas os jornais moscovitas. Quanto mais estes falavam da luta contra a direita, mais certeza tínhamos de que haveria uma investida iminente contra a esquerda. Este é o método de Stalin.

Decisão criminosa e ilegal

Enquanto isso, Volynsky, emissário do "Guepeu", permanecia em Alma Ata, onde aguardavam novas instruções. No dia 20 de janeiro, chegou à minha casa, acompanhado de numerosos agentes armados dessa instituição, os quais se posicionaram junto a todas as saídas, e me apresentou o seguinte extrato da ata da Conferência Especial, simpatizante do "Guepeu", datado de 18 de janeiro de 1929.

Entendido: O caso do cidadão Leon Davidovitch Trotsky, acusado, conforme o artigo 58/1 do Código Penal, de atividade contra-revolucionária que se manifestou na organização de um partido ilegal cuja atividade tendia, nos últimos tempos, a provocar intervenções anti-soviéticas e a preparar uma luta armada contra o poder dos Sovietes.

Resolvido: Confinar da U.R.S.S o cidadão Leon Davidovitch Trotsky.

Quando me foi exigido o comprovante de que estava ciente dessa decisão, escrevi:

No dia 20 de janeiro de 1929, foi-me notificada a resolução do "Guepeu", criminosa pelo conteúdo e ilegal pela forma.
- Trotsky.

Qualifiquei essa decisão de criminosa porque se baseava conscientemente na afirmação falsa de que eu havia preparado uma luta armada contra o poder dos Soviéticos. A utilização dessa fórmula, da qual Stalin precisava para justificar meu confinamento, constituía por si só uma atividade odiosa contra o poder soviético. Porque se fosse verdade que a oposição dirigida pelos organizadores da revolução de outubro, criadores da República dos Soviéticos e do exército vermelho, havia preparado por meio das armas, a derrubada do poder soviético, esse fato significaria que a situação do país era catastrófica. Assim, nossos adversários do mundo burguês e até os mais dispostos às concessões deveriam dizer para si mesmos: "Não nos apressemos tanto para reatar as relações econômicas e esperemos o final da luta armada". Afortunadamente, a fórmula utilizada pelo "Guepeu" era apenas uma insolente invenção policial. A política da oposição não tinha nada de comum com a preparação de uma luta armada. Tomamos como ponto de partida a profunda vitalidade do regime soviético, da qual estamos plenamente convictos. Nosso rumo é a reforma interna. Aproveito esta ocasião para proclamá-lo ante o mundo inteiro e proteger assim, embora só em parte, os interesses da República dos Soviéticos contra o golpe que lhe é assestado pela fórmula completamente falaz do "Guepeu", ditada por Stalin. Por maiores que sejam as dificuldades interiores da República Soviética na atualidade, não apenas por consequência de circunstâncias objetivas, mas também pela imponente política de vacilações, se enganarão aqueles que, contra seu próprio bem, novamente acreditarem na queda próxima do poder dos Soviéticos.

Parece que Sir Austen Chamberlain não abraça essas ilusões. Seu critério possui um caráter muito mais prático. Por acreditar nos comunicados que a imprensa publica com insistência, especialmente o órgão norte-americano "The Nation". Ele opina que as relações regulares com a União Soviética serão perfeitamente possíveis assim que Trotsky for "colado" no muro.

Esta lapidária fórmula prestigia o temperamento do ministro conservador, quem, no entanto, usa uma linguagem muito mais pacifista quando se trata da marinha de guerra norte-americana. Ainda que não esteja encarregado de nenhuma gestão diplomática, tomo a liberdade - em função do interesse geral e, parcialmente, do meu também - de aconselhar o ministro de Assuntos Exteriores da Grã-Bretanha que não

insista em que sua exigência seja satisfeita. Stalin já demonstrou quão disposto estava para se adiantar aos desejos de Mister Chamberlain, desterrando-me da União Soviética. Se não fez ainda mais, não foi por falta de vontade. Na verdade, resultaria imensamente irracional punir, por esse motivo, a economia soviética e a indústria britânica. Além disso, permito-me lembrar que as relações internacionais se baseiam no princípio da "reciprocidade". Mas não quero insistir nesse desagradável assunto.

Para meu resguardo, eu havia qualificado a resolução do "Guepeu", além de criminosa no conteúdo, de ilegal na forma. Com isso, eu queria dizer que o "Guepeu" pode nos propor partir para o exterior sob ameaça de algumas sanções internas, mas não pode expedir alguém ao exterior sem o consentimento da pessoa expulsa.

Após exigir que me informassem para onde e como seria desterrado, tive como resposta que, ao chegar à Rússia européia, seria informado por um representante do "Guepeu" que viria ao meu encontro.

A marcha

No dia seguinte, com muita pressa, conseguimos arrumar nossos baús cheios quase exclusivamente de livros e manuscritos. Os dois "pointers" observavam, inquietos, a abundância de indivíduos estranhos e barulhentos no tranquilo aposento. Digo de início que não houve, por parte dos agentes da NKVD, nem sombra de hostilidade, aliás, muito pelo contrário.

No dia 22, ao amanhecer, entrei em um ônibus com minha mulher, meu filho e uma escolta que nos levou por uma estrada, cheia de neve e escorregadia, até o desfiladeiro de Kurday. Este desfiladeiro se encontrava coberto de neve, resultado de uma forte tempestade. O poderoso trator que devia nos rebocar pela neve do Kuraday afundou por completo na neve com os sete automóveis que arrastava atrás de si. Durante a tempestade, morreram de frio sete homens e muitos cavalos. Foi mister transportar a carga em trenós dos aldeões. Demoramos mais de sete horas para percorrer uns trinta quilômetros. Por todo o caminho, havia muitos trenós abandonados cobertos de neve e com as pás para o ar, assim como numerosos carregamentos destinados à construção da estrada de ferro Turquistão-Sibéria, e numerosas cisternas de petróleo enterradas embaixo da neve. Homens e cavalos se refugiaram nas cabanas de inverno dos quirguizes.

Ao sair do desfiladeiro, prosseguimos de automóvel até Pichpeck (Frunse), onde embarcamos no trem. Os jornais moscovitas que comprávamos nas estações testemunhavam a preparação da opinião pública para o desterro dos líderes da oposição. Na região de Aktubinsk, nos avisaram

por telégrafo que nosso desterro seria em Constantinopla. Exigi falar com duas pessoas da minha família que ficaram em Moscou. Reuniram-nos na estação de Riajsk, onde eles foram submetidos ao mesmo regime que nós. Um segundo representante da NKVD, Bulanov, procurava me convencer das vantagens de Constantinopla. Neguei-me categoricamente a partir. Conversações telegráficas de Bulanov com Moscou. Lá, tudo estava previsto, exceto a minha negativa de ir de bom grado para o estrangeiro. Havendo se perdido, nosso trem andava lentamente. Acabou parando em uma via vazia e logo depois em uma pequena estação para, por fim, parar entre dois bosques. Ali transcorreram horas e horas. Nas proximidades do trem, aumentava o número de latas de conserva vazias. Cada vez mais se aglomeravam ao redor, em grupos maiores, os corvos e galinhas para aproveitarem as sobras. Os aldeões não tinham lebres: elas haviam sido dizimadas no outono por uma epidemia terrível. Todos os dias, saía uma locomotiva com um vagão para buscar a comida em alguma estação importante. Dentro do vagão em que nos encontrávamos, reinava a gripe. Eu lia a Anatole France e o curso de história russa de Kliutchevski. O frio chegava a 38° Réamur¹ e a locomotiva andava pelos trilhos para não congelar. Através do ar, se interpelavam as estações T.S.H., perguntando onde estávamos. Minha família e eu não escutávamos essas perguntas porque jogávamos xadrez; porém, mesmo que as tivéssemos escutado, não saberíamos o que responder. Levados ali a noite, ignorávamos em que ponto nos encontrávamos: estávamos em algum lugar da região de Kursk e era tudo. Assim passamos doze dias e doze noites.

Ali soubemos da prisão de centenas de militantes, entre eles os que se chamavam "o centro trotskista". Publicaram os nomes de Kavtaradzé, ex-presidente do Conselho de Comissários do Povo da Geórgia; Mdivani, ex-representante comercial da U.R.S.S. em Paris; Drobniš, uma das figuras mais heróicas da revolução na Ucrânia, etc. Todos eram militantes pertencentes ao partido desde sua fundação e organizadores de Outubro.

No dia 8 de fevereiro, declarou Bulanov:

- Apesar de todas as insistências de Moscou, o governo Alemão se nega veementemente a admitir você na Alemanha. Deram-me a ordem definitiva de levá-lo a Constantinopla.

- Não partirei por minha vontade, e assim declararei na fronteira turca.

- Isso em nada afetará esta questão, pois não será por isso que não será levado a Turquia.

- Vocês então fizeram um acordo com a polícia turca para eu ingressar à força naquele país?

- Não sei uma palavra a mais e não faço outra coisa a não ser cumprir ordens.

Depois de doze dias parado, o trem voltou a se mover. Ele havia crescido porque havia aumentado a escolta. Não podíamos sair do vagão durante todo o trajeto desde Pichpeck. Agora caminhávamos a todo vapor para o sul. Não parávamos mais a não ser nas estações pequenas para pegar água e combustível. Estas precauções se davam em consequência dos protestos que minha deportação gerou na estação de Moscou em janeiro de 1928. Então, manifestantes impediram com violência a partida do meu trem para Tachkent, de sorte que não pude ir embora até o dia seguinte, às escondidas. No caminho, os jornais traziam os ecos da nova campanha magna contra a luta mantida nas esferas superiores sobre a questão da minha prisão. A facção stalinista tinha pressa. Assim, tentaria vencer não somente os obstáculos da política, como os da Natureza. Estava confirmada a saída do navio Kalinin de Odessa; porém estava encahalhado no gelo, e foram vão todos os esforços para liberar sua saída. Moscou permanecia telegrafando para acelerar a partida. Com urgência, se consegui o barco "Ilitch". Nosso trem chegou a Odessa às dez da noite. Contemplei pela janela os lugares familiares: nessa cidade, passei sete anos de minha vida escolar.

Nosso vagão foi arrastado até o navio. Fazia um frio atroz. Apesar da escuridão da noite, vi que o cais estava cercado por agentes e tropas da NKVD. Não houve outra coisa a se fazer do que nos despedir das pessoas de nossa família que haviam compartilhado minha detenção nas últimas duas semanas. Pela janela do vagão, olhava o navio que me estava destinado, e recordava de outro navio que também me levou a um destino contrário ao que desejava.

Era março de 1917, nas cercanias de Halifax, no Canadá. Marinheiros ingleses me pegaram pelos braços, na presença de muitos viajantes, para me afastar do paquete norueguês "Christianford", que ia me levar, provido de todos os documentos necessários, para Cristiana-Petrogrado. Minha família, então, era composta dos mesmos que agora, só que doze anos mais novos. Meu filho mais velho, que tinha onze anos a época, golpeava com sua mãozinha um marinheiro inglês, sem que eu pudesse deter este gesto com o qual, candidamente, ele esperava conseguir minha liberdade e sobretudo minha posição vertical. Foi então que fiquei por um tempo no campo de concentração de Amburst, ao invés de ir para Petrogrado.

Sem cargas e outros viajantes, o Ilitch zarpou do cais à uma da madrugada. Um barco rompe-gelo abriu nosso caminho por umas setenta milhas. Somente nos atingiu ligeiramente a tempestade que rugia na região. No dia 12 de fevereiro, penetramos no Bósforo. Entreguei ao oficial da polícia turca a declaração de que era trazido à

força para Constantinopla. Não teve nenhuma conseqüência. O barco adentrou mais a baía. Depois de vinte e dois dias de viagem, havendo percorrido 6.000 quilômetros, nos encontrávamos em Constantinopla.

Como pôde ocorrer isso?

Para a pergunta "Como pôde ocorrer isso?", cabe dar duas respostas: ora descrevendo o mecanismo de luta de grupos da direção, ora desvendando o movimento das mais profundas forças sociais. Ambos os métodos podem justificar-se. Não se exclui um do outro. É natural que, diante de tudo, o leitor queira possuir um resumo dos feitos, que deseje saber como se produziu uma mudança tão radical de orientação, por quais vias Stalin se apoderou do aparato estatal e o dirigiu contra os demais. Em proporção ao assunto fundamental da reorganização das forças de classes e da sucessão das diversas etapas revolucionárias, não tem mais que uma importância secundária o que diz respeito aos agrupamentos, combinações e personalismos; porém é perfeitamente legítimo situá-lo em seu justo lugar. Respondamos.

O que é Stalin?

O que é Stalin? Se tentarmos caracterizá-lo brevemente, conviria dizer que "é a mediocridade mais notável de nosso partido". É dotado de sentido prático, de obstinação e tenacidade para perseguir suas causas. Seu horizonte político é extremamente restringido. Seu nível teórico parece dos mais primitivos também. O livro que compilou, *As Bases do Leninismo* - com o qual procurou pagar seu tributo as tradições teóricas do partido - delata mil erros escolares. Sua ignorância de línguas estrangeiras - não conhece nenhuma - o obriga a seguir a vida política de outros países unicamente pela referência dos outros. Sua configuração espiritual se mostra a de um empírico obstinado, desprovido de imaginação criadora. As esferas superiores do partido - entre a massa, em geral, não o conheciam - viam nele um homem adequado para exercer papéis de segunda e terceira ordem. O fato de que na atualidade representa o primeiro escalão é característico de um período transitório, de equilíbrio instável, muito mais do que o próprio Stalin. Já havia dito Helvetius:

cada tempo tem seus grandes homens, e se não os tem, os inventa.

Como todos os empíricos, Stalin está cheio de contradições. Trabalha sem perspectivas, sob ação dos choques do momento. Sua linha política é uma série de zigzagues. A cada uma dessas voltas, cria uma teoria *ad hoc* ou encarrega outra pessoa que a improvise por ele. Distinguiu-se por uma falta de escrúpulos extraordinários na maneira de tratar as pessoas e as coisas. Nunca terá dificuldades em chamar de branco aquilo que ontem chamava de negro. Com facilidade, poderia se fazer um catálogo assombroso das conside-

rações de Stalin. Não citarei senão um exemplo que cabe melhor que outros no espaço de um artigo de jornal. De antemão, me desculpo por esse exemplo dizer respeito a mim pessoalmente.

No decorrer dos últimos anos, Stalin dedicou todos seus esforços ao "destronamento" Trotsky. Forjou com toda pressa uma nova história da Revolução de Outubro, uma nova história do exército vermelho e uma nova história do partido. Stalin deu o sinal de uma nova conjectura de valores, ao declarar no dia 19 de novembro de 1924:

Trotsky não desempenhou e nem poderia ter desempenhado nenhum papel especial no partido, nem na insurreição de outubro.

Começou a repetir esta afirmação em todas as ocasiões. Então se recordou de um artigo que ele mesmo havia escrito motivado pelo primeiro aniversário da Revolução. Dizia o artigo, textualmente:

Todo o trabalho de organização prática da insurreição se desenvolveu sob a direção de Trotsky, presidente do Soviete de Petrogrado. Pode-se dizer, com certeza, que o partido, antes de tudo e sobretudo, deve a Trotsky a adesão rápida da guarnição ao Soviete e a hábil organização do Comitê Militar Revolucionário.

Como Stalin se livrou desse difícil atoleiro? Muito simples. Dirigiu aos trotskistas uma boa quantidade de novos insultos. Há centenas de exemplos. Contradições assim caracterizam suas opiniões acerca de Zinoviev e Kamenev. Sem dúvida alguma, em algum momento bem próximo, repetirá o mesmo em relação a Rykov, Bukanin e Tomsky, de forma mais venenosa, os mesmos julgamentos que ontem dirigia à oposição.

Como Stalin poderia arriscar-se a cair em tantas contradições? Simplesmente porque intervém com seus discursos ou seus artigos depois de impossibilitar seus adversários de contestá-lo. Sua política não é mais que um eco de seu mecanismo de organização. O stalinismo é principalmente o trabalho automático do aparato estatal.

No que chamou de seu "testamento", Lênin apontava dois grandes traços da personalidade de Stalin: sua brutalidade e sua deslealdade. Porém, até a morte de Lênin, estes traços não tinham alcançado seu pleno desenvolvimento. Sobretudo, Stalin se preocupa em imprimir o aspecto mais peçonhento possível à luta no seio do partido, colocando-se assim como fato consumado a cisão.

Dois pratos "apimentados"

Já em 1921, Lênin advertia o partido: "Esse cozinheiro não preparará mais que pratos apimentados". Não é o único prato deste gênero o decreto da NKVD acusando a oposição de organizar a luta armada contra os soviets.

Em julho de 1927, ou seja, estando a oposição dentro do partido, Stalin levantou de súbito a questão:

Seria a oposição hostil aos triunfos da U.R.S.S. nas futuras batalhas contra o imperialismo?

É inútil aludir que não havia a menor razão para lançar essa insinuação. Mas o cozinheiro começava a temperar o prato do artigo 58. Como tem uma importância internacional a atitude da oposição em defesa da U.R.S.S., estimo ser necessário, em interesse da República dos Soviéticos, citar aqui uma parte do discurso com o qual respondi imediatamente a questão levantada:

Deixemos de lado por um instante – dizia eu no plenário do Comitê Central e da Comissão Central de Inspeção de 1927 – a arrogância da pergunta. Recordemos agora de como Lênin caracterizava os métodos de Stalin quando empregava, pensando severamente, as palavras “brutalidade” e “deslealdade”. Aceitemos a questão como foi levantada e respondamos. Somente os soldados brancos podem ser hostis ao triunfo da U.R.S.S. nas batalhas futuras contra o imperialismo. No fundo, Stalin está formulando outra pergunta, que é a seguinte: “A oposição sabe que minha direção incapaz de assegurar a vitória da U.R.S.S.?” Sim, a oposição entende que a direção de Stalin tornará difícil nosso triunfo. Todo o opositor ocupará o posto de combate que lhe confie o partido, tanto na frente de batalha, com na retaguarda. Porém, nenhum de nós renunciará a seu direito e dever de lutar para corrigir a direção do partido... Em resumo: pela pátria socialista, sim; pela manutenção de Stalin, não.

Mesmo que as circunstâncias tenham se transformado, estas palavras conservam toda a sua força para nós, hoje em dia.

Junto à falsa organização da luta armada pela oposição e nossa suposta hostilidade para com a U.R.S.S., sou obrigado a mencionar o terceiro prato do “menu” especial de Stalin. Trata-se dos atos terroristas.

Segundo pude conferir, ao chegar em Constantinopla, já encontravam eco na imprensa mundial alguns rumores imprecisos sobre certas intenções terroristas que dizem estar ligadas a certos grupos da oposição trotskista. Posso ver claramente a origem de tais rumores. Várias vezes, desde Alma Ata, adverti meus amigos que, dado o caminho que empreendia, Stalin deveria experimentar uma necessidade crescente de que houvesse intenções terroristas por parte dos trotskistas. Não há a menor esperança de imputar a oposição, dirigida por um Estado Maior de militantes bastante experientes e

responsáveis, a preparação de um levante armado. Porém, atribuir um projeto terrorista a um grupo de trotskistas anônimos, configura-se como um problema muito mais fácil de se resolver. Visivelmente, os esforços de Stalin caminham nesse sentido. Denunciar em voz alta não conseguirá tornar este esforço impossível; mas, sim, torná-lo-ia de muito mais difícil realização.

Em 1926, o caráter dos métodos de luta de Stalin me obrigou a dizer-lhe, durante uma sessão da Mesa Política, que apresentava sua candidatura na qualidade de cozeiro do partido e da Revolução. Agora repito esta advertência com uma força formidável em meu apoio. No entanto, tanto agora como em 1926, estou profundamente persuadido de que Stalin não triunfará no partido, e sim que o partido será quem vai vencer Stalin.

A vitória de Stalin

Stalin foi eleito secretário-geral do partido, mesmo com Lênin vivo, no ano de 1921. Por aquela época, a função tinha um caráter mais técnico do que político. Entretanto, Lênin se pronunciava contra a candidatura de Stalin. Foi precisamente sobre isso que se referia ao falar do “cozinheiro com tendências aos pratos fartamente apimentados”. Porém, cedeu às instâncias da Mesa Política, mesmo que sem grande entusiasmo. “Ensaaiemos e já veremos...”, declarou.

A doença de Lênin modificou a situação imediatamente. Até então, era ele quem presidia a Mesa Política e tinha em suas mãos influência para mandar no que era essencial ao partido. Stalin, como secretário-geral, não era mais do que encarregado da execução e do trabalho secundário. Cada um dos demais indivíduos da Mesa se ocupava de suas funções particulares. Afastado do trabalho, Lênin passou automaticamente o mando do partido para Stalin. Não era senão uma situação provisória a que assim se criava. Ninguém propôs mudanças, porque esperava-se uma rápida recuperação do comandante. Entretanto, Stalin se entregava a uma atividade febril e colocava todos os seus homens no aparato estatal. Quando Lênin se recompôs de seu primeiro ataque e retornou ao trabalho por algum tempo, nos anos de 1922-1923, se assustou ao ver o quão burocrático havia se tornado o procedimento e o quanto havia progredido a onipotência de Stalin sobre a massa do partido.

Insistindo para que eu o substituísse no Conselho de Comissários do Povo, Lênin manteve conversação comigo no sentido de lutar prontamente contra a burocracia stalinista. A chave desse problema estava em empreender esta luta evitando a menor divisão possível do partido. Mas se agravou o estado de saúde do chefe. No documento conhecido como “testamento”, escrito no dia 4 de janeiro de 1923, aconselhava,

com insistência, relevar Stalin a funções meramente essenciais, por sua deslealdade e por sua inclinação a abusar do poder. Mas não demorou muito para que voltasse à cama. Se reproduziu a situação provisória com Stalin à frente do partido. Durante o passar dos dias, ia diminuindo a esperança de que Lênin se curaria. A perspectiva de seu completo afastamento incitava a questão de saber quem iria dirigir o partido.

O septunvirato

Até então, ainda não se haviam tornado claras as divergências de princípios. Teve um caráter meramente pessoal a agrupação que se manifestou hostil à minha pessoa. "Impedir que Trotsky dirija o partido" foi a palavra de ordem de Zinoviev, Stalin etc. Mais tarde, durante a polêmica entre Zinoviev e Kamenev contra Stalin, foram divulgados os mistérios daquele período pelos mesmos que participaram do complô. Porque foi um verdadeiro complô. Havia-se criado uma Mesa Política secreta (o Septunvirato), da qual faziam parte todos os membros da Mesa Política oficial, exceto eu e quem estava próximo de Kuybychev, então presidente do Conselho Superior de Economia Nacional. Todas as questões eram previamente resolvidas na mesa clandestina, cujos indivíduos estavam ligados por um pacto coletivo. Comprometiam-se a não criar polêmicas uns contra os outros, e ao mesmo tempo, aproveitar todos os pretextos para intervir contra as minhas posições. Dentro dos organismos locais, existiam centros secretos análogos que estavam em contato com o "Septunvirato" de Moscou e observavam uma disciplina severa. Correspondiam-se com uma linguagem cifrada. Era uma perfeita organização ilegal dentro do seio do partido, e que a princípio se dirigia contra um só homem. Selecionavam os funcionários responsáveis do partido e do Estado segundo um critério único: que estivessem contra Trotsky.

Durante o largo interlúdio causado pela doença de Lênin, efetuou-se incansavelmente esta tarefa, porém com muita prudência, de modo que, no caso de Lênin se recuperar, poderiam se conservar, em sua integridade, "as pontes minadas". Exigia-se do candidato a qualquer função que adivinhasse o que se esperava dele. Aquele que "adivinhasse" prosperava. Assim se criou uma forma especial de arrivismo que só se chamaria de "antitrotskismo" mais tarde. A morte de Lênin deixou tempo livre para a formação desta conspiração, permitindo-a mostrar-se na luz do dia.

Os indivíduos do partido que extorizavam seu protesto contra esta política caíam vítimas de pérfidos ataques desencadeados por motivos que não tinham nada a ver com isso e muitas vezes eram inventados. Ao contrário, os elementos de pouca moralidade que durante o primeiro quinquênio de poder dos Soviéticos foram eliminados

sem piedade do partido, consolidavam sua situação com uma simples intervenção contra Trotsky. No final de 1923, se procedeu a mesma tarefa em todos os partidos da Internacional Comunista: foram expulsos alguns chefes e vieram a substituí-los outros, unicamente por sua atitude com respeito a Trotsky. Houve uma seleção artificial, não dos melhores quadros, mas sim daqueles com maior facilidade a se adaptar a nova realidade. A orientação geral se reduziu a substituir as personalidades capazes, que tivessem valor próprio, por mediocridades que tinham dívidas em relação à sua situação somente ao aparato estatal. Por sua parte, Stalin se converteu na expressão suprema de tal mediocridade.

As discussões

Assim estavam tomados três quartos do poder nos fins de 1923, e já se fazia possível transferir a luta para as multidões. Os diferentes exércitos ocuparam diversas posições de partida e aguardaram o sinal de ataque. Ele foi dado. As duas primeiras "discussões" francamente dirigidas contra mim, no outono de 1923 e no de 1924, coincidiram ambas com minha doença, o que não me permitiu intervir em nenhuma reunião do partido. Sob a pressão violenta do Comitê Central, começou a preparação da massa ao mesmo tempo e por todos os lados. Trouxeram à luz, desfigurando-as, exagerando-as e apresentando-as como questões atuais à multidão desinformada, minhas antigas desavenças com Lênin, que não só datavam de antes da Revolução, quando não da Guerra, e que desde muitos anos estavam abolidas pela luta comum. As pessoas ficaram atordoadas, derrotadas e intimidadas. Mesmo assim, descia um nível abaixo do procedimento de seleção de pessoal. Não foi mais possível exercer o cargo de diretor de fábrica, de secretário de célula de oficina, de presidente de comitê executivo de território, de contador ou de datilógrafo sem exibir seu antitrotskismo como referência.

Enquanto foi possível, evitei tomar parte nessa luta, tanto mais durante seus primeiros momentos, que tinham um caráter claro de complô sem motivos contra mim, pessoalmente. Porque, após iniciar-se uma luta de tal índole, adquiriria uma acuidade extraordinária que, sob uma ditadura revolucionária, poderia ter conseqüências terríveis. Não procede elucidar aqui se foi justo se esforçar às custas de enormes concessões pessoais para permanecer em um terreno que permitisse trabalhar coletivamente, se devia empreender uma ofensiva, não obstante a ausência de razões políticas suficientes. O caso é que optei pelo primeiro caminho, e apesar de tudo, não me arrependo. Há vitórias que nos levam a becos sem saída e derrotas que abrem novos horizontes...

Até quando se concentraram em profundas divergências políticas, rechaçando com energia a

intriga pessoal, eu mantive o debate nos limites de uma discussão de princípios. A fim de facilitar a comprovação com cálculo e prognósticos contraditórios, me opunha a que se acelerasse a luta. Apressavam-na, com todo afínco, Zinoviev, Kamenev e Stalin, que se dissimulava por detrás dos outros dois primeiros. Precisamente, o que queriam, era não deixar tempo para que o partido refletisse e apreciase as divisões que se baseavam na experiência. Quando Zinoviev e Kamenev se separaram de Stalin, este utilizou automaticamente contra eles a força adquirida quando perseguiu o trotskismo, força essa que eles tinham desenvolvido em comum acordo com ele.

Vitória das tendências moderadas e conservadoras

O que antecede não é uma explicação histórica do triunfo de Stalin, mas sim uma descrição rápida da maneira como ele obteve esta vitória. Sobretudo, não implica em uma queixa contra determinadas intrigas. Qualquer política que veja a causa de sua derrota nas intrigas do adversário está cega e infunde em lástima. A intriga supõe, de certo modo, o lado técnico do assunto, e não pode representar mais que um papel secundário. As grandes questões históricas se resolvem por obra das grandes forças sociais. A despeito de todos os seus vacilos e de sua instabilidade, a vitória de Stalin é uma manifestação das mudanças consideráveis que se produziram nas relações de classes da sociedade revolucionária; é o triunfo ou semitriunfo de certos meios e agrupações sobre outros, é o reflexo das mudanças que se efetuaram na situação internacional dos últimos anos. Porém, já se constitui, por si só, um grande tema este encadeamento de questões.

Por agora, me limitarei a não fazer mais que uma observação. Apesar de todos os erros e de todas as confusões que a imprensa mundial hostil ao bolchevismo cometeu ao julgar as diversas etapas e os diversos episódios da luta intestina da União Soviética, soube esta imprensa distinguir com bastante justeza o núcleo social de semelhante luta: a vitória de Stalin implica a vitória das tendências mais moderadas e mais conservadoras, vencendo as tendências da revolução proletária internacional e as tradições do partido bolchevique.

Não tenho, pois, razão alguma para protestar contra os elogios tão freqüentes que a imprensa faz do realismo de Stalin. Minha outra questão é saber até que ponto se denota sólido seu êxito e em que sentido orientará sua evolução posterior.

Aonde vai a República Soviética?

Desde o golpe de Estado de outubro, as colunas da imprensa internacional não abandonaram esta pergunta. No momento atual, se formula a respeito de meu desterro que os adversários do bolchevismo consideram sintoma de um desenlace esperado há

muito tempo. Não me cabe negar que este desterro tenha uma importância menos pessoal do que política. No entanto, tampouco neste momento aconselharei dar pressa a deduzir "o começo de um fim".

Vão resultaria recordar como os prognósticos históricos se diferenciam dos prognósticos astronômicos no sentido de que são sempre relativos, facultativos e alternativos. E seria ridículo pretender fazer uma predição exata quando se trata da luta de forças vivas. O problema da previsão histórica consiste em distinguir o possível do impossível, e em deduzir, entre os diferentes conceitos teóricos, quais parecem mais verossímeis.

"Aonde vai a revolução?": não poderá encontrar resposta tal pergunta, por pouco fundamentada que seja, senão no resultado da análise de todas as forças interiores daquela, assim como das circunstâncias entre as quais ela se agita. Semelhante estudo exige um livro. Desde Alma Ata, trabalhei neste livro, que espero acabar em breve. Aqui somente posso indicar os grandes traços das pautas que devem ser seguidas para buscar esta resposta. É certo que a Revolução Russa se acha próxima de sua liquidação? Estão esgotados os recursos internos? Que regime poderá suceder a ela:

uma democracia, uma ditadura ou uma restauração monárquica?

O curso de um processo revolucionário é muito mais complexo que o de uma cachoeira em uma montanha. Porém, lá como aqui, se evidencia absolutamente normal a mudança de orientação mais paradoxal à primeira vista. Não convém exigir, em primeiro lugar, uma norma externa e esquemática. Antes, convém adotar uma norma natural, determinada pelo volume de água corrente, a topografia da região, o caráter das correntes de ar etc. Na política, isto significa que, depois das mais altas ascensões da Revolução, temos de prever a possibilidade e a probabilidade de descensos abruptos, às vezes prolongados, e ao contrário, nos períodos de maior decadência, como, por exemplo, no momento da contra-revolução de Stolypin (1907-1910), discernir os prolegômenos de uma nova ascensão.

Dois períodos principais

As três revoluções que a Rússia atravessou no último quarto de século constituem, na realidade, as etapas de uma só e mesma revolução. Entre as duas primeiras, transcorreram doze anos; entre a segunda e a terceira, não se passaram mais de nove meses. Os onze anos de existência da Revolução Soviética se decompõem, igualmente, em uma série de etapas, entre as quais se assinalam duas principais. A doença de Lênin e o começo da luta contra o trotskismo podem quase ser estimados como a linha que demarca as separa.

Durante o primeiro período, as massas desempenharam um papel decisivo. A história não

conhece outro exemplo de revolução que colocou em movimento massas semelhantes às que se insubordinaram na Revolução de Outubro. E existem hoje entes originais que a consideram uma aventura! Pensando assim, denigrem até reduzir a nada o que defendem. Qual seria o valor do organismo social que uma nova "aventura" poderia derrubar? Na realidade, o sucesso da Revolução de Outubro – único feito que durante os anos mais críticos resistiu a legiões de inimigos – foi garantido pela atividade e iniciativa das massas urbanas e camponesas. Sobre esta sólida base, pode-se criar o aparato governamental e o exército vermelho. Esta é, em todo caso, a minha principal dedução sobre minha experiência na matéria.

O segundo período, que trouxe uma transformação radical da direção do governo, se caracteriza por uma diminuição incontestável da atividade imediata das massas: o rio volta ao seu leito. Por cima da multidão, cada vez mais se eleva o aparato diretivo centralizado. Burocratizaram-se o Estado soviético e o exército. Aumentou a distância entre as esferas dirigentes e as massas. Cada vez mais o aparato estatal adquire um caráter de "fim por si". O burocrata está cada vez mais convencido de que se levou a cabo a Revolução de Outubro exclusivamente para concentrar em suas mãos o Poder e garantir-lhe uma situação privilegiada. Creio que não há lugar para explicar como as contradições positivas que discernimos no desenvolvimento do Estado Soviético não comportam argumentos a favor de uma negação anarquista, quer dizer, total e estéril, do Estado em geral.

Em uma carta notável² consagrada aos fenômenos degenerativos do aparato governamental e do partido, meu antigo amigo Rakovsky indica de maneira muito demonstrativa como, depois da conquista do Poder, se formou no seio da classe operária uma burocracia independente, e como foi, primeiramente, somente funcional essa diferenciação, para tornar-se rapidamente em social.

Naturalmente, o processo interno da burocracia se desenvolveu em união estreita com outro, mais profundo, que surgiu subitamente dentro do país: com os princípios da N.E.P. (Nova Política Econômica), viu-se renascer uma ampla categoria de pequenos burgueses nas cidades. Ressuscitaram as profissões liberais. Na aldeia, ascendeu o aldeão rico, o "kulak". Precisamente porque se havia alçado por cima das massas, o corpo de burocratas teve de se aproximar, ao abrigo de suas amplas esferas, destas camadas burguesas, e comprometer-se com elas. Cada vez mais foram criados pela burocracia uma trava maior à iniciativa e ao espírito crítico das massas. Sobre elas se acentuou a pressão do aparato estatal, tão mais facilmente quanto, conforme foi dito já, a reação psicológica das mesmas se expressava por uma diminuição de sua atividade política. Durante os últimos anos,

discretamente ocorreu aos trabalhadores escutar esta apóstrofe dos burocratas ou dos novos proprietários: "Já não estamos em 1918!". Dito de outro modo, modificou-se a proporção de forças às custas do proletariado.

Corresponderam a este processo de transformação outros internos ao partido. Não há de se esquecer nem por um instante que a nebulosa maioria de tal partido, que na atualidade conta com mais de um milhão de filiados, só tem um conceito confuso do que este era durante o primeiro período revolucionário, sem falar do período anterior à Revolução. Basta dizer que de 75 a 80% de seus membros ingressaram depois de 1923. O número de inscritos antes da Revolução era inferior a 1 para 100. A partir de 1923, se fundiu com uma massa amorfa, destinada a desempenhar o papel de material maleável nas mãos dos profissionais do Estado. Pareceu essa edulcoração da substância revolucionária do partido como uma premissa inevitável para a vitória do aparato estatal sobre o trotskismo. Convém ressaltar também o aumento de manifestações de corrupção e arbitrariedade em consequência da burocratização do regime de Estado e do partido.

Os adversários dos Sovietes assinalavam com malevolência estas manifestações. Seria contra a natureza ser diferente disso. Porém, quando tentam explicar estes fenômenos pela ausência de uma democracia parlamentar, basta para os contestar, enumerar a grande série dos Panamá's, começando, caso seja necessário, a contar pelo próprio negócio – mesmo que não tenha sido o primeiro – cujo o nome se converteu em símbolo, e terminando pelo recente "A Gazeta do Franco" e pelo ex-ministro Klotz. Se quisermos demonstrar que a França constitui uma exceção, e que, por exemplo, os Estados Unidos ignoram a corrupção política, colocaremos nossa maior vontade em crer nisso... Mas, voltemos ao assunto.

Os burocratas que se elevaram acima das massas são em sua maioria profundamente conservadores. Se inclinam a pensar que já está realizado aquilo que se faz indispensável à felicidade humana. Estes elementos professam um ódio orgânico à oposição. A acusam de sugerir com suas críticas que as massas deles duvidem, de destruir a estabilidade do regime e de ameaçar as conquistas de outubro agitando o espectro da "revolução permanente". Esta camada conservadora, que constitui o maior sustentáculo de Stalin na sua luta contra a oposição, tende a avançar, muito mais que ele mesmo ou que o núcleo fundamental de sua facção, até a direita, à frente dos novos abastados. Daí o conflito atual dele com a direita. Daí a perspectiva, para o partido, de uma nova "depuração", não só de trotskistas, cujo número se multiplicou em virtude das expulsões e desterros, senão também dos elementos mais ousados da burocracia. A política dualista de Stalin se desdobra em uma

sucessão de zigzagues, cuja conseqüência é um reforço do flanco direito e do flanco esquerdo em detrimento da facção de centro que governa.

Termidor

Mesmo quando a luta contra as direitas está sempre na ordem do dia, não por isso deixa de ser a esquerda o inimigo essencial de Stalin, como era antes. Agora, a questão – clara para a oposição há muito tempo – se torna uma evidência palpável.

Nas primeiras semanas da campanha contra a direita, iniciada a 10 de novembro último, eu expunha, por meio de uma carta dirigida desde Alma Ata aos companheiros que compartilhavam de meu ponto de vista, no que consistia a tática de Stalin. Ao chegar o momento propício, “quando a direita estiver suficientemente assustada, ele voltará seu poder de fogo contra a ala esquerda... A campanha contra a direita não é mais que uma prévia, um treinamento, para um novo ataque brusco contra a esquerda. Quem não compreendeu isso, não compreendeu nada”. Este prognóstico se realizou mais rápido e de um modo mais categórico do que se podia esperar. Aquele que, durante uma revolução, esbarra, sem romper, com a velha sustentação social, será forçado a qualificar de ascensão seu deslize e fazer passar por mão esquerda a sua mão direita. Por essa razão, os stalinistas qualificam a oposição de “contra-revolucionária” e fazem esforços desesperados para usar os mesmos pesos para diferentes medidas, ou seja, combater da mesma forma seus adversários de direita e os de esquerda. A partir desse ponto, é necessário aplicar para tais fins a palavra “emigração”. Com efeito, agora existem duas emigrações: uma provocada pela ascensão das massas revolucionárias, e outra que se torna índice do progresso das forças inimigas da Revolução.

Quando a oposição fala de Termidor, valendo-se de uma analogia com a revolução clássica dos fins do século XVIII, assinala o perigo que sobrevém da luta dos stalinistas contra a esquerda, dado os fenômenos e as tendências que acabamos de indicar, luta essa suscetível de converter-se em ponto de partida de uma transformação planejada da natureza social do poder soviético. Sem dúvida, a questão do Termidor requer explicações complementares, devido ao papel transcendental que desempenha na luta entre a oposição e a facção governante.

Recentemente, o antigo presidente do Conselho francês, M. Herriot, declarou que, por ter se sustentado pela violência nos últimos dez anos, o regime soviético havia assinado sua própria sentença de condenação. Quando visitou a Moscou em 1924, este político tentou, segundo pôde se compreender na época, formar dos Sovietes uma idéia mais benévola, senão, mais precisa. Porém, transcorrido um período de dez anos, deseja ele agora privar de crédito a revolução de Outubro. Devo confessar que não compreendo muito bem a política radical. Ainda assim, não há ninguém que

tenha assinado para as revoluções cartas de prazo fixo. Dez anos levou a grande Revolução Francesa, não para instituir uma democracia, e sim para levar o país ao bonapartismo. Não por isso é menos inegável que, se os jacobinos não tivessem dado conta dos girondinos, nem tivessem mostrado ao mundo o exemplo do castigo radical infligido contra a velha sociedade, a humanidade inteira seria regida por uma só cabeça hoje em dia.

Tampouco se produziu alguma revolução que não comporte conseqüências para toda a humanidade. Porém, é necessário frisar que as revoluções não conseguiram conservar todas as conquistas feitas durante seus momentos de maior ascensão. Depois que realizam uma Revolução, uma classe, um partido ou alguns indivíduos começam a se aproveitar dela sobre outra classe, outro partido ou outros indivíduos. Somente um caluniador inveterado poderia negar a importância histórica universal da grande Revolução Francesa, mesmo quando a reação que a sucedeu foi tão violenta que conduziu o país à restauração dos Bourbons. O Termidor constituiu a primeira etapa no caminho da reação. Os novos burocratas e os novos proprietários queriam esbaldar-se em paz com os frutos da revolução; porém, os velhos jacobinos irredutíveis os estorvavam. Mesmo os novos proprietários não tiveram a audácia de levantarem uma bandeira própria, e foram obrigados a ficar sob a égide dos jacobinos. Criaram líderes provisórios, somente com aparência de jacobinos de terceira ordem, e seguindo a correnteza, preparavam o terreno para o advento de Bonaparte, esse que, com suas baionetas e seu código, reforçou o poder desses novos proprietários.

No país dos Sovietes, voltam a se encontrar os elementos do processo termidoriano, o qual conserva, evidentemente, sua originalidade íntegra... Durante os últimos anos, esses elementos têm se tornado evidentes. Os que atualmente detêm o poder desempenhavam um papel secundário nos acontecimentos decisivos do primeiro período revolucionário ou eram adversários declarados da Revolução, e não se aliaram a ela até o momento da vitória. Agora, a Revolução serve de disfarce – como sempre e por toda parte – a estes elementos e esses grupos que, sem deixar de ser inimigos do socialismo, se sentem fortemente debilitados para levar a cabo um golpe de Estado contra-revolucionário, e por esta mesma razão, propõem um deslize agradável sobre os trilhos da sociedade burguesa, um “descenso tranquilo”, segundo expressão de um de seus ideólogos.

Mesmo assim, implicaria uma falta enorme dar por já efetuadas todas essas evoluções. Para sorte de uns e azar de outros, ainda estamos longe disso. A analogia histórica é um método sedutor, e por isso, perigoso. Seria muito superficial pensar que há uma lei cíclica particular das revoluções que as obriga, partindo dos Bourbons, voltar a eles após

passar pela etapa bonapartista. A marcha particular de cada revolução se determina por uma combinação particular das forças nacionais com toda a situação internacional. Isso não anula o fato de haver alguns traços comuns a todas as revoluções, pelo qual nos permitimos recorrer às analogias, e até as exige de modo imperativo, se quisermos nos apoiar nas lições do passado, e não recomeçar a história eternamente pelo começo.

A sociologia poderia nos explicar porque se encontram latentes em qualquer revolução vitoriosa e digna deste nome as tendências ao Termidor, ao bonapartismo e à restauração. Toda a questão reside na força destas tendências, em suas combinações, nas condições de seu desenvolvimento. Quando falamos na ameaça do bonapartismo, não falamos de maneira alguma que isso é determinado por uma lei histórica qualquer. A futura sorte da Revolução será marcada pela luta das forças vivas da sociedade. Ainda assim, irão se produzir um fluxo e um refluxo, cuja duração dependerá, em uma imensa medida, dos acontecimentos europeus e mundiais.

Em uma época como a nossa, uma agrupação só pode se conceber aniquilada para sempre quando não percebe as razões objetivas de sua derrota e que experimente a sensação de ser uma folha de parreira arrastada por uma enxurrada.

Na hipótese de que experimente sensações uma folha de parreira...

É verossímil a conversão dos Sovietes em uma democracia parlamentar?

Se o poder soviético luta com dificuldades crescentes, se cada vez mais se acentua a crise de direção da ditadura, se não está descartado o perigo do bonapartismo, não seria melhor encaminhar-se em direção à democracia? Insinuada ou francamente, se formula esta questão numa porção de artigos consagrados aos últimos acontecimentos ocorridos na República Soviética.

De jeito nenhum opinarei aqui sobre o que é melhor ou pior. Quero colocar claramente o que é "verossímil", quer dizer, o que se pode concluir da lógica objetiva do desenvolvimento. Já deduzo que não há nada mais inverossímil do que a conversão dos Sovietes em uma democracia parlamentarista, ou para falar claramente, que essa conversão é impossível em absoluto.

Amavelmente e em termos muito sensíveis, muitos jornais me explicam como meu desterro é resultado da ausência de democracia na Rússia, e como, por conseguinte, não devo me "queixar". Antes de tudo, não me queixei a ninguém, e ademais, muitas vezes, ocorreu de me desterrarem os Estados democráticos. É completamente normal que os adversários dos Sovietes estimem hoje em dia a aguda crise de direção da U.R.S.S. como uma circunstância inelutável do regime ditato-

rial, cujo maior responsável, obviamente, sou eu. Em sentido geral, é justo. De nenhuma maneira procuro contestar o determinismo histórico a propósito de meu desterro. Porém, se a crise de direção é resultado da ditadura, e não do acaso, a própria ditadura saiu igualmente, e também não por acaso, da breve democracia instaurada pelo czarismo em março de 1917. Se a ditadura é responsável pelas repressões e demais desgraças, porque então a democracia se mostrou impotente para preservar o país da ditadura, e o que garante que hoje ela se mostre capaz de manter a ditadura afastada após a suceder?

Para expressar com maior clareza minha idéia, devo prescindir dos limites geográficos, e bastará recordar de certas tendências do desenvolvimento político na Europa desde a guerra, que não foi um mero episódio, mas sim o prólogo sangrento de uma nova era. Estão vivos quase todos os dirigentes da guerra européia. Na sua maioria, ao fim de tudo, disseram que esta era a última, e que, depois dela, haveria um reinado da democracia e da paz. Alguns acreditavam no que diziam. Hoje em dia, nenhum deles se aventuraria a pronunciar estas palavras. Por quê? Porque a guerra nos conduziu a uma época de grandes tensões, grandes lutas, com a perspectiva de novas grandes guerras. Agora mesmo, sobre os trilhos da dominação universal, se precipitam, um de frente ao outro, dois trens poderosos. Não se pode medir nossa época com a régua do século XIX, que foi o século da expansão da democracia por excelência. Sob muitos aspectos, o século XX se distinguirá do XIX mais do que toda a história moderna se distingue da idade média.

Em um jornal de Viena, M. Herriot enumerou os sinais de retrocesso da democracia frente à ditadura. Após a instauração do poder revolucionário na Rússia e do fracasso dos movimentos revolucionários em todos os países, temos sido testemunhas do estabelecimento da ditadura fascista em toda a Europa meridional e oriental. Como explicar a extinção da chama que ardia nos altares da democracia? Algumas vezes, dizem que isso só ocorre em nações atrasadas ou imaturas. Até que para a Itália é uma boa explicação. Porém, mesmo quando for justa, não esclarece nada. No século XIX, se estimava como uma lei que os países atrasados subiriam os degraus da democracia. Por que, pois, o século XX os empurra para a ditadura? Nós entendemos que a explicação emana dos fatos mesmos. As instituições democráticas demonstraram que não suportam a pressão das contradições contemporâneas internacionais ou interiores, ordinariamente internacionais e interiores ao mesmo tempo. É um bem ou um mal? De qualquer maneira, é um fato.

Por analogia com a eletrônica, pôde a democracia definir-se como um sistema de interruptores e isoladores contra as correntes muito fortes da luta internacional ou social. Não há, na história huma-

na, uma época tão saturada de antagonismos como a nossa. Cada vez mais pode-se sentir, em distintos pontos da Europa, uma hipertensão da corrente. Há uma tensão demasiadamente alta das contradições de classe e internacionais, se queimam ou explodem em cacos os interruptores da democracia. Tais são os curtos-circuitos que levam à ditadura. Evidentemente, os interruptores mais débeis se rendem primeiro. Porém não diminuí, e sim aumenta a força das contradições interiores e mundiais. A duras penas, tentam tranquilizar-se comprovando que este processo não se apoderou mais do que da periferia do mundo capitalista. A gota começa pelo dedo mindinho do pé ou pelo dedo polegar da mão; iniciando seu caminho, chega ao coração.

Não obstante, qualquer que seja a maneira como se apresente o assunto nos países de poderoso capitalismo e de antiga democracia – esta questão não pertence ao campo de nossas observações –, isso lança, em nosso julgamento, suficiente luz sobre o problema levantado no título do capítulo. Quando se opõe a democracia aos Sovietes, tem-se em vista um sistema parlamentar em particular, e se esquece outro lado – essencial, certamente – desta questão: que a Revolução de Outubro de 1917 se revelou como a maior revolução democrática da história da humanidade. O confisco da propriedade rural, a total liquidação das distinções e dos privilégios de casta, a destruição do aparato burocrático e militar czarista, a implantação de um igualitarismo nacional e do direito das nações de disporem de si mesmas, supõe um trabalho essencialmente democrático, ao qual apenas tocou a revolução de Março, deixando-o como herança quase em sua totalidade ao golpe de outubro. Somente a inconsistência da coalizão liberal-socialista tornou possível a ditadura soviética, baseada na união dos operários, dos aldeões e das nações oprimidas. As mesmas razões que impediram nossa débil e atrasada democracia de cumprir sua tarefa histórica são as que não a permitiram, nem sequer no porvir, colocar-se à frente do país, porque nos últimos tempos se tornaram maiores os problemas e as dificuldades, enquanto a democracia se apequenou.

O sistema soviético de governo não é uma simples forma de governo que se possa comparar de um modo abstrato com a forma parlamentar. Antes de tudo, é um novo sistema de relações de propriedade. Afeta na essência a propriedade, a terra, os bancos, as minas, as fábricas e as estradas de ferro. As massas trabalhadoras se recordam muito bem de quem era o senhor, o latifundiário, o agiota, o capitalista, o patrão, na Rússia czarista. Entre as massas, existe incontestavelmente o descontentamento mais legítimo contra a situação atual do Estado Soviético; porém isso não significa que querem o latifundiário, o burocrata, nem o patrão.

É importante não esquecer estas “minúcias” embriagando-se de lugares comuns sobre a democracia. Contra a volta do latifundiário, o

camponês lutara até a última gota de seu sangue como há dez anos atrás. Não poderá o proprietário voltar a seu feudo senão montado em um canhão, e ademais, seria obrigado a dormir em cima dele também. A bem da verdade, o camponês toleraria muito mais facilmente a volta do capitalismo, porque até hoje a indústria do Estado fornece produtos manufaturados em condições menos vantajosas que as dos comerciantes de outro tempo. Observemos que essa é a origem das dificuldades interiores da Rússia. Porém, o camponês se lembra que o proprietário e o capitalista eram os irmãos siameses do antigo regime, que marcharam juntos, e que juntos lutaram contra os Sovietes durante os anos de guerra civil nos territórios em que os brancos venceram, restituíram ao industrial sua fábrica, e ao proprietário, sua terra. O camponês compreende que o capitalista não voltaria sozinho, mas acompanhado do proprietário. Por isso, não quer um nem outro, e essa é a poderosa razão, mesmo que negativa, da força do regime soviético.

Temos que chamar as coisas pelos seus verdadeiros nomes. Não se trata da implantação de uma democracia incorpórea, mas sim da reintegração da Rússia ao terreno do capitalismo. E qual seria a segunda edição do capitalismo russo? Durante os últimos quinze anos, isto tem se transformado de uma maneira profunda na imagem do mundo. Os fortes se tornaram infinitamente mais fortes, e os débeis, incomparavelmente mais débeis. A luta pela supremacia mundial alcançou proporções gigantescas, e as etapas desta luta moeram os ossos das nações débeis e atrasadas. Hoje em dia, a Rússia capitalista não poderia ocupar no sistema mundial nem sequer um terço do papel que havia sido predestinado à Rússia czarista no fim da guerra. Agora, o capitalismo russo implicaria em um capitalismo servil, colonizado, sem futuro. A Rússia número dois ocuparia hoje um lugar em qualquer parte entre a Rússia número um e a Índia. A despeito de todas as suas contradições e dificuldades, o sistema soviético da indústria nacionalizada e do monopólio do comércio exterior constitui-se num sistema protetor para a independência da cultura e da economia do país. Assim compreenderam até os numerosos democratas que se aliaram ao governo soviético: antes de um socialismo, um patriotismo que se assemelha às lições mais elementares da história. A esta categoria, pertencem as numerosas forças técnicas de intelectuais do interior e a nova escola de escritores que, na falta de uma denominação mais adequada, chamei em outra oportunidade de “poputtchiki”³.

Um punhado de doutrinares impotentes haveriam desejado uma democracia sem capitalismo; porém, as forças sociais sérias, inimigas do regime soviético, querem um capitalismo sem democracia. Não só isso serve aos proprietários expropriados,

como também aos camponeses acomodados. E quando se rebelaram contra a Revolução, esta revolta sempre se converteu em apoio ao bonapartismo. A potência soviética surgiu como resultado de grandes contradições de ordem internacional e interior. De nada serve a esperança de que os interruptores democráticos de tipo liberal ou socialista podem sustentar essas contradições, levadas nesse último quarto de século à sua mais alta tensão. Podem, sim, "regularizar" sua sede por desquite e restauração, colocando-se como parte das classes aniquiladas, arrastando-se por uma cadeia onde o industrial e o comerciante se agarram ao "kulak", ou o latifundiário ao comerciante; onde, a reboque disso tudo, vai a monarquia, e na fila se alinham neste instante os credores estrangeiros para ocupar o primeiro posto dentro do país, em caso de vitória.

Napoleão discernia bem sobre a dinâmica da época revolucionária e seus pontos mais importantes, quando dizia que a Europa seria republicana ou cossaca. Neste momento, pode-se dizer com certeza que a Rússia será soviética ou bonapartista.

O que acabo de expor prova que estou longe de poder afirmar que existam certas garantias absolutas de estabilidade no poder soviético. Se assim pensássemos, não teria sentido a luta que trava a oposição contra o bonapartismo. Mesmo assim, estou menos inclinado a afirmar que a solidez social do sistema soviético não dependeria da política concreta que faz o governo atual. A atitude de nossa luta interna mostra precisamente quão perigosa nos parece a marcha zigzagueante de Stalin. Este mesmo é um elemento de nossa luta que prova o quão longe estamos de um falso pessimismo. Prosseguimos convencidos dos grandiosos recursos e das reservas do soviétismo. A conduta da oposição não leva à derrocada do poder soviético, mas sim a seu reforço e seu desenvolvimento.

Poderíamos formular essas deduções em teses breves:

1º. À parte de suas causas socialistas, cujo protagonista é a vanguarda do proletário industrial, o regime soviético tem profundas raízes históricas e sociais nas massas populares, porque supõe uma segurança contra a restauração e uma

garantia de desenvolvimento independente, ou seja, não colonizado.

2º. Nem a luta fundamental, histórica, contra a União Soviética, nem a luta interna contra a potência comunista se entabulam pela conversão da ditadura em democracia, mas sim pela conversão do regime transitório de hoje para um regime capitalista inevitavelmente dependente e colonizado.

3º. Nestas condições, a Rússia só poderia ser desviada em direção aos rumos do capitalismo por meio de uma guerra civil, cruel e prolongada, que comportasse uma intervenção exterior confessada ou disfarçada.

4º. A forma política que assumiria semelhante golpe de Estado só poderia ser a de uma ditadura militar, uma variante do atual bonapartismo. Porém, uma ditadura contra-revolucionária daria as condições para um novo golpe de Estado, como o de Outubro.

5º. A luta da oposição se desdobra em toda sua integridade sobre o terreno soviético e aparece como a consequência direta e o desenvolvimento direto da linha fundamental do bolchevismo. A etapa em que se encontra a luta atualmente não é decisiva, e sim conjuntural, digamos assim.

6º O desenvolvimento futuro do sistema soviético e, portanto, o destino mesmo da oposição, não dependem somente de fatores de ordem interna, mas também, em grande medida, da evolução ulterior de todas as circunstâncias mundiais. Que rumo tomará a evolução do mundo capitalista? Como se situarão no mercado mundial dos Estados mais fortes que têm necessidade de expansão? Como estarão nos próximos anos as relações recíprocas dos Estados europeus, e o que é incontestavelmente mais importante, as relações dos EUA com a Europa e com a Grã-Bretanha, antes de tudo?

Existe um grande número de profetas que, sem refletir, resolvem a questão do futuro da República Soviética, mesmo que guardem silêncio em relação aos destinos imediatos da Europa capitalista. Não obstante, nem sequer de maneira antagônica, ambas questões estão ligadas, uma a outra, indissolúvelmente.

Constantinopla, 25 de fevereiro de 1929. 

Notas

- 1 Aproximadamente - 36° graus celsius.
- 2 Carta publicada por *Contre le Courant*, de Paris em seu número 27-28.
- 3 Aqueles que seguem o mesmo trajeto, os companheiros de caminho.

1. A Revista PUCviva é uma publicação trimestral de responsabilidade da Associação dos Professores da PUC de São Paulo (APROPUC-SP).
2. A Revista PUCviva visa à publicação de artigos de cunho informativo, científico ou acadêmico sobre temas e assuntos pertinentes aos grandes problemas brasileiros e internacionais pautados a cada edição. As contribuições devem se caracterizar pelo posicionamento crítico que colabore, por meio de análise rigorosa e interpretação aguda, para o esclarecimento do leitor sobre o assunto temático desenvolvido em cada número.
3. As seções da revista são móveis; isto é, existirão nas edições de acordo com a necessidade. Elas são as seguintes: Editorial; Artigos e Ensaios, Resenhas, Dossiê e Polêmica. Essa última seção destinar-se-á a artigos de autores que discordem das posições defendidas pela revista – a comissão editorial reserva-se o direito de publicar, na mesma edição e seção, sua posição diante do artigo.
4. As propostas de publicação serão submetidas à aprovação da comissão editorial da revista, que se reserva o direito de não publicar as propostas que estejam fora das orientações editoriais desse periódico.
5. Os textos devem ser inéditos e as colaborações devem ser enviadas com a seguinte formatação:
 - a) Artigos – 10 laudas ou 12 mil caracteres;
 - b) Resenhas – 5 laudas ou 6 mil caracteres;
 - c) Os textos devem ser entregues em cópia eletrônica e cópia impressa em papel;
 - d) As propostas de publicação devem seguir as normas da ABNT.
6. O autor, ao entregar o seu texto para posterior publicação pela PUCviva, está cedendo os direitos autorais em relação à publicação nesse periódico.
7. As propostas para publicação deverão ser endereçadas à APROPUC, aos cuidados de Erson Martins ou Ricardo Melani – e-mail: apropuc@uol.com.br. Outras informações poderão ser obtidas por meio dos telefones: 3872-2685; 3670-8209.

APROPUC

Associação dos Professores da PUC-SP

Rua Bartira, 407 - Perdizes - CEP 05009-000
São Paulo - SP

A PRO PUC

Associação dos Professores da PUC-SP

Rua Bartira, 407 - Perdizes - CEP 05009-000
São Paulo - SP